



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO – CEDU**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE**

**JANINE OLIVEIRA CARDEAL**

**A RELAÇÃO ENTRE ESTADO E ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS NO  
CONTEXTO ALAGOANO (1990-2018): percepções dos profissionais da sociedade civil  
organizada**

MACEIÓ – AL  
2019

**JANINE OLIVEIRA CARDEAL**

**A RELAÇÃO ENTRE ESTADO E ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS NO  
CONTEXTO ALAGOANO (1990-2018): percepções dos profissionais da sociedade civil  
organizada**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação.

Linha de Pesquisa: História e Política da Educação.

Grupo de Pesquisa Estado, Políticas Sociais e Educação (GEPE).

Orientadora: Profa. Dra. Elione Maria Nogueira Diógenes.

MACEIÓ – AL  
2019

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho

C266r Cardeal, Janine Oliveira.

A relação entre Estado e a organizações não governamentais no contexto Alagoano (1990-2018) : percepções dos profissionais da sociedade civil Organizada / Janine Oliveira Cardeal. – 2019.  
209 f.

Orientadora: Elione Maria Nogueira Diógenes.

Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas. Centro de Educação. Maceió, 2019.

Bibliografia: f. 196-202.

Apêndices: f. 203-209.

1. Educação. 2. Organizações não-governamentais. 3. Estado.  
4. Associações sem fins lucrativos. 5. Processos educativos. I. Título.

CDU: 37.014:061.2(813.5)

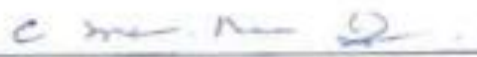
Universidade Federal de Alagoas  
Centro de Educação  
Programa de Pós-Graduação em Educação


A RELAÇÃO ENTRE ESTADO E ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS  
NO CONTEXTO ALAGOANO (1990-2018): percepções dos profissionais da  
sociedade civil organizada

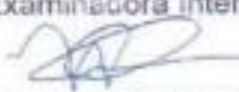
## JANINE OLIVEIRA CARDEAL


Tese de Doutorado submetida à banca examinadora, já referendada pelo  
Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de  
Alagoas e aprovada em 25 de março de 2019.

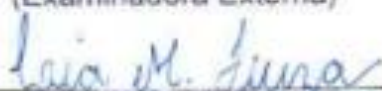
Banca Examinadora:

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Elione Maria Nogueira Diógenes (PPGE/UFAL)  
(Orientadora)

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Inalda Maria dos Santos (PPGE/UFAL)  
(Examinadora Interna)

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Maria Dolores Fortes Alves (PPGE/UFAL)  
(Examinadora Interna)

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Veleida Anahi da Silva (PPGE/UFS)  
(Examinadora Externa)

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Lia Machado Fiuza Fialho (PPGE/UECE)  
(Examinadora Externa)

À minha avó, Maria do Carmo Barros Cardeal, carinhosamente conhecida como D. Carminha, que guarda no olhar e na pele as marcas de toda uma vida. Suas marcas transmitem uma infinidade de conhecimentos que tem atravessado o meu caminho. Sua trajetória no magistério é a minha inspiração. Obrigada por todas as conversas, afagos e sólidos ensinamentos a respeito dos valores humanos que me incentivam a conquistar dignamente os objetivos profissionais e de vida.

## AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus, pois sem **Ele** nenhum caminho teria sido percorrido, nem existiria sentido nessa minha trajetória!

É difícil listar as pessoas que contribuíram para o desenvolvimento da investigação que culminou nesta Tese de Doutorado, tendo em vista que as relações estabelecidas nos diversos contextos, ainda que não estivessem ligadas diretamente à pesquisa, interferiram nas reflexões aqui apresentadas. Desta forma, gostaria de expressar o meu agradecimento àqueles que acrescentaram ao processo de construção deste trabalho e, sobretudo, desta pesquisadora.

Aos meus amados pais, João Rufino de Oliveira e Denise Cardeal Barros, por estarem sempre presentes, me ajudando a perceber os possíveis caminhos da vida por meio de um amor e apoio incondicional. Não poderia deixar de expressar a minha gratidão às minhas queridas irmãs, Tayse Cardeal e Daniela Cardeal, por terem aceitado se privar de minha companhia devido ao compromisso estabelecido com os estudos, agradeço tamanha compreensão!

Ao meu esposo Rangel Bomfim, que tem sido um companheiro de caminhada com quem tenho compartilhado objetivos e sonhos. Sei que a cada dia temos nos tornado um só. Sou profundamente grata pela sua presença ao meu lado em meio ao percurso do doutoramento, pois você foi abrigo nos momentos difíceis e apoio em cada descoberta e construção.

Aos meus familiares, cuja presença, ainda que, em meio à distância é o motivo da minha esperança no amanhã.

À professora Dra. Elione Maria Nogueira Diógenes que ensina a seus alunos além do saber científico, a ética humana do compromisso vivo com a transformação das práticas pedagógicas. Ter a sua presença ao meu lado durante essa caminhada proporcionou a compreensão da prática educativa a partir de uma perspectiva humanizadora.

Agradeço aos meus professores da Pós-Graduação por terem me recebido, acolhido e ensinado; a partilha e o diálogo de saberes ajudaram a construir minha ação como docente/pesquisadora.

Aos entes queridos, amigos e os “Nazarenos”, a minha família na fé. Cada um ocupa um lugar especial em minha vida. Não podendo deixar de citar José Erick Tavares, Roseane Paula Peixoto Severo, Stefânio Alves e Thuany Henrique Conceição que têm o meu profundo carinho e respeito.

A minha sogra Maria Janete Bomfim, por ter me acolhido durante a escrita deste trabalho e partilhado comigo suas experiências.

Aos meus amigos queridos direciono o meu agradecimento, porque acreditam em mim e torcem pela realização deste que não é somente um trabalho, e sim um sonho. Agradeço à Ana Cláudia Rocha, Edymárcia Santos Cordeiro e Juliana Araújo Santos, que desde graduação têm me acompanhado e participado de forma singular da minha vida. Sou grata à Reinaldo Batista Santos que partilha de forma tão próxima os desafios da minha construção enquanto pesquisadora e, sobretudo, divide o compromisso docente. E expresso minha gratidão à Kerlyne Montenegro e Selma Ramos por partilharem uma concepção humana e única no trato com os sujeitos por vezes invisibilizados.

Ao companheirismo dos colegas de doutoramento que em meio às atividades e exigências do Programa de Pós-Graduação se mantiveram constantemente ao meu lado, compartilhando momentos preciosos dessa minha caminhada.

Aos meus alunos, por fazerem com que, a cada dia, eu acredite e me apaixone ainda mais pela educação.

Aos educadores sociais, com os quais tive a honra de trabalhar na minha caminhada e no desenvolvimento dessa pesquisa, por não se eximir da responsabilidade de desenvolver uma prática educativa para a transformação do mundo que só tem sentido mediante a transformação do homem.

Aos meus companheiros da Secretaria de Assistência Social com os quais construí uma escuta mais sensível e uma prática pedagógica mais humana. Agradeço em especial o acolhimento da equipe técnica e coordenação do Serviço de Acolhimento para crianças e adolescentes Acolher.

À banca examinadora deste trabalho pelo comprometimento acadêmico que em meio ao processo de qualificação expressaram cuidadosamente seus pareceres que contribuíram para o desenvolvimento do mesmo e que de forma singular não me senti no decorrer do caminho.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação que desempenhou papel fundamental no apoio a esta pesquisa por meio do financiamento da mesma.

Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar. (FREIRE, 1997, p.155).



## RESUMO

O objeto de estudo desta pesquisa configurou-se em pensar a problemática: Quais as implicações da relação com o Estado para as Organizações Não Governamentais no contexto alagoano, de acordo com as percepções dos profissionais da sociedade civil organizada? Nesse sentido, o objetivo central é investigar, a partir dos significados construídos pelos sujeitos da pesquisa, o enfraquecimento do papel das referidas instituições no que diz respeito às parcerias estabelecidas com o poder público. A investigação se interessa pelas Organizações Não Governamentais (ONGs) – inseridas no Terceiro Setor – cujo enfoque está relacionado com o campo da educação, portanto em espaços que ofertam processos educativos de caráter não escolarizado. Com especial cuidado, analisou-se a relação: Estado e ONGs na tessitura social alagoana, identificando as implicações desta aproximação para o processo de enfraquecimento das instituições não governamentais. Tendo em vista a concretização da pesquisa, foram tomados os seguintes procedimentos metodológicos: a) realizou-se um levantamento cadastral das instituições atuantes no estado de Alagoas, b) delineou-se o mapeamento de acordo com as mesorregiões da base territorial alagoana; c) selecionou-se três organizações situadas em três municípios de acordo com as mesorregiões de Alagoas e que desenvolvem ou desenvolveram processos educativos em parceria com o Estado, com o objetivo de analisar os termos dessas relações; d) discutiu-se a produção de cientistas que abordaram as temáticas: Estado, Terceiro Setor e ONGs, a saber: Bava (2003); Cardoso (1999); Carvalho (1998), Coutinho (2006), Fernandes (1994), Gramsci (2000), Gohn (2010), Landim (2002), Montañó (2002), Nogueira (2009), Petras (2001); Rodrigues (1998), Souza e Rodrigues (1993) e Vieira (1998), dentre outros. Diante das possibilidades da abordagem metodológica qualitativa, o estudo de multicasos (YIN, 2015) oportunizou o conhecimento aprofundado das realidades (DIEHL; TATIM, 2004). Neste sentido, entrevistou-se os profissionais que exercem atividades educativas nas ONGs observadas, os quais se constituíram sujeitos da pesquisa. Assim, detalhadamente: foram entrevistados três gestores, bem como foram aplicados questionários com dezesseis sujeitos envolvidos no desenvolvimento do trabalho nas instituições investigadas. Os resultados sinalizam que as organizações como prestadoras de serviço, são cooptadas para desenvolver atividades a partir dos recursos públicos, ocupam o papel de executoras de ações. Nessa perspectiva, se comportam como uma complementariedade ao braço do Estado para atender as questões sociais urgentes. Essa concepção, na qual as ONGs se comportam como responsáveis pelo cumprimento de um papel complementar, corrobora para o processo de enfraquecimento do papel social desempenhado por tais entidades. No que se refere à Educação, observou-se que a ampliação das ações dessas instituições no campo social, por meio de ações educativas, está correlacionado ao processo de reforma do Estado brasileiro, quanto à prestação dos serviços públicos e na conseqüente inserção de Alagoas nesse processo de forma subalternizada. Pondera-se que é necessário que as ONGs reflitam sobre o papel social que desempenham frente às demandas, sobretudo, avaliando os riscos da aproximação com a esfera estatal, considerando que não pode se comportar de modo subordinado e dependente. Dessa forma, poderão atuar no sentido de potencializar e distribuir melhor papéis e atribuições, uma vez que, não é constitucional que tais organizações ocupem o papel secular do Estado republicano na garantia e efetivação dos direitos do cidadão.

**Palavras-chave:** Organizações Não Governamentais. Estado. Terceiro Setor. Processos Educativos.

## ABSTRACT

The object of study of this research was to think about the problematic: What are the implications of the relationship with the State for Non-Governmental Organizations in the context of Alagoas according to the perceptions of professionals of organized civil society? In this sense, the central objective is to investigate from the meanings constructed by the subjects of the research the weakening of the role of the mentioned institutions with respect to the partnerships established with the public power. The research is concerned with Non-Governmental Organizations (NGOs) - inserted in the Third Sector - whose focus is related to the field of education, therefore in spaces that offer non-school educational processes. With special care, the relationship between the State and NGOs in the Alagoan social fabric was analyzed, identifying the implications of this approach for the weakening process of non-governmental institutions. In order to carry out the research, the following methodological procedures were taken: a) a cadastral survey was carried out of the institutions operating in the state of Alagoas; b) the mapping was delineated according to the mesoregions of the Alagoas territorial base; c) selected three organizations located in three municipalities according to the mesoregions of Alagoas and that develop or developed educational processes in partnership with the State in order to analyze the terms of these relations; d) the production of scientists who dealt with the themes: State, Third Sector and NGOs were discussed, namely: Bava (2003); Cardoso (1999); Carvalho (1998), Coutinho (2006), Fernandes (1994), Gramsci (2000), Gohn (2010), Landim (2002), Montañó (2002), Nogueira (2009), Petras (2001); Rodrigues (1998), Souza and Rodrigues (1993) and Vieira (1998), among others. In view of the possibilities of the qualitative methodological approach, the multisite study (YIN, 2015) provided an in-depth knowledge of the realities (DIEHL, TATIM, 2004). In this sense, we interviewed the professionals who carry out educational activities in the NGOs observed, which were constituted subjects of the research. Thus, in detail: three managers were interviewed, as well as questionnaires were applied with sixteen subjects involved in the work development in the investigated institutions. The results indicate that organizations as service providers are co-opted to develop actions from public resources, and they play the role of executing actions. From this perspective, they behave as a complement to the arm of the State to meet urgent social issues. This conception, in which NGOs behave as responsible for fulfilling a complementary role, corroborates the process of weakening the social role played by such entities. With regard to Education, it was observed that the expansion of the actions of these institutions in the social field through educational actions is correlated to the process of reform of the Brazilian State in the provision of public services and in the consequent insertion of Alagoas in this process in a subalternized way. It is argued that NGOs need to reflect on the social role they play in dealing with demands, in particular by assessing the risks of approaching the state sphere, considering that they can not behave in a subordinate and dependent manner. In this way, they can act in the sense of potentializing and distributing better roles and attributions, since it is not constitutional that such organizations occupy the secular role of the republican State in guaranteeing and effecting the right of the citizen.

**Keywords:** Non Governmental Organizations. State. Third sector. Educational Processes.

## RÉSUMÉ

L'objet de cette recherche était de réfléchir à la problématique: quelles sont les implications de la relation avec l'État pour les organisations non gouvernementales dans le contexte d'Alagoas au regard des perceptions des professionnels de la société civile organisée? En ce sens, l'objectif central est d'étudier, à partir des significations construites par les sujets de la recherche, l'affaiblissement du rôle des institutions susmentionnées en ce qui concerne les partenariats noués avec le pouvoir public. La recherche concerne les organisations non gouvernementales (ONG) - insérées dans le troisième secteur - dont les activités sont liées au domaine de l'éducation, donc dans des espaces offrant des processus éducatifs non scolaires. Les relations entre l'État et les ONG du tissu social alagoan ont été analysées avec une attention particulière, en identifiant les implications de cette approche pour le processus d'affaiblissement des institutions non gouvernementales. Pour mener à bien la recherche, les procédures méthodologiques suivantes ont été suivies: a) une enquête cadastrale a été réalisée auprès des institutions opérant dans l'État d'Alagoas; b) la cartographie a été délimitée en fonction des mésorégions de la base territoriale d'Alagoas; c) choisi trois organisations situées dans trois municipalités selon les mésorégions d'Alagoas et développant ou développant des processus éducatifs en partenariat avec l'État afin d'analyser les termes de ces relations; d) la production de scientifiques ayant abordé les thèmes suivants: État, secteur tertiaire et ONG, à savoir: Bava (2003); Cardoso (1999); Carvalho (1998), Coutinho (2006), Fernandes (1994), Gramsci (2000), Gohn (2010), Landim (2002), Montaña (2002), Nogueira (2009), Petras (2001); Rodrigues (1998), Souza et Rodrigues (1993) et Vieira (1998), entre autres. Compte tenu des possibilités de l'approche méthodologique qualitative, l'étude multisite (YIN, 2015) a fourni une connaissance approfondie des réalités (DIEHL, TATIM, 2004). En ce sens, nous avons interrogé les professionnels qui mènent des activités éducatives dans les ONG observées, qui ont fait l'objet de la recherche. Ainsi, en détail: trois questionnaires ont été interviewés, ainsi que des questionnaires ont été appliqués à seize sujets impliqués dans le développement du travail dans les institutions examinées. Les résultats indiquent que les organisations en tant que fournisseurs de services sont cooptées pour développer des actions à partir de ressources publiques et qu'elles jouent le rôle de l'exécution d'actions. Dans cette perspective, ils se comportent comme un complément du bras de l'État face aux problèmes sociaux urgents. Cette conception, dans laquelle les ONG se comportent comme responsables de remplir un rôle complémentaire, corrobore le processus d'affaiblissement du rôle social joué par ces entités. En ce qui concerne l'éducation, il a été observé que l'extension des actions de ces institutions dans le domaine social par le biais d'actions éducatives est corrélée au processus de réforme de l'État brésilien dans la fourniture de services publics et de services sociaux. dans l'insertion subséquente d'Alagoas dans ce processus de manière subalterne. Les ONG devraient réfléchir au rôle social qu'elles jouent dans le traitement des demandes, en particulier en évaluant les risques d'approcher la sphère de l'État, estimant qu'elles ne peuvent se comporter de manière subordonnée et dépendante. De cette manière, ils peuvent agir dans le sens de la potentialisation et de la distribution de meilleurs rôles et attributions, car il n'est pas constitutionnel que de telles organisations jouent le rôle laïc de l'État républicain dans la garantie et l'exercice du droit du citoyen.

**Mots-clés:** Organisations non gouvernementales. Etat. Troisième secteur. Processus éducatifs.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ILUSTRAÇÃO 1 - MESORREGIÃO DO LESTE ALAGOANO.....	107
ILUSTRAÇÃO 2 - MESORREGIÃO DO AGRESTE ALAGOANO.....	108
ILUSTRAÇÃO 3 - MESORREGIÃO DO SERTÃO ALAGOANO.....	109

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - QUANTITATIVO DE MUNICÍPIOS ALAGOANOS POR MESORREGIÃO.....	106
GRÁFICO 2 - LOCALIZAÇÃO TERRITORIAL DOS MUNICÍPIOS QUE REGISTRAM AÇÕES DE ONGs.....	107
GRÁFICO 3 - ONGs IDENTIFICADAS NAS MESORREGIÕES DE ALAGOAS.....	110
GRÁFICO 4 - PREVALÊNCIA DAS ÁREAS DE ATUAÇÃO DAS ONGs ALAGOANAS.....	110
GRÁFICO 5 - ONGs ANALISADAS QUANTO ÀS PARCERIAS COM O ESTADO.....	156
GRÁFICO 6 - POSICIONAMENTO DAS ONGs QUE NÃO ESTABELECEM PARCERIAS COM O ESTADO.....	156
GRÁFICO 7 - SITUAÇÃO ATUAL DAS RELAÇÕES ENTRE ESTADO E ONGs ALAGOANAS PESQUISADAS.....	159

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - DOCUMENTOS ANALISADOS NAS ONGS.....	39
QUADRO 2 - COLABORADORES RESPONDENTES DOS QUESTIONÁRIOS.....	39
QUADRO 3 - COLABORADORES ENTREVISTADOS NAS ONGS.....	40
QUADRO 4 - CAMPO DE ATUAÇÃO DAS ONGs BRASILEIRAS.....	100
QUADRO 5 - VÍNCULO DOS COLABORADORES – <i>ONG IMBIRIBA</i> .....	116
QUADRO 6 - FORMAÇÃO DOS COLABORADORES – <i>ONG IMBIRIBA</i> .....	117
QUADRO 7 - FORMAÇÃO DOS COLABORADORES – <i>ONG ANGICO</i> .....	129
QUADRO 8 - COLABORADORES – <i>ONG MANDACARU</i> .....	142
QUADRO 9 - FORMAÇÃO DOS COLABORADORES – <i>ONG MANDACARU</i> .....	143
QUADRO 10 - CARACTERIZAÇÃO DAS FORMAS DE PARCERIAS.....	169
QUADRO 11 - CARACTERIZAÇÃO DAS PARCERIAS ATIVAS E ORGÂNICAS.....	170
QUADRO 12 - CARACTERIZAÇÃO DAS PARCERIAS DEPENDENTES E SUBORDINADAS.....	171

## LISTA DE SIGLAS

**ABONG** – Associação Brasileira das Organizações Não Governamentais

**CEDU** – Centro de Educação

**CMDCA** – Conselho Municipal de Direito das Crianças e Adolescentes

**GEPE** – Grupo de Pesquisa Estado, Políticas Sociais e Educação

**GIFE** – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IPEA** – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada

**LDBEN** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**ONG** – Organizações Não Governamentais

**OSCIPS** – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

**PNEDH** – Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos

**PPGE** – Programa de Pós-Graduação em Educação

**PROEX** – Pró-Reitoria de Extensão

**PRONORD** – Programa de Desenvolvimento do Nordeste

**PPP** – Projeto Político Pedagógico

**PT** – Partido dos Trabalhadores

**SEMED** – Secretaria Municipal de Educação

**UFAL** – Universidade Federal de Alagoas

**TCLE** – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

**TS** – Terceiro Setor

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>1.1</b>	<b>Formação: o <i>devoir</i> da pesquisadora.....</b>	<b>18</b>
<b>1.2</b>	<b>Organização estrutural da pesquisa.....</b>	<b>20</b>
<b>1.3</b>	<b>Aspectos introdutórios: compreensão sobre os processos educativos.....</b>	<b>22</b>
<b>2</b>	<b>O MÉTODO DA PESQUISA.....</b>	<b>28</b>
<b>2.1</b>	<b>A construção do objeto de estudo à luz da pesquisa qualitativa.....</b>	<b>30</b>
<b>2.2</b>	<b>As escolhas técnicas da pesquisa do campo da abordagem qualitativa.....</b>	<b>33</b>
2.2.1	Perguntas e delineamento de pesquisa.....	36
2.2.2	Caracterização do lócus da pesquisa.....	40
2.2.3	Coleta de dados e análise dos dados.....	44
<b>3</b>	<b>O CENÁRIO DA ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS.....</b>	<b>49</b>
<b>3.1</b>	<b>Sociedade civil e Terceiro Setor: quando entram em cena novos atores.....</b>	<b>51</b>
<b>3.2</b>	<b>Protagonismo social das Organizações Não Governamentais no Terceiro Setor.....</b>	<b>56</b>
<b>3.3</b>	<b>Os primeiros ensaios de atuação das Organizações Não Governamentais.....</b>	<b>58</b>
3.3.1	Um ensaio para o protagonismo.....	60
<b>3.4</b>	<b>Educação Não Formal: protagonismo das Organizações Não Governamentais.....</b>	<b>62</b>
3.4.1	Desvelando o cenário da educação não formal.....	62
3.4.2	As organizações não governamentais como protagonistas sociais.....	71
<b>4</b>	<b>AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E O ESTADO.....</b>	<b>82</b>
<b>4.1</b>	<b>Uma complexa relação entre Organizações Não Governamentais e o Estado.....</b>	<b>83</b>
<b>4.2</b>	<b>A reforma do Estado brasileiro e o projeto para as Organizações Não Governamentais.....</b>	<b>88</b>
<b>4.3</b>	<b>As relações de parceria das Organizações Não Governamentais.....</b>	<b>94</b>
<b>4.4</b>	<b>A relação entre Estado e Organizações Não Governamentais: desafio que pode ser superado? .....</b>	<b>97</b>



<b>4.5</b>	<b>Estado e as Organizações Não Governamentais: termos dessa relação no contexto brasileiro.....</b>	<b>99</b>
<b>5</b>	<b>ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E O CENÁRIO ALAGOANO.....</b>	<b>104</b>
<b>5.1</b>	<b>Caminhos percorridos na pesquisa.....</b>	<b>105</b>
<b>5.2</b>	<b>Apresentação e análise dos dados referentes à ONG Imbiriba.....</b>	<b>111</b>
5.2.1	Historicidade da ONG Imbiriba.....	112
5.2.2	Estrutura organizacional da ONG Imbiriba.....	113
5.2.3	Ações desenvolvidas pela ONG Imbiriba.....	114
5.2.4	Profissionais envolvidos na ONG Imbiriba.....	116
5.2.5	Parcerias firmadas pela ONG Imbiriba.....	118
5.2.6	Concepção da ONG Imbiriba sobre o seu papel social.....	121
<b>5.3</b>	<b>Apresentação e análise dos dados referentes à ONG Angico.....</b>	<b>123</b>
5.3.1	Historicidade da ONG Angico.....	123
5.3.2	Estrutura organizacional da ONG Angico.....	124
5.3.3	Ações desenvolvidas pela ONG Angico.....	126
5.3.4	Profissionais envolvidos na ONG Angico.....	128
5.3.5	Parcerias firmadas pela ONG Angico.....	130
5.3.6	Concepção da ONG Angico sobre o seu papel social.....	133
<b>5.4</b>	<b>Apresentação e análise dos dados referentes à ONG Mandacaru.....</b>	<b>135</b>
5.4.1	Historicidade da ONG Mandacaru.....	136
5.4.2	Estrutura organizacional da ONG Mandacaru.....	137
5.4.3	Ações desenvolvidas pela ONG Mandacaru.....	138
5.4.4	Profissionais envolvidos na ONG Mandacaru.....	142
5.4.5	Parcerias firmadas pela ONG Mandacaru.....	145
5.4.6	Concepção da ONG Mandacaru sobre o seu Papel Social.....	148
<b>6</b>	<b>ANÁLISE COMPREENSIVA DO PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS EM ALAGOAS.....</b>	<b>151</b>
<b>6.1</b>	<b>Os Olhares sobre esta relação.....</b>	<b>151</b>
<b>6.2</b>	<b>Estratégias utilizadas pelas ONGs em relação ao Estado.....</b>	<b>155</b>
<b>6.3</b>	<b>Estratégias utilizadas pelo Estado em relação às ONGs.....</b>	<b>158</b>

<b>6.4</b>	<b>Implicações da articulação das estratégias do Estado para as ONGs.....</b>	<b>160</b>
6.4.1	Identidade confundida.....	161
6.4.2	Ideais questionados.....	163
6.4.3	Objetivos centrais diluídos.....	164
6.4.4	Papel político descaracterizado.....	166
<b>6.5</b>	<b>As ONGs alagoanas e as formas de aproximação com o Estado.....</b>	<b>167</b>
6.5.1	Limites e possibilidades no estabelecimento de uma parceria ativa e orgânica.....	172
6.5.2	As relações de parceria das ONGs alagoanas.....	174
<b>6.6</b>	<b>Percepções sobre o enfraquecimento do papel Social das ONGs.....</b>	<b>181</b>
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES.....</b>	<b>186</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>196</b>
	<b>APÊNDICES.....</b>	<b>203</b>
	Apêndice A: Solicitação de assinatura dos participantes da pesquisa.....	203
	Apêndice B: Modelo de Entrevista Semiestruturada aplicada com gestores.....	206
	Apêndice C: Modelo de Questionário aplicado com Educadores.....	208

## 1 INTRODUÇÃO

Algumas questões permearam todo o processo de escrita do presente estudo, a saber: Como narrar a tese? Quem é/são o/os autor/autores? E, portanto, como me reportaria? A princípio tais indagações podem se apresentar como irrelevantes para alguns. Entretanto, inquietou a mim, Janine, enquanto me dedicava ao processo cuidadoso de conduzir a redação do trabalho que se segue no decorrer das páginas seguintes. Tal preocupação quanto ao aspecto da autoria desta pesquisa está relacionada com ainda com a compreensão de que

o nome do autor funciona para caracterizar um certo modo ele ser do discurso: para um discurso, o fato de haver um nome de autor, o fato de que se possa dizer "isso foi escrito por tal pessoa", ou "tal pessoa é o autor disso", indica que esse discurso não é uma palavra cotidiana, indiferente, uma palavra que se afasta, que flutua e passa, uma palavra imediatamente consumível, mas que se trata de uma palavra que deve ser recebida de uma certa maneira e que deve, em uma dada cultura, receber um certo status (FOUCAULT, 2001, p. 277).

A partir de diferentes experiências no desenvolvimento da pesquisa, percebi, então, que de fato sou uma narradora, contudo, não realizo esta tarefa solitariamente. Destarte, a intenção é apresentar as “vozes” desses sujeitos que contribuíram para a construção deste estudo, ratificando desse modo que nosso discurso tem uma identidade própria que dialoga com a realidade cultural dos sujeitos que participaram do desenvolvimento desta pesquisa.

Emergiu a necessidade de utilizar a primeira pessoa do plural, posto que, gostaria de reiterar a pluralidade de sujeitos que realizam, juntamente comigo, a tarefa de narrar esta pesquisa acerca das implicações da relação entre Estado e ONGs para o desenvolvimento do papel social destas organizações da sociedade civil. A contribuição destes supera uma simples transmissão de informações acerca da realidade que se expressa nesses espaços não governamentais. Diz respeito a uma partilha da própria concepção de mundo que os envolvidos possuem, uma abertura para comunicar não somente o que realizam, mas o que os motiva, inspira e representa o trabalho no qual estão imersos.

É necessário ainda, antes de selar o “nós”, destacar, que em meio a essa pluralidade, encontra-se a representação da minha orientadora, professora dra. Elione Maria Nogueira Diógenes. O nosso encontro certamente possibilitou esta produção, posto que em meio às linhas redigidas, posso perceber nitidamente a presença de sua orientação. Neste sentido, necessito reconhecer que a sua presença intelectual e humana estão presentes em minha formação enquanto pesquisadora, sobretudo, enquanto pessoa profundamente apaixonada pelo que faz e comprometida em contribuir para o campo no qual tenho me dedicado.

## 1.1 Formação: o *devoir* da pesquisadora

Diante do diálogo iniciado, questiono-me ainda: o que mais poderia revelar sobre mim neste momento a fim de contribuir para a apresentação deste trabalho? A respeito de minha identificação pessoal, esclareço que sou graduada em Pedagogia Licenciatura pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), mestre em educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), do qual faço parte no atual momento como aluna do Doutorado em Educação. Em meio ao período de estudo e pesquisa, tenho ainda acumulado experiências profissionais no âmbito educacional, atuando enquanto professora da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) da cidade de Maceió. Desenvolvi atividades no campo da assistência social, atuando como Pedagoga em um Abrigo Institucional da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS). Foi possível ainda atuar no ensino superior público, contribuindo para o fortalecimento da educação como professora substituta da UFAL – Campus Arapiraca. Entretanto, não posso deixar ausente deste estudo, as minhas experiências no desenvolvimento da Educação Não Formal em uma ONG maceioense. É certo que foi neste espaço que iniciei a minha trajetória aprendendo a caminhar, parafraseando Paulo Freire (1997).

Cabe ressaltar que o aprendizado despertado no campo não formal tomou sentido na minha trajetória acadêmica, vez que as experiências no referido âmbito inquietaram-me enquanto pesquisadora. Destarte, as práticas educativas não formais atravessaram a minha formação inicial a ponto de instigar a curiosidade de estudá-las enquanto objeto de pesquisa. Utilizo o termo atravessaram propositalmente, no sentido de sinalizar como as experiências vivenciadas, enquanto educadora social, marcaram um lugar específico na trajetória desta pesquisadora. Cabe, então, esclarecer que a temática tem me acompanhado desde os meus primeiros passos no curso acadêmico, posto que no período da licenciatura as reflexões iniciais culminaram no trabalho de monografia intitulado: **A contribuição das Organizações Não Governamentais no processo educacional de Maceió: um caminho em construção.** Por meio da possibilidade de continuar refletindo sobre a realidade das ONGs no Curso de Mestrado, pude desenvolver um olhar aprofundado a respeito destas instituições e como de fato se relacionam com o processo educacional, que culminou na dissertação que tem por título: **As Organizações Não Governamentais no processo educacional alagoano: que relação é esta?** E exatamente no âmbito da referida pesquisa compreendi que algumas

lacunas poderiam ser trabalhadas em uma pesquisa mais detalhada, com um tempo de realização apropriado para refletir sobre questões específicas.

O doutorado proporcionou exatamente essa experiência de reflexão a respeito de histórias e narrativas de sujeitos que integram um campo, que apesar de ocupar um espaço significativo na tessitura social, ainda se encontra marginalizado. Em outras palavras, o interesse desta pesquisa diz respeito a não apenas compreender as ações que os sujeitos realizam. Primeiramente trata-se de escutar aqueles que, sobretudo, no âmbito acadêmico se encontram “do outro lado da linha” como diria Boaventura de Souza Santos (2010).

Nesse exato momento, iniciamos a escrita do estudo plural, conforme os motivos supracitados. Percebemos que a escrita de uma tese se revela como um real desafio, não apenas no sentido da obtenção do título de doutora em Educação, mas no aspecto de realmente construir um trabalho que contribua para o desvelamento de questões concernentes ao campo educativo, político e social, corroborando para que pensemos a realidade em curso. A fim de superar este desafio, encontramos motivação nas expressões de Ferrara (2005, p. 12) quando esta nos revela que

a ciência como atividade se transforma na faina artística que inventa para revelar as dimensões invisíveis, incógnitas, submersas, recônditas, múltiplas, sensíveis, complexas. Ciência e arte dialogando concretamente no dia a dia de cada página que se volta nos fichamentos bibliográficos, em todo conhecimento compilado na tradução de uma hipótese, na ousadia de uma montagem metodológica, na humildade de quem desconfia do que descobriu, na segurança de poder ir além: descoberta como invenção, resposta contida na pergunta, e, sobretudo, o prazer do jogo. A tese tem algo a ver com a invenção. Uma receita às avessas.

No decorrer dos anos de produção desta pesquisa, vivenciamos diversos movimentos entre idas e vindas, entres avanços e necessidades de retornar para obter respostas. À medida que construíamos hipóteses, observávamos que não raras vezes elas confundiam-se, entravam em conflito, disputavam a atenção do nosso olhar. Percebemos, que do projeto de doutorado até a configuração deste estudo diversas transformações constituíram a construção do nosso objeto.

Foi pontuada na defesa do Mestrado a possibilidade de analisar a relação: Estado e ONG, entretanto sob qual aspecto focaríamos a lente deste estudo, nos inquietou durante todo o primeiro ano do doutorado, quando iniciamos a nossa ida a campo. Foi esse movimento de vivência que nos permitiu definir que o papel social dessas organizações ocuparia espaço central em nossa pesquisa.

## 1.2 Organização estrutural da pesquisa

A presente tese, intitulada como “A RELAÇÃO ENTRE ESTADO E ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS NO CONTEXTO ALAGOANO (1990-2018): percepções dos profissionais da sociedade civil organizada” foi escrita com o foco sobre as aproximações estabelecidas entre os dois atores sociais. Nosso objetivo central advém da reflexão a respeito do questionamento que no decorrer do estudo modificou-se, posto que a dinâmica da investigação nos apontou elementos que nos inquietaram, à medida que se aproximavam do campo perceptivo dos sujeitos que contribuíram para a pesquisa. Destarte, refletimos sobre: **Quais as implicações da relação com o Estado para as Organizações Não Governamentais no contexto alagoano de acordo com as percepções dos profissionais da sociedade civil organizada acerca desta parceria?**

A partir dessa questão, se desdobraram outras indagações, dentre as quais destacamos o envolvimento das ONGs com a área da educação como uma das nossas inquietações. Portanto, compreender essa aproximação se configurou com um objetivo específico do nosso estudo. Conforme temos observado, o campo formativo tem se apresentado como um setor privilegiado de atuação dessas instituições. É notório que as ONGs brasileiras têm concentrado um número expressivo na área, fato este que reforçou a nossa necessidade de compreender e produzir um conhecimento que corrobore para esclarecer essa configuração da realidade do país.

Indagamo-nos ainda a respeito do atual cenário estrutural dessas organizações. Investigar como funcionam, como tem sido gerido o trabalho interventivo, quem são os profissionais envolvidos, apresentou-se também como outro objetivo específico do estudo. Buscamos ainda analisar quais as compreensões que as mesmas possuem sobre o papel que desempenham, pois consideramos que a reflexão a respeito deste objetivo possibilitaria a ampliação do nosso olhar acerca do nosso objeto de pesquisa. Com cuidado específico, buscamos observar e perceber nos relatos de experiências o porquê das ONGs estabelecerem parcerias e como estas se expressam na realidade em curso, sobretudo no contexto alagoano, posto que neste se localiza a delimitação geográfica e interesse do nosso estudo.

Diante de tais questionamentos, nos predisposmos durante o percurso de construção do nosso estudo a atentar para a zona da dúvida que nos remeteu a pensar com rigor e cuidado o objeto. A respeito da formação do espírito científico Bachelard (1996, p. 295) nos esclarece que

para ter certeza que o estímulo deixou de ser a base de nossa objetivação, para ter certeza de que o controle objetivo é uma reforma em vez de um eco, é preciso chegar ao controle social. [...] propomos que a objetividade seja fundada no comportamento do outro [...] o olho do outro [...] para ver a forma – a forma felizmente abstrata – do fenômeno objetivo. [...] Só esse circuito, na aparência insensato, pode nos dar alguma garantia de que fizemos completa abstração de nossas ideias primeiras. Vamos! Não é à clara luz, é à beira da sombra que o raio, ao difratar-se, entrega-nos os seus segredos.

Em meio à atividade reflexiva sobre o objeto, percebemos a necessidade de ampliar o olhar, para assim considerar aspectos constitutivos de uma complexa realidade. Ao passo que caminhávamos pensando sobre tais elementos, identificamos situações que nos permitiram observar potencialmente a partir das parcerias estabelecidas, as realidades das ONGs alagoanas.

No que corresponde aos aspectos estruturantes de organização, a presente tese está organizada em quatro capítulos, além de apresentarmos os aspectos introdutórios, bem como as nossas considerações. Ressaltamos que os olhares, bem como as vozes dos sujeitos que nos ajudaram a realizar este estudo está presente no decorrer da nossa escrita. Posto que os diversos cenários da tese foram construídos por meio de nossas análises tecidas a respeito das expressões dos entrevistados e respondentes de nossos questionários, sujeitos estes que integram a formação dos espaços no quais realizamos a pesquisa empírica.

O trabalho inicia-se a partir dos aspectos introdutórios relacionados primeiramente ao conceito de educação sob o qual firmamos a nossa identidade. Ademais, apresentamos o recorte temporal da nossa pesquisa, a saber: a partir da década de 1990, período justificado em razão do crescimento expressivo do número de ONGs. De igual modo, situamos como recorte espacial, o estado de Alagoas, na perspectiva de compreender a realidade das instituições que se subscrevem nesse contexto. Ademais, a introdução ocupa-se ainda da tarefa de descrever sinteticamente a organização de nossa tese, construída a partir de movimentos instigantes que nos permitiram o amadurecimento pessoal, acadêmico e profissional.

Neste sentido, ressaltamos que a nossa escrita plural está firmada no interesse de compreender a partir de uma faceta do real apresentado na atualidade, as parcerias. As quais acreditamos estar intimamente relacionadas ao processo de transformação do papel desempenhado pelas ONGs diante de um projeto de reestruturação da atuação governamental, no sentido de desresponsabilizar o Estado pela oferta de serviços públicos e garantia de

direitos. Destarte, pontuamos que tais aspectos na realidade têm corroborado para o enfraquecimento do papel social dessas organizações.

### **1.3 Aspectos introdutórios: compreensão sobre os processos educativos**

Em nossa formação tivemos a possibilidade de perceber a Educação enquanto um processo formativo amplo, sobretudo, conceituá-la a partir de uma perspectiva para a emancipação dos sujeitos. Nesse sentido, a transformação da realidade está associada a um papel político da educação, sobre o qual Freire nos orienta para a existência de uma dicotomia nas práticas educativas, podendo estas ser direcionadas de acordo com uma perspectiva bancária ou libertadora. Em meu entendimento, nesta última fundamenta-se a motivação de nossa prática enquanto educadoras e pesquisadoras interessadas em problematizar as questões correspondentes ao campo educacional.

Nesse sentido, uma prática no sentido bancário é uma educação que se configura como “o ato de depositar, de transferir, de transmitir valores e conhecimentos, refletindo a sociedade opressora, sendo dimensão da cultura do silêncio” (FREIRE, 2002, p.59). Por outro lado, a educação sob a concepção libertadora é aquela que promove meios para a construção e consolidação de um conhecimento coletivamente.

Cabe esclarecermos que ao pensar em educação, não estamos limitando o nosso olhar para os muros e bancas escolares. Contudo, não desmerecemos ou desqualificamos os sistemas regulares de ensino, posto que não é esse nosso propósito. Pontuamos nesta tese que a redução da educação meramente ao âmbito escolar se configura como uma compreensão ingênua e simplista, a qual desejamos romper em nossos estudos.

Libâneo (2002) nos permite refletir acerca de uma concepção ampliada de educação, não estando esta limitada ao espaço físico ou mesmo institucional. O estudioso afirma que

A educação deve ser entendida como um fator de realização da cidadania, com padrões de qualidade da oferta e do produto, na luta contra a superação das desigualdades sociais e da exclusão social (LIBÂNEO, 2002, p.133).

O autor interpreta os processos educativos a partir do contexto formal, não formal e informal, entendendo que há uma intencionalidade para a formação dos cidadãos. Esclarece assim, que a educação não formal refere-se às organizações políticas, profissionais,



científicas, culturais, agências formativas para grupos sociais, e outras instituições que desenvolvem atividades de caráter intencional.

Nesse sentido, inserimos o debate acerca das Organizações Não Governamentais, que emergem no cenário social enquanto um fenômeno que têm estabelecido relações cada vez mais próximas com a área da Educação não formal. Diante dessa realidade que se apresenta na atual conjuntura, consideramos salutar à construção de nossa análise caracterizar o contexto político, econômico e social no qual se consolidaram essas instituições no Brasil.

Os espaços não formais das ONGs representam, assim, um domínio específico das práticas educativas. A obra de Gohn (1992; 2006; 2010), por exemplo, esclarece a importante relação que se estabelece entre esses espaços e a educação. Diante desse cenário, temos realizado estudos no espaço não governamental com o fim de investigar a contribuição das ONGs no desenvolvimento do processo educacional no contexto alagoano. Inclusive, tais estudos se consolidaram em nossa produção da dissertação de Mestrado, defendida no ano de 2011 pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFAL.

O doutoramento tem se configurado como uma oportunidade ímpar na produção desse conhecimento, posto que tem nos possibilitado aprofundar o nosso olhar acerca dessas instituições, especificamente no trato das relações que estão sendo firmadas com o poder público. De igual modo, nos tem proporcionado a ampliação do estudo acerca dessas organizações, no sentido de investigar não mais a contribuição do desenvolvimento do processo educacional, mas discutir o papel social das ONGs e compreender as implicações das parcerias firmadas para estas instituições.

Em nossa tese é fundante a concepção de que à medida que se aproximam do Estado, as ONGs vivenciam processos de transformação em seus aspectos estruturantes, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento do seu papel. Deste modo, apresentamos a hipótese de que **a relação com o poder público, observada a partir das percepções dos profissionais das ONGs, tem implicado no processo de enfraquecimento destas organizações da sociedade civil.**

A fim de que possamos situar o nosso olhar é preciso esclarecer que esta pesquisa traz como recorte temporal a década de 1990 ao ano de 2018 e como recorte espacial, o estado de Alagoas. O interesse pela temática se relaciona com a nossa vivência profissional em

organizações de caráter não governamental, que inclusive nos despertou o interesse em adentrarmos ao universo educacional.

O espaço da sociedade civil é compreendido como possibilidade de transformação da realidade. No curso de Pedagogia esse entendimento foi complementado pela ótica de que a educação é uma via de intercâmbios e de aprendizados. Nisto, as contribuições de Paulo Freire foram elucidativas para esse estudo. Educar constitui-se em um processo de humanização, que se desenvolve a partir da reflexão, das inquietações, das buscas pela apreensão dos conhecimentos, que pode ultrapassar os limites das bancas e dos muros escolares.

Por meio das discussões em sala de aula (e fora dela), percebemos que o ato de educar acontece, também, em outros espaços por meio de práticas que se diferenciam das regulamentadas. A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96 destaca em seu artigo primeiro que os processos formativos se desenvolvem para além das instituições oficiais de ensino.

Há pelo menos três décadas anteriores ao tempo em que habitamos hoje; seria praticamente improvável pensar no Estado enquanto articulador junto a outros agentes sociais (não estatais), com o fim de potencializar o seu papel e atuação na sociedade brasileira. Na atual conjuntura histórica e social percebemos um alargamento na capacidade de articulação do poder público. Tal aspecto tem corroborado para que se efetive uma política do estado mínimo, condizente com os interesses, sobretudo, econômicos e políticos de ordem capitalista.

A respeito dessa questão o estudo de Santos (2013, p. 56) realizado acerca do papel das ONGs no Brasil neoliberal, corrobora para nossa reflexão, ao passo que “seguindo a lógica da política do estado mínimo, o Estado começa a multiplicar o número de parcerias com as entidades sem fins lucrativos, em especial com as instituições que desenvolvem projetos voltados para educação, cultura e saúde”.

Ao tempo em que discutimos a crise instaurada no Estado brasileiro, mediante a necessidade urgente do mesmo pautar-se na política econômica vigente no contexto mundial, notamos que as medidas estatais têm caminhado a passos largos, rumo a uma estruturação social, política e financeira cada vez mais condizente com os interesses do mercado. Nessa perspectiva, de acordo com Santomé (2003, p.19) o poder público “tende a reduzir o seu papel

tradicional no setor público, transferindo as responsabilidades para o âmbito privado”. Em meio a esta realidade, inserimos o interesse do mesmo sobre as organizações sociais, mas não estatais, a fim de que estas cumpram o seu papel.

Em meio a tais necessidades de adequação, o poder público está se mostrando ainda mais disposto a dialogar com agentes que, por meio de um maior entrelaçamento, contribuam para o desenvolvimento da sua função. Privilegiadamente, o Terceiro Setor (TS) tem conquistado no cenário nacional certa amplitude de atuação.

Cabe um ato reflexivo sobre essa relação que se fortaleceu a partir da década de 1990 em diante (LANDIM, 2003). O interesse do Estado nessa aproximação não é algo recente. Na realidade, trata-se de um alongamento desse diálogo e das práticas. A compreensão desse processo envolvendo o TS e o Estado exige uma análise contextual das primeiras tentativas de estabelecimento dessa conexão.

Como resultado dessa intensificação no trabalho desenvolvido em parceria por tais atores, percebemos a ampliação dos campos de atuação das ONGs. No campo educativo essas organizações têm fortalecido e expandido as suas ações, garantindo a sua participação social por meio de suas contribuições na oferta e promoção dos serviços educacionais, que se configuram como “complementares das novas ênfases das políticas sociais contemporâneas” (GOHN, 2010, p. 123).

A crescente participação das organizações sem vínculo direto com o Estado (no âmbito educativo), marca o compromisso da sociedade civil diante das novas demandas sociais. As ONGs têm se assegurado no campo da prestação de serviços educacionais, posto que veem uma possibilidade para o cumprimento do seu papel enquanto articuladoras sociais. Entretanto, o serviço educacional desenvolvido no contexto não governamental se diferencia daquele prestado pelo poder público estatal.

No que diz respeito da relevância deste estudo para a área da Educação, inferimos que o tema se relaciona com o campo não formal, desenhado como um processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação. Nesse sentido, a pesquisa se interessa por desvelar as relações estabelecidas no âmbito das ONGs, compreendendo que o movimento de escuta dos profissionais da sociedade civil corrobora para a clarificação de suas atuações e papéis.

A educação não formal tem possibilidade de ser estudada com maior profundidade no Brasil por pesquisadores que de interessem por romper com a consciência ingênua da

realidade. Promovendo, assim, a ampliação da percepção acerca dos processos formativos para além dos desenvolvidos na educação formal. O estudo apresenta reflexões acerca de uma sociedade civil cada vez mais institucionalizada. Posicionando-se entre o Estado e o Mercado, as percepções dos profissionais das ONGs nos interessou, posto que apresentam elementos para refletirmos sobre o papel social dessas instituições diante das aproximações realizadas entre os atores sociais.

No intuito de favorecer o diálogo a respeito de tais questões que tem nos inquietado, adentramos ao universo das ONGs que desenvolvem ações no campo educativo alagoano e que têm firmado parcerias com o Estado para a promoção de projeto na área, com o objetivo de esclarecermos os termos dessa relação. Nisto, a estrutura em que organizamos o presente estudo procura expor situações específicas no ato de investigar a temática: a contextualização histórica, a discussão do referencial teórico e os procedimentos metodológicos, assim como os resultados a que chegamos.

A fim de organizar a estrutura do nosso trabalho, sinteticamente em nossa tese apresentamos o primeiro capítulo, intitulado: **O MÉTODO DA PESQUISA**, no qual tratamos a respeito das orientações metodológicas que seguimos no presente estudo. Buscamos, ainda, refletir a respeito do caminho percorrido na construção do nosso objeto. Posteriormente apresentamos o capítulo: **O CENÁRIO DA ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS**, no qual apresentamos a contextualização histórica e o delineamento conceitual dessas instituições, abordando a atuação crescente no âmbito da educação, por meio do desenvolvimento de processos educativos não formais. Discutimos o crescimento e fortalecimento dos serviços prestados pelas ONGs<sup>1</sup> no campo educacional, e, dessa forma, desvelamos o que está subjacente à política de democratização da educação. As considerações a respeito dessa participação da sociedade civil no campo são tecidas com o propósito de compreender até que ponto essas organizações têm contribuído para o desenvolvimento do campo educativo.

No capítulo seguinte, intitulado: **AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E O ESTADO**, discorreremos a partir de uma perspectiva histórica o Estado brasileiro diante da relação construída com as ONGs, que corroborou para o fortalecimento do conhecido TS. Estabelecemos, inclusive, um diálogo em torno dessas

---

<sup>1</sup> Para fins da pesquisa, a análise aqui apresentada terá o seu olhar voltado especificamente para as ONGs, instituições que integram o TS.

relações tecidas, a fim de que seja possível a reflexão sobre os papéis que ambos têm desempenhado diante das problemáticas que se apresentam na tessitura social.

No capítulo quarto: **ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E O CENÁRIO ALAGOANO**, adentramos ao espaço das ONGs alagoanas e realizamos a tarefa de descrevê-las em meio ao detalhamento dos aspectos referentes à historicidade, estrutura organizacional, atividades desenvolvidas, profissionais envolvidos, parcerias firmadas, concepção da instituição sobre o seu papel social. Consideramos que o olhar sobre essas organizações têm um aspecto fundante em nosso estudo, posto que nos permitiu ampliar a nossa compreensão acerca destas que se configuram como um fenômeno social na atual conjuntura.

No último capítulo: **ANÁLISE COMPREENSIVA DO PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS EM ALAGOAS**, refletimos sobre o campo analítico propriamente dito da nossa pesquisa, pois é quando realizamos a articulação entre as teorias apreendidas e o real pesquisado. O diálogo é traçado a partir de experiências concretas de três ONGs alagoanas, tomadas como objeto de análise, no qual indagamos a partir da percepção dos profissionais da sociedade civil se a relação entre Estado e ONGs tem implicado no enfraquecimento do seu papel social.

Tecemos ainda as nossas **CONSIDERAÇÕES** nas quais colocamos que as ONGs de fato tem considerado interessante essa atuação junto ao Estado, pois contribui para o conhecimento sobre o funcionamento da máquina estatal, mas principalmente por ampliar sua capacidade de intervenção por meio da captação de recursos. Entretanto, argumentamos que a capilaridade na atuação dessas instituições pode sofrer transformações à medida que parcerias são estabelecidas de forma subordinadas e dependentes, comprometendo, inclusive, o desenvolvimento de suas atribuições. Estes aspectos somados às estratégias do Estado, em meio ao processo de reforma, têm implicado diretamente no enfraquecimento do papel social desempenhada pelas Organizações Não Governamentais.

## 2 SOBRE O MÉTODO DA PESQUISA

Estou convencido de que o mundo contemporâneo necessita de uma sociologia da escuta. Não de um conhecimento frio, que para nos âmbito das faculdades racionais, mas de um conhecimento que concebe a todos como sujeitos. Não um conhecimento que cria uma distância, separação entre observador e observado, mas de um conhecimento que consegue reconhecer as necessidades, as perguntas, as interrogações de quem observa, e também capaz de ao mesmo tempo pôr verdadeiramente em contato com os outros (MELUCCI, 2004, p.9).

Caminhando em meio à perspectiva de construirmos nosso olhar pesquisador, a partir do movimento de aproximação com os sujeitos, tomamos no presente estudo a ênfase na escuta como um meio de estabelecer uma relação entre os atores envolvidos na investigação, entendendo, assim, que esta se configura como uma necessidade que emerge dos processos desenvolvidos nas sociedades contemporâneas.

Marlucci (2005) argumenta a respeito do processo que temos observado no campo das pesquisas no que diz respeito a uma mudança epistemológica. Nesse sentido, os objetivos investigativos não estão centrados em uma mera explicação de determinada realidade, mas sim em observar, analisar e refletir sobre os processos nos quais o conhecimento é construído. Em linhas gerais, trata-se de uma troca dialógica entre os sujeitos envolvidos e, dessa forma, a pesquisa foi se delineando.

O papel de pesquisador está respaldado na tarefa de possibilitar que os sujeitos expressem suas vozes e assim poderemos refletir a respeito da realidade, não que se apresenta no caminho da pesquisa, mas que é construída. No contexto de nosso estudo o posicionamento dos sujeitos interessa ao nosso objetivo de pesquisa, portanto, nossas reflexões se consolidam a partir da dialogicidade construída com o real investigado.

A respeito da expressividade dos relatos dos sujeitos, pontuamos que de fato raras vezes as pesquisas acadêmicas fornecem lugar importante às vozes dos sujeitos. Bezerra e Takeuti (2009, p. 117) afirmam que “estamos diante ainda de um modelo usual entrevistador-entrevistado, cuja sistematização dos relatos pessoais não se fazem senão a partir de uma lógica estranha a do próprio narrador”.

Ainda no campo das pesquisas relacionadas às Ciências Humanas os estudiosos Bezerra e Takeuti (2009) discutem acerca desse distanciamento percebido entre os observadores e o observado, criticando a pouca relevância que as vozes dos sujeitos

investigados têm em meio ao processo de construção do conhecimento, sendo muitas vezes utilizadas como um instrumento de confirmação de uma ideia anteriormente construída pelo pesquisador.

No intuito de construir um conhecimento a partir da realidade expressa na vivência dos sujeitos, em nosso estudo assumimos o compromisso de desenvolver esta pesquisa comprometida em dar visibilidade às vozes dos atores envolvidos. Posto que, as suas expressões contribuíram para a consolidação do nosso olhar em torno da questão central em nossa tese que se refere ao papel social das ONGs em meio à relação com o Estado.

De acordo com Castro (1979), os aspectos metodológicos se ocupam da responsabilidade não apenas de investigar os produtos da pesquisa, mas fundamentalmente o próprio processo da produção científica. Nesse sentido, Bruyne (1991, p. 29) revela que “as exigências não são de submissão estrita a procedimentos rígidos, mas antes de fecundidade na produção dos resultados”.

A fim de pensar e orientar o processo de investigação deste trabalho, bem como responder ao problema que tem nos inquietado na pesquisa, consideramos necessária a reflexão acerca da metodologia utilizada, tendo como fundamento o referencial teórico da abordagem qualitativa, posto que dentre as possibilidades do referido cunho metodológico desenvolvemos nossa pesquisa a partir do estudo de caso.

A respeito da nossa escolha pelo estudo de caso, ressaltamos que não à toa percorremos este caminho metodológico. Becker (1993) argumenta que o estudo de caso possibilita a construção de uma compreensão abrangente do grupo que está sendo investigado, em razão do acompanhamento das atividades e das interações que se estabelecem nos espaços. Em nossa pesquisa perseguíamos o objetivo de perceber como os profissionais das ONGs percebiam as relações estabelecidas com outros atores, especificamente com o poder público, na perspectiva de compreendermos o processo de enfraquecimento do papel social desenhado no cenário social alagoano. Portanto, o modo como estruturamos nossa pesquisa de cunho qualitativo nos encaminhou para o desenvolvimento do estudo de caso.

O estudo de caso foi sustentado posto que nos possibilitou “desenvolver declarações teóricas mais gerais sobre regularidades do processo e estrutura sociais” (BECKER, 1993, p. 118). Tínhamos esclarecimento e nos instigou o fato do estudo de caso nos proporcionar situações de descobertas e que, inclusive, remeteria a reorientação do nosso olhar com base

nos dados coletados, fatos observados e percepções identificadas em cada novo encontro no espaço investigado.

## **2.1 A construção do objeto de estudo à luz da pesquisa qualitativa**

A construção do nosso objeto de análise de fato tomou forma em meio ao processo investigativo e, assim, percorremos uma trajetória semelhante ao próprio campo da pesquisa, posto que “com grande dificuldade, a pesquisa qualitativa foi abrindo seus próprios caminhos” (MOREIRA, 2002, p. 43). Destarte, refletir sobre a percepção dos profissionais quanto à relação entre ONGs e Estado nos inquietou ao passo que buscamos compreender o papel social desenvolvida por tais instituições da sociedade civil. O objeto, então, emergiu em meio ao percurso reflexivo sobre a realidade apresentada.

Nossos estudos foram direcionados na perspectiva de interpretar o mundo real, a qual exige o comprometimento e cuidado com o caráter hermenêutico do ato de pesquisar acerca da experiência dos sujeitos. De acordo com Prus (apud MOREIRA, 2002, p. 50-1), existe uma “dupla hermenêutica” que se justifica pelo fato dos investigadores realizarem a atividade de lidar com a interpretação de sujeitos que, por sua vez, interpretam o mundo no qual se relacionam.

As origens dos métodos qualitativos de pesquisa remontam aos séculos 18 e 19, quando vários sociólogos, historiadores e cientistas sociais, insatisfeitos com o método de pesquisa das ciências físicas e naturais que servia de modelo para o estudo dos fenômenos humanos e sociais, buscam novas formas de investigação. Entre esses, Dilthey argumentava que na investigação histórica, o interesse maior estaria no entendimento do fato particular e para tanto haveria de se considerar o contexto em que esse fato ocorria e não a sua explicação causal. Daí propõe a hermenêutica, que se preocupa com a interpretação dos significados ou mensagens contidas num texto (entendido em um sentido muito amplo). Weber também contribuiu de forma importante para a configuração da perspectiva qualitativa ao afirmar que o foco da investigação deve se centrar na compreensão dos significados atribuídos pelos sujeitos às suas ações. Ambos argumentam que para compreender esses significados é necessário colocá-los em um contexto (ANDRÉ; GATTI, 2008, p. 2).

Nesse sentido, as inquietações que moviam os pesquisadores ao pensar os estudos desta natureza qualitativa estavam relacionadas à reflexão sobre a possibilidade de um conhecimento construído acerca das relações humanas e sociais, observando as percepções



dos sujeitos, nas quais os significados são elaborados. Deste modo, a perspectiva da pesquisa qualitativa compreende que são justamente esses sentidos e significados que consubstanciam o processo de construção do conhecimento. Ademais, refletem as transformações dinâmicas no campo social, bem como educacional, possibilitando uma aproximação do real a partir dos meios humanos de pensar, representar e agir.

São os sentidos e significados que objetivam analisar a completude do objeto que caracteriza a abordagem qualitativa e que, portanto a diferencia da perspectiva da pesquisa quantitativa no ‘fazer’ científico. Na abordagem quantitativa a realidade é dividida em unidades mensuráveis que podem ser estudadas especificamente. É salutar esclarecer, ainda, que a abordagem qualitativa assume a concepção holística dos fenômenos, na qual todos os componentes de uma determinada situação, bem como as interações entre eles são consideradas. A respeito dessa questão André & Gatti (2008, p. 7) afirmam que

encontram-se, assim, nos fundamentos da abordagem qualitativa os princípios da fenomenologia, que se desdobra em várias correntes: o interacionismo simbólico, a etnometodologia, os estudos culturais e a etnografia. Em todas essas correntes é dada especial atenção ao mundo do sujeito e aos significados por ele atribuídos às suas experiências cotidianas, às interações sociais que possibilitam compreender e interpretar a realidade, aos conhecimentos tácitos e às práticas cotidianas que forjam as condutas dos atores sociais.

No campo da pesquisa em educação tais princípios conquistaram destaque principalmente a partir da década de sessenta. Segundo estudiosos da área (ANDRÉ, 2007; GATTI, 2001; YIN, 2015; PATTON, 2002) até o referido período histórico as pesquisas realizadas na área educacional eram fortemente sustentado nos estudos da psicologia experimental. Por tal razão a perspectiva fenomenológica e aquelas que se aproximavam dos princípios encontraram certa resistência para se consolidar.

Não à toa a década de sessenta se configurou como o período no qual novas perspectivas encontraram espaço para se desenvolver no âmbito da pesquisa educacional. No Brasil o referido momento histórico foi marcado por diversos movimentos de resistência contra a discriminação racial e social, além da luta pela igualdade de direitos, o que culminou em um clima favorável para o desenvolvimento de novas perspectivas sobre as pesquisas no campo das Ciências Humanas (MATTOS; DRUMMOND, 2005).

Esse novos olhares consolidaram a diversidade no campo das pesquisas qualitativas que por meio de diversas abordagens buscavam ampliar o movimento de escuta a todos os

participantes, ainda que não possuíssem poder, tampouco se encontrassem em uma posição de privilégio. Nesse sentido, pontuamos que os ideais que nortearam as perspectivas da pesquisa qualitativa dialogavam com os movimentos de luta dos anos de 1960 que se inspiravam nos ideais democráticos.

As pesquisas chamadas de qualitativas vieram a se constituir em uma modalidade investigativa que se consolidou para responder ao desafio da compreensão dos aspectos formadores/formantes do humano, de suas relações e construções culturais, em suas dimensões grupais, comunitárias ou pessoais. Essa modalidade de pesquisa veio com a proposição de ruptura do círculo protetor que separa pesquisador de pesquisado, separação que era garantida por um método rígido e pela clara definição de um objeto, condição em que o pesquisador assume a posição de “cientista”, daquele que sabe, e os pesquisados se tornam dados – pelos seus comportamentos, pelas suas respostas, falas, discursos, narrativas, etc, traduzidas em classificações rígidas ou números - numa posição de impessoalidade. Passa-se a advogar na nova perspectiva, a não neutralidade, a integração contextual e a compreensão de significados nas dinâmicas histórico-relacionais (ANDRÉ; GATTI, 2010, p. 30).

Essas características impulsionaram o desenvolvimento das pesquisas qualitativas, especificamente no campo da educação, posto que corroboraram para a compreensão dos processos escolares, das questões de aprendizagem, das relações institucionais, humanas e culturais. Ademais, emergiram estudos relacionados às questões da socialização, do cotidiano escolar e de inovações nas ações educativas.

A partir da diversificação das possibilidades de estudos das questões educativas o universo epistemológico da discussão educacional foi de fato ampliado. Esse alargamento nas formas de abordagem contribuiu para que os pesquisadores se relacionassem de forma diferenciada com as realidades investigadas. Uma postura de proximidade foi então, identificada entre investigadores e investigados que culminou em um compromisso ainda maior com as demandas sócio educacionais. As pesquisas caracterizaram-se como um meio de intervir nas realidades pesquisadas e consubstanciam os debates acerca da necessidade de políticas educativas (BOGDAN; TAYLOR, 1975).

Acerca das contribuições das abordagens qualitativas para o campo da pesquisa André e Gatti (2008, p. 42) acrescentam:

Podemos destacar quatro pontos importantes desta contribuição: 1. a incorporação, entre os pesquisadores em educação, de posturas investigativas mais flexíveis e com maior adequação para estudos de processos micro-sóciopsicológicos e culturais, permitindo iluminar aspectos

e processos que permaneciam ocultados pelos estudos quantitativos; 2. a constatação de que para compreender e interpretar grande parte das questões e problemas da área de educação é preciso recorrer a enfoques multi/inter/transdisciplinares e a tratamentos multi dimensionais. 3. a retomada do foco sobre os atores em educação, ou seja, os pesquisadores procuram retratar o ponto de vista dos sujeitos, os personagens envolvidos nos processos educativos; 4. a consciência de que a subjetividade intervém no processo de pesquisa e que é preciso tomar medidas para controlá-la.

Reconhecendo tais contribuições da abordagem qualitativa, no presente estudo optamos por desenvolver uma metodologia pautada nesta perspectiva, posto que tínhamos como pretensão nos aproximarmos dos nossos sujeitos de pesquisa, possibilitando meios para que colocassem seus relatos, expressando os seus pontos de vistas. E assim, nos debruçamos sobre estas questões com o interesse de interpretar os sentidos e significados construídos a respeito da realidade alagoana pesquisada.

Cabe ressaltar que nossa investigação ocupa-se de uma questão, sobretudo, social que se relaciona com a tarefa de compreender a as implicâncias da relação entre Estado e Organizações Não Governamentais no contexto alagoano de acordo com as percepções dos profissionais da sociedade civil organizada. Para cumprir tal objetivo nos dedicamos a analisar além dos documentos, a própria experiência dos sujeitos envolvidos. Neste sentido, as impressões e opiniões dos atores a respeito das relações estabelecidas com o poder público são fundantes para interpretarmos as implicações destas aproximações sobre o cumprimento do papel social destas instituições da sociedade civil.

## **2.2 As escolhas técnicas da pesquisa do campo da abordagem qualitativa**

Diante das diversas possibilidades da vertente qualitativa, observamos que alguns tipos de se fazer pesquisa conquistaram destaque no campo da educação devido a sua especificidade. Dentre os quais podemos grifar o estudo de caso, sobre os quais estudiosos em pesquisa educacional consideram que “vêm ganhando crescente aceitação na área de educação, devido principalmente ao seu potencial” (LÜDKE; ANDRÉ 1986, p. 13).

Definimos como procedimento investigativo o estudo de caso, posto que contemplava os aspectos necessários ao desenvolvimento da pesquisa. Posto que, o estudo de caso objetiva analisar as especificidades das situações. Compreendemos que a realidade alagoana é

multifacetada, portanto não poderia ser observada apenas a partir de uma única perspectiva. Definimos em nossa pesquisa que iríamos nos dedicar ao exercício de investigar a singularidade das situações para, então, refletir acerca das múltiplas realidades encontradas e interpretadas pelos atores e assim dialogarmos a respeito do contexto alagoano.

É salutar esclarecer que as características do estudo de caso foram fundantes para a concretização do objetivo de nossa pesquisa, posto que à medida que o nosso objeto desenhou-se, percebemos que um estudo exaustivo e específico se fazia de suma importância. Nesse sentido, as particularidades do referido procedimento investigativo nos motivou a defini-lo como meio para a consolidação do nosso estudo. Tais características são mencionadas por Lüdke e André (1986, p. 18-20), a saber:

Os estudos de caso visam à descoberta; Os estudos de caso enfatizam a 'interpretação em contexto'; Os estudos de caso buscam retratar a realidade de forma completa e profunda; Os estudos de caso usam uma variedade de fontes de informação; Os estudos de caso revelam experiência vicária e permitem generalizações naturalísticas; Estudos de caso procuram representar os diferentes e às vezes conflitantes pontos de vista presentes numa situação social; Os relatos de estudo de caso utilizam uma linguagem e uma forma mais acessível do que os outros relatórios de pesquisa.

Conforme as características apontadas pelos estudiosos, observamos que o estudo de caso enquanto procedimento investigativo não considera um conhecimento como acabado, portanto, se preocupa com a reformulação dos seus pressupostos. Ademais a partir desta perspectiva de pesquisa a compreensão do nosso objeto estaria relacionada com o contexto no qual se desenvolve, inclusive dialogando com fatores externos que se associam à problemática.

Quando definimos o nosso objeto de pesquisa percebemos que trataríamos com a complexidade das situações que demandaram o estudo exaustivo de cada realidade encontrada. Compreender essas realidades significava interpretar os sujeitos que integram esses espaços, perceber as relações tecidas e focalizar o problema em seu aspecto total. O estudo de caso se apresentou como um procedimento interessante, posto que nos permitiu percorrer o caminho da pesquisa utilizando uma variedade de fontes para coleta de dados que subsidiaram nossas reflexões e considerações.

O percurso da investigação foi possível a partir do desenvolvimento de ao menos três estágios os quais estudiosos como Nisbet e Watt (1984) elucidam em suas interpretações sobre o estudo de caso. O primeiro estágio pode ser caracterizado como a fase exploratória.

No estágio seguinte ocorre a delimitação do estudo, bem como a coleta de dados. Por fim, chegamos a fase no qual é realizada a análise sistemática dos dados coletados, que se configura como subsídio para as reflexões dos estudos (NISBET; WATT, 1984).

Em nosso estudo o estágio inicial se configurou como o período necessário para o desenvolvimento da pesquisa. Realizamos o levantamento de ONGs de acordo com as mesorregiões do estado de Alagoas. A partir desses dados concretizamos três visitas para conhecer o trabalho realizado, conversas iniciais foram estabelecidas no intuito de desenhar o nosso objeto precisamente. Identificamos situações específicas, questões para trabalharmos, refletimos sobre as fontes que seriam consultadas para tratar o objeto, analisamos ainda os instrumentos que possibilitaram a coleta de dados. Enfim, nos preocupamos em pensar de fato nosso objeto e não em nos posicionarmos diante dele, o objetivo foi justamente o de desenhá-lo e a sua descoberta seria possível no decorrer do caminho a ser percorrido.

Percorrido esse primeiro momento, nos ocupamos em identificar os contornos do nosso objeto em meio a uma problemática na qual estava inserido. Destarte, identificamos de acordo com os primeiros relatos dos profissionais que os elementos constitutivos das relações com o poder público poderiam contribuir para o enfraquecimento das ONGs pesquisadas. Tendo em vista a necessidade de conhecer esses elementos, buscamos meios para sistematicamente coletar os dados. Os instrumentos utilizados estão descritos neste trabalho quando detalhamos os caminhos percorridos na pesquisa.

O terceiro estágio foi desenvolvido a partir da análise dos dados e da sintetização destas informações que nos possibilitaram realizar as reflexões acerca do real pesquisado. As observações preliminares, os dados coletados são então utilizados como instrumento de análise e interpretação dos sujeitos e da realidade pesquisada. Entre os estágios há um constante diálogo, posto que no momento que refletimos sentimos a necessidade de retornar a campo, retomar os dados, aprofundar questões e assim, esse movimento nos permitiu avançar em nossas reflexões. Na realidade, Lüdke & André (1986, p. 23) esclarecem que esses estágios “se interpolam em vários momentos, sugerindo apenas um movimento constante no confronto teoria-empíria”.

A escolha do procedimento investigativo também nos fez refletir sobre a necessidade de demarcar bem nosso objeto de estudo, posto que no estudo de caso o problema “é sempre bem delimitado, devendo ter seus contornos claramente definidos no desenvolver do estudo” (OLIVEIRA, 2008, p.5).

### 2.2.1 Perguntas e delineamento de pesquisa

Com o intuito de delinear o nosso objeto de estudo, nos debruçamos sobre o mesmo a partir de questionamentos centrais, visando orientar nosso estudo enquanto pesquisadoras. De acordo com Triviños (1987), as perguntas refletidas corroboram para o direcionamento dos instrumentos de coleta de dados, contribuem para o foco do trabalho, bem como para o alcance dos objetivos central e específicos da investigação.

Destarte, duas questões tornaram-se centrais em nosso estudo a primeira relacionada em entender como se estabelecem as relações entre ONGs e Estado. A segunda diz respeito a compreender de que modo essas aproximações implicam no enfraquecimento do papel social dessas instituições da sociedade civil. A partir desses questionamentos desdobraram-se outras indagações sobre as quais buscamos refletir em nosso estudo, a saber:

- 1) Quais as motivações para o estabelecimento de parcerias?
- 2) Como se caracterizam as parcerias entre as ONGs e o Estado?
- 3) Como são percebidos os termos dessa relação no que diz respeito ao desempenho de papéis e atribuições?
- 4) Quais as estratégias de controle utilizadas nas relações de parceria?
- 5) Que alterações são percebidas nas ações das ONGs decorrentes do estabelecimento de parcerias?

O objetivo desta pesquisa se sustenta na tarefa de analisar quais as implicações da relação com o Estado para o desenvolvimento do papel social das ONGs a partir das percepções dos profissionais da sociedade civil organizada. Nesse sentido, nos inquietou enquanto pesquisadoras, refletir sobre o processo de enfraquecimento dessas instituições a partir dos significados construídos pelos sujeitos da pesquisa.

O estudo das parcerias entre as ONGs selecionadas e o poder público está circunscrito em um determinado momento histórico, especificamente a partir da Reforma do Estado brasileiro, aspecto este que caracteriza a perspectiva seccional da nossa investigação. Nesse sentido, é a partir do referido processo que temporal e historicamente observamos o nosso objeto de pesquisa, posto que não à toa emerge o interesse do poder público pelo estabelecimento de aproximações com o TS.

Consideramos relevante delinear nosso procedimento investigativo selecionado, a saber: o estudo de caso. Diante dos aspectos supracitados acerca da referida estratégia de pesquisa, ratificamos que a escolha pode ser justificada devido ao nosso desejo de aprofundar o conhecimento sobre a realidade estudada, posto que podemos direcionar nossos esforços para o objeto e assim aprofundar nosso conhecimento.

Triviños, estudioso da área, discorre a respeito das possibilidades do estudo de caso enquanto procedimento investigativo, afirmando que tal estratégia objetiva “fornecer o conhecimento aprofundado de uma realidade” (TRIVIÑOS, 1987, p.111), fato este que contribui para a reflexão e formulação de hipóteses para o desenvolvimento de pesquisas.

Com a intenção de possibilitar maior densidade à pesquisa, realizamos um estudo de multicasos. Nesse sentido, realizamos o estudo de três ONGs alagoanas no intuito de conhecer as suas realidades e assim refletir a partir dos papéis realizados por estas instituições em meio ao desenvolvimento de relações com o poder público.

O desenvolvimento inicial da investigação a partir desse tipo de estudo ocorre do mesmo modo do estudo de caso único. Desta forma, cada caso a ser analisado precisa ser criteriosamente selecionado. Patton (1990), afirma que o conhecimento possibilitado pela referida estratégia corrobora para uma amplitude de informações que exige dos pesquisadores aprofundamento da capacidade observacional e analítica dos casos selecionados. O autor sugere ainda que outras estratégias não proporcionam a compreensão ampla de determinado problema na mesma medida que o estudo de multicasos.

A respeito da estratégia multicasos os estudos de Yin (2015) avançam no sentido de estabelecer parâmetros analíticos para auxiliar o desenvolvimento da pesquisa. O autor apresenta a lógica da replicação, a qual é empregada por meio de uma estrutura teórica e que produz resultados análogos (conhecida como replicação literal) ou resultados discrepantes entre si, contudo relacionadas com a teoria (replicação teórica).

Em nossa pesquisa os casos analisados se relacionam de forma diversificada com o Estado, entretanto, o pressuposto de que essa aproximação enfraquece o desenvolvimento do papel social das instituições pode ser confirmado, o que nos motiva a justificar a utilização da replicação literal na análise dos dados levantado a partir da coleta de dados nos campos de investigação.

Nesse sentido, cabe esclarecer que a seleção dos casos analisados, ou seja, as ONGs pesquisadas, foi estabelecida a partir de critérios específicos. Buscamos realizar em um primeiro momento um levantamento das ONGs que atuavam no estado de Alagoas. Em seguida mapeamos essas instituições de acordo com a localização geográfica no estado. Identificamos ainda os campos de atuação das instituições e relacionamos àquelas que desenvolviam ações voltadas à educação. Priorizamos ainda visitar esses espaços e conhecer a população das ONGs que atuavam no âmbito educativo, investigando aquelas que estabeleciam ou que já haviam estabelecido parcerias com o poder público.

Neste sentido, utilizamos como critérios: o campo de atuação sendo prioritariamente o da educação, a localização geográfica de acordo com as três mesorregiões de Alagoas, o estabelecimento de vínculos com o poder público, além da representatividade das organizações perante a sociedade a partir do trabalho desenvolvido. Tais critérios delimitadores dos casos foram estabelecidos com a intenção legitimar nossos estudos ao passo que pretendemos replicar teoricamente os dados coletados nas diferentes realidades.

A pesquisa, pautada metodologicamente em uma abordagem qualitativa, foi orientada pelo propósito de dialogar sobre o questionamento central e outros desdobramentos da pesquisa. Optamos por um estudo pautado no diálogo entre a teoria e a prática e para tanto, utilizamos como procedimento investigativo o estudo de caso que “caracteriza-se pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento.” (DIEHL; TATIM, 2004, p. 61). Quanto aos instrumentos e métodos, lançamos mão de algumas técnicas de coleta de dados, a saber:

1) pesquisa bibliográfica: na qual realizamos um levantamento das obras que tratam da temática especificamente no que diz respeito a relação das ONGs com os seus parceiros, em especial o Estado;

2) consulta documental: que possibilitou o conhecimento dos artigos, publicações, Contrato Social, Estatuto, Regimento interno e Projeto Político Pedagógico (PPP) das instituições pesquisadas, bem como, a Legislação que trata especificamente da temática.



**QUADRO 1 - DOCUMENTOS ANALISADOS NAS ONGS**

<b>Documentos analisados</b>	<b>Ano</b>
Estatuto da ONG Imbiriba	2010
Regimento Interno da ONG Imbiriba	2010
Projeto Político Pedagógico da ONG Imbiriba	2017
Estatuto da ONG Angico	2005
Regimento Interno da ONG Angico	2005
Planejamento de ação da ONG Angico	2018
Estatuto da ONG Mandacaru	2012
Regimento Interno da ONG Mandacaru	2012
Plano de ação da ONG Mandacaru	2018

Fonte: Pesquisadora, 2018.

3) observação estruturada, que foi importante no processo de análise da realidade, tendo em vista que foi possível acompanhar as atividades desenvolvidas nos campos de pesquisa;

4) questionário com perguntas abertas: utilizamos esse instrumento de coleta de dados que é “constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do investigador” (MARCONI; LAKATOS, 1999, p. 100), na perspectiva de atingirmos um significativo número de pesquisados. Assim, o questionário, foi escolhido porque nos permitiu escutar os sujeitos diretamente envolvidos nos trabalhos das instituições. Perseguindo o interesse de compreender os processos que se desenvolvem nesses espaços de acordo com dinâmicas e propostas específicas, foram aplicados questionários com 16 profissionais e três gestores atuantes nas organizações.

**QUADRO 2 - COLABORADORES RESPONDENTES DOS QUESTIONÁRIOS**

ONG pesquisada	Número de respondentes
Imbiriba	8
Angico	4
Mandacaru	4

Fonte: Pesquisadora, 2018.

5) entrevista semiestruturada: através da qual estruturamos alguns questionamentos direcionados aos gestores das instituições. A abertura da semiestruturação permitiu que novos caminhos fossem percorridos, sempre que necessário, com o intuito de atender aos objetivos da investigação.

### QUADRO 3 - COLABORADORES ENTREVISTADOS NAS ONGS

Entrevistado 1	<i>Gestor 1 da ONG Imbiriba</i>
Entrevistado 2	<i>Gestor 2 da ONG Angico</i>
Entrevistado 3	<i>Gestor 3 da ONG Mandacaru</i>

Fonte: Pesquisadora, 2018.

As questões que direcionaram a entrevista semiestruturada estão relacionadas a questão do papel social que a ONG desempenha, os objetivos pretendidos, a concepção acerca de sua prática social. Nesta perspectiva buscamos conhecer a partir das “vozes” dos sujeitos, bem como da realidade dos projetos, das relações, das fontes de recursos, da relação com o poder público, dos desafios, as implicações sobre a atuação dessas instituições.

É importante ressaltar que a “escuta” e o registro das concepções sobre o papel e as opiniões dos profissionais das ONGs sobre as parcerias contribuíram significativamente para o desenvolvimento da pesquisa. Mais do que gerar dados qualitativos, as entrevistas possibilitaram a análise com maior propriedade sobre essas instituições com relação às suas atividades no campo educacional. A entrevista realizada com os gestores corroborou para que transpassássemos as impressões obtidas a princípio. A utilização desses instrumentos investigativos contribuiu para construir a nossa compreensão, de forma ampliada, em torno do papel social desenvolvido pelas referidas instituições.

#### 2.2.2 Caracterização do lócus da pesquisa

Se ao caminhar fomos construindo o percurso, é importante esclarecermos que os passos que tomamos nos direcionaram para três instituições que ao abrir as portas para nos receberem em seus espaços, também nos permitiram adentrar ao campo das suas interpretações sobre a realidade, dos seus objetivos, das suas concepções, referências, projetos de atuação, mesmo aqueles que ainda estavam no plano da projeção futura.

Tínhamos como objetivo adentrar a esse universo não governamental, para desta forma conhecer não apenas o cotidiano de suas práticas educativas, mas percebê-las em um contexto de associação com as concepções construídas acerca do papel que desempenham socialmente. Desenvolvemos, então, a presente pesquisa empírica a partir da observação estruturada, que nos possibilitou uma aproximação com a realidade, tendo em vista que

pudemos acompanhar as atividades realizadas e perceber não como eram desenvolvidas e, sobretudo, pensadas e avaliadas nos nossos campos de pesquisa.

Descrever o *locus* da pesquisa, a nosso ver, exige situar onde se localizam esses sujeitos. É certo que estes desenvolvem ações que se aproximam, por se tratar do campo público e mais ainda por esse trabalho ser desenvolvido no espaço não governamental. Entretanto, estamos tratando de realidades diversas, que possuem suas especificidades. Cabe, então, a apresentação desses diferentes contextos.

A primeira ONG pesquisada situa-se no Leste alagoano, especificamente na cidade de Boca da Mata. Fazemos um adendo, para justificar a razão de não termos optado por realizar a pesquisa com uma ONG da capital alagoana, visto que Maceió possui um número expressivo de instituições. A primeira razão diz respeito ao fato de em outros momentos já termos nos debruçado sobre a realidade das instituições maceioenses. Outro ponto, é que gostaríamos de conhecer a realidade alagoana a partir de outros municípios representantes de sua subdivisão regional. O terceiro motivo é que a ONG selecionada atende todos os critérios pré-estabelecidos na pesquisa e em todo momento demonstrou abertura para colaborar com o estudo, não fazendo nenhuma objeção quanto ao esclarecimento dos níveis de relações estabelecidas com os parceiros.

Boca da Mata está a uma distância de aproximadamente 55km da capital alagoana. O município dispõe de belezas naturais atraentes como a Serra de Santa Rita, reservas naturais, balneários como o conhecido Balneário Águas de São Bento que se localiza na Área de Proteção Ambiental (APA). Entretanto, apesar de atrair turistas pela sua beleza, a cidade enfrenta questões sociais complexas como a restrita empregabilidade, principalmente após a Usina Triunfo ter encerrado suas atividades no ano de 2015. Com isso mais de cinco mil pessoas foram obrigadas a sair da cidade em buscas de oportunidades de emprego as quais migraram para Maceió e para os centros urbanos industrializados. Observar a respeito desse contexto bocamatense nos possibilita refletir sobre a realidade com a qual a ONG pesquisada lida diariamente, no que diz respeito a superar desafios e prospectar oportunidades de atuação.

A segunda ONG pesquisada localiza-se no Agreste alagoano no município de Arapiraca em um bairro periférico. A instituição foi selecionada por possuir um perfil que se enquadra nos parâmetros da pesquisa, bem como por possuir reconhecimento social no contexto arapiraquense. Instigou-nos realizar a pesquisa neste espaço pelo fato da instituição ter rompido recentemente uma relação estabelecida com o poder público. Esse aspecto foi

fundante para que optássemos por realizar o estudo junto a referida entidade da sociedade civil.

Arapiraca é o segundo município mais populoso do estado de Alagoas, ficando atrás apenas da capital do estado. A cidade localiza-se a aproximadamente 128 km de distância de Maceió. Atualmente a cidade tem sido reconhecida a nível nacional pela sua capacidade de geração de emprego. O desenvolvimento da cidade iniciou-se na década de 1970 quando o cultivo do fumo, conhecido antigamente como “ouro verde”, elevou o desenvolvimento da cidade. Hoje, os arapiraquenses dispõem de um mercado diversificado, a cidade possui empresas de pequeno a grande porte que tem impulsionado a economia local. Ademais como uma cidade em acelerado desenvolvimento também tem enfrentado altos índices de violência e o consumo e mercado de drogas lícitas e ilícitas, principalmente nas regiões periféricas, justamente nas quais estão inseridos os trabalhos das organizações sociais, inclusive aquela que serviu de lócus desta pesquisa.

Na cidade de Delmiro Gouveia nos deparamos com uma ONG que tem desbravado o Sertão Alagoano de uma forma que nos chamou a atenção. A instituição apesar do pouco tempo de fundação, no ano de 2012 conquistou uma visibilidade na atuação como nenhuma outra na região. Cabe ressaltar que a ONG conseguiu desenvolver atividades no âmbito educacional e conseguiu estabelecer vínculos, dentre elas com a esfera estatal para realização de tais ações. Diante disso, percebemos que acompanhar a instituição agregaria significativamente à pesquisa.

Delmiro Gouveia está localizado no oeste alagoano na mesorregião do sertão alagoano. O município faz fronteira com os estados de Pernambuco, Bahia e Sergipe e está a cerca de 290 km de Maceió. No ano de 1913 foi instalada a usina hidrelétrica de Angiquinho, reconhecida como a segunda da América do Sul. O funcionamento da hidrelétrica além de fornecer energia elétrica para todo o vilarejo na época também atraiu empresas de tecelagem que se instalaram na região. A oferta de emprego na Companhia Agro-Fábrica Mercantil foi o convite necessário para a chegada de muitos moradores para a região, trazendo o desenvolvimento. Entretanto, a fábrica foi fechada definitivamente em março de 2016 e desde então a economia da cidade tem sido extremamente dificultada. Como meio para superar os limites econômicos, gerando emprego para a população o turismo tem sido objeto de investimento, pois a beleza natural dos cânions do rio São Francisco tem um elevado potencial turístico.

Apresentar essas questões foi uma tarefa necessária, posto que gostaríamos de, assim, ratificar as diferentes realidades com as quais as ONGs pesquisadas convivem no contexto alagoano. Nesse sentido, o nosso olhar para essas instituições não será o de comparar o trabalho que elas desenvolvem individualmente, pois estamos diante de realidades diversas. A nossa tarefa se ocupa de compreender em meio a essas especificidades como se desenvolvem os papéis dessas entidades públicas e como a execução desses papéis se expressam no papel social das mesmas.

Destarte, como nos preocupamos em preservar a identidade das ONGs que se disponibilizaram a contribuir para esta investigação, utilizaremos nomes fictícios para nos referirmos às mesmas. Adotamos denominações das vegetações típicas de cada região. Nos caminhos percorridos não pudemos deixar de notar a beleza natural que destacava cada região, as Imbiribas nas regiões de mata atlântica nas reservas de Boca da Mata, o Angico-branco que é o símbolo e faz parte da história de Arapiraca e o Mandacaru que sobrevive e se sobressai em meio à caatinga do sertão. Por vezes eu observei essas paisagens, essas cidades.

Observar no decorrer do caminho a mudança dessas vegetações foi uma oportunidade de começar a perceber que assim como as paisagens mudam, as realidades se diferem, os contextos se transformam. Por este motivo, como memória dessas reflexões nos referimos às instituições pesquisadas utilizando essas denominações.

De igual modo, pretendemos proteger a identidade dos sujeitos que possibilitaram a realização dessa pesquisa, que nos emprestaram um pouco do seu olhar para que enxergássemos diferentes realidades. Iremos nos reportar aos sujeitos participantes identificando-os somente por letras e números, seguindo os exemplos: *Gestor 1*; *Gestor 2*; *Gestor 3*; *Educador 1*; *Educador 2*. Como critério para a seleção dos sujeitos, utilizamos o fato de que deveria existir um vínculo efetivo com a instituição, podendo os participantes atuar em projetos e/ou ações da ONG de forma voluntária, por meio de estágio ou ainda contratação específica.

A pesquisa me ensinou a enxergar os sujeitos, a ouvir as suas vozes e a prestar atenção no que está sendo construído bem diante dos nossos olhos no cotidiano das relações. Na realidade, os trabalhos das instituições conquistaram notoriedade à medida que a sociedade responde se envolvendo com as iniciativas não governamentais. Entretanto, os sujeitos responsáveis por gerir, ou conduzir essas ações, raramente são ouvidos a partir da sua percepção particular. Nesse sentido, nos interessamos por não apenas conhecer a instituição por meio das informações dos sujeitos. Na realidade buscamos identificar nas experiências

institucionais a percepção desses profissionais, que por vezes resvalam nos limites da invisibilidade, sobretudo no âmbito acadêmico, embora desempenhem uma atividade imprescindível no interior dessas instituições.

Nos estudos de Santos (2010), encontramos a compreensão das relações a partir da ideia de pensamento abissal. Na perspectiva do pensamento moderno ou abissal existe uma linha por meio da qual se estabelece uma divisão radical de conhecimentos. Nesse sentido, o conhecimento considerado como verdadeiro situa-se em um dos lados da linha imaginária. Destarte, “do outro lado da linha, não há conhecimento real, existem crenças, opiniões magia, idolatria, entendimentos intuitivos ou subjetivos, que, na melhor das hipóteses, podem tornar-se objetos ou matéria-prima para inquirição científica” (SANTOS, p. 35, 2010). Em suma, o outro lado da linha ocupa-se de um conhecimento sem validade, portanto não é considerado.

No presente estudo ao realizar a atividade de ouvir esses sujeitos e suas histórias dentro desses espaços pudemos observar que a linha do pensamento abissal está presente no cotidiano social. Os sujeitos que nesse caso, diante do conhecimento acadêmico, ocupam um papel invisível, situando-se do outro lado da linha. A condição de invisibilidade advém da inexistência do conhecimento produzido para além dos muros acadêmicos, especificamente aquele desenvolvido no âmbito não formal das ONGs.

Nesse sentido, nossa pesquisa contribui ainda para romper com um movimento que tem se consubstanciado historicamente, a saber: o silenciamento das vozes e a invisibilização dos sujeitos. Posto que à medida que percorremos a respeito das instituições, nos debruçamos sobre os relatos daqueles que as integram, buscamos em seus relatos compreender o papel das organizações em meio às aproximação realizadas.

### 2.2.3 Coleta de dados e Análise de Dados

No que diz respeito à coleta de dados da pesquisa, ressaltamos que foram utilizadas tanto fontes primárias quanto fontes secundárias. Nesse sentido, as fontes secundárias se referem aos documentos que tratam dos termos da parceria estabelecida, nos quais são regulamentadas as questões técnicas e financeiras. A documentação analisada configurou-se como os Contratos de Cooperação Técnica e Financeira estabelecidos com o poder público. Além disso, foram analisados regimentos internos e contratos sociais das instituições com a finalidade de conhecer a estrutura organizacional e administrativa das ONGs pesquisadas.

Cabe elucidarmos, ainda, que a coleta de dados por meio das fontes secundárias nos possibilitou o esclarecimento de informações obtidas por outras fontes. Nesse sentido, questões que não ficaram compreendidas em sua totalidade no momento das entrevistas, por exemplo, foram complementadas pelas informações contidas nos contratos analisados, fato este que possibilitou a descoberta e aprofundamento das problemáticas (CHIZZOTTI, 1991).

O levantamento de dados primários ocorreu a partir das nossas observações diretas, bem como a partir da aplicação de questionários e realização de entrevistas semiestruturadas com o público interno das instituições selecionadas. De acordo com Richardson (1999), a entrevista possibilita o desenvolvimento de uma relação entre os sujeitos envolvidos, promovendo o conhecimento das questões referentes ao problema da pesquisa.

A respeito das entrevistas realizadas, é salutar esclarecer que nos preocupamos no desenvolvimento da pesquisa em minimizar os possíveis impactos negativos decorrentes da relação de poder estabelecida quando se está nas posições de entrevistador e entrevistado. Sobre essa questão Bourdieu (1997, p. 695) pondera que

tentar saber o que se faz quando se inicia uma relação de entrevista é em primeiro lugar tentar conhecer os efeitos que se pode produzir sem o saber por esta espécie de intrusão sempre um pouco arbitrária que está no princípio da troca (especialmente pela maneira de se apresentar pesquisa, pelos estímulos dados ou recusados, etc.) é tentar esclarecer o sentido que o pesquisado se faz da situação, da pesquisa em geral, da relação particular na qual ela se estabelece, dos fins que ela busca e explicar as razões que o levam a aceitar de particular da troca.

A fim de ampliar nossa compreensão recorreremos às fontes primárias, dentre as quais a semi estruturação das entrevistas nos permitiu a criação de um espaço para que os sujeitos se expressassem em relação às questões centrais da pesquisa e não apenas respondessem mecanicamente ao que foi questionado. Tínhamos um roteiro que norteava as entrevistas, mas a cada experiência os sujeitos se colocavam contribuindo para a ampliação do nosso olhar em torno da problemática.

As entrevistas foram realizadas com os gestores das três instituições pesquisadas no período de março de 2017 a junho de 2018. Ressaltamos que a entrevista foi realizada em duas sessões de duração média de 60 minutos com cada um dos sujeitos. Ademais, não foram desenvolvidas no primeiro momento que chegamos à instituição. Desta forma, pudemos realizar três observações e tecer conversas informais buscando identificar elementos

pertinentes ao estudo. Os registros de observações, das entrevistas, dos questionários, do trabalho desenvolvido foram organizados no decorrer do processo de observação.

Realizamos ainda a aplicação de questionários com dezesseis profissionais das instituições, que atuavam como educadores sociais. Nesse sentido, tal instrumento foi elaborado seguindo roteiro que trata da natureza das organizações e ainda o envolvimento individual do profissional com a instituição. Com o intuito de resguardar o presente estudo, os entrevistados foram orientados por meio o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE<sup>2</sup>) a respeito dos objetivos do estudo e de que modo os dados fornecidos contribuiriam para o estudo. A pesquisa foi devidamente estruturada, tendo aprovação para a sua realização.

Iniciamos nossa análise dos registros desde o momento inicial da pesquisa nos campos e finalizamos quatorze meses após o período de coleta das fontes primárias, quando foi possível estabelecer um distanciamento do campo e assim refletir a partir das teorias e conceitos construídos acerca das percepções dos sujeitos quanto ao papel social das instituições, bem como sobre as relações das ONGs com o Estado.

Acrescentamos que as conversas informais, os questionamentos casuais que foram realizados com os atores internos, também contribuiriam para o conhecimento acerca das ONGs, no que diz respeito ao desenvolvimento da sua prática social e relacionamento que estabeleciam com a esfera estatal. Por tais aspectos os registros no diário de campo das nossas observações se configuraram como um instrumento importante de coleta de dados e resgate de informações, imprescindíveis à pesquisa desenvolvida.

Ressaltamos que com a finalidade de assegurar o direito de anonimato dos entrevistados e respondentes dos questionários no decorrer do trabalho não mencionaremos o nome das ONGs pesquisadas, posto que revelaríamos a identidade dos participantes, vez que realizamos entrevistas com os gestores das instituições. Entretanto, caracterizamos as organizações, bem como as situamos no contexto de atuação, pois entendemos que detalhá-las nos possibilita refletir com maior profundidade sobre a função desenvolvida por tais atores sociais.

Respeitando o cunho qualitativo da nossa metodologia de pesquisa, os dados coletados foram analisados respeitando a natureza descritivo-interpretativa. Neste sentido, o tratamento

---

<sup>2</sup> O modelo do TCLE utilizado na pesquisa segue a pedido da banca de qualificação nos apêndices deste trabalho.



dos dados secundários foi realizado a partir da análise documental, na qual buscamos desvelar os aspectos organizacionais e administrativos relacionados com o fenômeno social estudado (RICHARDSON, 1999).

Realizamos a leitura cuidadosa dos questionários respondidos, bem como transcrevemos as entrevistas realizadas, a partir das quais priorizamos a interpretação do discurso contido e assim para aprofundar o conhecimento acerca das implicações desses vínculos estabelecidos. Buscamos trabalhar por meio de um método capaz que possibilitasse a exploração objetiva das informações detalhadas nos dados da pesquisa (MUCCHIELLI, 1991).

Triviños (1987, p. 138) afirma que o estudo de caso busca apreender “a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão” do fenômeno em estudo. Nesse sentido, os dados analisados foram organizados de acordo com as alterações percebidas nas organizações ao estabelecer parceria, que sinalizam o objetivo da pesquisa de perceber de que modo essas relações têm gerado implicações para o desenvolvimento do papel social das ONGs. Utilizamos a abordagem da interpretação dos discursos orais de modo ordenado, buscando observar como são percebidas as aproximações com o poder público, analisando os elementos dos relatos que sinalizavam para uma postura de insatisfação, discordância, receio ou desconfiança. Confrontando, assim, dados primários e secundários e replicando as informações a fim de visualizarmos o fenômeno em sua amplitude (YIN, 2015).

Um aspecto relevante relacionado ao procedimento investigativo diz respeito ao fato de surgirem problemas quanto à escolha do caso a ser estudado ou, ainda, possíveis generalizações dos resultados. Lüdke e André (1986) refletem sobre a questão das generalizações terem uma menor ingerência quanto à limitação, posto que os casos são tratados em suas especificidades.

As análises que apresentamos nesta pesquisa fornecem a compreensão do fenômeno das relações estabelecidas entre as ONGs e Estado. Entretanto, por se tratar de um estudo de caso, ainda que múltiplo, seu resultado não pode e nem é a nossa pretensão que seja generalizado para todas as formas de parcerias entre as ONGs e o poder público.

Quanto a essa limitação, o estudo dos casos se justifica em nossa pesquisa por se configurar como um procedimento que viabiliza o aprofundamento na análise, necessária ao estudo do papel social. Como meio para atenuar essa limitação, buscamos construir um arcabouço teórico e metodológico, que nos direcionou em meio ao processo de coleta de dados primários e secundários da pesquisa.

A nosso ver a reflexão sobre os dados coletados por meio das diversas fontes corrobora para minimização dessa limitação. Posto que, confrontamos as informações obtidas nas entrevistas com as informações descritas nos documentos, o movimento oposto também foi possível e esse aspecto contribuiu para o aprofundamento de nossa análise. A técnica empregada para a coleta de dados primários também buscou superar essa limitação, ao passo que não nos orientamos apenas pela concepção dos gestores, mas optamos por escutar o maior número de sujeitos que integravam a instituição por meio das conversas tecidas e da aplicação de questionários. Cabe esclarecer que não consideramos que a visão do gestor representa a totalidade da organização, portanto em nossas observações nosso olhar estava voltado a todos os sujeitos que integravam o espaço institucional. E esses dados foram confrontados entre si, bem como com os dados primários, tornando possível assim, a maior consistência e legitimidade das informações obtidas.

### 3 O CENÁRIO DA ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

Em nossos estudos bibliográficos, bem como pesquisas realizadas ficou evidente a imprecisão conceitual sob a qual se abriga a terminologia ONG. A respeito da compreensão acerca dessas organizações os estudos de Fernandes (1985) ressaltam as ONGs enquanto alternativas às práticas institucionais características das universidades, igrejas. Sob o olhar de Landim (1988) tais instituições se configuravam a serviço de determinados movimentos sociais ou grupos dominados seguindo uma perspectiva de transformação social.

Um pouco mais tarde, observamos que algumas terminologias foram associadas às ONGs. Nesse sentido, de acordo com Souza (1992) a década de 90 se sobressai como o período no qual essas entidades foram reconhecidas como micro-organismos do processo democrático, tornando-se então referência no que diz respeito a lugar de inovação e criação de novos processos. Nesta mesma linha, nos estudos de Oliveira Neto (1992) se consolidou a perspectiva das ONGs enquanto organismos de luta a favor da democracia. Foram então, definidas como canais de participação, por meio dos quais os interesses de diversos grupos sociais, bem como as demandas populares emergiram nas arenas institucionais de confronto e negociações sociais.

Os estudos de Francisco de Oliveira (1997) apontam o surgimento das ONGs como um dado novo da nova complexidade da sociedade. Trata as referidas instituições enquanto lugar de onde se fala a nova experiência. Neste sentido, o autor aponta que estas ocupam um lugar específico, o qual o Estado ou mesmo a Academia não podiam ocupar, tampouco falar. Tratava-se de um lugar construído a partir da experiência militante.

O termo internacionalizado “ONG” conquistou notoriedade no contexto brasileiro enquanto categoria social. Nesse sentido Landim (2002) esclarece que essas instituições se apresentam como um conjunto de organizações *sui generis* que se consolidaram por características, posições e papéis análogos na tessitura social brasileira. Entretanto, apesar de se conhecer as especificidades de tais organizações, a imprecisão a respeito de sua identidade permanece entre os estudiosos da área. Fato curioso que nos instiga a refletir sobre a obscuridade que existe não apenas quanto à compreensão do que são, como também o processo de surgimento dessas instituições, a legislação que as rege, os desafios que envolvem

o trabalho, as novas possibilidades de profissionalização nesses espaços, as relações com a sociedade, Estado e também com o Mercado.

Conceituar a terminologia ONG se apresenta como um desafio, uma vez que, em uma primeira leitura, temos a tendência de considerar que esse termo se refere a toda e qualquer entidade civil promotora de ações em que, o Estado ou o governo não tenha ingerência sobre o planejamento, monitoramento e a avaliação das mesmas. Porém, na atual configuração social, essa definição apresenta-se como limitada, tendo em vista que essas organizações atuam, ou buscam atuar cada vez mais vinculadas à perspectiva do poder público.

Comumente, o conceito de ONG é, ainda, relacionado com o de outras organizações que compõem o TS, a saber: movimentos sociais, sindicatos, associações de bairros, dentre outros. Portanto, o simples fato de uma instituição integrar o TS, não significa dizer que essa se caracterize como uma ONG. A fim que possamos construir um conceito acerca dessas instituições é necessário um movimento de observação da historicidade das mesmas, que, por conseguinte está relacionado ao processo de fortalecimento do conhecido TS.

No Brasil, os estudos de Leilah Landim (1993), se configuram como os primeiros esforços para compreender no campo acadêmico essas organizações, seu estudo representa, portanto, um marco em termos de pesquisas científicas sobre esses espaços sociais. A autora apresenta justamente esta relação entre as ONGs e a expansão do setor ao qual são pertencentes.

Desta forma, estudar o campo das ONGs implica em um convite a compreender como estas instituições se portam e se relacionam dentro deste TS. O movimento que pretendemos é interpretar o papel dessas instituições de acordo com a organicidade de suas ações e, sobretudo, relações estabelecidas na tessitura social (GOHN, 2010).

Em nossos estudos realizamos a consulta de periódicos na base de dados da CAPES, na qual nos reportamos aqueles revisados por pares<sup>3</sup>. No decorrer da pesquisa foi possível fazer o levantamento de um número significativo de trabalhos voltados à organizações que atuam no campo da educação. Foram localizados 282 artigos publicados desde a década de noventa até o período atual que apresentam relatos de experiências de ONGs brasileiras que

---

<sup>3</sup> A revisão por pares, como é conhecida no meio acadêmico é também denominada revisão paritária ou arbitragem. Trata-se de um processo utilizado na publicação de artigos e na concessão de recursos para pesquisas, que em suma consiste em submeter o trabalho científico, neste caso o artigo, a avaliação de um ou mais especialistas da área.

atuam por meio da educação. Dentre os quais identificamos 51 que versam a respeito do papel social desempenhado por estas instituições no cenário educacional brasileiro a partir das aproximações com o Estado. O referencial teórico trabalhado em tais estudos converge quando se trata da historicidade das ONGs, posto que em suma são trabalhados estudiosos da área, a saber: Landim(1988); Fernandes(1985); Faleiros (1992) e Gohn (1992).

No decorrer da construção do nosso estudo, também realizamos consulta no Banco Digital Brasileiro de Teses e Dissertações (BDTD), no qual localizamos vinte e cinco estudos que versam a respeito da relação: Estado e ONGs. Foram localizados dezesseis dissertações, bem como nove teses produzidas nos últimos quinze anos. No repositório da UFAL foram localizados quatro trabalhos que tratam sobre instituições supracitadas. Entretanto, apenas em uma o papel das ONGs é investigado no contexto das transformações sociais.

Sinalizamos, portanto, que a questão das parcerias com o poder público tem ocupado um espaço crescente em meio aos estudos orientados para a perspectiva de conhecer essas instituições que não à toa conquistaram notoriedade no denominado TS, bem como o interesse da esfera estatal.

### **3.1 Sociedade civil e Terceiro Setor: quando entram em cena novos atores**

O TS abrange os movimentos sociais, associações de bairros, sindicatos, ONGs, entre outras instituições. Há um crescente interesse em divulgar e tornar conhecido esse conjunto de organizações que possui as suas especificidades. Compreendê-lo requer primeiramente um esforço para apreender o conceito de sociedade civil, do qual faz parte. No intuito de dar respostas às problemáticas sociais, a sociedade civil tem estabelecido uma relação peculiar com o poder público estatal. Sobre essa relação Nogueira (2004, p. 103) argumenta que “sem Estado (sem uma ligação com o Estado e sem uma perspectiva de Estado) não há sociedade civil digna de atenção”. O autor ainda acrescenta que a sociedade civil precisa caminhar para a politização.

Gramsci ajuda nessa reflexão sobre a sociedade civil, à medida que dialoga sobre as noções gerais e sobre os elementos específicos que formam o Estado, esclarecendo que

a noção geral de Estado inclui elementos que também são comuns à noção de sociedade civil (neste sentido poder-se-ia dizer que o Estado = sociedade política + sociedade civil, em outras palavras a hegemonia garantida pela couraça da coerção). (GRAMSCI,2000, p.149).

Sobre a questão da relação do Estado com a sociedade civil, Nogueira (2004, p. 67) esclarece que “se um Estado é indispensável, não é porque a sociedade, a democracia ou a sociedade civil precisem de um “tutor”, mas o contrário: é porque essa é uma das condições para que elas sejam mais autônomas e potentes”. Portanto, o fato da sociedade civil reconhecer a importância do papel estatal, não quer dizer que a mesma está submetida à tutela do poder público, ou que este para atuar poderá valer-se de instrumentos coercitivos de controle.

A sociedade civil não se caracteriza pela simples e/ou total oposição ao poder estatal. Pelo contrário, por vezes, ela se configura como um dos elementos que integram o braço do Estado no sentido de ampliar a sua expressividade diante da sociedade. Assim, o TS é um braço da sociedade civil que tem se aproximado do Estado, bem como tem se relacionado com os interesses privados da ordem capitalista, pertencentes ao segundo setor. São justamente essas relações que norteiam a discussão tecida em torno da construção histórica do mesmo. Considerando que as transformações no mercado culminaram no desenvolvimento de novas configurações políticas e econômicas, que implicaram em mudanças na estrutura social.

Desde a década de 1980, temos presenciado a inserção de novos atores no cenário social brasileiro, dentre eles as organizações não estatais, que foram assumindo cada vez mais uma postura participativa em meio ao processo de abertura democrática, vivenciado no referido período. A participação da sociedade civil, bem como o crescimento de suas instituições, fez surgir o TS. Em Fernandes (1994) essa expansão ocorreu, sobretudo, a partir da década de 1970. O surgimento do mesmo se caracterizava pela sua finalidade pública que pretendia lutar a favor da execução e da garantia dos direitos civis e sociais a partir do atendimento às demandas da população.

O período marcado pela Ditadura Militar<sup>4</sup> foi cenário da intensa mobilização da sociedade civil. Isso resultou na ampliação dessas instituições não estatais que foram conquistando certo reconhecimento quanto a sua participação social. Em meio a um momento marcado pela extrema opressão política e supressão dos direitos, as ações desenvolvidas por essas organizações precisavam ser silenciosas, até que se consubstanciassem argumentos que, de fato, fossem capazes de enfrentar a política repressiva de um governo ditador.

Apesar das perseguições, opressões e repressões que caracterizaram o período histórico marcado pela ditadura, a sociedade civil se fortaleceu e o regime militar: “tentou,

---

<sup>4</sup> O regime autoritário e ditatorial militarista governou o país de 31 de março de 1964 até 15 de março de 1985.

por diferentes meios, reprimir essa sociedade civil emergente, mas não foi capaz de domá-la e incorporá-la ao aparelho de Estado” (COUTINHO, 2006, p. 187). Os enfrentamentos ocorridos entre o Estado e a própria sociedade contribuíram para a queda do regime militar e, sobretudo, acentuaram a crise desse Estado centralizador e dominante, possibilitando, assim, uma reflexão em torno da constituição e atuação do poder público estatal. Assim, pois, a sociedade civil desempenhou um papel fundamental no processo de redemocratização vivenciado no país a partir da década de 1980.

As décadas de 1960 e 1970, e especificamente a de 1980, são compreendidas como o alicerce no qual se funda a organização da sociedade civil, necessária à luta pelos direitos e pela liberdade democrática na década seguinte. O Estado Democrático de Direito foi estabelecido no Brasil por meio da Constituição Federal de 1988, conquistada pelos diversos atores sociais. As ONGs assumiram um papel preponderante nesse processo. Enquanto atores políticos foram convocados para participar do processo participativo (LANDIM, 1993).

A Constituição de 1988 previu diretrizes e princípios que norteavam a questão da participação dos cidadãos no processo de implantação, implementação e monitoramento das políticas públicas sociais, inclusive aquelas voltadas à educação. No Capítulo III que trata da Educação, da Cultura e do Desporto, enfatiza:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Ao realizar um exercício de reflexão sobre certos aspectos da Constituição de 1988, é possível perceber que o Estado passou a incentivar a participação efetiva dos agentes sociais (não estatais), bem como o engajamento destes na esfera pública. Responsabilizando, além do poder público, a própria sociedade pelos encaminhamentos das políticas sociais.

A partir das definições presentes na Carta Magna que marcou o processo de abertura democrática, a sociedade civil organizada passou a dispor de novos espaços de intervenção. Não se tratava de um consentimento para a atuação, mas na realidade essas novas atribuições funcionaram como incentivo para que as organizações ampliassem, já na década de noventa, os seus ‘horizontes’, divulgando suas ações, diversificando os campos e atuando inclusive com o apoio estatal.

As mudanças na forma de conceber espaços para a participação social repercutiram não somente nos movimentos sociais da sociedade civil que lutavam a favor da abertura democrática, mas no próprio poder público estatal. O TS, por meio das instituições que o integrava, foi convidado a preencher uma lacuna deixada pelo próprio Estado que naquele momento buscava redefinir o seu papel, rompendo com uma órbita exclusiva de atuação, que diz respeito a proteger e assegurar os direitos sociais e humanos dos cidadãos.

Estabeleceu-se uma relação marcada pelo fortalecimento do TS e pelo processo de reforma do Estado brasileiro, que só pode ser compreendido no contexto das transformações ocorridas no mundo do capital. As razões dos ajustes ocorridos na forma de intervenção do poder estatal estão ligadas aos interesses econômicos, que acabaram se sobrepondo às demandas sociais.

Destarte, não há como desassociar a construção histórica do TS, do processo de redefinição do papel estatal, que combinado a uma política neoliberal buscava atender cada vez mais os interesses da economia numa perspectiva de ‘dividir’ a função executora desse Estado. Ou seja: não há como entender o processo de expansão e fortalecimento dessas organizações da sociedade civil sem ter certa compreensão acerca dos interesses mercadológicos que permeavam e continuam na contemporaneidade influenciando as relações políticas, econômicas e sociais no país (SOUZA; RODRIGUES, 1993).

A ampliação e o fortalecimento das ações dessas organizações, somada à diminuição das atribuições do Estado e a convocação da sociedade para participar da esfera pública colocou tais organizações em posição de destaque social. Dessa forma, a década de 1990 é marcada pela necessidade de redimensionar o trabalho desenvolvido pelas instituições desse setor. Não se tratava mais de realizar ações e mobilizações por causas específicas, mas de refletir sobre o papel social que esse TS desempenhava. O qual estava relacionado a uma atuação voltada às causas coletivas, sobre as quais não devem se sobrepor os interesses privados.

A sociedade civil organizada, pois, conquistou o seu espaço na tessitura social e particularmente, na gestão de Luiz Inácio Lula da Silva<sup>5</sup>, continuou a se desenvolver e a contar com o apoio do Estado principalmente no que diz respeito à realização de projetos de

---

<sup>5</sup> Ex-sindicalista, contribuiu para a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), exerceu o cargo de Presidente da República no período que compreende os anos de 2003 a 2011.



cunho assistencial, que corroboram para o alargamento da filantropia. A respeito dessa questão Yamamoto (2004, p. 3) afirma que

a filantropia substitui o direito social. Os pobres substituem os cidadãos. A ajuda individual substitui a solidariedade coletiva. O emergencial e o provisório substituem o permanente. As microsituações substituem as políticas públicas. O local substitui o regional e o nacional. É o reinado minimalismo do social para enfrentar a globalização da economia. Globalização só para o grande capital. Do trabalho e da pobreza cada um cuida do seu como puder.

Não à toa, o Estado na atual conjuntura histórica tem incentivado a participação da sociedade civil para atuar nas questões sociais, favorecendo a capacidade de atuação dessas instituições. Entretanto, enfraquecendo o papel social fundamentado na perspectiva da identidade das ONGs (CARRION, 2000).

Deste modo, pensar as instituições não estatais exige não somente um olhar para a posição de destaque que hoje elas têm ocupado ou, mesmo, comemorar o reconhecimento social que vem sendo conquistado. Elas precisam ser compreendidas no âmbito dos entraves, porque é em meio a esse engajamento político que elas se configuram como um importante ator questionador com um papel de atuar na luta por uma sociedade mais democrática, na qual se promovem possibilidades reais de participação.

A maior participação do TS, no palco das políticas públicas, configurou-se, também, a partir do compromisso governamental com a política do capital, de acordo com dois objetivos principais. O primeiro objetivo dizia respeito à amenização da pressão que esses grupos organizados provocavam, e que, provavelmente, culminaria em certo incômodo para o poder estatal ao desenvolver suas ações governamentais. Outro objetivo estava relacionado aos benefícios que essa participação possibilitaria ao orçamento público.

O Estado a partir dessa relação consolidou o seu projeto de encolhimento da sua atuação. Dentre outros objetivos, conseguiu alcançar a meta de conter os gastos públicos e reduzir o seu papel interventor. Em contrapartida, o apoio às organizações civis, por meio do financiamento de ações que atendiam, em parte, as demandas sociais a um baixo custo, colocou o poder público em situação de certo descrédito social. Pois à medida que cresceu a visibilidade do TS, diluiu-se o reconhecimento da esfera estatal, ainda que esta acontecesse junto às organizações da sociedade civil (SOUZA, 1992).

A ampliação da participação tem culminado em uma intensificação na transferência da responsabilidade de atendimento às demandas sociais para o TS, sendo que não é papel deste

se colocar como executor das ações que correspondem prioritariamente à esfera estatal. Segundo Montañó isso certamente terminará por

acabar com a condição de direito das políticas sociais e assistenciais, com seu caráter universalista, com a igualdade de acesso, com a base de solidariedade e responsabilidade social e diferencial (todos contribuem com o financiamento e a partir das capacidades econômicas de cada um). (MONTAÑO, 2002, p.189).

Em meio a esse cenário, o Estado tem buscado se apresentar como um ator limitado, quanto às suas intervenções sociais, por conta das crises econômicas. Contudo, essa forma de intervenção está associada a uma conformidade com as intenções de ajuste a política neoliberal. Essa insuficiência de atuação tem sido utilizada como meio para concentrar dentro do trabalho interventivo social os novos atores.

É justamente neste ponto que se apresentam as ONGs, que demonstraram como nenhuma outra organização do TS a capacidade de desempenhar a capacidade de atuar frente a demandas que não estão sendo atendidas pelas políticas propostas pelo poder público. E é preciso que se esclareça que estas entraram em cena não a fim de tomar o papel de protagonista que não lhe competia, mas devido a própria desresponsabilização do Estado acabaram por desempenhar um protagonismo social no que dizia respeito a luta e defesa dos direitos humanos e sociais.

### **3.2 Protagonismo social das Organizações Não Governamentais no Terceiro Setor**

Em meio ao processo de expansão do TS, uma das instituições que o integra tem influenciado consideravelmente esse crescimento e fortalecimento, trata-se das ONGs, que têm ocupado um lugar de destaque no que se refere à participação do setor nas questões políticas, econômicas e sociais do país. Tendo em vista que contam com o apoio dos órgãos estatais e dos organismos internacionais, é necessário precisar a sua estrutura e compreendê-las conceitualmente, posto que se encontram, cada vez mais, presentes nos debates que tratam acerca dos avanços e dos limites ocasionados pela internacionalização da economia brasileira.

Na atual conjuntura, refletir sobre as transformações que aconteceram ao longo das últimas décadas possibilita a compreensão sobre a identidade desses agentes sociais. No intuito de elucidar tal aspecto, o estudo sugere uma análise conceitual e estrutural dessas instituições no decorrer do seu percurso histórico.

A Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG), no intuito de esclarecer a identidade e precisar as características das ONGs, apresenta um delineamento de outras instituições, expondo aspectos relevantes que as distingue. Entretanto, essa delimitação “ainda que organize a discussão, não elimina a confusão” (CARRION, 2000, p. 238).

A referida associação apresenta uma classificação pautada na estrutura, atuação e finalidades das organizações sociais. O campo das ONGs é composto por instituições da sociedade civil sem teor lucrativo, associações, fundações e instituições filantrópicas. As instituições que se definem como não lucrativa compreendem as igrejas e escolas de samba: “desenvolvem atividades que pouco, ou nada, agregam para o equacionamento dos problemas sociais” (CARRION, 2000, p. 239).

Quanto às associações, como o próprio termo dá a entender, esclarecemos que se encontram nessa condição os grupos organizados que se reúnem em torno de interesses específicos que dizem respeito a um número limitado de pessoas, ou somente ao próprio grupo. Nessa categoria encontram-se os sindicatos, as cooperativas de trabalhadores, os clubes e associações comunitárias.

Existem também as chamadas fundações que são aquelas instituições que firmaram uma parceria com o poder público, e que prestam contas ao mesmo, para o desenvolvimento de atividades específicas, podendo ser a promoção da saúde, educação, preservação do meio ambiente, entre outros. Muitas dessas fundações justificam a sua existência de acordo com os benefícios que podem ser gerados para determinadas empresas (que adotaram a forma jurídica de fundações, para usufruir de certos privilégios e isenções) e/ou grupos específicos, dessa forma os fins econômicos acabam se sobrepondo a razão social.

Além disso, há um número significativo de instituições filantrópicas, cuja atuação ainda se desenvolve de forma limitada, tendo em vista que se restringe na realização de ações pontuais. Dessa forma o caráter caritativo se expressa fortemente e se coíbe a possibilidade de formação política dos cidadãos excluídos e marginalizados (IAMAMOTO; CARVALHO 2005).

Toledo (1998) define as ONGs como organizações da sociedade civil que direcionam suas ações especificamente para: o desenvolvimento social, cidadania, defesa dos direitos humanos, questões ambientalistas, entre outras. Essas não se constituem somente como

executoras de ações sociais, mas como agente democrático de desenvolvimento social, econômico e político. Elas têm por objetivo a realização de iniciativas e a execução de projetos que promovam a integração de comunidades e que também provoquem transformações sociais por meio do viés político das suas ações.

Devido ao fortalecimento da atuação da sociedade civil em diversos campos, não podemos conceituar as ONGs somente como sendo entidades não oficiais. É preciso defini-las de acordo com a abrangência do trabalho desenvolvido, considerando as especificidades que norteiam suas ações. Na perspectiva de conceituar essas organizações de acordo com a potencialidade de seu papel social,

pode se definir as ONGs como organizações formais, privadas, porém com fins públicos, sem fins lucrativos, autogovernadas e com a participação de parte dos seus membros como voluntários, objetivando realizar mediações de caráter educacional, político, assessoria técnica, prestação de serviços e apoio material e logístico para populações-alvo específicas ou para segmentos da sociedade civil (SCHERER-WARREN, 1995, p. 165).

Nesta pesquisa trabalhamos com o seguinte conceito de ONG: é uma instituição comprometida com uma função de atuar como agente democrática de desenvolvimento político e social, desempenhando um papel de caráter público diante da sociedade civil. As ONGs não representam todo o TS. Entretanto, percebemos que tais organizações têm acompanhado o fenômeno do crescimento do referido setor. A ascensão aconteceu na década de noventa, com a popularização do termo em todo o território nacional. Para compreender a estrutura da atuação dessas organizações na contemporaneidade é preciso considerar o desenvolvimento histórico das mesmas.

### **3.3 Os primeiros ensaios de atuação das Organizações Não Governamentais**

No Brasil quando as ONGs surgiram, ainda na década de 1960, tais organizações não tinham previsão de que, através de suas ações e de sua capilaridade no tecido social, iriam se transformar em mecanismos de transferência da responsabilidade do Estado com relação à execução plena de políticas no âmbito da educação (MONTAÑO, 2002). O surgimento das ONGs está associado aos Centros de Educação Popular em um período onde a conjuntura política estava marcada pela luta contra a ditadura militar, bem como, a todo tipo de repressão e opressão dela advindas (LANDIM, 1993).

O momento em que as ONGs surgem no Brasil marcou-se pela exclusão social, resultado de relações desiguais. Nascimento (1994) argumenta que a exclusão social é a impossibilidade de acesso a bens materiais e simbólicos; a falta de condições de participar da vida política da sociedade; a estigmatização, a negação do direito a ter direitos, derivada do não reconhecimento da igualdade, da liberdade e da fraternidade como axiomas de relações entre os homens e mulheres.

Nesse cenário social, as ONGs desenvolviam atividades ligadas à educação popular. Tratava-se da manifestação de uma prática educativa dirigida aos militantes de base dos movimentos sociais e políticos da época. As ONGs se envolviam com esses movimentos no sentido de assessorá-los politicamente, visando fortalecer a atuação autônoma e crítica dos mesmos. Eram ações nascidas dentro dos Movimentos Sociais e, portanto, as elas conviviam sob uma combinação dos elementos políticos, ideológicos, econômicos e sociais, caracterizando um determinado momento histórico do país. Assim sendo, os movimentos eram dinâmicas sociais e público-alvo das suas ações.

De acordo com Neder (2000), a ação pública das ONGs conquistou seu espaço à medida que estas apoiavam os movimentos e associações comunitárias, atuando em diferentes campos: na defesa dos direitos humanos, direitos sociais, superação de desigualdade social, educação transformadora, prestação de serviços à comunidade, ambientalismo, entre outros. A relação dos movimentos com as ONGs sugere que há parceria, de forma que subsidiou o fortalecimento de suas práticas transformando-as em mecanismos de intervenção social, daí serem socialmente reconhecidos por suas ações coletivas.

Muitas utilizavam, inclusive, a Igreja e suas ramificações como lugares privilegiados para desenvolver suas ações, principalmente de caráter educativo. O fato das primeiras iniciativas dessas instituições contarem com o apoio das instituições religiosas marcou fortemente o caráter das ações, muitas delas ainda hoje são impregnadas por essa concepção assistencialista e caritativa. Nesse contexto, tais organizações nasceram como uma forma da sociedade responder a precarização dos serviços ofertados pelo Estado, que não atendiam às demandas sociais. Essas entidades encontraram, então, na organização eclesiástica uma forma de garantir a realização de ações que interessavam ao coletivo.

### *3.3.1 Um ensaio para o protagonismo*

As instituições de caráter não governamental passaram a estruturar a sua atuação de acordo com um marco político que as relaciona com a luta pela cidadania, portanto, é interesse das mesmas gerar possibilidades para que mudanças sociais aconteçam. No que se refere à população excluída, o que as ações desenvolvidas pelas ONGs pretendem é dar possibilidade para que esse conjunto de pessoas torne-se, em nossa sociedade, portador de direitos. Assim o papel executado por tais organismos é o de “[...] pura e simplesmente propor à sociedade brasileira, a partir de sua posição na sociedade civil, uma nova sociedade cuja novidade não estará no fato de ser brasileira, mas na condição e qualidade universal de ser democrática (SOUZA; RODRIGUES 1993, p. 140).

O trabalho desenvolvido pelas ONGs conquistou visibilidade em 1980, principalmente pelo seu caráter de luta pela democracia. Entretanto, a sociedade não possuía um conhecimento bem definido acerca dessas organizações. Influenciadas por esse interesse da sociedade em conhecer quem eram e o que pretendiam, as ONGs não se limitaram ao assessoramento e desenvolvimento da educação popular. Iniciaram um processo reflexivo, sobre o papel que desempenhavam na sociedade, que tinha por objetivo não somente conquistar maior visibilidade, mas carregar de sentido as ações que executavam. Respalhando suas ações em reflexões acerca dos seus perfis e atuações na sociedade, tais organizações civis passaram a direcionar melhor as atividades realizadas.

Em meio à perspectiva de conhecer efetivamente as ações que desenvolviam e de serem reconhecidas, essas organizações adotaram a denominação “Organizações Não Governamentais”, sendo esta um empréstimo da terminologia utilizada no sistema das Nações Unidas.

No ano de 1991, o processo reflexivo acerca da atuação das ONGs foi ainda mais estimulado, influenciando a criação da ABONG. Nesse sentido, a década de noventa se configurou como o cenário de ascensão das mesmas, pois se até aquele momento eram conhecidas somente nos movimentos sociais e no meio acadêmico (sendo objeto de pesquisa no campo epistemológico das Ciências Sociais), nos anos 90 há uma popularização dessas organizações. Após a realização da Conferência das Nações Unidas (ONU) no Rio de Janeiro, conhecida como ECO-92, caíram nas graças da mídia, e o termo foi amplamente divulgado no contexto nacional (GOHN, 2010).

Os anos de 1990 se configuram como o cenário no qual as organizações da sociedade civil diversificam os seus campos de atuação, bem como são convocadas para, além de se engajar nas lutas pelas políticas públicas, intervir nos problemas sociais do país, sendo este um período importante no processo de fortalecimento das mesmas, posto que

até meados dos anos 90 as organizações da sociedade civil sem fins lucrativos tiveram quase sempre papel marginal, vistas ou como forma de assistencialismo e caridade, associada, sobretudo, à religião, ou como forma de movimento político, associada a ONGs, ou, ainda, de defesa de interesses corporativos, relacionada a sindicatos e associações (RODRIGUES, 1998, p. 33).

A partir dessa década, a sociedade civil organizada começou a construir uma percepção mais esclarecida sobre o papel social que possuíam. Voltaram suas ações para a questão dos sujeitos excluídos e desenvolveram um trabalho específico que visava amenizar as consequências provocadas pelo quadro de exclusão instaurado na sociedade brasileira. Então, passou a somar esforços a fim de intervir por meio da solidariedade, da cooperação, da doação, do voluntariado em favor dos direitos humanos e sociais.

Em face ao reposicionamento estatal, as ONGs têm se deparado, na contemporaneidade, com uma nova demanda para o desenvolvimento de sua atuação, sendo esta a de preencher as lacunas deixadas pelo poder público, que tem se eximido quanto a sua responsabilidade de implantar e implementar políticas públicas e sociais que atendam as necessidades da sociedade.

À medida que conquistaram abertura para atuarem junto às questões sociais, as organizações tiveram que redefinir a sua estrutura e até mesmo a ordem de seu funcionamento, de acordo com as novas demandas do trabalho que foram se apresentando. Desta forma, as ONGs no intuito de organizar melhor as suas ações interventivas, passaram a enxergar nas parcerias, com outros atores sociais, uma possibilidade de dar continuidade ao processo de crescimento e fortalecimento do setor.

Com isso, é possível identificar algumas mudanças significativas ocorridas na estrutura e organização das conhecidas ONGs. Carvalho e Sachs identificam uma tendência presente nessa reestruturação, na qual alguns elementos podem ser identificados, como por exemplo: a institucionalização, a adequação profissional nas atividades realizadas, a influência dos aspectos organizacionais das empresas privadas sobre a direção das

organizações, novas políticas de coordenação e estratégias de financiamento e inclusive, de autofinanciamento do trabalho desenvolvido (CARVALHO; SACHS, 2001).

As suas atuações certamente vivenciaram um processo de transformação, tendo em vista que a própria tessitura social versa uma série de modificações em sua atual conjuntura. Caracterizar e analisar as transformações ocorridas na estrutura e na atuação dessas organizações nos possibilitará a reflexão a respeito do papel de destaque que essas organizações passaram a desempenhar a partir do seu envolvimento com campos sociais diversificados. Notoriamente o âmbito educativo tem sido cenário sob o qual as ONGs têm atuado, por conseguinte é salutar que possamos analisar de que modo tem sido estabelecido esse envolvimento cada vez mais próximo de tais atores sociais com a educação.

### **3. 4 Educação não formal: protagonismo das Organizações Não Governamentais**

Os campos de atuação das ONGs, bem como as suas formas de agir se diversificaram com o decorrer do tempo. No Brasil essas organizações têm cada vez mais dialogado com os governos no intuito de cooperar com a implantação e implementação de políticas públicas, dentre as quais destacamos aquelas voltadas à educação, que por sinal se configura como um campo fértil para as intervenções.

Nesse sentido, discorreremos a respeito das ações voltadas ao âmbito educativo, desenvolvidas por essas organizações, que estão sendo cada vez mais consideradas como espaços privilegiados para o desenvolvimento dos processos educativos não formais. É necessário dialogar, inclusive, sobre a forma como o envolvimento com a educação tem favorecido o cumprimento do papel das ONGs, enquanto interventoras sociais que assumem um compromisso com o desenvolvimento político, social e econômico brasileiro.

#### **3.4.1 Desvelando o cenário da Educação não formal**

O uso da expressão Educação Não Formal tem ocupado hoje um lugar cada vez mais comum entre aqueles que estudam ou se interessam por compreender os processos educativos não escolarizados. O termo ganhou certa expressividade a partir dos anos 2000, quando há, inclusive, uma ativação nos estudos voltados a esse tema.



O trabalho das ONGs, bem como de outras organizações da sociedade civil, voltado para esse campo da educação também contribuiu para que o termo se popularizasse e conquistasse espaço nas discussões sobre a educação em todo o país. A atuação desses atores sociais em tal campo foi ainda mais incentivada a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96 que destaca em seu artigo primeiro: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

Essa concepção ampliada de educação, na qual outros espaços são anunciados e novas possibilidades de formação dos sujeitos são reconhecidas, corroborou para que os processos educativos, desenvolvidos no campo não formal, fossem discutidos em âmbito nacional, tornando-se pauta de discussão, inclusive, no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH). O PNEDH elucida a importância das práticas educativas não formais para o processo formativo dos cidadãos, que

ocorre em todas as dimensões da vida, pois a aquisição e produção de conhecimento não acontecem somente nas escolas e instituições de ensino superior, mas nas moradias e locais de trabalho, nas cidades e no campo, nas famílias, nos movimentos sociais, nas associações civis, nas organizações não-governamentais e em todas as áreas da convivência humana (BRASIL, 2007, p. 43).

A discussão em torno da temática tem se fortalecido à medida que novos espaços são conquistados, como o lugar específico entre os estudos da Academia. Gohn (2010), pesquisadora que tem contribuído para o esclarecimento sobre esse campo da educação, comenta que logo quando surgiram às primeiras discussões acadêmicas sobre o assunto, havia uma escassez relacionada às publicações que tratavam da educação não formal. Atualmente, os estudos que têm surgido estão sendo direcionados especificamente para a questão, entretanto, ainda há a necessidade de dar continuidade à reflexão em torno do processo educativo desenvolvido fora da formalidade das instituições oficiais, a fim de compreender as suas dimensões formativas.

O estudo científico realizado por pesquisadores das diferentes universidades brasileiras tem contribuído de forma relevante para essa compreensão. Não à toa, os estudiosos, a exemplo de Cortella (2007), Gadotti (2005), Garcia (2001), Gohn (2006; 2010) e Trilla (2008), têm se debruçado sobre a questão, no intuito de possibilitar a teorização e

caracterização da educação não formal de acordo com os objetivos e aspectos constitutivos dessas experiências educativas que se espalham pelo Brasil.

Desta forma, a partir da teorização apresentada por aqueles que se dedicam ao estudo, a educação não formal pode ser compreendida como um campo da educação que se articula com outros dois, a saber: o informal e o formal, na perspectiva de ampliar os “processos de formação dos indivíduos como cidadãos” (GOHN, 2010, p. 15).

Segundo uma concepção de educação ampliada, os processos formativos podem ser caracterizados de acordo com os campos onde se desdobram. No campo da formalidade, esses processos, que são desenvolvidos em instituições oficiais de ensino, são marcados por uma sistematização curricular orientada por uma normatização que parte do poder público. Os processos informais podem ser percebidos nas diversas formas de socialização dos sujeitos, compreendendo as relações com a família, ou outros grupos específicos. Tais processos são contínuos, e se desenvolvem no decorrer da vida e de forma não sistematizada. Já quanto aos processos não formais, esses acontecem de forma estruturada e em espaços coletivos, nos quais os sujeitos participam de forma voluntária, não obrigatória.

Tendo em vista que esses processos possuem as suas especificidades se faz necessária uma definição da educação não formal sem que nos limitemos a dizer o que ela não é. Isso quer dizer que não é suficiente, para compreender os aspectos dessa formação não formal, apontar as diferenças existentes entre tal campo e os outros dois. Entretanto, essa distinção contribui para um melhor esclarecimento e demarcação de tais campos educativos.

Por educação formal, entende-se o tipo de educação organizada com uma determinada seqüência e proporcionada pelas escolas enquanto que a designação educação informal abrange todas as possibilidades educativas no decurso da vida do indivíduo, constituindo um processo permanente e não organizado. Por último, a educação não-formal, embora obedeça também a uma estrutura e a uma organização (distintas, porém, das escolas) e possa levar a uma certificação (mesmo que não seja essa a finalidade), diverge ainda da educação formal no que respeita à não fixação de tempos e locais e à flexibilidade na adaptação dos conteúdos de aprendizagem a cada grupo concreto. (AFONSO, 1989, p.78).

Os processos desenvolvidos no campo da educação não formal estão permeados por uma intencionalidade e proposta de formação dos sujeitos. As atividades realizadas são, então, planejadas de acordo com um programa específico, que visa promover, por meio da intervenção social dos sujeitos envolvidos, uma prática educativa que contribua para a formação e engajamento social dos cidadãos.

A **educação formal** tem objetivos claros e específicos e é representada principalmente pelas escolas e universidades. Ela depende de uma diretriz educacional centralizada como o currículo, com estruturas hierárquicas e burocráticas, determinadas em nível nacional, com órgãos fiscalizadores dos ministérios da educação. A **educação não-formal** é mais difusa, menos hierárquica e menos burocrática. Os programas de educação não-formal não precisam necessariamente seguir um sistema seqüencial e hierárquico de “progressão”. Podem ter duração variável, e podem, ou não, conceder certificados de aprendizagem. (GADOTTI, 2005, p.2, grifo do autor).

Assim, esclarecemos que as diferenças apresentadas entre os campos: formal e não formal, não pretendem desvalorizar o papel desempenhado pelas instituições oficiais de ensino. Tampouco, discutimos as propostas da educação não formal a partir do aspecto de oposição a tudo que pertence ao campo formal. Pelo contrário, dialogamos a respeito das especificidades, considerando, inclusive, as formas de cooperação entre os campos.

É importante enfatizar que a educação não formal não pretende substituir ou se opor à educação formal. Por este motivo, ressaltamos que “a educação não-formal pode dar uma grande contribuição à educação pública, mas não pode substituí-la” (GADOTTI, 2005, p.10). Como se trata de outro campo, com propostas, atuação e fins específicos, cabe discutir, portanto, as contribuições do mesmo para o desenvolvimento educacional.

Diante das especificidades desse campo, Gohn (2010) identifica que as diferenças observadas na proposta formativa da educação não formal estão correlacionadas a características que delineiam o próprio campo. A autora chama a atenção para seis aspectos que precisam ser observados, a fim de que se amplie a compreensão em torno do campo. De acordo com as suas considerações, abordaremos as questões que envolvem: o educador, o espaço, a forma como se desenvolve o processo educativo, os objetivos de tal processo, as características das intervenções e, ainda, os resultados esperados por tais processos formativos desenvolvidos no campo não formal.

A educação não formal possui características particulares, que podem ser percebidas na forma como são planejadas, articuladas e desenvolvidas as intervenções nesse campo e, ainda, na forma como é conduzida a aprendizagem. Há a presença dos chamados educadores sociais, mas o fio condutor do aprendizado é, de fato, a interação entre todos os sujeitos envolvidos no campo.

Diferente da educação formal na qual o professor é considerado, muitas vezes, a figura central no processo de aprendizagem, responsável pela mediação do conhecimento, sendo

inclusive, apontado como culpado pelos insucessos do processo. Na educação não formal as relações entre os sujeitos é que ocupa esse lugar central. Ou seja, os processos educativos estão embasados em uma aprendizagem relacionada à interação social e não ao papel desenvolvido por pessoas específicas.

A proposta da educação não formal se consolida a partir dessa interação, por tal razão a atuação dos educadores precisa contribuir para promover e fortalecer essa relação. Nesse sentido, o papel do educador, diz respeito a “propiciar situações e oportunidades para diferentes vivências conjuntas, sem esquecer-se de aproveitar as já existentes” (SIMSON, 2001, p. 11).

Outro aspecto, discutido pelos pesquisadores da área, se refere aos espaços onde podem se desenvolver processos formativos não formais. Diferente da educação formal que tem a escola como espaço privilegiado para o seu desenvolvimento, nesse campo da educação os espaços onde se configuram tais processos são todos aqueles locais nos quais é possível perceber o encaminhamento de ações intencionais que visam uma formação. Portanto,

além das próprias escolas (onde pode ser oferecida educação não-formal) temos as Organizações Não-Governamentais (também definidas em oposição ao governamental), as igrejas, os sindicatos, os partidos, a mídia, as associações de bairros, etc. Na educação não-formal, a categoria **espaço** é tão importante como a categoria **tempo**. O tempo da aprendizagem na educação não-formal é flexível, respeitando as diferenças e as capacidades de cada um, de cada uma. Uma das características da educação não-formal é sua flexibilidade tanto em relação ao tempo quanto em relação à criação e recriação dos seus múltiplos espaços. (GADOTTI, 2005, p.2, grifo do autor).

Os processos formativos desenvolvidos no campo não formal são conduzidos a partir de uma concepção sobre tempo e espaço diferente daquela presente na educação formal (TRILLA, 2008). Diferença esta que pode ser percebida, principalmente, na flexibilidade quanto à fixação de espaços onde ela pode ser desenvolvida e utilização do tempo para a concretização desses processos.

Essa aparente liberdade de atuação, a não-fixação de tempo e espaço e a flexibilidade na adaptação de conteúdos, não indicam que a educação não-formal não possua uma organização e uma estrutura definidas. Essas são as características que a definem e que dão a especificidade a esse tipo de educação. (GARCIA, 2001, p. 152).

Segundo Afonso (1989), esses lugares podem ser identificados de acordo com algumas características específicas, dentre as quais destacamos: o caráter voluntário da participação dos sujeitos, a promoção da socialização, o fortalecimento de valores como a solidariedade, o

desenvolvimento de um trabalho comprometido com o desenvolvimento e a transformação social, um ambiente pouco hierarquizado, marcado pela descentralização do poder, que favorece o engajamento dos sujeitos nos projetos que tem por objetivo à promoção social.

A partir da caracterização desses espaços não formais, fica evidente que não é possível pensar a educação não formal sem considerar a forma como se desenvolvem os processos educativos nesse campo. Isso nos remete a pensar o modo como se faz educação e em quais contextos. Nos motiva ainda a refletir a respeito dos cursos de formação inicial de professores.

Em nossa experiência formativa observamos que é necessário trabalhar a perspectiva não formal da educação com um olhar aprofundado. Em meio a matriz curricular do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas, apenas em uma disciplina cursada no 5º período tivemos a oportunidade de conhecer a realidade das práticas não formais de educação. O referido espaço se configurou como uma abertura para as nossas primeiras discussões. A disciplina cursada diz respeito à “Organização e Gestão dos Processos Educativos”, a qual foi conduzida pela professora Elione Diógenes instigou a observação do campo enquanto objeto de pesquisa.

Consideramos que o estudo não pode ser silenciado academicamente nas demais licenciaturas que em nossa Universidade não dispõem de espaços específicos de discussão sobre o campo não formal. Ocupamo-nos da tarefa de realizar um levantamento nas matrizes curriculares descritas nos Projetos Pedagógicos do Cursos de licenciatura da Universidade Federal de Alagoas e observamos que não estão estabelecidos em meio às disciplinas espaços para a discussão da Educação Não Formal. Tendo em vista que entendemos que os processos formativos ocorrem, ainda, nesses espaços, reiteramos que estes precisam se consolidar enquanto objeto de reflexão dos licenciados, posto que se apresentam como possibilidades de atuação.

A educação não formal acontece a partir da coletividade, em um contexto de participação social. Ou seja, os espaços são construídos a partir da interação dos sujeitos, e esse envolvimento nasce da necessidade coletiva de agregar novos saberes à formação social. Em meio a um contexto de participação, os processos educativos são desenvolvidos a partir da socialização e das vivências compartilhadas. Nesse sentido, a forma como se é feita a educação está associada à questão do pertencimento social. Os sujeitos fazem parte da

construção desses processos formativos, e se sentem pertencentes àquele espaço por se identificarem com uma proposta educativa que contempla a sua origem, cultura e identidade.

Destarte, é inviável pensar uma educação não formal sem que esta considere, “em primeiro plano, os desejos da comunidade com a qual se pretende trabalhar, seus anseios, identificando seus desejos e necessidades e valorizando o universo cultural dos educandos” (GARCIA, 2001, p. 153). A forma como se educa está associada também aos objetivos que visa cumprir a educação não formal, assim sendo, as finalidades perpassam o desenvolvimento desses processos.

No que diz respeito aos fins da educação não formal, o desenvolvimento dos processos educativos no campo pretende capacitar “os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo. Sua finalidade é abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais” (GOHN, 2010, p. 19). Portanto, os objetivos são construídos à medida que os vínculos entre os sujeitos se estabelecem.

Esse entendimento de construção dos objetivos rejeita os conhecimentos prontos e acabados, bem como a mera transferência dos mesmos. Deste modo, os objetivos, que vão sendo delineados a partir de uma prática participativa, visam “considerar, reafirmar e ampliar a cultura dos sujeitos nela envolvidos, incluindo educadores e educandos, fazendo com que a bagagem cultural que cada um traz seja respeitada e esteja presente no decorrer de todos os trabalhos” (GARCIA, 2001, p. 152).

A identificação com o trabalho desenvolvido faz com que os sujeitos se envolvam com o campo não formal. Diante dessa realidade, as intervenções realizadas na educação não formal têm se caracterizado, cada vez mais, de acordo com princípios específicos, como o de participação, solidariedade e valorização, com o intuito de aproximar os sujeitos e as suas realidades do processo de formação.

De acordo com as suas características, o campo não formal tem buscado contribuir de forma significativa na construção da cidadania. O PNEDH de 2003, ao tratar das práticas educativas não formais, recomenda que a educação não formal deve “se tornar um instrumento eficaz no processo de construção da democracia, da cidadania, da paz, do desenvolvimento e da justiça social, de modo a garantir a inclusão social e a dignidade humana” (BRASIL, 2003, p.30). A compreensão em torno da educação não formal foi ampliada, sendo entendida como a “mobilização e organização de processos participativos em

defesa dos direitos humanos de grupos em situação de risco e vulnerabilidade social, denúncia das violações e construção de propostas para sua promoção, proteção e reparação” (BRASIL, 2007, p.44).

Os processos educativos não formais foram se desenvolvendo de forma a alcançar resultados específicos que corroboram com a formação de cidadãos capazes de refletir criticamente e intervir nas diversas realidades, a partir de

uma série de processos, tais como: consciência e organização de como agir em grupos coletivos; a construção e reconstrução de concepção(ões) de mundo e sobre o mundo; contribuição para um sentimento de identidade com uma dada comunidade; forma o indivíduo para a vida e suas adversidades; resgata o sentimento de valorização de si próprio; os indivíduos adquirem conhecimentos a partir de sua própria prática, os indivíduos aprendem a ler e a interpretar o mundo que os cerca; desenvolve a cultura política do grupo (GOHN, 2010, p. 21).

Diante da discussão sobre os aspectos que constituem o universo da educação não formal, os processos educativos não escolares possibilitam a transformação social. Tal objetivo torna-se possível a partir da construção de espaços que permitem aos sujeitos participarem da história como protagonistas, ou seja, transformando a realidade à medida que são transformados (AFONSO, 1989). Na atualidade a construção e o fortalecimento desses espaços se apresentam como um desafio à educação não formal.

Fortalecer a educação não formal implica abrangê-la em sua totalidade. Portanto, é necessário precisar a sua definição e caracterizá-la, a fim de alcançar o esclarecimento sobre as suas formas de intervenção. Conforme temos discutido, apontar as diferenças existentes entre os campos formal, informal e não formal, é insuficiente para dar conta do delineamento que visa à compreensão dos processos formativos não formais.

Não basta dizer que a educação não formal compreende os espaços formativos que se desenvolvem para além do campo formal e do informal. A respeito dessa relação entre os campos, Cortella (2007) assinala que a educação não formal deve ser desenvolvida e articulada junto à educação formal. Sugerindo, assim, que a educação não formal seja voltada especificamente para alunos em um período oposto ao escolar, realizada por meio de atividades complementares. Posto isso, Gohn (2010) nos esclarece que o conceito de educação não formal está além da ideia de complementação da educação escolar, na forma de preenchimento das lacunas deixadas pela organização formal quanto à aprendizagem de

conteúdos específicos, pelo contrário a educação não formal precisa ser construída de acordo com a totalidade social.

O campo não formal tende a se desenvolver à medida que a sua amplitude é compreendida. Nesse sentido, os processos educativos não escolares se caracterizam, pelo caráter participativo (motivado pelos interesses comuns, que partem de diferentes contextos sociais) e formativo de cidadãos esclarecidos quanto aos seus direitos e deveres.

Chegamos, portanto ao conceito que adotamos para educação não formal. É um processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania, entendendo o político como a formação do indivíduo para interagir com o outro em sociedade. Ela designa um conjunto de práticas socioculturais de aprendizagem e produção de saberes, que envolve organizações/instituições, atividades, meios e formas variadas, assim como uma multiplicidade de programas e projetos sociais (GOHN, 2010, p. 33).

A educação não formal é um campo que possui as suas especificidades, que desenvolve processos intencionais de formação de cidadãos e que, desde as últimas décadas do século XX, tem se expandido por todo o território nacional, a partir das “experiências educativas não-formais que estão sendo aperfeiçoadas conforme o contexto histórico e a realidade em que estão inseridas” (BRASIL, 2007, p. 44). Entretanto, ainda há lacunas na educação não formal que precisam ser preenchidas. Gohn aponta os vazios que ainda não foram suficientemente preenchidos, dentre as quais chama atenção para a necessidade de:

Formação específica a educadores a partir da definição de seu papel e atividades a realizar; Definição de funções e objetivos de educação não formal; Sistematização das metodologias utilizadas no trabalho cotidiano; Construção de instrumentos metodológicos de avaliação e análise do trabalho realizado; Construção de metodologias que possibilitem o acompanhamento do trabalho realizado; Construção de metodologias que possibilitem o acompanhamento do trabalho de egressos que participaram de programas de educação não formal; Criação de metodologias e indicadores para estudo e análise de trabalhos da educação não formal em campos não sistematizados. Aprendizado gerado pela vontade do receptor; Mapeamento das formas de educação não formal na auto aprendizagem dos cidadãos (principalmente jovens no campo da auto-aprendizagem musical); Metodologias. (GOHN, 2006, p.5).

A educação não formal tem caminhado para dar uma resposta a esses vazios e assim fortalecer o campo de atuação. É certo que há um esforço dos envolvidos para suprir o que ainda falta no desenvolvimento dos processos educativos não formalizados. Dentre as preocupações, a questão da metodologia tem ocupado papel central na busca pelo preenchimento desses espaços. Tem-se buscado apoiar a metodologia da educação não formal no diálogo e valorização cultural. Deste modo, “o método nasce a partir de problematização



da vida cotidiana; os conteúdos emergem a partir dos temas que se colocam como necessidades” e, assim, a partir dessa construção “o método passa pela sistematização dos modos de agir e de pensar o mundo que circunda as pessoas” (GOHN, 2006, p.6).

Essas metodologias têm sido construídas e reconstruídas no intuito de acompanhar as necessidades educacionais que emergem das novas demandas sociais. Portanto, é mediante a essas (re)construções, delineadas a partir de tais demandas, que o campo não formal tem crescido e se fortalecido. Em meio a esse processo de expansão, a atuação de ONGs no campo educativo não formal tem contribuído de forma significativa.

A educação não formal assim como tem caminhado para a organização metodológica, tem avançado também na compreensão teórica dos seus processos educativos. Os olhares dos pesquisadores estão cada vez mais voltados para a reflexão em torno das práticas não formais que vivenciam, na contemporaneidade, um processo de expansão. Na realidade enquanto se intensificam as ações no campo, o interesse das ONGs pela educação não formal tem se intensificado. Analisar o papel que essas organizações têm desempenhado no cenário não formal é, portanto, imprescindível para que se construa um conhecimento aprofundado que não somente diz respeito a esse campo específico, mas, sobretudo, à realidade da educação brasileira.

#### 3.4.2 As organizações não governamentais como protagonistas sociais

Gadotti (2005, p. 3), com entusiasmo coloca que “A sociedade civil (ONGs, associações, sindicatos, igrejas...) está se fortalecendo, não apenas como espaço de trabalho, mas também como espaço de difusão e de reconstrução de conhecimentos”. Certo é que, na contemporaneidade, as possibilidades das atividades desenvolvidas pelas ONGs estão conquistando cada vez mais a aceitação da sociedade à medida que se enxergam essas instituições como espaços fecundos para o desenvolvimento de processos educativos.

O envolvimento das ONGs com o campo da educação não é um acontecimento recente. Conforme os estudos relatam, essa relação pode ser percebida desde o período compreendido pelas décadas de sessenta e setenta, quando surgem as primeiras iniciativas da sociedade civil organizada (OLIVEIRA; HADADD, 2001).

Diante do contexto social em que surgiram, as ONGs desenvolveram, silenciosamente, práticas educativas embasadas em um pensamento pedagógico, inspirado nas ideias do educador Paulo Freire, desenvolvido nos anos anteriores a instauração da ditadura militar no país. Destarte, as concepções freireanas sobre a construção de práticas educativas que valorizassem a cultura e o saber popular, influenciaram as intervenções dessas organizações civis.

Tais práticas educativas, desenvolvidas no espaço dessas instituições, eram orientadas por uma dimensão pedagógica e também política. A respeito dessa questão Oliveira e Haddad afirmam que

em linhas gerais, tais orientações pedagógicas se apoiavam na idéia de que os grupos populares detinham um saber particular, que era produzido conforme suas condições de vida, e que os processos educativos ocorriam do encontro entre esses saberes e os saberes dos educadores. Isso se dava pelo diálogo entre o educador e o educando, tomando como base o estudo da realidade local, voltado para a transformação das condições de vida da população empobrecida. A missão educativa de tais educadores não se realizava separada de uma intencionalidade política. (OLIVEIRA; HADDAD, 2001, p. 78).

As intervenções realizadas pelas ONGs, segundo essa orientação política e pedagógica, possibilitou o alargamento de suas ações, à medida que essas conquistaram o reconhecimento social pelo trabalho realizado. A atuação dessas organizações, a partir de uma prática educativa transformadora, foi considerada, pela sociedade, como necessária para combater as injustiças sociais e fortalecer a luta democrática.

A partir do processo de democratização, vivenciado na década de oitenta, no qual a sociedade civil organizada desempenhou um importante papel na mobilização e articulação dos sujeitos para que estes ocupassem uma posição combativa na luta pelos direitos sociais, o trabalho desenvolvido pelas ONGs conquistou a abertura política e social necessária que possibilitou a ampliação dos campos de atuação.

Com esse processo de ampliação, o campo educativo ocupou uma posição de destaque entre as ações não governamentais promovidas por essas instituições. Essas iniciaram uma redefinição nos seus papéis, visando contribuir para o desenvolvimento social, político e econômico do país. Nesse sentido, a atuação no âmbito educacional se apresentava como uma interessante possibilidade para que se concretizasse tal contribuição.

Nesse período aparecem no cenário da educação as primeiras experiências no campo educativo não formal. Elas surgem a partir do momento em que vai tomando forma o questionamento a respeito do caráter assistencialista presente nas intervenções realizadas pelas organizações da sociedade civil no âmbito da educação. Até a década de 1980 as ações eram extremamente associadas à caridade e ao assistencialismo (SOUZA; PARK; FERNANDES, 2001).

Em meio ao objetivo de ampliar e consolidar a atuação dessas organizações no campo educativo, as práticas desenvolvidas se redefiniram, e tornou-se imperativo o rompimento com um caráter puramente assistencialista. Desta forma, delineou-se a necessidade de pautar os processos educativos na formação política dos cidadãos, ou seja, educar para a cidadania. Tendo em vista que “**educar para e pela cidadania** implica criar espaços democráticos de decisão política não estatais para que todos os cidadãos e cidadãs sejam partícipes” (GADOTTI, 2005, p.9, grifo do autor) as ONGs tiveram que superar o desafio de atender essa demanda de formação política.

A necessidade dessa formação se apresentou com um caráter urgente, tendo em vista que os cidadãos necessitavam de espaços onde fossem desenvolvidas não apenas processos educativos que complementam aqueles realizados na educação formal, mas sim espaços formativos onde fossem discutidas as possibilidades de participação e exercício da cidadania, diante da nova configuração política que se estabeleceu a partir do dado momento.

A educação não formal foi considerada como uma possibilidade para que as ONGs pudessem dar continuidade às suas intervenções no campo, contribuindo, assim, para o desenvolvimento educacional. Tendo em vista que permitia dar uma resposta às questões relacionadas à formação dos sujeitos, as ONGs se interessaram cada vez mais pelo campo educativo não formal.

Na década de 1990, os processos educativos não formais emergiram de tal forma, na tessitura social, que despertaram o interesse de estudiosos (CARRION, 2000; FISCHER, 2005; MONTAÑO, 2002; MONTE, 2012; CARVALHO 2012) em investigar as experiências no referido campo. Esse destaque decorreu, inclusive, da aproximação das instituições do TS, que passaram a desenvolver práticas educativas firmadas nas concepções que permeiam os processos formativos não formais.

Dentre as compreensões presentes no campo não formal, Gohn (2006) chama atenção para o objetivo central do mesmo que é: educar para a cidadania. Isso remete a uma reflexão sobre as concepções que permeiam a prática desenvolvida em tal proposta educativa. De acordo com a autora entender esta proposta requer pensar a educação a partir da concepção ampliada, na qual é possível construir uma

educação para justiça social, educação para direitos (humanos, sociais, políticos, culturais, etc.); educação para liberdade; educação para igualdade; educação para democracia; educação contra a discriminação; educação pelo exercício da cultura, e para a manifestação das diferenças culturais (GOHN, 2006, p. 7).

As ONGs têm atuado no campo da educação por meio do desenvolvimento de processos educativos embasados na concepção ampliada de educação, posto que compreendem que as ações inspiradas em tal proposta contribuem para que se cumpra o objetivo principal da sua atuação, que é a de intervir como ator social, que contribui para o desenvolvimento, a partir do estabelecimento de relações sociais mais equilibradas.

O modo como a educação não formal é desenvolvida no espaço das ONGs, tem sido delineada a partir de projetos sociais específicos desenvolvidos junto às comunidades. Gohn (2010) apresenta uma reflexão interessante sobre o desenvolvimento desses projetos sociais associado às instituições com os mais diferentes perfis.

O terceiro setor brasileiro é composto por inúmeras associações e entidades com perfis variados. Essas associações e entidades sobrevivem graças ao apoio financeiro e institucional que recebem de empresas nacionais e internacionais, fundações também empresariais, bancos e outras entidades da sociedade civil. Este conjunto de entidades patrocina inúmeros projetos sociais. (GOHN, 2010, p 76).

É preciso, então, pensar o papel que as ONGs têm desempenhado no campo educativo não formal, e também na tessitura social a partir dessa forma particular de atuar por meio do desenvolvimento de projetos sociais, que contam com o envolvimento de diferentes instituições. A reflexão em torno dessa questão é importante e extremamente necessária para que possamos compreender até que ponto as parcerias firmadas, visando o financiamento de ações, tem repercutido sobre os processos educativos desenvolvidos nesses espaços.

Não pretendemos questionar a relevância que esses projetos sociais possuem, o que apontamos aqui é a necessidade de refletir sobre aspectos que os constituem e que estão

relacionados ao planejamento, gestão e avaliação dos mesmos. A observância desses aspectos se justifica pela necessidade de conhecer de que forma esse tipo de intervenção tem contribuído ou não para a ampliação do campo educativo não formal, bem como para o fortalecimento das organizações que nele tem atuado por meio de tais projetos.

Sendo uma forma de atuação dessas organizações específicas do terceiro setor, “os projetos se desenvolvem segundo a dinâmica de processos da educação não formal, embora nem todos realizem esta educação no sentido de projetos emancipatórios” (GOHN, 2010, p. 75). Fato este que pode ser percebido com maior frequência nos projetos sociais financiados por organismos internacionais, empresas privadas, órgãos estatais, entre outras instituições.

Dentre os fatores que interferem no desenvolvimento de projetos emancipatórios, estão os interesses dos parceiros financiadores que de alguma forma precisam ser contemplados no projeto proposto. Diante dessa situação, é preciso compreender que os projetos resultantes de determinadas aproximações possuem especificidades que precisam ser tratadas a fim de obter um conhecimento esclarecido a respeito da questão.

Carvalho e Sachs (2001) ao tratarem das questões dos projetos, desenvolvidos por ONGs, caracterizam-os de acordo com os tipos de parcerias estabelecidas. Assim, na visão das autoras, as mais simples se referem somente ao financiamento de ações, os projetos apresentam um caráter pontual. Já nos casos em que ocorre além da aproximação financeira, uma ingerência sobre o trabalho da ONG, o desenvolvimento de projetos que interferem diretamente na identidade da instituição, até mesmo devido a sua duração, que se prolonga a um médio prazo.

Ao que parece, em ambos os tipos de vínculos, os projetos realizados precisam cumprir com objetivos específicos e, desta forma, apresentar resultados satisfatórios que beneficiem de alguma forma os parceiros financiadores. No intuito de garantir esses benefícios, cada vez mais estão sendo implantadas novas formas de acompanhamento das ações, a fim de que se alcance os resultados esperados a partir do desenvolvimento desses projetos.

As relações estabelecidas estão, cada vez mais, abandonando as concepções de solidariedade, cooperativismo. Diante da atual configuração, observamos que “estabelecer uma parceria é agir estrategicamente, visando obter resultados específicos, subordinando os

meios aos fins, o que representa uma lógica de ação instrumental” (MONTE; CARVALHO, 2005, p. 21).

É justamente essa lógica instrumental que tem sido criticada, quanto ao desenvolvimento de projetos sociais no âmbito educativo. Para estudiosos da área, os fins não justificam os meios. Portanto, é necessário refletir sobre os fios condutores do projeto, isso nos remete a pensar sobre os aspectos que têm influenciado no seu planejamento e na sua execução, a fim de que se amplie o olhar em torno dos resultados. Nesse sentido, os projetos sociais não podem ser compreendidos somente como um instrumento utilizado para alcançar metas específicas, é preciso que os enxerguemos de acordo com a dimensão dos processos educativos pretendidos.

Os projetos sociais precisam ser qualificados pelos seus objetivos, práticas e processos de aprendizagens construídos. Vê-los apenas como instrumentos, como ferramentas para desenvolver práticas que mudem atitudes e comportamentos, é reduzir o processo educativo que eles contêm a processos utilitaristas, tecnocráticos e empiristas. (GOHN, 2010, p.79).

Para se concretizarem, os projetos sociais precisam do financiamento. Para tal, cada vez mais, as organizações sociais tem se aproximado de instituições financiadoras. Entretanto, para que se efetivem as ações, tais projetos têm que se adequar aos interesses desses parceiros, o que tem demandado uma redefinição nas formas de atuar dessas organizações. Essas transformações na atuação têm influenciado não somente no caráter das ações, como também na própria identidade dessas instituições.

As alterações percebidas nas ONGs são relativas à forma de gerenciamento, à perda de autonomia no que tange a alocação de recursos e a inserção da lógica instrumental nas ações, que transformam as características originais dessas organizações. As transformações que ocorrem nas empresas, como a busca por ações de Responsabilidade Social, não demonstram ser resultantes da parceria com as ONGs, senão que da necessidade de atender aos valores do contexto atual, que exige a adoção de práticas de responsabilidade social. Pôde ser verificado que as ONGs não influenciam nas ações das empresas a ponto de alterar suas prioridades em suas atividades empresariais, tão somente se beneficiam das mudanças que o contexto do mercado impôs às empresas e que, neste caso, lhes é benéfico. (MONTE; CARVALHO, 2005, p. 22).

Diante dessa realidade, as ONGs têm recebido a influência dessas empresas e órgãos à medida que se implanta dentro dessas organizações a lógica instrumental que a princípio se restringia ao universo empresarial. Os projetos sociais financiados por essas instituições acabam se submetendo aos interesses particulares dos financiadores. Além disso, esse contato direto com as estruturas organizacionais do mercado, além de sujeitar as ONGs a interesses

específicos, tem influenciado na organização e no perfil de atendimento dessas instituições. Nesse sentido, observamos que o papel social desempenhado por estas organizações sofre um processo de fragilização, vez que o compromisso social acaba ocupando um lugar secundário diante da necessidade de cumprir as demandas sinalizadas pelas empresas financiadoras. O cerne da atuação volta-se ao cumprimento de prazos e metas estabelecidas em projetos e assim prestar contas dos recursos recebidos das agências específicas.

Em contrapartida, as empresas que financiam as ações dessas organizações não têm sofrido mudanças significativas em suas estruturas e formas de operar. Elas continuam firmes quanto ao seu interesse de lucrar, inclusive por meio das ações que repousam sobre o discurso de Responsabilidade Social. Essas empresas têm alocado em projetos sociais os recursos advindos de isenções tributárias, e com isso tem conquistado o prestígio social por ações que na prática são planejadas e desenvolvidas por atores que ficam à margem desse 'estrelismo', no caso as ONGs locais.

Essa crescente preocupação dessas instituições para adequar os seus projetos as expectativas dos parceiros, emerge acompanhada da necessidade de modificar a sua estrutura e atuação, no intuito de conquistar a confiabilidade dos parceiros para desenvolver os projetos. A respeito disso, tais organizações estão, cada vez mais, comprometidas em se familiarizar com o mundo empresarial, de modo a adotar para o seu contexto instrumentos pertencentes a esse mundo.

Com relação às transformações ocorridas nessas organizações, decorrentes dessa aproximação com o mundo empresarial, Carvalho e Sachs (2001) apontam que há uma tendência nessa transformação, constituída pelos seguintes fatores:

- 1) a institucionalização e estruturação burocráticas das ONGs; 2) a profissionalização de suas atividades; 3) as mudanças no seu formato organizacional assumindo as características das empresas com fins lucrativos; 4) a adoção de novos e mais rigorosos mecanismos de coordenação; 5) a adoção de novas políticas de financiamento, entre as quais a venda de produtos e serviços e a diversificação nas fontes de financiamento e; 6) a criação de estruturas formais de articulação do setor numa estrutura em rede. (CARVALHO; SACHS, 2001, p. 8).

Diante das exigências dos financiadores, essas mudanças tem se apresentado às ONGs como necessárias para que seja possível estabelecer um vínculo. Por tal motivo, não são raras as organizações que têm resistido em estabelecer relações de parcerias com empresas, organismos internacionais e até mesmo com poder público. Na concepção dessas instituições,

os instrumentos de acompanhamento dos projetos se configuram na realidade como formas de controle sobre as ações e processos educativos desenvolvidos por elas. Além disso, esse domínio acaba por influenciar a identidade dessas organizações, tendo em vista que elas tendem a se parecer cada vez mais com instituições pertencentes a outros setores, nesse caso: o estatal e o mercadológico.

Por outro lado, essas aproximações têm sido apontadas como um caminho para que as ONGs deem continuidade às suas ações, se mantendo firmes no desenvolvimento de projetos sociais, possibilitando, assim, a participação dessas instituições no cenário social, bem como, o fortalecimento dos seus papéis e atribuições. Entretanto, para que se cumpram tais objetivos, consideramos ser necessário o estabelecimento de uma relação comedida. Esse equilíbrio se torna possível quando as instituições não governamentais possuem uma estrutura organizacional fortalecida, que permite que tais organizações se posicionem, diante dos parceiros, a favor dos interesses primordiais das suas atuações (CARVALHO; SACHS, 2001). A necessidade de financiamento tem motivado as organizações a aceitarem as condições impostas pelos parceiros, e isso tem dificultado o posicionamento das mesmas.

As crescentes demandas sociais da sociedade, cuja enorme massa de indivíduos carentes não cessa de crescer, aliado à escassez de recursos para atender a essa demanda, levam muitas ONGs a aceitar, de forma bastante acrítica, as parcerias com empresas (MONTE; CARVALHO, 2005, p. 23).

A relação das ONGs com o Estado ainda é desafiadora, visto que à medida que essas aproximações são realizadas, em razão da urgência na continuidade dos projetos, o trabalho desenvolvido corre o risco de ser comprometido, devido à dificuldade que elas podem encontrar para se posicionar criticamente diante dos interesses dos parceiros. Em meio a essas questões, novos desafios se apresentam às ONGs. Em verdade, hoje elas precisam, além de captar recursos para financiar os seus projetos sociais, buscar outros meios que garantam a efetivação da sua participação social, contribuindo, desta forma, para a consolidação da sua atuação junto às problemáticas sociais, e potencializando o seu papel no que diz respeito à luta pelos direitos sociais.

Somente as metas de busca da eficácia, competência, resultados, talentos, não resolvem os desafios postos às ONGs e à sociedade. Algo mais é necessário para que se contraponha ao modelo que está sendo implantado no país, exige que as ações das ONGs tenham vínculos efetivos e duradouros com a sociedade civil organizada, com os movimentos sociais e populares, com as associações de moradores, com todos os grupos organizados e com todos aqueles que lutam pelos direitos sociais no Brasil. (GOHN, 2010, p. 91).



Portanto, não é mais suficiente para essas organizações a captação de recursos para o desenvolvimento de projetos. Da mesma forma, as transformações ocorridas na identidade dessas instituições, que têm pautado o seu trabalho nos princípios de competência, profissionalização, eficiência e eficácia, não têm dado conta de superar os desafios quanto à garantia de espaço para a atuação dessas ONGs.

Os projetos desenvolvidos por essas organizações em parceria com outras instituições empresariais e estatais, apesar de apresentarem resultados efetivos sobre determinadas realidades educativas, podem dificultar o fortalecimento do papel e atuação das ONGs. Tal perspectiva pode ser justificada pelo fato de que os projetos desenvolvidos acabam sendo associados mais aos renomados organismos financiadores, do que as próprias organizações. Deste modo, acaba se criando uma situação paradoxal: se por um lado as aproximações garantem a sobrevivência dessas instituições, por outro acabam dificultando e, às vezes, até impedindo o fortalecimento das mesmas.

Ainda sobre essa discussão a respeito do reconhecimento social, uma questão precisa ser considerada, que é o fato de que os projetos sociais têm conquistado prestígio diante da sociedade. Entretanto, a atuação das ONGs não tem recebido tamanha atenção. A discussão sobre o papel dessas organizações tem sido restringida, por conta da necessidade de dar destaque aos resultados de projetos financiados por instituições que apresentam uma preocupação, não com as questões sociais, mas sim com os benefícios que podem ser gerados a partir da divulgação dessa imagem de comprometimento e responsabilidade social.

A necessidade da captação de recursos tem motivado a procura de novas fontes de financiamento, que se concretizam a partir de parcerias. Acontece que nesse processo de busca pelo estabelecimento de relações, as ONGs acabam competindo entre si para conquistarem o apoio dos financiadores. Essa competição tem influenciado as transformações ocorridas na identidade dessas organizações, à medida que estas têm procurado se enquadrar nos requisitos pré-estabelecidos pelos parceiros, com o intuito de alcançar certa vantagem diante de outras organizações concorrentes no financiamento.

Essa relação de concorrência tem contribuído para o isolamento das organizações sociais. Destarte, estas instituições têm desenvolvido um trabalho cada vez mais distante de outras organizações da sociedade civil. Esse afastamento tem contribuído para que a atuação delas se torne cada vez mais limitada. Do mesmo modo o isolamento, gerado pela

competitividade, tem impossibilitado o fortalecimento dos papéis desempenhados por essas organizações. Afastadas, as instituições têm perdido a sua força e expressividade política, que estão sendo substituídas, paulatinamente, pela simples capacidade de executar projetos que, de certa forma, atendem determinadas demandas educativas e sociais de diversas realidades.

O desafio que se apresenta, atualmente, para as ONGs é o de estabelecer uma relação com outras instituições da sociedade civil que também desenvolvem um trabalho alicerçado no interesse de contribuir para o desenvolvimento social, por meio da promoção e ampliação de espaços democráticos, voltados para uma formação política, que possibilite o exercício pleno da cidadania.

É salutar que se firmem parcerias dentro do próprio TS, entre as ONGs e também com outras instituições que integram o mesmo. Essas aproximações são incentivadas porque elas contribuem para que a concorrência seja atenuada e para que seja fortalecido o papel social dessas instituições. A relação de interdependência é possível nesse contexto, deste modo a partir do momento em que eles não ocupam uma posição de submissão, eles passam a cooperar uns com os outros, compreendendo, assim, a dimensão que as ações podem alcançar se desenvolvidas coletivamente.

A relação estabelecida entre esses sujeitos comprometidos com as questões sociais, tem se configurado como uma forma eficiente de fortalecer o papel, ampliar a atuação dessas instituições e, sobretudo, consubstanciar a luta pelos direitos sociais. Aliás, este tem sido o principal compromisso dessas organizações, desde o seu surgimento, quando lutavam a favor da abertura democrática, para que, assim, pudessem exigir, junto ao poder público, a garantia e a efetivação dos direitos dos cidadãos.

Com relação à educação não formal, cabe às ONGs o fortalecimento do campo, por meio de ações respaldadas nos princípios de solidariedade, cooperação, compromisso social e coletividade, que até então, estão sendo substituídos por outros que nada se aproximam do caráter primordial da atuação não governamental na construção e exercício da cidadania (NASCIMENTO, 1994).

É necessário o distanciamento e até mesmo a negação de certos princípios que regem o mundo empresarial e a estrutura governamental. É preciso que os processos educativos, desenvolvidos por meio dos projetos sociais, sejam condizentes com a proposta do campo não formal, com o interesse de atuação e com o papel que deve ser desempenhado por essas

organizações específicas da sociedade civil. Desta forma, elas estarão contribuindo efetivamente para o desenvolvimento educacional, político, econômico e social do país.

A nova realidade produzida pela ação de parcerias ou interação da sociedade civil organizada com órgãos públicos, empresas, ONGs etc. é pouco conhecida dos brasileiros e a maioria das universidades como instituições, assim como tem recebido pouca atenção dos pesquisadores e intelectuais de uma forma geral (GOHN, 2010, p. 89).

Analisar o desenvolvimento da educação não formal, bem como, a participação não governamental neste campo exige esforço dos pesquisadores para que não se limitem a um entendimento ingênuo da realidade, desconsiderando os limites e as possibilidades dessa relação educação não formal e ONGs na atual configuração social. A discussão em torno de tais questões é, então, necessária e urgente, não podendo mais ser silenciada, posto que esse fortalecimento na atuação tem conquistado destaque a partir, inclusive, de uma relação cada vez mais estreita com o poder público.

Tendo em vista que essa aproximação tem se configurado como parte de um projeto neoliberal para a sociedade brasileira é imprescindível ponderar o posicionamento das mesmas diante das políticas que estão sendo desenhadas. Possibilitar um esclarecimento sobre os embates e as concessões que têm sido realizadas é a nossa proposta no presente estudo ao apresentarmos uma abordagem atual sobre a relação das ONGs no cenário da reforma do Estado brasileiro.

#### 4 AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E O ESTADO

Sem mobilização social, nosso destino será a manutenção desse modelo, e quanto mais o país persistir nele, tanto mais difícil será retomar o projeto de fazer do Brasil um lugar condizente com suas condições e com suas potencialidades, uma nação generosa e soberana (PAULANI, 2006, p.100).

A força política da sociedade civil se torna expressiva quando os diversos sujeitos que a integra se encontram inseridos em um contexto de organização e mobilização social. Tais características estão sendo consolidadas no tecido societal brasileiro por meio do processo de fortalecimento e expansão dos agentes sociais não estatais.

Antes da década de 1990 as ONGs não tinham qualquer legitimidade, além disso, as ações desenvolvidas não possuíam a visibilidade que hoje lhe é dada. Sua atuação era limitada a pequenos grupos ou a comunidades, público-alvo das ações de organizações específicas da sociedade civil (NOGUEIRA, 2009). Hoje, a própria terminologia encontra-se publicizada por meio dos diversos meios de comunicação. O processo de expansão e fortalecimento das organizações corroborou para que, não somente o uso do termo, mas, sobretudo, a contribuição social de tais atores seja difundida na sociedade.

Não se trata de algo novo, mas sim de uma utilização eficiente dos espaços de divulgação, aos quais a sociedade civil organizada, cada vez mais têm tido acesso. Se hoje a expressão se encontra popularizada é porque tais organizações caminharam na perspectiva de alcançar certo notoriedade social, a fim de consubstanciar as suas ações e consolidar as suas formas de atuação (MONTE, 2012).

É interessante observarmos que não apenas no meio social, mas especificamente no campo público essas organizações deixaram de ocupar um lugar a margem. Em nosso trabalho de análise, percebemos que paulatinamente essas instituições foram ocupando um lugar de destaque em meio ao projeto societal elaborado por um Estado em processo de reforma.

Neste sentido, no presente capítulo pretendemos analisar os termos dessa aproximação entre as ONGs e o Estado, posto que compreender esses atores sociais diz respeito também a analisar as relações que foram e que estão sendo tecidas com outros organismos, em particular com a esfera pública, posto que essa aproximação tem sido cada vez mais percebida na contemporaneidade.

#### **4.1 Uma complexa relação entre Organizações Não Governamentais e o Estado**

No primeiro capítulo deste estudo nos dedicamos a apresentar uma concepção ampliada das ONGs ao passo que delineamos as especificidades que as situam dentro do conhecido TS. Ainda que tenha sido colocado que o referido não se resume às ONGs, apesar de serem estas as responsáveis pela ascensão do ponto de vista de expansão e fortalecimento, cabe ressaltarmos que a atuação diferenciada entre os setores, especificamente o primeiro e o terceiro tem se limitado ao campo teórico.

Neste sentido, não questionamos o campo, posto que este se refere aos serviços públicos, pois compreendemos que a questão de debate não é o fato das ONGs atuarem sob esta questão. A sociedade organizada prioriza as demandas públicas, refletem, dialogam, questionam e propõem ações neste âmbito. O que tem nos inquietado é o trato quanto ao papel que cada um dos atores tem desempenhado quando se trata da oferta dos serviços públicos.

Justamente neste ponto do diálogo, nós introduzimos como objeto de reflexão um conceito, que se torna sumariamente relevante quando se pretende analisar o papel das ONGs, a saber: *accountability*. A tradução do termo para a nossa língua já se apresenta de modo problemático, posto que a terminologia não se limita apenas a questão da prestação de contas. É um termo que nos estudos sobre ONGs diz respeito a um aspecto maior, que é o da responsabilização.

A definição do termo exige dos estudiosos um movimento de reflexão e não apenas de tradução, conforme Anna Maria Campos (1990) afirma sobre a expressão: “quando poderemos traduzi-la para o português”. Essa dificuldade é, sobretudo, relacionada ao campo conceitual. Campos (1990) ainda acrescenta que “na verdade, o que nos falta é o próprio conceito, razão pela qual não dispomos da palavra em nosso vocabulário” (CAMPOS, 1990, p.119).

De acordo com as reflexões da autora supracitada, percebemos que a estudiosa considera o conceito *accountability* deve estar presente nos contextos de democratização. Nesse sentido, espera-se que dentro de sociedades que trabalham a partir de uma democracia bem fundamentada, os serviços públicos sejam oferecidos e garantidos, nos mais diferentes governos como uma responsabilidade do Estado diante da sociedade.

O conceito de *accountability*, no sentido amplo de responsabilização e não de prestação, está para além de uma questão organizacional, ou ainda de uma reforma administrativa. Sobretudo, está intimamente relacionado de acordo com a questão pública e se refere a democracia, posto isso apresenta como característica e fundamento a obrigatoriedade.

Sobre essa relação da responsabilização com o processo democrático das sociedades, acrescenta que:

quanto mais avançado o estágio democrático, maior o interesse pela *accountability*. E a *accountability* governamental tende a acompanhar o avanço de valores democráticos, tais como igualdade, dignidade humana, participação e representatividade. (CAMPOS, 1990, p.122)

A partir da afirmação da autora é possível estabelecermos uma reflexão sobre o Estado brasileiro, o qual vivenciou um período de regime autoritário e ditatorial, sendo governado por militares de 31 de março de 1964 até 15 de março de 1985. Logo, é necessário pensar até que ponto a nossa democracia encontra-se bem fundamentada, em que medida nos sentimos ameaçados quanto à garantia dos nossos direitos que apenas há três décadas foram sendo reconstruídos por meio da luta democrática. Aliás, neste processo de redemocratização a sociedade civil organizada esteve presente e desempenhou importante papel (COUTINHO, 2006).

Percebemos que tratar dos papéis do Estado e da Sociedade civil não é tarefa simples, exige uma reflexão sobre essa complexidade. É necessário pensar sobre o papel do Estado, considerando as suas complexas atuações, desenvolvidas no interior de numerosas formas de relações sociais. De acordo com Gramsci (2000, p. 331): “o Estado é o complexo das atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém o seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados.”. Deste ponto de vista, é possível estabelecer uma reflexão sobre o Estado e a sociedade civil por meio da correlação de forças entre as diferentes classes sociais. O Estado é um espaço marcado por contradições, no qual há um esforço direcionado para a manutenção do *status quo* marcado pelas diferenças entre as classes sociais.

Permanecemos sempre no terreno da identificação de Estado e de governo, identificação que não passa de uma representação da forma econômica-corporativa, em outras palavras, da confusão entre sociedade civil e sociedade política, pois é necessário salientar que a noção geral de Estado inclui elementos que são comuns à noção de sociedade civil (Gramsci, 2000, p.149).

Gramsci enfatiza que o Estado é um fãmulu das classes burguesas que conserva o processo de dominação por meio do controle sobre a classe trabalhadora. O autor também apresenta diferenças consideráveis entre as sociedades orientais e ocidentais no que se refere à relação do Estado com a sociedade. Dentre as distinções, destacamos o fato de que no contexto oriental não há uma relação equilibrada de forças entre o poder estatal e a sociedade civil.

Coutinho (2006), ao se apropriar da referência gramsciana analisa que o Brasil, em sua construção político-social, foi marcado pela predominância das características de países orientais, posto que o Estado brasileiro consolidou-se ao passo que a sociedade civil ficou à margem das decisões políticas, devido à insuficiência de força política da mesma para confrontar o poder estatal: “[...] o Brasil se caracterizou até recentemente pela presença de um Estado extremamente forte, autoritário, em contraposição a uma sociedade civil débil, primitiva, amorfa” (COUTINHO, 2006, p.173).

Essas características permanecem até os dias de hoje na configuração política brasileira. É certo que o país, tendo em vista o acompanhamento das tendências econômicas no mundo, precisou em seu curso histórico aderir a novas formas de direcionamento da sua política estatal, o que sugeriu, em dados momentos, uma reconfiguração na atuação do Estado. Esse processo é assim definido:

Finalmente, há um conceito ‘acadêmico’, ou seja, com melhor trânsito na universidade, que também ajuda a pensar o caso brasileiro: o conceito de ‘modernização conservadora’, elaborado pelo sociólogo norte-americano Barrington Moore Jr. Ele distingue entre três diferentes caminhos de trânsito para a modernidade, um que leva à criação de sociedades liberal-democráticas, outro que leva a formações de tipo autoritário e mesmo fascista. (COUTINHO, 2006, p.175, grifo do autor).

Tratou-se de uma modernização conservadora que primou pelo afastamento do poder das classes populares, mantendo o domínio da classe dominante, ainda que o preço fosse alto a pagar, o arcaísmo social. Além de limitar o acesso da classe trabalhadora à riqueza social, esse tipo de atuação estatal visava à alienação da mesma, a fim de enfraquecer a sua organização e atenuar a luta popular a favor dos direitos.

Justamente por estarmos situados em meio a esse modernismo conservador, que visa à diluição das organizações inseridas no processo de democratização, que podemos refletir sobre a fragilidade democrática que ainda é uma realidade em nosso país. Desta forma,

tomando a reflexão de Campos (1990) acerca da correlação entre democracia e responsabilização é possível aprofundarmos a nossa análise no que tange essa questão.

Se a democracia fundamentada consubstancia o conceito de accountability, o movimento contrário é agora o objeto de nossa discussão. Destarte, a ausência da responsabilização, a minimização da atuação, a redução da prestação de contas do poder público sugere e corrobora para o próprio enfraquecimento da democracia.

Em meio ao contexto do Estado brasileiro torna-se imperativo a existência de uma sociedade civil organizada, que atue de forma ativa, resistente e que seja capaz de reivindicar coletivamente a responsabilização do Estado. Portanto, a perspectiva com a qual trabalhamos nesse estudo acerca do papel das ONGs é a de que estas instituições atuam no mesmo campo do Estado que é o público, mas desempenham papéis diferentes.

O trabalho de tais organizações deve implicar na capacidade de identificar necessidades, encaminhar demandas, bem como exigir o desempenho do serviço público que atenda coerentemente a realidade. Esse é a tarefa que por vezes as ONGs não têm interpretado, negligenciando assim o seu papel social de atuar como agente democrática. Fato este que corrobora para que a sociedade não compreenda em sua totalidade a atuação e os objetivos que as ONGs pretendem na esfera de desenvolvimento social.

Quando se discute questões de desenvolvimento social não estamos considerando apenas elementos econômicos, sobretudo pensamos a ampliação dos indicadores políticos, sociais e humanos que remete a uma significativa progressão na qualidade de vida dos sujeitos, tornando-se viável que “cada pessoa possa ter mais controle sobre a própria vida, que todos tenham acesso aos bens culturais e ao maior conjunto possível dos elementos que fazem a essência do ser humano como entidade pensante, livre e participativa”. (DAHRENDORF, 1992,p.55).

Nesse sentido, a atuação das ONGs diz respeito a desempenhar uma atividade de luta pelo desenvolvimento, bem como ponderamos que a especificidade do papel do Estado é a de atuar como garantidor desse progresso social. Entendemos ainda que certas atividades, como a garantia dos direitos sociais e humanos, devem ser desempenhadas no âmbito estatal. Para tanto o poder público tem o dever de articular as diversas organizações da sociedade civil, não para a execução de serviços, mas para a reflexão de políticas sociais.



O papel das ONGs, bem como de demais instituições da sociedade civil não diz respeito está associado aos ideais de participação e coletividade. Nesse sentido a aproximação entre Estado e sociedade civil organizada é apoiada quando esta diz respeito a atuação conjunta no campo dos serviços públicos, entretanto cada ator devendo atuar como lhe compete.

É por meio de uma sociedade ativa e reconhecida que pensamos que as políticas sociais podem ser cobradas e desenvolvidas não apenas como políticas de governo, mas de Estado. Pois ainda que determinado governo se encerre, uma sociedade fortalecida e organizada tem a possibilidade de lutar pela continuidade de políticas. De igual modo, uma sociedade enfraquecida e diluída quanto a sua organização não tem elementos consubstanciados para exigir o cumprimento do papel do Estado enquanto garantidor dos direitos, tampouco para lutar pela implementação de políticas públicas.

A respeito dessa relação Kliksberg (1997, p. 57) afirma que

é necessário abrir plenamente o Estado à participação dos cidadãos, descentralizar, criar condições para que se produzam atos públicos transparentes, desburocratizar, favorecer todas as formas de cogestão dos cidadãos, ativas instituições permanentes de participação, renovar constituições, implantar sistemas políticos que favoreçam o contínuo amadurecimento dos cidadãos e a organização e expressão da sociedade civil.

O autor reflete que sobre essa aproximação entre a esfera estatal e a sociedade civil organizada, colocando que se torna necessário uma reestruturação na forma de se relacionar do Estado e decididamente esse é um ideal neoliberal. A perspectiva defendida neste estudo é a de que não cabe ao Estado uma ressignificação no seu papel, de modo que legitime a desresponsabilização.

A participação almejada pela sociedade precisa ser interpretada sob o viés da abertura para o questionamento, diálogo, reflexão sobre novas agendas de debates e não como mecanismo de cumprimento de papéis e atribuições que não competem a ambos os envolvidos na relação. Nesta perspectiva ao invés de dicotomizar Estado e sociedade civil, o que se apresenta é a possibilidade de diálogo que não resulte no enfraquecimento do Estado. Ratificamos que defender uma sociedade civil organizada fortalecida, não sugere o encolhimento do poder público.

Em nossos estudos o entendimento é que o fortalecimento das organizações advém da concepção que as mesmas possuem sobre o seu papel diferenciado nas questões públicas, de

outro modo elas enfraquecem ao tentar desempenhar uma atribuição que não lhe é possível e se prendem ao campo do desenvolvimento de ações, abdicando de uma atuação muito mais ampla, que se refere ao âmbito político, negligenciando assim o seu compromisso social enquanto agentes da democratização.

Reconhecemos ainda que desempenhar esta função tem representado um desafio para as ONGs, visto que elas têm enfrentado políticas que acordam com o projeto neoliberal para a sociedade brasileira, o que tem exigido cada vez mais um posicionamento de tais organizações, se estas pretendem de fato desempenhar o seu papel social e não apenas se adequar passivamente ao cenário da reforma do Estado brasileiro.

#### **4.2 A reforma do Estado brasileiro e o projeto para as Organizações Não Governamentais**

O Brasil se organizou na forma Estado, antes mesmo de encetar a construção do processo de identidade-nação. Isso remete a pensar que a Nação foi constituída sob um Estado forte, intervencionista e centralizador, supressor dos interesses populares (NOGUEIRA, 2009). Se a vinda da coroa portuguesa serviu para intensificar no território brasileiro a dominação dos colonizadores, a Independência, tampouco, se configurou como uma ruptura com os traços de um Brasil colônia.

A promulgação da Independência constituiu-se como uma estratégia para manter um governo que estava em crise, por conta da pressão internacional. Nesse sentido, a intenção era manter o domínio português. Não se tratou de um movimento contestatório gerado no meio popular. Foi, sobretudo, um processo bem elaborado, com o fim de dar continuidade à velha ordem. Desse modo, o Estado se fortaleceu e a classe popular que não teve participação direta nesse processo, ficou à margem das questões políticas dominantes (COUTINHO, 2006).

Neste sentido, o país se inseriu de forma conservadora na dinâmica do capitalismo avançado. Com a Proclamação da República (1889), a sociedade vivenciou transformações sociais, econômicas e políticas e o Estado permaneceu vinculado aos interesses da elite. O rompimento com essa velha ordem passa a ser mais claramente definida com a crise capitalista de 1930.

Depois da abolição e da Proclamação da República, o Brasil já era uma sociedade capitalista, com o Estado burguês; mas é depois de 1930 que se dá efetivamente a consolidação e a generalização das relações capitalistas em nosso país, inclusive com a expansão daquilo que Marx considerava o ‘modo de produção especificamente capitalista’, ou seja, a indústria. (COUTINHO, 2006, P. 176, grifo do autor).

Motta (2009) acrescenta que o capitalismo se reconfigura a partir de suas próprias crises. Há um ciclo necessário à lógica de acumulação de capitais, o qual contribui para que as economias mundiais se adequem à ordem hegemônica do capital. No Brasil dos anos de 1930, a própria crise favoreceu o desenvolvimento de um tipo de capitalismo dependente (CARDOSO, 1976). Assim, as relações capitalistas aqui são do tipo subalterno. O Estado capitalista fortaleceu-se nesse sentido, à medida que as classes detentoras do poder político utilizaram como estratégia: a minimização das disputas e embates entre a classe dominante, e a classe dominada, esta composta pelos trabalhadores. Getúlio Vargas expressava uma proposta de estabelecer no país, e, especificamente, na relação dentro das indústrias, um regime de colaboração.

Faleiros (1991) enfatiza que sob um discurso de proteção social, os agentes burocráticos do Estado formularam e implementaram políticas públicas para os trabalhadores pactuados com os empregadores. A estudiosa complementa explicando que

a ideologia da colaboração está ligada à de proteção social. Esta, na fala dos políticos, visa dar o sentimento de segurança e garantias aos mais “fracos” da sociedade, aos mais desprotegidos, aos carentes, aos marginalizados, aos pobres. Nesse discurso, a sociedade aparece dividida entre os fracos e fortes, pobres e ricos, favorecidos e desfavorecidos pela sorte, encobrindo-se as divisões mais profundas entre exploradores e explorados, dominadores e dominados (FALEIROS, 1991, p.14-5).

A autora supracitada faz críticas a esse processo, especificando que a cooperação entre patrões e empregados “[...] não visa melhorar as relações entre os dois indivíduos, mas reduzir conflitos entre as classes sociais, agudizadas pelas lutas entre as organizações trabalhadoras e os patrões” (FALEIROS, 1991, p. 14). Com efeito, a política de industrialização brasileira teve o Estado como principal interessado em conformar esse processo, por meio, inclusive, da criação de empresas estatais.

Pode-se dizer que, a partir dos anos de 1930 e pelo menos até a implantação do neoliberalismo nos anos de 1990 (quando o capital financeiro assume a supremacia), a fração preponderante no bloco de poder que governou o Brasil foi o capital industrial (COUTINHO, 2006, p.177).

O Estado capitalista brasileiro é, pois, o detentor dos elementos fundamentais para construir e fortalecer a nação brasileira. Tal cultura política tem início na Era Vargas e perdurou ao longo de todo período dos governos dos chamados líderes “populistas<sup>6</sup>”. Dessa forma, a industrialização consolidou-se pelas próprias ações estatais que visavam à efetivação do capitalismo, por meio da modernização conservadora.

Para os defensores do autoritarismo, o Brasil, teria uma sociedade fraca, anônima, fragmentada, na qual as classes sociais não se haviam ainda constituído plenamente. Mas, enquanto a esquerda apresenta como solução para esse problema o fortalecimento da sociedade civil, sua organização e dinamização, os defensores do ‘Estado autoritário’ pensavam que a solução consistiria precisamente em fazer do Estado o instrumento básico da construção da nacionalidade brasileira. (COUTINHO, 2006, p.178).

Faleiros apresenta uma concepção interessante sobre a política corporativista, implantada com vistas ao crescimento das relações capitalistas: “o corporativismo consistia na articulação da harmonia entre patrões e empregados pela transformação dos sindicatos em órgãos do Estado e pela atribuição a eles de funções assistenciais” (1996, p. 69).

Daí o interesse em cooptar o movimento sindicalista, no intuito de organizar e, principalmente, controlar a representação dos trabalhadores. Da mesma forma, incentivou-se a incorporação dos interesses da própria burguesia no cerne das decisões de interesse público, por meio da representação dos grupos específicos burgueses, cujas alianças permanecem exercendo influência até os dias atuais.

O Estado corporativista foi se fortalecendo à medida que representava os interesses das classes dominantes nacionais, com a intenção de firmar uma relação estável com as mesmas, tendo em vista que desempenhavam um papel importante no desenvolvimento da política capitalista.

A conexão dos sindicatos com o Estado tinha como pretensão diluir os movimentos da sociedade civil, enfraquecendo as lutas sociais. O intervencionismo e o corporativismo, que marcaram o poder estatal desde a crise de 1930, se prolongaram nos anos seguintes, tornando-se questionáveis mais tarde, em meados dos anos de 1970 e 1980, por políticos e pensadores da economia mundial, que sugeriram medidas de liberação econômica (MOTTA, 2006).

---

<sup>6</sup> O populismo marca a política brasileira em 1930, a partir do governo do líder trabalhista Getúlio Vargas e o seu colapso é datado em 1964, ano do golpe, quando presenciamos a ascensão de um governo militar que instaurou a ditadura no país. O populismo brasileiro teria se caracterizado pelo controle e cooptação dos trabalhadores, a fim de se evitar incômodos com as possíveis mobilizações destes, e assim fortalecer o domínio do governante populista (FERREIRA, 2001).

No período de prevalência das medidas intervencionistas no país, a proposta de colaboração passou a influenciar na própria forma do poder estatal perceber a sociedade civil. A classe dirigente caracterizada, pela busca incessante de ampliação do seu poder, percebe uma possibilidade de alcançar tal objetivo por meio de novas formas de relacionamento com as massas populares. Em razão disso, no governo de Juscelino Kubitschek<sup>7</sup> as organizações sociais conquistam espaço político de participação, visto que se

propagava a ideia de desenvolvimento para reforçar a colaboração entre povo e governo, no sentido de ampliar o entrosamento entre Estado e massas. Ele não falava em classes sociais, mas em 'gente humilde', gente pobre de um lado, e em prósperos, de outro (FALEIROS, 1991, p.14).

O argumento da proteção social foi apregoado à medida que outros entraram em cena, como, por exemplo, a naturalização das desigualdades sociais. Os agentes burocráticos estatais ao reconhecerem a população pobre e a classe alta desempenhava o papel de integrá-las com o fim de promover o desenvolvimento do país.

Além de fazer o povo aceitar e, portanto, legitimar essas intervenções do Estado e de seus agentes, esses discursos fazem a população acreditar na *bondade do sistema* e no *fracasso individual*. A falta de assistência educacional, a falta de nutrição e saúde, a falta de moradia, a falta de emprego, de lazer, a falta de roupas e alimentos, ou seja, a doença, o desemprego e a fome são atribuídos a falhas individuais ou a à ausência de sorte na vida, pois com as políticas sociais o sistema surge como atuante e preocupado com todos. (FALEIROS, 1991, p.17).

O discurso dessas classes, no sentido de proteger cidadãos fragilizados, esconde as reais condições em que esses sujeitos se tornam frágeis e excluídos, dissimulam a expropriação do sistema capitalista: a exploração é o que fundamenta as relações em uma sociedade regida pelo capital. As políticas implantadas e implementadas visam reproduzir no ambiente social o conformismo diante das mazelas da exploração, construindo, assim, um espaço favorável à operação dos interesses do capital.

Todos os programas sociais vindos de cima para baixo são pagos e financiados pelos próprios trabalhadores e se inscrevem num contexto, muito mais complexo, que os discursos nem sequer pronunciam, ou melhor distorcem e camuflam. (FALEIROS, 1991, p.18).

Os programas sociais utilizam como respaldo ideológico para o seu fortalecimento o discurso de um Estado que se preocupa com a integração do povo e que amplia a participação

---

<sup>7</sup> Juscelino Kubitschek ocupou o cargo de chefia do governo no período que compreende os anos de 1955 a 1960.

social. Dessa forma, a sociedade é induzida a aceitar passivamente as políticas sociais que interessam, antes de tudo, às classes dominantes.

Nos governos seguintes dos presidentes Jânio Quadros<sup>8</sup> e João Goulart<sup>9</sup> a abertura para a formação de uma sociedade civil mais autônoma marcou os anos iniciais da década de 1960. Outro aspecto característico é a continuidade no desenvolvimento de políticas sociais que previam a estabilização de uma ordem social capitalista, por serem consideradas

formas e mecanismos de relação e articulação de processos políticos e econômicos. Os processos políticos de obtenção de consentimento do povo, da aceitação de grupos e classes e de manutenção da ordem social estão vinculados aos processos econômicos de manutenção do trabalhador e das relações de produção de riquezas. (FALEIROS, 1991, p. 33).

O Brasil enfrentou mais uma vez uma transformação na forma de governo ocorrida de forma conservadora, imposta de ‘cima para baixo’ e os elementos da velha ordem, que se caracterizava pelo predomínio da passividade da sociedade civil foram conservados.

A interdependência entre setores governamentais e não-governamentais têm aumentado em vez de diminuir, o que significa a manutenção da atual configuração múltipla, que consiste em demandar a sociedade civil através das ONGs. A política social não tem sobrevivido sem o respaldo do Estado, seja como facilitador, seja como financiador, planejador e provedor indireto. Portanto, contemporaneamente, o que tem sofrido *restrição* não é a ausência do Estado no desenvolvimento da política social ou a presença de mecanismos descentralizadores e participativos, mas a sua *intransferível função de garantir direitos de cidadania social*. (FAGUNDES, 2006, p.14, grifo do autor).

Na atualidade se apresentam como desafios, a luta em favor dos direitos sociais dos cidadãos, e, nesse contexto, a reflexão acerca do Estado e do seu papel de garantir tais direitos. O interesse por parte do poder público em se aproximar do TS tem acontecido, principalmente, devido ao reconhecimento do trabalho desenvolvido pelas ONGs. Nesse sentido, a atuação dessas instituições, a partir dessa relação, tem conquistado uma dimensão ainda mais ampliada no cenário social brasileiro.

No que diz respeito, ainda, ao crescimento e fortalecimento das ONGs, cabe esclarecer que estão associados à redefinição ocorrida no perfil de atuação dessas organizações. A respeito disso Fischer (1998) esclarece que a partir da década de noventa, mais especificamente, o TS tem estabelecido novas formas de aproximação com o Estado.

---

<sup>8</sup> Exerceu o cargo de chefia do governo brasileiro no período de 31 de janeiro de 1961 a 25 de agosto de 1961.

<sup>9</sup> A gestão de Goulart na presidência da República compreende os anos de 1961 a 1964.

A análise de atuação dessas organizações no Brasil, principalmente a partir do início da década de noventa, indica que as entidades do Terceiro Setor, longe de colocarem-se em confrontação, buscam com maior frequência estabelecer relações de complementaridade e parceria com o governo. (FISCHER, 1998, p.15).

Essa redefinição revela a construção de novos papéis sociais que passaram a ser desenvolvidos pelo TS e especificamente pelas ONGs. Dessa forma, a atuação dessas organizações da sociedade civil é caracterizada também a partir do modo como se constituem e se relacionam com outras instituições. Neste caso, a aproximação com o poder público precisa ser analisada de acordo com aspectos que constituem essa relação e que tem demandado novas atribuições para os atores sociais envolvidos.

Lewis (2001) contribui para nossa reflexão ao sugerir que uma ONG configura-se como uma instituição que, como qualquer outra agente social, precisa gerir o seu trabalho firmando parcerias e/ou se relacionando com outras organizações. No percurso histórico do TS, essas instituições específicas, desde o seu surgimento, têm organizado as suas ações e projetos de acordo com as relações estabelecidas com outros atores sociais.

Na década de sessenta quando as ações precisavam ser realizadas silenciosamente tais organizações encontraram nas entidades religiosas uma relação, que possibilitava o desenvolvimento das suas atividades. À medida que essas organizações foram se relacionando com outros atores, como foi o caso dos movimentos sociais de base, essas foram caminhando para o desenvolvimento de um trabalho embasado em uma concepção laica e de transformação da sociedade.

A expansão das ações promovidas, por essas, em meio aos anos oitenta e noventa está correlacionada ao processo de reforma do Estado brasileiro, no que se refere à prestação dos serviços públicos. Posto que a redução da ação do poder público abriu espaço para a entrada do TS, de modo particular no chamado público não estatal. Desta forma, os processos de redefinição do papel estatal, bem como a entrada desses organismos na atuação de demandas sociais podem ser compreendidos no contexto das transformações ocorridas no mundo do capital, quando se percebem

iniciativas por parte do Estado no sentido de abrir espaço para uma maior interlocução com a sociedade civil. Apesar de não se referir especificamente às ONGs, o processo de publicização, ou seja, transferência de serviços não-exclusivos para o setor público não estatal, mostra a intenção do Estado de reduzir parte de suas atribuições, o que, possivelmente, abre um campo de atuação para as ONGs. (CKAGNAZAROFF; SÁTIRO; GONTIJO, 2007, p. 10).

Ao tomar os espaços desocupados pelo Estado, as ONGs apresentam novas formas de relação social. Estas se diferem entre si, no que diz respeito às concepções, objetivos, origem, desenvolvimento histórico, sustentabilidade, entre outros aspectos. Entretanto, algo que é comum a essas instituições é o fato de que elas precisam gerir adequadamente seus recursos e ações a fim de atingir as metas pretendidas (CARVALHO, 2000). Nesse sentido, há uma lacuna entre os objetivos almejados e os que de fato são alcançados, a fim de preencher esse espaço, elas têm estabelecido às parcerias que julgam adequadas a proposta de atuação social.

### **4.3 As relações de parceria das Organizações Não Governamentais**

De fato percebemos que a captação de recursos é uma necessidade inerente à existência das ONGs, no sentido de possibilitar a continuidade dos trabalhos desenvolvidos por tais instituições (CARRION, 2000). Diante da situação apresentada, as ONGs utilizaram diversas formas para conquistar o financiamento de suas ações, dentre os quais encontraram na formação de parceria com o Estado e seus órgãos um meio para a captação de recursos, tendo em vista que nem sempre as doações do setor privado e/ou o investimento internacional proporcionaram o desenvolvimento dessas organizações.

Os estudos de Serva (1997) e Teodósio (2002) contribuem para o esclarecimento dessa relação entre o Estado e ONGs. Dentre os argumentos apresentados em seus estudos, o vínculo é compreendido pelos pesquisadores como um meio de controle utilizado pelo aparelho estatal.

Serva (1997) questiona essa relação, enfatizando as diferentes concepções que orientam o trabalho do Estado e das ONGs. Segundo o autor, os órgãos estatais direcionam suas ações de acordo com uma concepção extremamente voltada para os interesses do mercado, já as organizações pautam suas ações nos interesses sociais. Na visão do autor, essa dicotomia de interesses e concepções interfere no estabelecimento de um vínculo, vez que essas instituições podem não conseguir estabelecer um diálogo concreto e tampouco uma relação orgânica.

Assumimos a análise de Inojosa (1999) e Lewis (2001) que configura tais relações como subordinadas e dependentes ou orgânicas e ativas. A primeira diz respeito a uma relação em que não há espaço para o exercício da autonomia dos envolvidos, na qual o interesse de



um se sobrepõe ao do outro. No tipo de relação denominada orgânica por Inojosa (1999) e ativa por Lewis (2001) os envolvidos possuem autonomia, se relacionam de forma interdependente, não há um único interesse, ou um interesse particular que se sobreponha aos demais, existem sim interesses que se relacionam de acordo com a capacidade de diálogo existente entre os sujeitos envolvidos.

A categorização dos tipos de parceria pode ser mais claramente compreendida a partir das suas caracterizações. A relação subordinada e dependente apresentada neste estudo é marcada pela sujeição de uma das partes ao interesse individual da outra parte, esses interesses são acatados porque há um tipo de dependência entre os parceiros. Diferentemente, na relação orgânica e ativa, o estabelecimento de vínculos é processual e não uma imposição. Esse processo é definido através do diálogo aberto sobre os papéis que serão executados por cada uma das partes. As estratégias para o desenvolvimento das ações e a responsabilidade pela sua execução é compartilhada pelos parceiros.

Outro ponto a ser considerado está relacionado aos meios e aparatos utilizados para que se exerça essa influência e dominação. Segundo Ckagnazaroff e Souza (2010, p. 3) esses meios

podem variar desde a persuasão pelo argumento, através de oferta de incentivos financeiros, até a coerção direta. Esses mecanismos podem ser formais (transferências financeiras, contratos, relatórios e registros) ou informais (fluxos de informação, troca de staff, seminários, discussões, paternalismo).

No caso da relação entre o Estado e as ONGs, é possível identificar a utilização por parte do poder público de instrumentos de incentivo e de instrumentos de controle sobre essas organizações. Ao se aproximar da esfera pública essas organizações sociais se submetem ao monitoramento, controle e, portanto, influência estatal. O incentivo, apresentado sob a forma de isenções tributárias e/ou recursos disponibilizados para a execução de projetos, que a primeira vista se apresentam como a solução para a questão do financiamento, pode se configurar como um problema que interfere no caráter de atuação dessas instituições.

Estão se popularizando no âmbito das organizações não governamentais novas formas de financiamento que as vai ligando cada vez mais às linhas de financiamento públicas. O acesso a esses recursos está ligado a algumas condições que paulatinamente vão dando forma à ação organizacional. A dependência dos recursos públicos representa para as ONGs o risco da influência e até da ingerência em seu caráter, modo de funcionamento e objetivos. (CARVALHO, SACHS, 2001, p. 9).

Muitas organizações têm abdicado de desenvolver projetos sociais alternativos à política neoliberal, por conta da necessidade garantir os recursos necessários para o funcionamento das mesmas. Um aspecto negativo nessa relação é o fato de que muitas vezes as ONGs se envolvem nessas parcerias prioritariamente por conta da preocupação com a captação de recursos, fazendo com que o caráter público das ações deixe de ocupar um lugar central na atuação dessas instituições.

Não são raras, às vezes em que as ONGs se encontram em uma posição de adequação aos padrões do mundo do Mercado, por exemplo. O poder público as enxerga de acordo com a possibilidade de prestar serviços à sociedade a um baixo custo, e ainda como uma forma de transferir as suas responsabilidades para essas organizações, que passam a ser cobradas, pela sociedade e pelo Estado, de acordo com a efetividade para atender as necessidades sociais.

O Estado ao passo que exige cada vez mais uma atuação qualificada, que atenda de forma eficiente e eficaz às necessidades coletivas, produzindo resultados efetivos de acordo com as demandas postas na tessitura social, tem se limitado a ocupar um papel de monitoramento e/ou coordenação das políticas executadas, cabendo a ele

a fiscalização a utilização dos recursos públicos, através da observação de resultados das atividades desenvolvidas. Cumpre esclarecer que existem ainda dois sistemas convencionais de articulações: os contratos e os convênios. Os contratos são regidos pela lei 8.666/93, conhecida como leis das licitações, pela qual a celebração de contratos deve ocorrer pelo processo de concorrência, e, os convênios, forma dominante no relacionamento entre governos e organizações do Terceiro Setor, são regidos por instruções normativas do Ministério da Justiça e Secretarias do Tesouro Nacional (HEY, 2007, p. 89)

Para alguns estudiosos, a exemplo de Fischer (1998), estabelecer uma relação orgânica, caracterizada pela autonomia entre os sujeitos, é possível entre Estado e instituições não governamentais. Assim, a aproximação do TS com a esfera estatal não é compreendida como algo nocivo para essas organizações, contradizendo a ideia de que por ser uma relação complexa não pode gerar resultados satisfatórios para todos os envolvidos.

#### **4.4 A Relação entre Estado e Organizações Não Governamentais: desafio que pode ser Superado?**

A relação é realmente complexa, posto que, exige, segundo Lewis (2001), a superação de desafios, tais como o posicionamento de um sujeito em relação ao outro. As ONGs surgiram em um contexto de luta a favor abertura democrática, sendo constantes os questionamentos dessas organizações à postura repressiva do poder público, que afastou politicamente os grupos sociais. Tal situação culminou em diversos enfrentamentos entre os atores sociais.

Outro desafio que se apresenta às ONGs, tendo em vista que elas conquistaram a notoriedade social a partir de suas ações caracterizadas de acordo com uma eficiência e eficácia que não podia ser percebida nas políticas sociais do Estado, está relacionado ao fato de que elas podem ter as suas ações assemelhadas àquelas desenvolvidas burocraticamente pelo poder público. Nesse sentido, precisam tratar as possíveis influências da inoperância ou excessiva burocracia estatal sobre o desenvolvimento dos seus trabalhos.

Como forma de lidar com esses desafios, Lewis (2001) apresenta estratégias de superação dos mesmos. O autor aponta que as ONGs podem se tornar pouco notadas, desenvolvendo ações pouco divulgadas na sociedade, ou associá-las diretamente ao poder público. Podem, inclusive, restringir a relação com o poder público, limitando a aproximação ao desenvolvimento de projetos e/ou ações pontuais. Tais estratégias apresentam benefícios a um curto prazo, mas não geram resultados efetivos e consistentes, deste modo são incapazes de gerar, de fato, uma transformação social.

Outra estratégia, apresentada pelo autor, firma-se em um plano de participação ativa das ONGs em questões políticas. Assim, essa relação estabelecida corresponderia aos princípios de atuação dessas instituições. Seria uma forma de estabelecer uma parceria com o governo, e, de modo articulado, propor alternativas para que os interesses de determinados grupos, socialmente excluídos, sejam atendidos por meio da construção de políticas públicas efetivadas pela esfera estatal.

Na relação estabelecida entre os atores sociais de forma orgânica, existe a possibilidade de construir políticas sociais mais consistentes e que atendam melhor as especificidades de determinadas realidades sociais. Constituir uma aproximação orgânica é,

portanto, um caminho apontado para que se consolide a atuação de ambos os atores sociais, sem que os interesses de um se sobreponham aos do outro.

As políticas sociais pensadas por mais de uma organização apresentam maior relevância social, tendo em vista que elas se concretizam por meio de projetos e/ou programas pensados e geridos de acordo com o interesse coletivo, de promover um equilíbrio social (FISCHER, 2008). Portanto, a relação orgânica, entre as ONGs e o Estado, é possível de ser estabelecida, e ainda mais, ela é recomendável, visto que ela encaminha mudanças nas políticas sociais rumo à construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O envolvimento dessas organizações sociais no processo de implantação e implementação de políticas sociais não acontece somente no que diz respeito ao cumprimento de normas e exigências estatais. A participação efetiva está na possibilidade de diálogo, questionamento e proposições de alternativas às políticas que não atingem o resultado esperado, ou seja, que não atendem satisfatoriamente determinadas demandas sociais.

Entretanto, o engajamento dessas organizações na esfera dos serviços públicos acarreta na necessidade de adequação da atuação das mesmas. Uma nova realidade se apresenta para essas organizações, na qual “a liberdade e autonomia quase totais do setor parecem agora conviver com uma regulamentação e um ordenamento jurídico-legal que gradualmente vão delimitando os marcos em que se podem mover as ONGs” (CARVALHO, 2000, p. 18).

Conforme o recomendado, dentro de uma relação orgânica e ativa, é preciso que sejam preservadas as identidades dos sujeitos envolvidos, e no caso das ONGs é necessário resguardar o caráter combativo, político e independente da sua atuação. Assim sendo, as adaptações realizadas devem contemplar primeiramente os seus objetivos enquanto organização que luta pelos interesses da sociedade. Do contrário, corre-se o risco de perder o sentido que motivou o estabelecimento de um vínculo com o poder público.

Veja que os objetivos e os interesses de uma organização estão bem delineados é possível estabelecer uma relação com o Estado, sem que os interesses desse se imponham sobre os daquela. É plausível que tais instituições cumpram o seu papel mobilizador na sociedade e que ao mesmo tempo prestem serviços públicos nas localidades. Aliás, o cumprimento de uma dessas atribuições pode contribuir para a realização da outra. A atuação em parceria com o Estado não exclui a possibilidade da ONG de questioná-lo, caso

determinado serviço não atenda as demandas sociais. Justamente por conhecer a eficiência e eficácia ou não de certas políticas que elas podem confrontá-las e propor alternativas.

#### **4.5 Estado e as Organizações Não Governamentais: termos dessa relação no contexto brasileiro**

No contexto brasileiro, tais instituições têm conseguido dar continuidade às suas ações, tornando-se crescente o envolvimento com a prestação de serviços públicos à sociedade. Nesse sentido, a participação nas questões sociais advém do interesse dessas instituições de se consolidarem como interventoras políticas e sociais. Somada a essa questão, surge a necessidade de assegurar as suas atuações por meio das parcerias firmadas com o setor público, sob a forma de financiamento dos projetos e/ou ações não governamentais.

As aproximações possibilitaram a ampliação dos campos de atuação das ONGs. Interessamo-nos por esclarecer ainda de que forma elas têm fortalecido e expandido as suas ações no âmbito social, especificamente no contexto do desenvolvimento dos processos educativos. No intuito de alcançar tal objetivo, traçamos neste estudo os contornos que tem delineado a atuação dessas organizações no referido campo da educação.

Se a atuação do TS tem sido incentivada pelo poder público, de forma que este cada vez mais tem exigido a prestação de serviços especializados e eficientes, é conveniente que sejam analisadas as contribuições das conhecidas ONGs na oferta e promoção dos serviços públicos educacionais, por meio do desenvolvimento dos diversos processos educativos, consubstanciados nas ações das conhecidas entidades sem fins lucrativos.

A partir da pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em parceria com a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG) e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) sobre entidades sem fins lucrativos no Brasil, que classificou as organizações de acordo com o campo de atuação é possível observarmos que a educação tem se configurado como uma significativa área de atuação.

**QUADRO 4 - CAMPO DE ATUAÇÃO DAS ONGs BRASILEIRAS**

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Unidades locais
<b>Total</b>	<b>556 846</b>
<b>Habitação</b>	<b>292</b>
Habitação	292
<b>Saúde</b>	<b>6 029</b>
Hospitais	2 132
Outros serviços de saúde	3 897
<b>Cultura e recreação</b>	<b>36 921</b>
Cultura e arte	11 995
Esportes e recreação	24 926
<b>Educação e pesquisa</b>	<b>87 948</b>
Educação infantil	2 193
Ensino fundamental	4 475
Ensino médio	2 107
Educação superior	1 395
Caixas escolares e similares	70 284
Estudos e pesquisas	2 059
Educação profissional	531
Outras formas de educação / ensino	4 904
<b>Assistência social</b>	<b>30 414</b>
Assistência social	30 414
<b>Religião</b>	<b>82 853</b>
Religião	82 853
<b>Partidos Políticos, sindicatos, associações patronais e profissionais</b>	<b>76 642</b>
Partidos políticos	12 889
Sindicatos, federações e confederações	18 814
Associações empresariais e patronais	4 559
Associações profissionais	17 450
Associações de produtores rurais	22 930
<b>Meio ambiente e proteção animal</b>	<b>2 242</b>
Meio ambiente e proteção animal	2 242
<b>Desenvolvimento e defesa de direitos</b>	<b>42 463</b>
Associação de moradores	13 101
Centros e associações comunitárias	20 071
Desenvolvimento rural	1 522
Emprego e treinamento	507
Defesa de direitos de grupos e minorias	5 129
Outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos	2 133
<b>Outras instituições privadas sem fins lucrativos</b>	<b>191 042</b>

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2012.

Os dados apontados na tabela revelam que dentre as **556.846** organizações sem fins lucrativos existentes no Brasil em 2012, cerca de **87.948** instituições atuam voltadas à educação. O que representa um percentual de aproximadamente 16% da quantidade total de

entidades, valor este que mostra-se extremamente significativo. A realidade brasileira do envolvimento e ingerência da sociedade civil sobre as políticas sociais segue o que tem ocorrido mundialmente, sobretudo nos países considerados em desenvolvimento.

Estudos internacionais como de Misra (2006) apresentam uma reflexão pertinente justamente sobre as implicações dessa crescente participação das ONGs em questões sociais nos mais diferentes países. Participações essas que tratam das diversas questões sociais, a saber: saúde, moradia, ambiente, asseguarção de direito das minorias, novas tecnologias e em especial a Educação.

Notamos assim, que o número de ONGs que atuam em áreas dos direitos sociais as quais o Estado tem atuado de modo ainda ineficiente tem ocupado um lugar de destaque nas pesquisas. Diante dessa situação, colocamos a necessidade de refletir sobre como tem sido essa atuação da sociedade civil no campo, por exemplo, da educação. Pensar essas questões pressupõe rompermos a compreensão ingênua da realidade dessas organizações e observá-las a fim de que entendamos sob qual aspecto tem sido essa intervenção. O que queremos expressar é que não nos parece suficiente afirmar impulsivamente que as ONGs estão desempenhando um papel que compete ao Estado, sem antes ter conhecido e compreendido o trabalho desenvolvido por estas instituições.

Atuar no campo social da educação não significa que essas instituições estejam realizando um papel incoerente com as suas funções, esta pode ser a realidade de muitas, mas não pretendemos com este estudo cristalizar concepções pré-concebidas, mas possibilitar um “olhar” que nos permita enxergar em meio a essa atuação no campo público quem são, o que pretendem e como tecem suas relações e ainda mais, se estas têm implicado no desenvolvimento de seus papéis sociais.

Um ponto que tem sido questionado nessa relação com o poder público é o fato de que quando emergiram no cenário nacional as ONGs eram desvinculadas do Estado em meio a década de sessenta. Entretanto, as críticas que emergem a respeito dessa aproximação consideram que a relação foi estabelecida a partir do momento que houve a necessidade de manutenção de suas atividades. O questionamento principal é em torno da perda da identidade, considerando que elas perdem o seu caráter questionador ao se envolver com a esfera estatal.

Landim (1993) apresenta dentre os ideais presentes na organização da sociedade civil, estava o da autonomia diante do Estado e do mercado que essas entidades possuíam para pensar suas ações. Essa autonomia é questionada por estudiosos que não entendem como salutar para as próprias organizações essa aproximação.

Os estudos de Catani e Gutierrez (2000, p.63) nos remetem a pensar sobre essas inquietações, uma vez que os autores sugerem que a relação provoca certa insegurança quanto ao cumprimento dos papéis, quando estes afirmam que

transferir a responsabilidade pela gestão de um bem público para o grupo diretamente envolvido no trabalho é uma prática democrática e socialmente justa, desde que não se escondam por trás o incentivo a ações de natureza corporativa, e tampouco a intenção por parte do Estado de se desfazer de suas obrigações para com a população.

Conforme discutimos as ONGs conquistaram visibilidade e espaço justamente em meio a um projeto de reforma estatal, no qual se pretende enxugar cada vez mais a intervenção do poder público e consolidar modelo mínimo no Brasil. E esse é um aspecto que precisa ser pensado do ponto de vista das vantagens verdadeiras que a atuação das ONGS tem apresentado principalmente para manutenção do encolhimento do “braço forte” do Estado, que cada vez mais tem buscado elementos que o apresentem como “fraco”, insuficiente para atender as demandas e incapaz para atuar de nas problemáticas sociais e tampouco para garantir os direitos sociais.

De igual modo não apresentamos as ONGs como entidades que ingenuamente foram cooptadas pela máquina estatal e que servem de aparato para desempenhar tarefas que lhe são impostas. Conforme abordamos, as ONGs apresentam a necessidade de desenvolver meios para captar recursos e essa tem sido a principal causa para que estas organizações não apenas aceitem, mas busquem e insistam em firmar parcerias com o Estado.

A aproximação dos atores sociais tem acrescentado a essas organizações tanto o recurso necessário para a manutenção, como tem promovido o conhecimento do funcionamento da esfera estatal. Entendendo melhor o parceiro essas instituições conseguem analisar os meios adequados para estabelecer novas aproximações com o próprio Estado, ou com demais instituições, e assim possibilitado que as ONGs permaneçam ocupando um lugar de destaque à medida que conseguem implantar e implementar ações no campo social.

Gohn, pesquisadora que no Brasil tem se configurado como uma das precursoras dos estudos acerca das ONGs, afirma em uma de suas análises (GOHN, 2010) que as políticas de parceria implementadas pelo poder público são apresentadas enquanto “práticas democráticas e socialmente justas”. Entretanto, a autora sugere que esses vínculos associados ao aumento significativo do número de instituições precisam ser refletidas com relação ao projeto de desregulamentação do papel do Estado. Posto que de acordo com a autora supracitada para as ONGs responsabilidades que são competências estatais.



As tensões, que se apresentam em torno dessa aproximação, nos instigam a analisar a realidade das instituições a fim de que possamos ter elementos para refletir criticamente sobre essa relação: Estado e ONGs e assim avançar o debate acerca da questão. A nosso ver é preciso analisar, com rigoroso cuidado, a ingerência da compreensão do papel que possuem, posto que não compreender o objetivo de sua atuação ao passo que compromete a função social desses organismos, também pode corroborar para a consolidação da política neoliberal caso se considere apenas como atribuição atuar enquanto instrumentos de prestação de serviços públicos que deveriam ser promovidos e garantidos pelo Estado.

De igual modo, além de pensar sobre como essa relação pode interferir na função que os atores sociais desempenham, consideramos fundante observar em que medida essa aproximação tem contribuído ou não para o fortalecimento dessas organizações da sociedade civil, posto que este se configura como um dos objetivos primordiais do trabalho desenvolvido por essas entidades. Enfatizamos, portanto, que se a relação não tem fortalecido, logo pode se apresentar como nociva, posto que à medida que a identidade é confundida, os ideais que as sustentam são questionados, os objetivos centrais são diluídos, que o papel social se descaracteriza, as ONGs vivenciam, então, o processo de enfraquecimento.

## 5 ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E O CENÁRIO ALAGOANO

Neste capítulo adentramos o campo analítico propriamente dito da pesquisa proposta, posto que, propomos uma articulação mais fina entre as teorias apreendidas e o real pesquisado. Na realidade as discussões tecidas em torno do TS, especificamente sobre as ONGs na perspectiva de sua relação cada vez mais próxima com o Estado, considera que o setor não governamental tem expandido cada vez mais a sua atuação no que diz respeito à prestação de serviços públicos no âmbito da educação.

O estudo nos proporcionou a investigação das ONGs ligadas à educação não formal, na perspectiva de discutir as questões que tratam da implicância da aproximação com a esfera estatal no que se refere ao fortalecimento ou enfraquecimento das suas funções sociais. No intuito cumprir com os objetivos pretendidos, pontuamos que a pesquisa necessitava ser encaminhada a partir de experiências concretas. Nesse sentido, delineamos os nossos estudos com o objetivo de analisar a realidade alagoana, de um modo que nos possibilitasse conhecer e compreender o papel que essas instituições têm desempenhado em nosso contexto.

Não à toa foram selecionadas três instituições que atuam no estado de Alagoas desenvolvendo ações no âmbito de educacional. Reconhecemos que traçar o perfil das organizações se apresenta como uma tarefa imprescindível, posto que o nosso intuito é analisar a atuação e assim obtermos elementos consubstanciados para analisar a questão central nesta pesquisa que é a percepção dos profissionais das ONGs acerca das implicações da relação estabelecida com o poder público, no que corresponde ao enfraquecimento do papel social dessas instituições.

A fim de que entendamos o perfil, nos debruçamos sobre os aspectos que constituem suas atuações, a saber: origem, objetivos, ações, projetos, faixa orçamentária, captação de recursos e, sobretudo, relações estabelecidas. E aqui origens, observamos com especial trato a aproximação com o poder público.

As experiências dessas instituições possibilitaram a ampliação do conhecimento em torno do perfil dessas organizações, a proposta de atuação, o destaque almejado no campo do desenvolvimento social. Destarte, identificar e analisar como tem sido geridos e encaminhados os processos educativos e ações interventivas, junto às crianças, adolescentes e jovens, desenvolvidas nesses espaços, foram pertinentes à pesquisa, visto que a realização

deste estudo pretendeu contribuir para o esclarecimento do papel desempenhado em meio a realidade alagoana.

### **5.1 Caminhos percorridos na pesquisa**

A fim de cumprir com o objetivo do estudo: “dialogar a respeito das implicações para o desenvolvimento do papel social das ONGs a partir das percepções dos profissionais sobre a relação destas com o Estado no cenário alagoano”, a base teórica foi direcionada para: a compreensão conceitual das ONGs em meio a um TS formado por diversas instituições, bem como a contextualização histórica dessas, em meio ao processo de reforma do Estado brasileiro; o trabalho desempenhado pelos atores sociais no contexto da relação ONGs e esfera estatal, a fim de que possamos analisar o desenvolvimento social alagoano em curso.

No intuito de compreender essas questões, nos deparamos com a necessidade traçar o caminho a ser percorrido durante a pesquisa. Na realidade, foi um processo intenso, que exigiu de nós não apenas a definição de um percurso, mas aprender a construir essa caminhada. Para tanto, Freire (1997, p. 155) nos instiga a pensar essa questão, quando afirma que “ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar”.

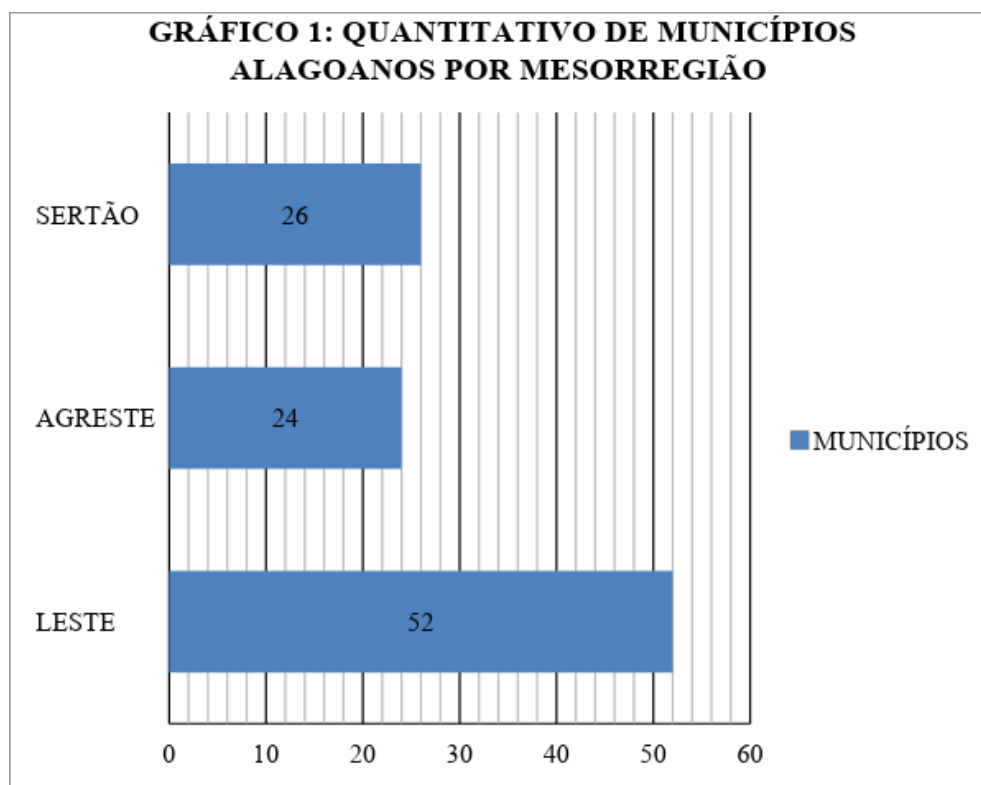
Mergulhamos, então, na tarefa de realizar o estudo das ONGs no Brasil, bem como um levantamento sobre a atuação que algumas ONGs têm realizado no contexto alagoano, com o fim de subsidiar a nossa análise acerca do trabalho que estas têm desempenhado e assim refletir a respeito da implicância do estabelecimento de parcerias no papel social destas instituições.

Em meio à caminhada, notamos que precisávamos traçar um percurso direcionado para essas organizações sociais não governamentais, posto que o desenvolvimento de uma pesquisa empírica dentro destes espaços nos permitiria a possibilidade de desvelar as relações no interior (diz respeito às ações que almejam desenvolver), bem como no exterior (relacionado com o papel social que exercem) que corresponde ao cenário alagoano.

Percorremos então o estado de Alagoas, e em meio a esse movimento nos foi possível compreender a realidade de ONGs que atuam em diversas frentes. Conhecer essas instituições também nos permitiu ampliar a nosso olhar acerca da própria territorialidade alagoana.

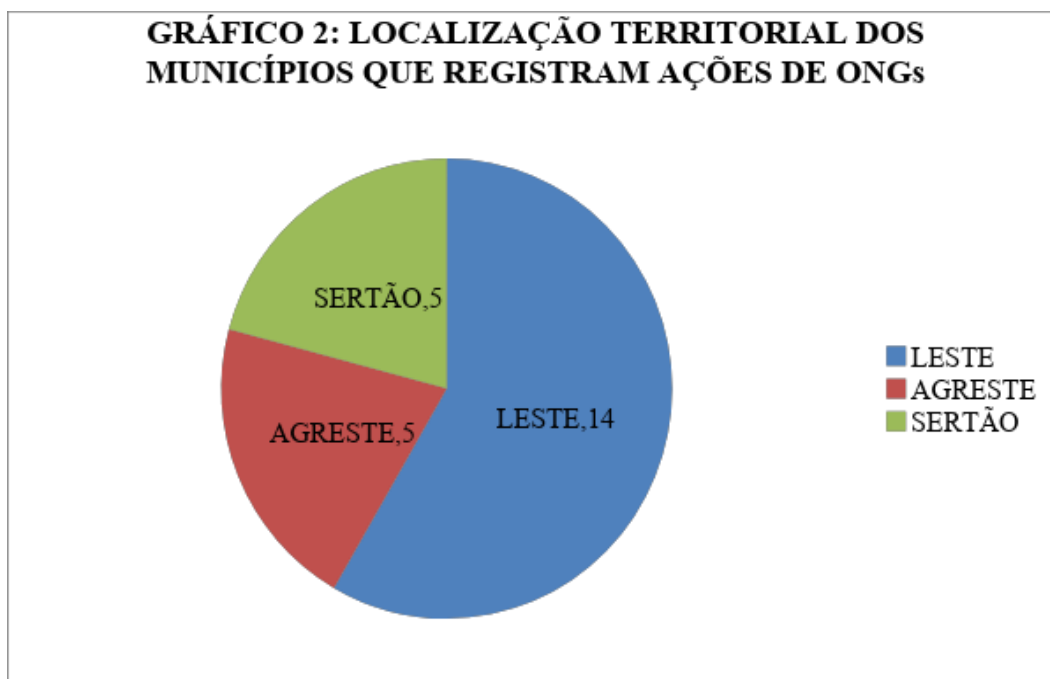
O estado nordestino possui uma população de aproximadamente 3.322.820 habitantes (IBGE, 2018) ocupando uma área total de 27.767.661 km<sup>2</sup>, sendo o sexto menor comparado

às demais unidades federativas. Geograficamente o IBGE subdivide os 102 municípios de Alagoas em três mesorregiões, a saber: Agreste alagoano, Leste alagoano e Sertão alagoano. O gráfico a seguir, nos ajuda a ter uma compreensão melhor dessa divisão territorial.



Fonte: IBGE, CENSO, 2010.

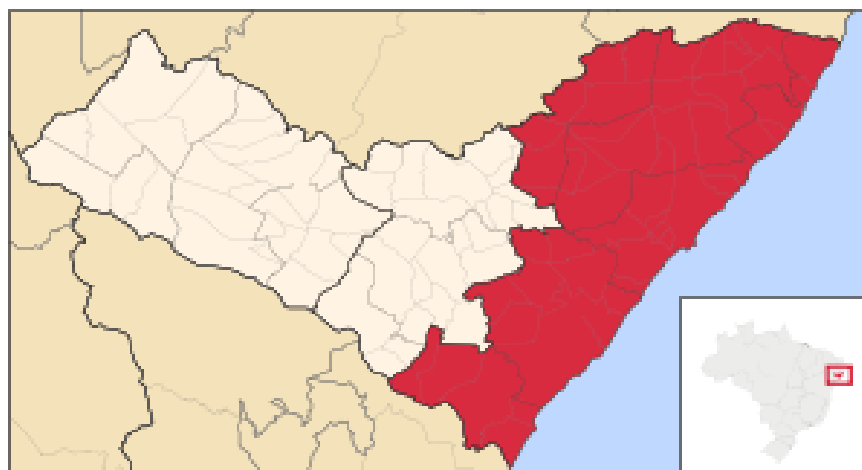
Em meio a essa divisão territorial nos preocupamos em visitar os municípios alagoanos tendo em vista que uma pesquisa de doutorado nos possibilitou tempo necessário para mapear as instituições não governamentais. Deste modo, dos 102 municípios alagoanos em apenas 24 conseguimos registrar o desenvolvimento de ações interventivas promovidas por ONGs. O gráfico a seguir nos orienta quanto à localização desses municípios que registram iniciativas de instituições não governamentais localizando-os de acordo com a subdivisão territorial do estado de Alagoas.



Fonte: Pesquisadora, 2018.

A partir dos gráficos apresentados, percebemos que o Leste alagoano registra em sua área 51% dos municípios, bem como concentra aproximadamente 58% das ONGs identificadas. Na imagem conseguimos visualizar a dimensão da mesorregião, que inclusive é a mais habitada do estado. No que diz respeito a aspectos socioeconômicos, é considerada com maior potencial de desenvolvimento devido aos investimentos nacionais e internacionais em razão dos atrativos naturais que consolidam o turismo por todo litoral.

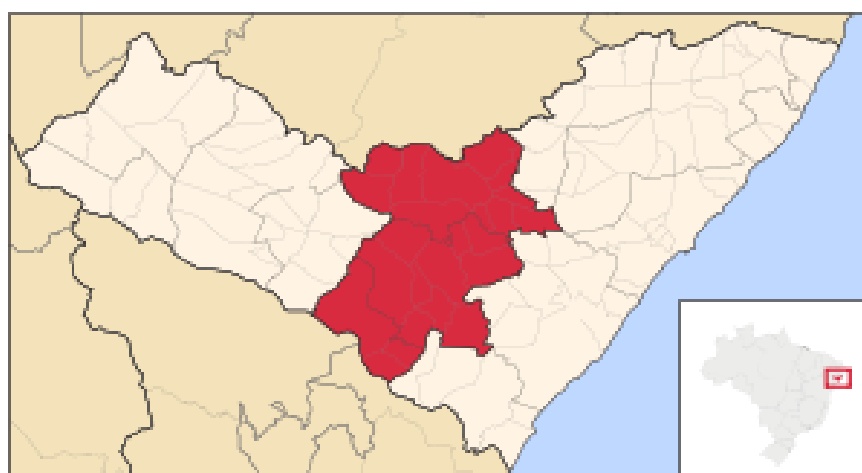
### ILUSTRAÇÃO 1 - MESORREGIÃO DO LESTE ALAGOANO



Fonte: IBGE, CENSO, 2010.

Em nossa pesquisa encontramos no Leste alagoano o total de 82 ONGs, entretanto, o número que em um primeiro momento pode nos parecer extremamente representativo, quando observado de acordo com a sua distribuição nos permite uma melhor análise. A questão é que 64 destas instituições estão concentradas na capital alagoana, Maceió e as outras 18 entidades estão distribuídas em 13 municípios. Este fato nos remete a pensar que dos 52 municípios que integram o leste, 38 não possuem nenhuma ONGs com um trabalho social interventivo registrado ou mesmo reconhecido na cidade.

### ILUSTRAÇÃO 2 - MESORREGIÃO DO AGRESTE ALAGOANO



Fonte: IBGE, CENSO, 2010.

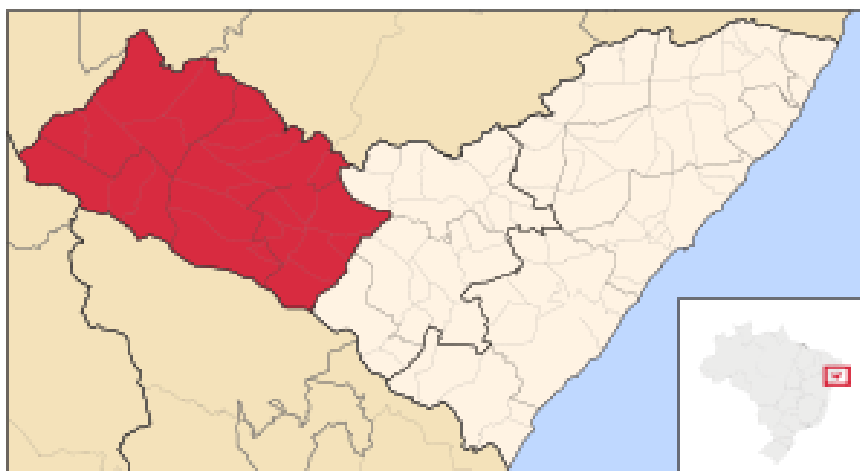
A mesorregião do agreste alagoano composto por 24 municípios e está localizada na área central do estado de Alagoas. É possível perceber que agrega características das outras duas regiões no que diz respeito a questões naturais, bem como aos aspectos socioeconômicos. A base da economia é agrícola, por meio do plantio de feijão amendoim, mandioca, milho, caju, algodão, cana-de-açúcar e em destaque o cultivo do fumo, centralizado no município de Arapiraca, cidade-pólo do estado alagoano que tem apresentado o maior índice de desenvolvimento de acordo com os dados do IBGE (2017).

No que diz respeito à presença de ONGs na região, localizamos 19 instituições divididas entre cinco municípios. Foi possível observar que a atuação dessas entidades na região está vinculada a assistência social, geração de renda e ainda promoção da educação.

A terceira mesorregião analisada representou para nós o maior desafio para a realização do mapeamento, tendo em vista que as informações eram escassas e o conhecimento acerca do que seria o trabalho de uma ONG não se apresentava de uma forma

clara para a população. É importante esclarecer que o mapeamento foi realizado a partir da nossa pesquisa pelos trabalhos de instituições. A nossa busca contava com o aparato da busca por meio das tecnologias, internet, matérias divulgadas, mas principalmente a partir do contato em lócus na região. Entramos em contato com líderes comunitários e até mesmo com as secretárias de assistência social e educação do município.

### ILUSTRAÇÃO 3 - MESORREGIÃO DO SERTÃO ALAGOANO

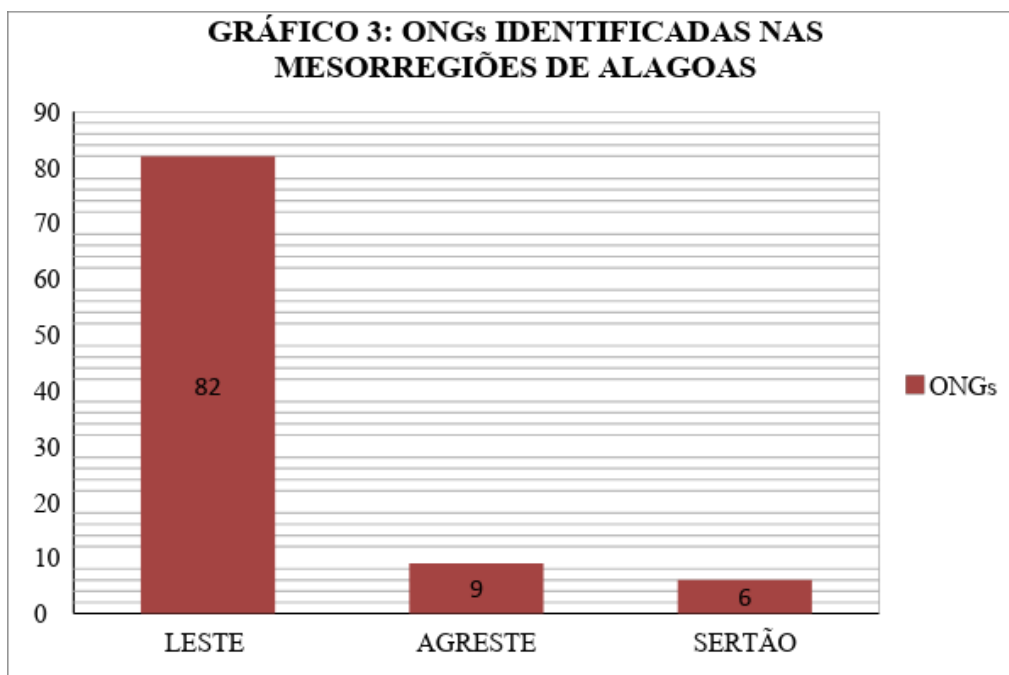


Fonte: IBGE, CENSO, 2010.

A mesorregião do sertão corresponde à área que engloba 26 municípios alagoanos, entretanto é a menos populosa do estado. A economia da região é baseada na pecuária, contudo tem se apresentado com um potencial turístico a ser mais bem aproveitado. Os recursos no turismo no sertão alagoano tem se intensificado e, inclusive, se apresentado como importante elemento na geração de renda.

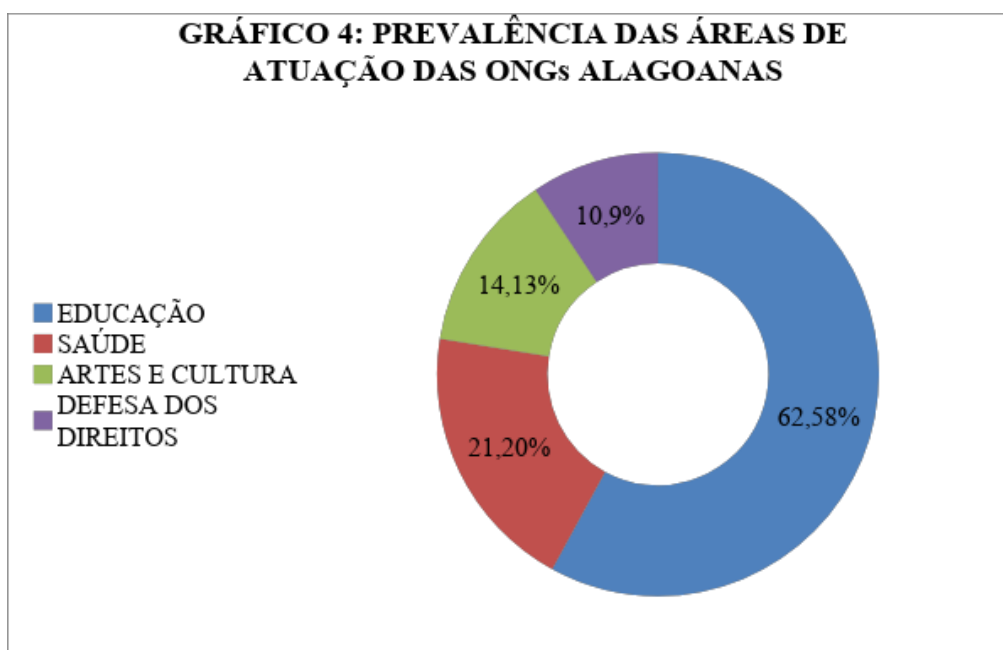
No que se refere à presença das ONGs, foram encontradas apenas seis na região, o que significa o menor índice dentre as subdivisões territoriais. As iniciativas eram relacionadas à assistência social e a educação. O município que apresentou maior prevalência no quantitativo de ONGs no sertão alagoano foi Delmiro Gouveia, no qual registramos duas instituições por meio da nossa pesquisa de busca ativa das iniciativas da sociedade civil organizada.

O gráfico a seguir nos permite refletir sobre a realidade alagoana a medida que nos possibilita visualizar o mapeamento das ONGs de acordo com o quantitativo por mesorregião.



Fonte: Pesquisadora, 2018.

Desta forma, foi notório que o maior índice de ONGs está centrado no leste alagoano. Em nossa pesquisa observamos ainda a prevalência das áreas de intervenção dessas organizações. A exemplo do que ocorre no contexto brasileiro, de acordo com o levantamento da nossa pesquisa que totalizou 97 ONGs cadastradas em nossa base de dados notamos que a educação tem sido a área com maior interesse e atuação dessas instituições.



Fonte: Pesquisadora, 2018.



Considerando o significativo número de ações da sociedade civil organizada no referido âmbito, bem como pelo nosso interesse e aproximação com o campo da educação, justificamos a seleção das instituições investigadas de acordo com a sua área de atuação. Outro ponto considerado em meio ao percurso da pesquisa foi o fato que necessitávamos delimitar um quantitativo de ONGs que nos permitisse acompanhar ao menos em parte<sup>10</sup>, o desenvolvimento de suas atividades a fim de compreender seus papéis no contexto em que estavam inseridas. A respeito deste contexto refletimos que seria importante para o alcance da pesquisa o acompanhamento de ONGs considerando a sua localização na territorialidade alagoana. O quarto aspecto considerado centrou-se na escolha de uma instituição por região a fim de que pudéssemos nos organizar para acompanhá-las. Ademais estabelecemos também o critério de priorizar as instituições que já havia ou que estavam desenvolvendo algum tipo de parceria com o poder público.

Definidas tais questões foram escolhidos os campos, de acordo com os critérios pré-estabelecidos e o estudo aqui desenvolvido se organizou metodologicamente a partir da realidade de três instituições<sup>11</sup> específicas, cujas atuações correspondem ao interesse pretendido no estudo.

No intuito de aprofundar as nossas análises acerca do papel social das ONGs selecionadas<sup>12</sup> de acordo com o trabalho desempenhado por estas, buscamos compreender a dinâmica das organizações sociais a partir de um contato direto com as práticas e de uma aproximação dos sujeitos envolvidos diretamente em tais atuações.

## **5.2 Apresentação e análise dos dados referentes à ONG Imbiriba**

Adentramos da realidade da ONG localizada no leste alagoano, no município de Boca da Mata, na qual foi possível realizar a observação do cotidiano das atividades, aplicar questionários com os educadores e colaboradores responsáveis pelas ações desenvolvidas, bem como entrevistar o presidente em exercício da instituição. Ressaltamos que desde o

---

<sup>10</sup> Preocupamo-nos em compreender, ainda que minimamente, a papel social dessas organizações na tessitura social, observando como se configuram suas funções em meio a relação com o poder público.

<sup>11</sup> A escolha das instituições respeitou as subdivisões territoriais, sendo cada uma delas pertencentes a uma mesorregião. .

<sup>12</sup> Com o intuito de preservar a identidade e a privacidade dos sujeitos envolvidos na pesquisa, utilizamos no estudo nomes fictícios para fazer referências às ONGs investigadas. Apropriamo-nos de tais expedientes para nos reportarmos às instituições, sendo a do leste alagoano denominada aqui como Imbiriba; a localizada no agreste alagoano como Angico; a do sertão alagoano como Mandacaru.

primeiro contato, fomos muito bem recepcionados, nos foram fornecidos os documentos que regem a organização, a saber: Contrato social, regimento interno e o PPP atualizado.

A leitura deste nos permitiu ter acesso ao conhecimento do surgimento da instituição até a implementação das atuais atividades desenvolvidas. Nesse sentido, a fim de que possamos construir o conhecimento acerca do papel desempenhado nos dedicamos neste momento a observar questões históricas e estruturais da ONG bocamatense.

### 5.2.1 Historicidade da ONG Imbiriba

A organização Imbiriba atua na cidade de Boca da Mata formalmente, desde fevereiro de 2006. Entretanto, as ações que culminaram para essa institucionalização iniciaram-se no ano de 2003 a partir da aproximação de cinco instituições que desenvolviam, há mais de cinco anos, ações sociais pontuais, a nível local, voltadas à defesa de direitos de crianças e adolescentes da região.

De acordo com o PPP da organização o projeto de intervir na realidade de Boca da Mata teve sua origem a partir da preocupação de diversas instituições, dentre as quais, destacamos: a Promotoria de Justiça de Boca da Mata, a Comissão local do Movimento Nacional de Meninos e Meninas (MNMM), a Universidade Federal de Alagoas, a Rádio Comunitária Boca da Mata FM e a Secretaria Municipal de Educação. Essas instituições foram convidadas a participar de um Programa de Desenvolvimento do Nordeste, conhecido como PRONORD 2004. Para participar de tal programa foi necessária a elaboração de um projeto que foi submetido a uma avaliação da comissão responsável com fins direcionados ao financiamento de ações.

A fim de elaborar a proposta, o grupo de instituições vivenciou um período de formação para que então construir um projeto. Após esse processo que durou aproximadamente um ano e meio, o projeto foi aprovado para ser executado e tinha uma previsão de cinco anos para a sua realização. As ações desenvolvidas nesse período foram financiadas pela Fundação Kellogg, que tomou conhecimento do projeto, analisou e aprovou a proposta.

Dessa parceria de grupos sociais surgiu a conhecida Imbiriba na cidade de Boca Mata, e as primeiras iniciativas foram se desenvolvendo junto às comunidades da região. De início

foram prospectadas possíveis ações a serem desenvolvidas de acordo com a demanda social local.

### 5.2.2 Estrutura organizacional da ONG Imbiriba

No ano de 2006 a ONG Imbiriba foi fundada devida a dimensão que as ações promovidas foram conquistando. De acordo com o Estatuto Social (datado no ano de 2003), a organização é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, podendo atuar em todo estado alagoano por tempo indeterminado. Quanto à deliberação, administração e controle, o instituto possui órgãos específicos, a saber: Assembleia Geral; Diretoria e Conselho Fiscal. Os órgãos trabalham na perspectiva de fazer com que os objetivos do trabalho da organização sejam alcançados.

É importante esclarecer que a diretoria não recebe remuneração por compor o quadro de gestão da instituição. Ademais, a diretoria da ONG é definida por meio de votação dos membros. Desta forma, o cargo da presidência é ocupado por um período de quatro anos. Além do presidente, a diretoria dispõe de tesouraria e secretaria, além dos conselheiros fiscais. Existe ainda a presença dos coordenadores de projetos, bem como dos colaboradores, denominados educadores sociais, que desenvolvem trabalho com e sem remuneração, neste caso de modo voluntário. A diretoria realiza reuniões semanalmente a fim de acompanhar e encaminhar as ações desenvolvidas. Nesses encontros é comum a participação da comunidade atendida, especificamente os pais e/ou responsáveis dos sujeitos atendidos na instituição.

A ONG afirma que a sua missão está associada ao incentivo do protagonismo juvenil<sup>13</sup>, pois acredita que assim poderá corroborar para o desenvolvimento local de Boca da Mata. De acordo com o PPP, a instituição passou a atuar de acordo com uma perspectiva que objetiva promover a formação de agentes de transformação, comprometidos com a comunidade e com a difusão desse conhecimento social, atuando pelo viés educativo, desenvolvendo a educação não formal.

---

<sup>13</sup> A respeito da concepção da instituição sobre essa questão do protagonismo, cabe esclarecer que a ONG adota uma postura de uma formação atuante, participativa que diz respeito a assumir responsabilidades para com a transformação de uma realidade social.

### 5.2.3 Ações desenvolvidas pela ONG Imbiriba

A ONG Imbiriba inicialmente realizava ações voltadas para a formação de crianças, adolescentes e jovens. Promovendo atividades diferenciadas para cada faixa etária. Entretanto, o interesse dos pais e da comunidade pelas atividades da organização provocou a necessidade de ampliar o público e também atender os pais e comunidade com ações específicas.

Desta forma de segunda a quinta as ações desenvolvidas envolvem crianças, adolescentes e a juventude. O espaço da sexta-feira é reservado para os pais e comunidade ser atendida pelas ações da instituição. Geralmente são desenvolvidos minicursos e oficinas de acordo com a demanda identificada na própria comunidade, dentro das possibilidades e competências da instituição. As principais ações para este público estão relacionados a profissionalização, cursos de informática, oficinas de artesanatos são algumas das atividades propostas.

Notamos que existe uma metodologia de atuação voltada para o desenvolvimento de projetos. Em meio a essa estrutura de organização, os projetos sociais desempenham papel fundante, no decorrer histórico eles têm contribuído para a consolidação de ações que atendem as demandas locais. E são essas ações consolidadas que têm possibilitado o reconhecimento social do instituto, sendo este hoje uma referência de uma intervenção séria e comprometida com a sociedade.

Associada à questão do reconhecimento social, está a confiabilidade que vem sendo conquistada e que tem possibilitado o estabelecimento de novas relações. São esses financiamentos que tem incentivado o alargamento da atuação da ONG no município de Boca da Mata. Entretanto, não pretendemos dizer aqui, que o financiamento de ações e projetos é suficiente para que aconteça esse processo de consolidação da intervenção. Muito pelo contrário, temos notado que certas parcerias acabam contribuindo para a fragilização do papel das instituições não governamentais.

A ONG dispõe de um espaço localizado próximo ao centro da cidade, bem como está realizando atividades já na nova sede na AL 215. As salas são amplas, notamos que os recursos físicos são um diferencial no trabalho da organização. Além disso, possui uma biblioteca comunitária que está sempre acessível a toda comunidade. No espaço da Biblioteca Sílvia Pompéia, são desenvolvidos projetos e ações voltadas ao desenvolvimento na área da leitura, como é o caso dos Núcleos de Leituras, onde são incentivadas as práticas de diversos tipos de leituras. Além dos Núcleos, a prática da leitura, que é uma área na qual a ONG tem

investido fortemente, tem sido motivada pelo grupo “Contadores de Histórias Amigos da Leitura” (CHAL), que desenvolve ações específicas que visam despertar o gosto por esta prática. O grupo realiza, inclusive, apresentação da proposta de contação de histórias por todo o estado alagoano.

Ainda no espaço da biblioteca, desenvolve-se o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER), que atua segundo a proposta de incentivar, no município, a leitura, por meio do empréstimo de livros. Além disso, no espaço da biblioteca surgiu a proposta de promover a inclusão digital através da criação de um espaço que democratizasse o acesso às tecnologias digitais. Tal proposta culminou no projeto do Telecentro que foi financiado pela empresa Petrobrás.

No espaço do Núcleo de Desenvolvimento de Lideranças Juvenis, são desenvolvidos projetos e ações voltadas à juventude. Nesse espaço construído para a participação, os jovens têm a oportunidade de se desenvolver enquanto cidadãos que compreendem os seus direitos e deveres e que exercem a cidadania. A proposta das ações, que se concretizam por meio do Curso de Formação Política, do Curso de Lideranças Juvenis, de intercâmbios, de Seminários e de Oficinas Temáticas, é fazer com que jovens se engajem socialmente, e se desenvolvam como cidadãos críticos e capazes de intervir na realidade posta.

Quanto ao espaço do Cineclube, são desenvolvidas ações nas áreas das culturas digital e cinematográfica por meio do projeto Ponto de Cultura. Nesse sentido, as ações desenvolvidas nesse projeto visam proporcionar às pessoas um espaço para lazer, socialização, ampliação do universo cultural e apreciação de filmes como obra de arte. Na concepção da instituição o Cineclube, que é dirigido por jovens, realiza um trabalho voltado para a formação política de outros jovens, incentivando assim o protagonismo destes na sociedade.

Em linhas gerais, os projetos e ações são desenvolvidos de acordo com a estrutura organizacional da instituição. Assim, os sujeitos atendidos, no período contrário ao que frequentam a escola, participam de atividades desenvolvidas no espaço de tempo de 180 min de acordo com a rotina da ONG. Às crianças matriculadas são ofertadas atividades, a saber: Núcleos de leitura, oficina de apoio pedagógico de matemática e língua portuguesa, esporte e recreação, além de Informática. Aos jovens são ofertados ainda os cursos de Informática e os cursos de Formação Política. Aos adultos oficinas profissionalizantes.

As atividades desenvolvidas são orientadas a partir do cronograma construído, assim, a observação no campo lócus da pesquisa nos possibilitou compreender que os sujeitos

envolvidos, educadores, crianças, adolescentes, jovens e comunidade, têm conhecimento da rotina e demonstram se adaptar a mesma, tendo em vista que as atividades se iniciam em espaços diferentes, e cada sujeito se encaminha para esses lugares, já determinados.

A ONG Imbiriba tem definido na rotina semanal um dia específico para a reunião dos educadores que visa o planejamento das ações, bem como a avaliação daquelas que já estão sendo, ou foram desenvolvidas. A perspectiva de coletividade está presente nas ONG pesquisada, inclusive quando se trata de pensar ações e/ou projetos que podem ser executados na perspectiva de possibilitar a atuação da organização social.

#### 5.2.4 Profissionais envolvidos na ONG Imbiriba

Um aspecto importante para compreendermos ainda o perfil da Imbiriba se refere aos recursos humanos. De acordo o presidente da instituição houve uma redução no quantitativo de colaboradores, chegando a uma perda de mais de 60% do quadro.

*Nos últimos anos tivemos dificuldade para conseguir captar recursos, devido a isso tivemos que abrir mão de muitos estagiários que recebiam o auxílio e não podiam ficar sem. Com isso reduzimos também alguns projetos, hoje não estamos realizando o projeto do xadrez, encerramos também a capoeira e a música (Gestor 1).*

A partir do relato do gestor é possível refletirmos acerca da dificuldade que o capital humano representa para as instituições. Posto que se depende dessa questão para realizar ações, bem como ampliá-las. Desta forma, a diminuição no quadro de colaboradores, diz respeito à própria redução nas ações desenvolvidas. O decréscimo na atuação representa um desafio para essas organizações, pois notamos que de certa forma sentem-se ameaçadas pelo fato do espaço de intervenção poder ser ocupado por uma outra instituição, seja ela governamental ou não.

Na instituição é identificamos que o trabalho é desenvolvido por voluntários e estagiários (recebendo ou não auxílio financeiro). Diante disso, apresentamos o seguinte quadro dos vínculos dos colaboradores.

#### **QUADRO 5 - VÍNCULO DOS COLABORADORES – ONG IMBIRIBA**

Estagiários Voluntários	6 (seis)
Estagiários Bolsistas	8 (oito)

Fonte: Pesquisadora, 2018.

Ressalvamos que a instituição conta com a participação de voluntários, entretanto esse número é inferior à quantidade de pessoas que recebem algum tipo de remuneração para desenvolver uma prática na instituição. De acordo com os documentos da Imbiriba a participação do voluntariado se configura como uma importante contribuição não somente para o desenvolvimento das ações, visto que esse engajamento da comunidade de modo espontâneo é percebido como um indicativo do reconhecimento social tem conquistado.

Interessamo-nos ainda por conhecer também, de forma geral, a formação dos educadores que integram o quadro de colaboradores da instituição. A fim de que se compreenda a realidade da formação desses sujeitos, apresentamos a demonstração da mesma no quadro seguinte.

#### **QUADRO 6 - FORMAÇÃO DOS COLABORADORES – ONG IMBIRIBA**

Nível Fundamental Incompleto	–
Nível Fundamental Completo	02
Nível Médio Incompleto	–
Nível Médio Completo	-
Curso Técnico e/ou Profissionalizante	02
Nível Superior Incompleto	02
Nível Superior Completo	06
Pós-Graduação	02

Fonte: Pesquisadora, 2018.

Diante da realidade detalhada no quadro é possível refletirmos em torno da formação dos colaboradores. O número de sujeitos que com nível de escolaridade superior representa uma quantidade significativa do total de colaboradores. Tendo em vista que a ONG conta com a ação de jovens protagonistas, isso remete a associação que esse trabalho desenvolvido por eles tem contribuído para a própria formação, visto que eles têm se interessado por buscar novas fontes de conhecimento, por meio de uma formação acadêmica.

*A minha atuação na ONG tem impactado a minha vida profissional. Ao entrar na instituição não tinha certeza do que eu pretendia para o futuro. Hoje estou formado, concluí o curso de Pedagogia, o conhecimento adquirido aqui nesse espaço contribuiu para minha carreira acadêmica, desenvolvimento profissional e pessoal (Entrevistado 1).*

A realidade encontrada a respeito da formação dos colaboradores também nos permite refletir acerca da questão dessas instituições realizarem um trabalho cada vez mais profissional, saindo do campo experimental em direção a uma postura investigativa de demandas e de atuação competente, pois com pessoal capacitado para desempenhar tais atividades propostas. A exemplo do que tem ocorrido no cenário nacional, a ONG pesquisada apresenta-se como um campo em abertura para intervenção profissional.

Existe, ainda, uma integração desses sujeitos nas diversas linhas de atuação independente do nível de formação. A ONG Imbiriba tem contribuído também para que integrem a instituição sujeitos de diversas áreas, tais como: Pedagogia, Ciências Sociais, Ciências Contábeis, Administração, Educação Física, Análise de Sistemas, Matemática e Física. O PPP da organização destaca também que a equipe de conta com um corpo técnico formado por profissionais da Educação e do Serviço Social.

Para os profissionais que têm se envolvido, as experiências dentro do espaço não governamental tem contribuído para que estes ampliem as suas concepções em torno de seu trabalho, passando a considerar ainda mais a dimensão social da sua prática. Ao mesmo tempo, a inserção desses profissionais tem possibilitado o atendimento de uma demanda de qualificação nas ações. Esta necessidade tem surgido principalmente a partir da pretensão que essas agências sociais têm de atender a certos padrões estabelecidos por financiadores.

#### 5.2.5 Parcerias firmadas pela ONG Imbiriba

No que diz respeito à questão das parcerias, ressaltamos que o surgimento da instituição iniciou-se a partir de uma relação estabelecida entre cinco instituições que já atuavam no município, que passaram a somar esforços a fim de que se construísse o projeto da organização. A aproximação entre as instituições diz respeito aqui ao diálogo para a elaboração de um projeto que atendesse crianças e adolescentes da região. Portanto, no decorrer de sua história a ONG firmou e tem ainda firmado vínculos, porque acredita que eles são uma possibilidade real ao desenvolvimento de ações que promovem a transformação social.

A ONG Imbiriba no decorrer de sua trajetória vem lutando para mobilizar jovens. A instituição já conseguiu mobilizar cerca de 1300 jovens e 2000 crianças e adolescentes do



município de Boca da Mata. De acordo com a entrevista, o gestor afirmou que foi possível também, a partir das relações, captar R\$ 3.439.214,42 (três milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, duzentos e quatorze reais e quarenta e dois centavos), que possibilitou a aquisição de duas sedes, localizadas no centro e na rodovia AL 215 próximo ao fórum da cidade.

Em meio ao curso da sua história, a ONG tem desenvolvido ações que tem conquistado destaque a nível local e despertado, inclusive, o interesse de investidores nacionais e internacionais, que enxergam a atuação da instituição como uma possibilidade de desenvolvimento que beneficia a própria sociedade, assim como interesses específicos. É notório o impacto que o trabalho da instituição tem provocado no contexto social, inclusive, gerou cerca de 130 empregos diretos e mobilizou importantes financiadores.

Diante dessa realidade, é preciso além de quantificar projetos e ações, analisar a proporção que essas têm tomado na atual configuração social, a fim de que seja possível uma análise do papel desempenhado na realidade e assim observar as implicações dessas parcerias para as instituições.

Quanto ao trabalho desenvolvido pela Imbiriba, convém ressaltar esse que tem sido fundamentado em quatro linhas de atuação, a saber: Educação, Cultura, Geração de Renda e Desenvolvimento Comunitário Juvenil. No que se refere ao perfil educativo a instituição pretende ainda a criação de espaços democráticos de participação que incentivam o protagonismo dos sujeitos envolvidos nos processos.

Atualmente a intervenção no campo educativo tem alcançado um total de 120 educandos que têm tido oportunidades de vivência nos seguintes espaços: Biblioteca Sílvia Pompéia; Núcleo de Desenvolvimento de Lideranças Juvenis; Cineclube Cláudio Luiz Galvão Malta. Para a realização dessas ações, a ONG tem estabelecido vínculos, as quais o gestor esclarece que

*na realidade atual da instituição eu penso que as parcerias são estratégias necessárias e importantes que tornam possível o desenvolvimento das nossas ações com vistas ao desenvolvimento local sustentável. A instituição para promover suas ações tem firmado diversas parcerias, por exemplo, com: a Secretaria Estadual da Cultura e Ministério da Cultura que financiou os projetos: Ponto de Cultura e Cineclube; O sistema estadual de biblioteca por meio da doação de livros e oferece capacitações na área de organização e manutenção de livros e biblioteca; Biblioteca Nacional que doou livros e capacita o nosso pessoal por meio do PROLER; Petrobrás que financiou a compra de material e a contratação de pessoal para os projetos de leitura e cinema; Fundação Kellogg, BNB, BNDES que financiou a compra de materiais e contratação de pessoal, contamos também com o apoio da*

*Fundação Luterana. Além dessas parcerias, contamos com o apoio de pessoas físicas, professores, conselheiros, juristas, entre outros que tem auxiliado na elaboração de projetos e na formação de pessoal (Gestor 4).*

Cabe ressaltar que a ONG tem se articulado e buscado estabelecer aproximações com o interesse de manter e ampliar as ações desenvolvidas dentro dos projetos. De acordo com o PPP da instituição, as parcerias mesmo que estabelecidas por meio de ações mais pontuais, se configuram como importantes instrumentos de potencialização das ações, por isso são relevantes para a continuidade da atuação da ONG.

Interessou-nos enquanto pesquisadoras compreender quais as exigências estabelecidas pelos financiadores de projetos e de que forma a instituição apresentava a contrapartida para esses parceiros. De acordo com os relatos dos sujeitos participantes da pesquisa, a maioria dos vínculos firmados restringia-se ao repasse de recursos, dos quais a organização prestava contas por meio de relatórios e registros de ações. Cabendo ainda, a esta entidade utilizar o expediente para gerir os recursos materiais e humanos necessários.

A última relação estabelecida com o Banco Itaú, ocorreu por meio da submissão de um projeto na área educativa, a saber: Projeto Diálogos. O referido foi aprovado e está recebendo recursos da instituição financeira desde o início do último ano. A partir do seguinte trecho da entrevista com o gestor, podemos entender e refletir um pouco mais sobre o projeto.

*Gestor 1: O projeto Diálogos é uma parceria financiada pelo Banco Itaú, que partiu da demanda das escolas que apresentou a demanda de trabalhar a socialização com as crianças.*

*Entrevistadora: Como assim a demanda veio das escolas?*

*Gestor 1: As escolas estavam com dificuldades com alunos, quase impossíveis de permanecer em sala. Precisavam de um apoio pedagógico em português e matemática, bem como trabalhar as questões de socialização.*

*Entrevistadora: O que seria essa socialização?*

*Gestor 1: Comportamento, interagir, participar das atividades.*

*Entrevistadora: Além das escolas terem indicado os alunos, qual outra participação no projeto?*

*Gestor: A secretária municipal de educação cedeu os ônibus escolares para trazer e levar de volta as crianças e adolescentes.*

*Entrevistadora: Já tem algum resultado do projeto? Vocês têm avaliado o desenvolvimento?*

*Gestor 1: Sim, temos percebido que as crianças estão apresentando uma melhora na área em que estão recebendo apoio pedagógico e também estão participando das demais atividades, sem agressividade, agindo de forma mais colaborativa.*

A partir do relato podemos refletir acerca do estabelecimento da parceria, como sendo esta desenvolvida de modo subordinado e dependente no entendimento de Inojosa (1999) e Lewis (2001). Em nossa análise pontuamos essa questão por alguns motivos sobre os quais é salutar discutirmos. A primeira razão que percebemos foi o fato da demanda da ação ter sido determinada por outra instituição, neste caso a escola, e não partiu de um estudo da própria organização. O segundo aspecto observado foi a restrição da competência da ONG a tarefa de esquematizar um projeto a ser desenvolvido dentro de uma problemática que não foi identificada pela instituição e sim pontuada pelo poder público a partir da Secretaria municipal de educação. Outra questão que nos preocupou ao analisar a situação está relacionado ao papel que essa instituição está desenvolvendo a partir da complementação de um serviço educacional que deveria ser garantido com qualidade pelo Estado, colocando-a enquanto executora de ações no campo social.

Nesse sentido, ratificamos a importância dessas instituições refletirem sobre o papel que tem desempenhado em meio à proposição e execução de ações a fim de que os trabalhos das ONGs sejam de fato orgânicos e ativos, posto que esses são condicionantes para que a função destas seja fortalecida na tessitura social.

#### 5.2.6 Concepção da ONG Imbiriba sobre o seu papel social

Compreender a dinâmica social desenhada por uma ONG requer um esclarecimento em torno das práticas e dos processos desenvolvidos nesse espaço. Destarte, é fundante observar as concepções que têm permeado as ações dessas instituições, visto que toda prática está pautada em uma compreensão da realidade. Podemos dizer, então, que o papel está intrinsecamente relacionado ao posicionamento que essas vêm tomando, de acordo com as suas concepções, e como têm atuado diante de determinadas realidades.

Observamos que assim como há uma necessidade urgente da sociedade compreender de fato essas organizações, que hoje não se configuram somente como espaços onde se realizam práticas assistencialistas e caritativas, também é necessário que essas organizações

reflitam sobre o seu papel social, principalmente quando pretendem estabelecer alguma parceria.

Atualmente as ONGs que atuam no âmbito da educação, que é o campo que interessa ao estudo, se configuram como espaços de formação humana e social, onde se desenvolvem práticas educativas que tem contribuído para o desenvolvimento da sociedade. Essas práticas educativas não são complementares ou suplementares à educação escolarizada, os processos formativos têm a sua finalidade de acordo com uma realidade social.

O objetivo pretendido pela ONG Imbiriba é o desenvolvimento de um trabalho que acorde com a identificação e análise das demandas sociais, que se desdobrem em soluções que incrementem, por meio de processos educativos, a efetivação das políticas sociais, responsabilidade do Estado. Tal objetivo pode ser compreendido, inclusive, a partir do conceito de ONG, apresentado pelo Gestor 1 da instituição.

*Uma ONG é um espaço criado para fiscalizar políticas públicas e realizar trabalhos nessa área por conta da deficiência do Estado de suprir as demandas sociais. (Gestor 1).*

Há então, o entendimento de que o trabalho realizado por essas organizações tem se tornado necessário devido à limitação do poder público em atender de forma eficiente as demandas da sociedade. Entretanto, a proposta não é desenvolver uma função que compete à esfera estatal, mas atuar apresentando alternativas que possam incrementar as políticas sociais implantadas pelo Estado. A concepção de ONG apresentada pelo Entrevistado 2 da mesma instituição confirma o que temos colocado a esse respeito.

*É uma organização social formada por pessoas com o interesse de lutar por melhoras sociais. Papel vital, na questão da realidade das crianças no município. O papel da ONG é oferecer novas possibilidades, novos espaços de lazer, cultura. É um espaço de desenvolvimento complementar. (Gestor 3).*

A luta por essas melhorias é o que tem fundamentado o objetivo pretendido pela organização, que não busca ocupar no município de Boca da Mata, ou mesmo em Alagoas, o papel secular pertencente ao Estado com relação à prestação de serviços públicos à sociedade, tampouco desempenhar uma função social que não corresponde à dinâmica de sua atuação.

Portanto, a fim de que esse papel seja cumprido é necessário (re) pensar as parcerias estabelecidas, em destaque aquelas que estão sendo desenvolvidas com o poder público, a fim de refletir sobre até que ponto essa aproximação tem sido salutar para a atuação da instituição.

Tais questões se configuram como o nosso objeto de análise e reflexão sob o qual nos ocuparemos no capítulo seguinte do presente estudo.

### **5.3 Apresentação e análise dos dados referentes à ONG Angico**

A fim de que tivéssemos elementos para analisar o papel social da ONG alagoana localizada na mesorregião do agreste do Estado, nos dirigimos até a cidade de Arapiraca para conhecer a realidade da instituição. Desta forma, demos conta de realizar a observação estruturada, bem como entrevistas o presidente da organização. Nos foram fornecidos os documentos que regem a entidade como o Contrato social, regimento interno e planejamento de ação.

Destarte, a partir desses elementos pudemos construir o conhecimento acerca da origem da instituição, bem como compreender a implementação das atuais atividades desenvolvidas. Reconhecemos que para compreender o papel pretendido nos dedicamos neste momento a observar as questões históricas pertinentes a ONG Angico e assim consolidar meios para descrever a sua estrutura e atuação. Ressaltamos que também pudemos encaminhar de modo salutar a pesquisa, posto que percebemos a abertura da entidade para nos esclarecer e fornecer dados que serviram como instrumentos de análise neste estudo.

#### **5.3.1 Historicidade da ONG Angico**

A organização Angico atua desde o ano 2000 na zona periférica de Arapiraca e funcionou sob a forma de projeto por aproximadamente cinco anos. No decorrer desse período foram realizadas ações assistencialistas, voltadas principalmente a distribuição de alimentos, roupas e calçados para a comunidade do bairro Itapoã. Na época existiam na diversos prostíbulos que acarretaram em certo desprestígio social da comunidade dentro da cidade. Além disso, os dados da comunidade colocavam os seus moradores em situação de vulnerabilidade social.

Diante desse quadro diversas ações foram organizadas pelo atual presidente da instituição em conjunto com grupos de amigos interessados em contribuir também. A distribuição da sopa deu visibilidade ao projeto, ao ponto da ação se tornar conhecida em toda

Arapiraca. Esse crescimento e envolvimento da comunidade motivou a fundação da instituição, a qual foi registrada formalmente em fevereiro de 2005.

A partir de então a ONG iniciou um trabalho de realização de eventos dentro da comunidade e assim, conseguia atrair o público para participação. Os eventos realizados foram os mais variados, arraiais, comemorações de datas festivas, apresentações de final de ano, bazar e uma diversidade de atividades que aos poucos conquistaram a confiança da comunidade.

Com o apoio de grupos religiosos a instituição conseguiu se estabelecer na comunidade com uma sede na qual hoje são desenvolvidas as ações. De atividades puramente assistencialistas a Angico conseguiu estabelecer objetivos concretos de intervenção na realidade se configurando hoje como uma ONG comprometida em atuar junto a sujeitos em situação de vulnerabilidade social propondo atividades educativas, culturais e recreativas.

A instituição conquistou no ano de 2016 o título de utilidade pública pelo reconhecimento de sua atuação em Arapiraca. Atualmente, a instituição desenvolve seu trabalho a partir da ministração de oficinas para o público assistido, bem como realização de eventos abertos para toda sociedade arapiraquense. A fim de compreender o papel desempenhado pela instituição nos interessamos em conhecer a estrutura organizacional da instituição.

### 5.3.2 Estrutura organizacional da ONG Angico

No ano 2000 a ONG Angico iniciou as primeiras iniciativas organizadas, entretanto, apenas em fevereiro de 2005 foi oficializada devida a dimensão que as ações promovidas conquistaram no território arapiraquense. A partir da leitura do Estatuto Social da instituição observamos que a mesma está definida enquanto organização pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos. Além disso, está expresso que a atuação pode abranger o espaço geográfico do município. Contudo, até o momento, as iniciativas contemplam apenas a cidade na qual está localizada.

Quanto à deliberação, administração e controle está organizada no interior de uma diretoria, composta pelos seguintes integrantes: Presidente, Vice Presidente, Tesoureiro, Secretário, Conselheiros, Diretor de eventos, Diretor de marketing e Diretor jurídico. A gestão

trabalha sem receber remuneração e atuam na perspectiva de fazer com que os objetivos do trabalho da organização sejam alcançados.

A gestão persegue a concepção democrática, na qual as ações e o posicionamento da instituição são pensados coletivamente. Desta forma, o cargo da presidência é ocupado por um período de quatro anos. Além da diretoria, a ONG conta com o voluntariado também de mais três educadores. Sobre a realização de reuniões, as mesmas ocorrem mensalmente com o público alvo, mas sempre que necessário, a equipe também reserva momentos específicos para tratar questões internas.

Nos encontros com a comunidade atendida, especificamente os pais e/ou responsáveis dos sujeitos atendidos na instituição a instituição afirma que busca identificar as demandas para atuar com um trabalho social responsável e, sobretudo, coerente com a realidade na qual está inserida. O presidente da instituição relatou que diversas ações foram promovidas a partir desse diálogo mais próximo, inclusive, perceberam que estas tiveram um desenvolvimento singular, pois de fato não apenas serviu para que eles se aproximassem da realidade da comunidade, mas adentrassem a mesma.

Por meio de sua intervenção, a ONG identificou diferentes frentes e possibilidades de atuação. Atualmente a instituição que tem enfrentado dificuldades complexas para manter o seu funcionamento em razão de questões financeiras, têm buscado refletir sobre a sua prática social e como gerir meios para promover ações mais sólidas no sentido de continuidade de projetos. A missão de acordo com o presidente é

*Servir. Eu sempre trago essa frase comigo: quem não vive para servir, não serve para viver. Nós queremos dar continuidade ao nosso trabalho porque individualmente e coletivamente nós acreditamos no significado da palavra servir. Eu tenho receio sabe de que as dificuldades acabem nos impossibilitando de fazer isso em que nós acreditamos. Tem dias que eu acordo e penso: o que nós estamos fazendo aqui? É difícil moça (Gestor 2).*

O relato do presidente é mais do que uma expressão sobre as dificuldades enfrentadas para desenvolver, é um desabafo que surge como uma necessidade de compartilhar a angústia a respeito de por vezes a instituição esbarrar nos “muros” da questão financeira, da dificuldade de captar recursos para promover as ações que estão postas em um plano anual, entretanto, a execução envolve questões complexas.

A respeito dessas ações pensadas e realizadas nos ocuparemos de descrevê-las a fim de que possamos começar a visualizar o papel desempenhado por esta instituição no território

arapiraquense. Cabe esclarecer, que reconhecemos que a ONG desenvolveu uma diversidade de ações em seu decorrer histórico, conforme relatamos brevemente na historização da organização, contudo nos ocuparemos em descrever as atividades que estão sendo atualmente realizadas.

### 5.3.3 Ações desenvolvidas pela ONG Angico

Ao realizar o movimento de descrever as ações realizadas pela ONG Angico, percebemos que é necessário compartilhar prioritariamente o público para o qual está voltado o trabalho, a saber: crianças e adolescentes. A instituição realiza ações, ainda, para os pais desses que são atendidos. Nesse sentido, são contemplados pela atuação da entidade cerca de oitenta famílias. É salutar ratificar o contexto no qual esses sujeitos encontram-se circunscritos, que é a comunidade que sobrevive do recolhimento de material para reciclagem.

O trabalho de cunho social está voltado para a área da educação, assistência social e promoção da cultura. Destarte, são realizadas atividades para a comunidade por meio de oficinas realizadas na terça e quinta ou na quarta e sexta. As segundas-feiras comumente são utilizadas para a realização de reuniões ou mesmo para prospecção de materiais e recursos para desenvolver as ações previstas para a semana.

As oficinas realizadas são ministradas em consonância com a demanda identificada na própria comunidade, dentro das possibilidades e competências da instituição. As principais ações para este público estão relacionadas às artes, por meio de aulas de dança, música, teatro, leitura, e ainda profissionalização, visto que são promovidos cursos de marcenaria e artesanato. Com relação a captação de recursos, o gestor enfatizou que como não existe a possibilidade de manter colaboradores fixos, as ações são realizadas de acordo com as parcerias ou recursos voluntários. Cabe ressaltar que o presidente relatou que ele, bem como os alguns membros da diretoria da instituição, realiza voluntariamente as oficinas junto à comunidade.

O trabalho da instituição está organizado metodologicamente de acordo com o projeto de divulgar e ampliar o conhecimento acerca da cultura afro-brasileira. Em meio a essa estrutura de organização, as oficinas organizadas desempenham papel fundante, pois a oficina de afoxé, o ensino da dança e música afro, teatro, as aulas de pífano dentre outras oficinas que



vão sendo elaboradas, têm contribuído para o alcance do objetivo pretendido. São essas ações consolidadas que têm possibilitado a participação da comunidade e envolvimento da ONG com a realidade local.

A respeito da questão do reconhecimento social, o presidente nos relatou que

*a ONG tem sido reconhecida dentro da comunidade em que atua, embora a sociedade de Arapiraca não tenha esse mesmo olhar. Mas eu entendo, quem quer olhar para dentro do “lixão”? Nós trabalhamos em uma comunidade que as pessoas fazem de conta que não existe, que o poder público não quer enxergar para não chegar até aqui, às vezes as pessoas mandam doações mas nem vêm nos conhecer (Gestor 2).*

A questão acima descrita nos possibilita a reflexão, posto que a ONG possui termo de responsabilidade pública, entretanto, não percebe o reconhecimento da sociedade pelo trabalho que vem desempenhado. No relato ainda podemos perceber que há um sentimento de lamento devido a essa falta de reconhecimento de modo geral. Quando questionado sobre o que motivava a continuidade, a resposta foi:

*O nosso público é o nosso maior incentivador. Quando percebemos a riqueza do nosso trabalho quando estamos não ensinando, mas aprendendo com eles, essa é a nossa força. Como é bom poder contribuir para a formação desses sujeitos, como é boa a nossa troca e interação (Gestor 2).*

A ONG que tem buscado força no seu trabalho para fortalecer o seu papel está localizada em uma região periférica da cidade, no bairro Itapuã. O espaço é amplo, as salas arejadas, com uma área aberta onde se desenvolvem grande parte das oficinas, pois priorizam atividades ao ar livre, o estreitamento do contato com o espaço como facilitador para o afinamento das relações entre os sujeitos. Os materiais das oficinas ficam organizados em salas específicas. Dispõem de instrumentos, livros, adornos que facilitam a realização das atividades. Cabe ressaltar que a ONG oferece também alimentação para a comunidade atendida e esta se configura como uma questão inegociável para a organização, no sentido de não abrir mão desse aspecto na realização de suas ações.

*Nós entendemos a necessidade do nosso público, que também é de uma alimentação de qualidade. Nós cozinhamos, fazemos sopas porque sei que quando chegam aqui muitos chegam sem ter realizado nem se quer uma refeição e sei que quando vão embora essa será o seu último alimento. Não tem como ficar indiferente e não pensar em uma forma de minimizar isso (Gestor 2).*

Em linhas gerais, os projetos e ações são desenvolvidos de acordo com os objetivos pretendidos e com a realidade na qual está inserida. Assim, os sujeitos atendidos, no período

contrário ao que frequentam a escola, participam das oficinas promovidas na instituição. Os adultos que participam de cursos profissionalizantes são atendidos no final da tarde, posto que durante o dia estão realizando o trabalho de coleta de material para reciclagem.

Os sujeitos envolvidos, educadores, crianças, adolescentes, jovens e comunidade, têm conhecimento da rotina e demonstram se adaptar a mesma, tendo em vista que as atividades desenvolvidas são organizadas a partir do cronograma construído e divulgado na comunidade para que esta tenha conhecimento do que está sendo realizado dentro e pela instituição.

A ONG tem a pretensão de ampliar a sua abrangência, por isso investe em ações de marketing na comunidade para que sejam difundidas as ações realizadas, bem como atrair o público. Por exemplo, as aulas de teatro culminam na realização de espetáculos abertos para toda comunidade, os quais são amplamente divulgados por meio de recursos midiáticos. Essas ações são promovidas na perspectiva também de tornar o trabalho (re)conhecido pela sociedade.

Conforme descrevemos a ONG Angico tem definido na rotina semanal um dia específico para a reunião dos educadores que visa o planejamento, bem como prospecção de materiais para realização das ações. A participação da equipe tem ocupado um lugar central para o desenvolvimento do papel e atuação da ONG, portanto, conhecer esses sujeitos que integram a organização, diz respeito a conhecer a própria instituição. O movimento de descrever quem são esses sujeitos se apresenta, nessa perspectiva como uma tarefa imprescindível.

#### 5.3.4 Profissionais envolvidos na ONG Angico

Observando os recursos humanos da instituição percebemos que para a proporção do trabalho desenvolvido, ele ainda se mostra limitado em quantitativo. De acordo o presidente da instituição para a realização das oficinas que são desenvolvidas durante a semana a ONG conta com ele e mais três educadores.

*Infelizmente o trabalho tem contato com um número pequeno de pessoas, mas sem elas seria impossível desenvolver as nossas ações. Não é todo mundo que tem perfil para realizar um trabalho como nosso, principalmente sem receber. Não temos possibilidade de pagar pessoas, nós gostaríamos, mas não estamos com capital para isso (Gestor 2).*

A partir do relato do gestor, identificamos que uma das razões para a ONG dispor de o capital humano maior está relacionada também com o recurso financeiro. A questão se apresenta como um desafio a ser superado, pois tem dificultado a realização e mais ainda a ampliação das ações.

Cabe esclarecer que na instituição identificamos que as ações são todas possibilitadas por meio do trabalho desenvolvido por voluntários. O voluntariado então tem sido a base para a atuação da instituição. Questionada sobre a captação de recursos, a ONG afirmou que em alguns momentos foi possível contratar profissionais, mas atualmente não dispõe mais de recursos para remunerar o pessoal.

A respeito desses profissionais consideramos necessário descrever de modo geral, a formação dos educadores que fazem parte do quadro de colaboradores da instituição. A fim de que se compreenda a realidade formativa desses sujeitos, apresentamos a demonstração da mesma no quadro seguinte.

**QUADRO 7 - FORMAÇÃO DOS COLABORADORES – ONG ANGICO**

Nível Fundamental Incompleto	–
Nível Fundamental Completo	–
Nível Médio Incompleto	–
Nível Médio Completo	–
Curso Técnico e/ou Profissionalizante	02
Nível Superior Incompleto	–
Nível Superior Completo	02
Pós-Graduação	–

Fonte: Pesquisadora, 2018.

A partir da descrição expressa no quadro é possível refletirmos em torno da formação dos colaboradores. Percebemos que dentre os quatro educadores responsáveis pela ministração de oficinas dois deles possuem curso técnico e os outros dois possuem graduação completa nas áreas de artes e educação. O dado nos auxilia na reflexão de que o trabalho da instituição tem sido respaldado pela formação profissional e qualificada dos seus colaboradores. Além disso, a atuação na instituição tem contribuído para a o desenvolvimento pessoal e profissional dos sujeitos.

*A atuação na instituição ajuda na ampliação do conhecimento que construí na faculdade. Aqui tenho a oportunidade de crescer em cada conversa, cada encontro, cada atividade. A realização deles ao conseguirem avançar nas oficinas é uma realização minha também enquanto profissional e pessoa (Respondente 9).*

O envolvimento dos educadores com a ONG, especificamente com os sujeitos atendidos é notório. A realidade dos colaboradores nos permite afirmar que o trabalho desenvolvido tem se configurado como um salto qualitativo na própria formação destes profissionais, uma vez que todos colocaram que o envolvimento com a instituição acrescentou até mesmo o desejo de se especializar na área em que atuam no espaço não governamental.

Questionado sobre a remuneração e como isso representa uma dificuldade para o desenvolvimento do trabalho um educador afirmou:

*Não recebemos remuneração aqui na instituição, mas antes de iniciar o trabalho eu estava ciente, ainda assim eu quis e continuo querendo desenvolver a oficina. Eu acredito no trabalho que estamos realizando como um todo. Acredito que conseguiremos meios não apenas para realizar as oficinas e manter a instituição, mas também para nos manter também, não quero deixar de fazer esse trabalho. Temos nos mobilizado para isso (Respondente 10).*

Percebemos a integração desses colaboradores com os objetivos gerais da instituição. Para estes profissionais as experiências dentro do espaço não governamental tem contribuído para que estes ampliem as suas concepções em torno de seu trabalho, passando a considerar ainda mais a dimensão social da sua prática.

Apesar do número reduzido de pessoas, o trabalho desenvolvido pela ONG tem sido realizado pelos educadores de modo qualificado e, sobretudo, comprometido com o público atendido. Essa perspectiva de profissionalização tem sido uma das razões apontadas para a elevação da possibilidade de vínculos, posto que estas instituições, dispo de um corpo de colaboradores bem formado, com uma concepção ampliada da realidade, conseguem concorrer de modo diferenciado aos editais dos órgãos públicos e de instituições privadas para o financiamento de projetos da sociedade civil organizada.

### 5.3.5 Parcerias firmadas pela ONG Angico

A fim de compreender mais bem a atuação da instituição adentramos ao espaço não apenas no intuito de compreender as questões organizacionais, nos interessava ainda analisar

os aspectos estruturais dessas ações. Nesse sentido, compreender a estrutura não se limita a observar o que está sendo realizado, mas de que forma foi pensada e articulada a ação.

Nesse ponto, inserimos a questão relacionada às parcerias estabelecidas pela instituição, posto que analisar de que forma a mesma se relaciona ao elaborar e executar seus projetos possibilita a ampliarmos nosso entendimento acerca do papel desempenhado na tessitura social.

A fim de que compreendamos as relações estabelecidas com o poder público é interessante a análise da entrevista realizada com o presidente da instituição.

*Gestor 2: Atualmente nós não mantemos relação com o poder público, até estabelecemos, mas faltou boa vontade e ação política do poder público.*

*Entrevistadora: Como assim? Em que sentido?*

*Gestor 2: Não adianta apenas a gente fazer a nossa parte, cumprir nossa tarefa e eles não cumprirem o dele. Assim não dá certo a relação.*

*Entrevistadora: O senhor poderia me explicar melhor?*

*Gestor 2: Assim, nós conseguimos submeter um projeto a nível federal e nos tornamos um Ponto de Cultura<sup>14</sup> aqui em Arapiraca. No programa nós receberíamos o financiamento de nossas ações propostas. O valor total que receberíamos seria de R\$180.000,00 dividido em três parcelas. A cada parcela deveríamos prestar contas de nossas ações e assim a próxima parcela seria liberada. A prestação de contas era para ser feita a Secretaria municipal de cultura e eles repassavam ao Ministério de Cultura. Assim fizemos depois que recebemos a primeira parcela, mas infelizmente a secretaria não repassou para eles e devido a isso foi rompido o contrato com o município e perdemos os R\$120.000,00 restante.*

A partir do trecho da entrevista percebemos a falta de colaboração entre a instituição e o poder público local que repercutiu diretamente nas ações da instituição, posto que com o rompimento do contrato o projeto planejado não pode ser executado em sua completude em razão da descontinuidade do financiamento. Destarte, podemos refletir sobre a situação ocorrida. Questionamo-nos então: até que ponto a relação com o poder público coloca as instituições em uma situação de dependência? De que modo a relação interfere no papel desempenhado pela instituição? Tornar-se somente uma executora de ações prestando contas ao poder público é o que pretendia em sua gênese a instituição? Essas e demais questões embasaram nossa reflexão acerca desta instituição.

---

<sup>14</sup> Trata-se de uma entidade cultural ou coletivo cultural certificado pelo Ministério da Cultura. O Plano Nacional de Cultura - PNC (Lei 12.343/2010) estabeleceu em seu Plano de Metas o fomento de 15 mil Pontos de Cultura até o ano de 2020. Para atingir a meta seria necessário fomentar 1.750 novos Pontos de Cultura por ano até 2020, com um investimento anual de aproximadamente 113 milhões/ano, considerando o valor de 60 mil/ano para cada Ponto de Cultura.

Ainda sobre a relação com a esfera estatal o presidente da ONG afirmou que não se sentiam valorizados pelo poder público e que o apoio de pequenos grupos da sociedade e até mesmo do meio acadêmico era percebido, entretanto, não nutriam essa percepção com relação ao Estado. Em nível local afirmou que tentou desde 2005 estabelecer uma aproximação, mas não se configurou na prática.

No que se refere aos vínculos com outras instituições a entidade consegue estabelecer diálogos, ainda que incipientes conforme nos afirmou:

*Fazemos parte de um programa de distribuição de alimentos, no qual os supermercados, atacadistas direcionam para instituições o alimento que não pode ser aproveitado no Mercado, mas não é nada estragado. Muitas ONGs participam e nas reuniões trimestrais conseguimos dialogar bem, compartilhar experiência. Mas ainda não realizamos ações em parceria, ainda não (Gestor 2).*

O relato do gestor nos revela que o diálogo com outras instituições tem sido realizado e que a organização enxerga nessas aproximações possibilidades reais para desenvolver uma parceria ativa e orgânica. Quando questionado se acreditava nas relações colaborativas, a instituição se posicionou de modo afirmativo, ponderando inclusive que essas poderiam ser um meio para ampliar o trabalho desenvolvido. No caso das outras organizações seria uma oportunidade para conhecer novas perspectivas de atuação em meio a realidades específicas.

*A relação entre as instituições é boa, de respeito e com algumas organizações conseguimos tratar de assuntos em comum, ter ideias e repassar ideias também para que elas possam lidar com as dificuldades do cotidiano. Não é fácil ser uma ONG aqui em Arapiraca, não é fácil desenvolver um trabalho em meio às dificuldades, tem que ter muita força de vontade e esperança. As outras instituições também enfrentam desafios duros, por isso tentamos nos ajudar na medida do possível, claro que não com todas (Gestor 2).*

Ainda sobre o envolvimento com outras organizações, a ONG Angico considera que a relação entre as instituições são geralmente estáveis e não percebe um clima hostil de competitividade dentro ou entre essas protagonistas sociais. Observamos que o diálogo a respeito de coletividade precisa avançar para além dos limites dos muros das instituições não governamentais.

Nesse sentido, percebemos que há na ONG a motivação para acreditar nos vínculos, percebem com certa esperança para o desenvolvimento de suas ações. Quanto à esfera estatal, a nível local há certa desconfiança, posto que as marcas provocadas pela perda do contrato ainda estão presentes nas vozes e nas memórias dos envolvidos. Assim, uma aproximação do

poder público municipal não representa uma relação segura na percepção da ONG Angico, entretanto, a possibilidade não está totalmente descartada.

A partir dessa realidade podemos refletir sobre especificidades da relação da ONG com o Estado. A instituição por meio do gestor nos apresentou a realidade do insucesso de uma relação estabelecida anteriormente com o poder público, na qual observamos a fragilidade na aproximação entre os envolvidos que limitava os papéis por meio de contratos e prestações de conta. Pontuamos ainda que a relação descrita assemelha-se a uma conveniência financeira, a qual restringida pelo profissionalismo dos agentes repercutiu no não envolvimento e identificação com o trabalho social proposto. Tais aspectos culminaram para o precipitado rompimento do vínculo, motivando o clima de desconfiança quanto ao poder público.

As relações são firmadas na perspectiva de possibilitar o desenvolvimento de ações a partir da captação de recursos humanos e materiais, que por sinal tem se configurado como um dos maiores desafios para a sobrevivência dessas entidades. Destarte, a ONG tem perseguido ainda o objetivo de captar recursos próprios para o desenvolvimento de suas ações, de acordo com o presidente, a equipe tem estudado novas possibilidades nesse campo.

Observamos que essas experiências se configuram como um campo fértil de estudo e análise, posto que possibilitam a investigação de diversos aspectos referentes às instituições, sobretudo, aqueles que correspondem ao detalhamento da atuação destes organismos na esfera social, identificando, então, o papel social desempenhado por tais entidades que se interessam pela prestação de serviços públicos.

#### 5.3.6 Concepção da ONG Angico sobre o seu papel social

Quando em uma pesquisa há uma intenção de realizar um levantamento é preciso considerar que existem as ONGs que se destacam por uma ou mais ações específicas e aquelas que não possuem visibilidade, mas ainda sim dispõem da confiabilidade e envolvimento da comunidade atendida. É possível diante das pesquisas realizadas, afirmar que a instituição Angico, apesar de buscar visibilidade, têm concentrado suas ações educativas, quase que na sua totalidade, para a comunidade localizada na região periférica da cidade.

Não excluimos aqui a possibilidade que uma ONG, situada em uma comunidade da periferia, tem de conquistar visibilidade e prestígio social. Visto que, acreditamos que não é a localização, mas a relevância da atuação que contribui para esse reconhecimento. Deste modo, acreditamos que o trabalho social relevante que tem sido desenvolvido com seriedade se apresenta como uma efetiva possibilidade para que a partir do cumprimento do papel social a instituição conquiste o seu espaço no cenário social.

Com relação aos projetos e ações desenvolvidas no espaço da Angico observamos que o encaminhamento das práticas educativas é fundamentado no objetivo de promover a popularização e valorização da cultura afro-brasileira. A partir das oficinas e rodas de conversa os sujeitos vão tomando contato com um universo de conhecimentos que contribui para que eles ampliem a concepção de mundo e do papel que possuem neste, ao passo que sua cultura é estimada.

Atualmente as agências não governamentais têm buscado parcerias, principalmente devido à necessidade de manter e fortalecer suas atuações. Contudo, a experiência que a ONG Angico tem tido com relação ao assunto, tem contribuído para que ela se posicione de forma mais crítica, fato este que tem corroborado para a construção de uma prática reflexiva.

*Gestor 2: Outra experiência que não queremos mais viver é a de confiar exclusivamente em uma fonte e projetar todas as ações baseadas em uma relação que para nós não representa nenhuma segurança, pois a qualquer momento o valor pode simplesmente não vir, o contrato pode ser simplesmente rompido.*

*Entrevistadora: O que essa interrupção no repasse de recurso representou na prática para a instituição?*

*Gestor 2: Significou simplesmente a paralisação de muitas ações que estavam sendo realizadas em nossos projetos e o cancelamento de muitas outras que estavam previstas e organizadas. Além disso, significou o comprometimento do nosso orçamento, pois havíamos comprado material contando com o recurso que não veio. Significou a saída de colaboradores. Eu não quero viver mais nunca uma situação como aquela, foi lamentável moça, nós tínhamos comemorado tanto a parceria e a notícia do rompimento foi um banho de água fria. Sem justificativa a secretaria não enviou nosso relatório, não realizaram uma simples atividade burocrática. Foi triste!*

A forma abrupta como ocorreu o rompimento do vínculo contribuiu para o “olhar” desconfiado da organização para as parcerias. Percebemos, então, que a ONG tem receio de se comportar como uma simples executora das ações pensadas de acordo com editais direcionadores que tão logo são rompidos sem pensar na realidade dessas instituições.



A partir dessa concepção desconfiada e crítica, a instituição tem a possibilidade de refletir sobre a sua realidade e assim encaminhar ações a partir de demandas reais da comunidade. Entretanto, convivem com a dificuldade do limitado capital humano e financeiro para encaminhar ações. Nesse sentido, a instituição tem assumido uma postura diferenciada, ao considerar que a solução para a questão não se situa no desespero por estabelecer vínculos, antes tem acreditado na possibilidade de gerar novos meios para captar recursos próprios para a manutenção da organização.

*Nós estamos pensando em meios para captar recursos próprios, não quero que nossas ações dependam, por exemplo, de um vínculo que é rompido de modo inesperado. Como vivemos isso, não quero mais essa experiência. Não dependemos, por exemplo, da doação de uma instituição, ou pessoa física (Gestor 2).*

A instituição poderia adotar uma postura dependente, posto que seria mais cômodo continuar os trabalhos a partir apenas do voluntariado e das doações, mas não é o que pretende a instituição que objetiva intervir na realidade da comunidade com autonomia e criticidade que uma relação próxima da esfera estatal dificulta e não raras vezes impossibilita.

Destarte, o perfil de atuação delineado pela ONG Angico mostra-se interessado em atuar pedagogicamente na demanda social por meio de ações específicas de enfrentamento da problemática social. Por ora a relação com o poder público tem sido na perspectiva da cobrança por implantações e implementações de políticas públicas voltadas à comunidade atendida.

#### **5.4 Apresentação e análise dos dados referentes à ONG Mandacaru**

No desenvolvimento da pesquisa seguimos para conhecer a realidade da ONG Mandacaru, situada no sertão alagoano. Reconhecemos que o acesso a instituição, em termos de deslocamento, se apresentou como um dos nossos desafios, entretanto ao observarmos o cotidiano das atividades pudemos identificar o quão significativo para a pesquisa se configurava adentrar ao espaço não governamental.

Desde os primeiros contatos a postura da organização foi de acolhimento e receptividade. Assim, nos foi possível realizar a observação das atividades, bem como as entrevistas o presidente da organização e aplicar os questionários com os educadores. A fim

de obter mais informações, nos foram disponibilizados os documentos que regem a entidade, a saber: Contrato social, regimento interno e plano de ação anual.

Esclarecemos que a partir desses elementos pudemos conhecer a historicidade da instituição, bem como interpretar as atuais atividades desenvolvidas. Pontuamos que para compreender o papel pretendido pela instituição se faz necessário o detalhamento dessas questões referentes à ONG Mandacaru.

#### 5.4.1 Historicidade da ONG Mandacaru

A organização Mandacaru está localizada no sertão alagoano, atuando na zona periférica da cidade de Delmiro Gouveia desde o ano 2012. A iniciativa do projeto partiu do atual presidente juntamente com amigos que hoje integram a diretoria da instituição. O grupo decidiu voluntariamente desenvolver alguma atividade com as crianças e adolescentes da região que se encontravam em situação de vulnerabilidade social.

O projeto inicial era ocupar o tempo em que esses sujeitos não estavam em atividades escolares. Em entrevista quando questionado sobre a origem das ações, o presidente esclareceu que

*as primeiras iniciativas foram pensadas com um objetivo específico, o que queríamos era ocupar o tempo desses meninos e meninas, pois estava crescendo assustadoramente os índices de envolvimento com o tráfico de drogas e mesmo em uma região tão afastada da cidade quando a gente não imagina a violência não está nem batendo a porta, ela já entrou das formas mais variadas possíveis (Gestor 3).*

Deste modo, desenvolveram-se as primeiras ações que diziam respeito à realização de práticas de leitura e recreação com as crianças da comunidade. Com o decorrer do tempo as ações foram se ampliando e conquistaram a comunidade na qual está inserida, a saber: bairro Chácara São Vicente. Atende também bairros vizinhos como a Vila vinte e cinco. Com o decorrer das ações adolescentes também foram inseridos nas atividades da organização, atraídos principalmente pelas oficinas de música e assim ocorreu a ampliação do público atendido.

A partir de então a ONG iniciou um trabalho de realização de eventos dentro da comunidade e assim, conseguia atrair o público para participação. Os eventos realizados

foram os mais variados, arraíás, comemorações de datas festivas, apresentações de final de ano, bazar e uma diversidade de atividades que aos poucos conquistaram a confiança da comunidade.

Com o apoio de grupos da sociedade a instituição conseguiu se estabelecer na comunidade, bem como implantar uma sede na qual hoje são desenvolvidas as ações.

*Quando chegamos aqui e projetamos realizar as ações nós percebemos que teríamos que ter um bom espaço para desenvolver nossa proposta, pois havia uma quantidade de crianças e adolescentes bem representativa para se tornar público alvo das nossas atividades. Então eu consegui comprar três pequenas casas vizinhas e cedi formalmente para a instituição, até hoje é nesse espaço que nós recebemos a comunidade (Gestor 3).*

Nesse cenário surgiu a instituição Mandacaru, que teve o seu registro formalizado no mesmo ano em que iniciou suas atividades. No ano de 2013, ano seguinte a fundação, a organização conquistou o título de utilidade pública municipal e ainda o termo de utilidade pública estadual como reconhecimento da atuação na referida realidade.

Quando iniciaram as atividades a ONG acreditava no trabalho desenvolvido e pautavam-se no lema: mãos trabalham para fazer o bem, mãos que trabalham com o coração. A filosofia da instituição pautava-se na coletividade como possibilitador de transformações. O caminho percorrido pela instituição Mandacaru foi o de estruturação de um projeto interventivo por meio de ações cada vez mais pensadas e refletidas de acordo com a realidade sob a qual atua no sertão do estado de Alagoas.

Com o intuito de compreendermos o papel desempenhado por esta organização nos preocupamos em apresentar a sua estrutura de funcionamento e assim possibilitar o esclarecimento da forma como a ONG tem atuado e ampliado as suas atividades no decorrer dos seus seis anos de existência.

#### 5.4.2 Estrutura organizacional da ONG Mandacaru

A ONG Mandacaru iniciou os trabalhos em julho de 2012, devido a dimensão que as ações promovidas foram conquistando logo o projeto foi formalizado. A instituição possui o Estatuto Social, no qual há a definição da mesma enquanto uma organização jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, e que pode atuar em todo estado alagoano por tempo indeterminado.

Identificamos nos demais documentos apresentados pela entidade que a mesma possui Regimento interno, Plano de ação e está em fase de elaboração do Projeto Político institucional. A gestão da organização contempla uma diretoria formada por Presidente, vice presidente, secretário, tesoureiro e conselheiros fiscais. Além dessa diretoria que não recebe remuneração o trabalho realizado envolve mais dez colaboradores (dos quais uns recebem remuneração e outros são voluntários), sobre os quais nos ocuparemos de detalhar a participação na secção deste estudo que trata acerca dos profissionais envolvidos.

Observamos que a diretoria se reúne semanalmente a fim de discutir o acompanhamento e encaminhamento das ações pretendidas, bem como para avaliá-las também. Nos encontros é comum a participação da comunidade atendida, especificamente os pais e/ou responsáveis dos sujeitos atendidos na instituição, visto que eles são público alvo, mas também considerados interventores sociais.

A respeito da missão que orienta a atuação da ONG, o presidente esclareceu que

*a solidariedade é a fator direcionador aqui na instituição, eu uso sempre três palavrinhas para descrever nossa missão aqui: solidariedade faz bem. Faz bem não apenas eles que estão sendo atendidos, faz bem para todos os envolvidos e faz bem até para aqueles que fazem questão de não se envolver ou fazer de conta que essa realidade aqui não existe. Quer queira ou quer não é um trabalho que proporciona resultados para a sociedade (Gestor 3).*

O modo como está estruturada a linha de atuação da organização está inspirado nessa concepção acerca do trabalho. Atualmente a instituição tem atendido 96 crianças e adolescentes, assim como iniciou o desenvolvimento de ações voltadas para os pais e membros da comunidade, sobre as quais elucidamos mais adiante neste estudo do que se trata.

Nesse sentido, ressaltamos que apesar de não ser o público alvo, até mesmo idosos estão participando das atividades desenvolvidas no espaço e se beneficiando com o trabalho sério e comprometido. A fim de compreendermos melhor como são realizadas nos predispomos neste momento em discorrer a respeito da atuação analisando a forma como são pensadas, executadas e avaliadas as ações desenvolvidas.

#### 5.4.3 Ações desenvolvidas pela ONG Mandacaru

A tarefa de descrever as ações realizadas pela ONG Mandacaru, ocupa um lugar de destaque quando pretendemos traçar o perfil da instituição e assim observarmos o papel

desempenhado junto às crianças e adolescentes atendidas. Posto que nos interessamos por analisar os aspectos constitutivos dessas ações e não somente apresentá-las.

A ONG Mandacaru iniciou desenvolvendo ações de leitura de histórias e recreação para ocupar o tempo das crianças. No decorrer do tempo as ações foram se ampliando, a leitura deu origem a criação de uma biblioteca popular aberta para toda a comunidade. De igual modo, a recreação culminou no exercício atual das práticas esportivas.

O trabalho de cunho social está relacionado prioritariamente com o campo da educação e promoção da cultura. Ademais, a ONG tem crescido quanto ao alcance do seu público, atualmente jovens, adultos e idosos estão sendo atendidos com cursos profissionalizantes na área das novas tecnologias. A instituição oferece cursos básicos e avançados de informática. Realiza ainda oficinas de corte e costura, e crochê.

São desenvolvidas ainda práticas de musicalização, na qual são oferecidas aulas para aprendizagem do manuseio de instrumentos. As ações realizadas nessa área foram fundantes para a formação de uma “banda” que tem se apresentado na região, contando com a integração de adolescentes e jovens.

Ademais o presidente da instituição ressaltou que são desenvolvidas rodas de conversas sobre problemáticas sociais que precisam ser trabalhadas. Dentre os conteúdos trabalhados, o gestor chamou atenção para as ações voltadas à prevenção do uso e envolvimento com drogas, prostituição infanto-juvenil, violência física e sexual, gravidez na adolescência. O trabalho em curso tem sido desenvolvido a partir do voluntariado de jovens da comunidade, bem como de bolsistas que recebem uma ajuda de custo para coordenar as atividades desenvolvidas em rede com a Secretaria Municipal de Educação da cidade.

Na entrevista realizada foram socializados resultados das ações específicas das rodas de conversa, deste modo afirmou:

*Nós temos caso de adolescentes que abandonaram o mundo das drogas. É um trabalho difícil, mas extremamente necessário. Temos caso de meninas que se prostituíam e hoje já por meio do envolvimento com a instituição essa já não é mais a realidade dessas meninas. Em determinado momento percebemos um elevado número de adolescentes engravidando. Isso nos incomodou então começamos a trabalhar a questão e hoje o resultado é perceptível: uma diminuição significativa nos casos de gravidez. Atualmente nenhuma das nossas meninas engravidou, trabalhamos a conscientização e esclarecimentos dos métodos preventivos. É uma questão de saúde, é uma questão social urgente (Gestor 3).*

Percebemos que o trabalho desenvolvido está sendo pensado de acordo com demandas sociais que estão sendo identificadas pela própria organização. E essa percepção das problemáticas orientam metodologicamente os projetos voltados a questões sociais. As ações consolidadas têm possibilitado a participação da comunidade e envolvimento da ONG com a realidade local.

A respeito da participação da comunidade, o presidente nos afirmou que:

*A comunidade atendida demonstra apoio ao nosso trabalho, nos sentimos acolhidos. Em meio a tanta situação de vulnerabilidade ainda assim eles nos transmitem um carinho imenso. Perceberam que nós abraçamos a realidade e acreditamos na possibilidade de mudanças. Apresentamos os nossos resultados dos projetos para que eles possam acompanhar o que está sendo realizado. (Gestor 3).*

A situação acima descrita nos possibilita a reflexão, posto que a ONG à medida que tem se predisposto a atuar na problemática do público-alvo também tem contado com o apoio e principalmente o envolvimento desta comunidade na realização de suas atividades. Nesse sentido, percebemos que as ações são legitimadas pelos próprios sujeitos atendidos.

Quanto ao reconhecimento da sociedade, identificamos que a instituição possui termos de utilidade pública, contudo a relevância social não pode ser mensurado apenas por esse aspecto. Quando questionados sobre a valorização do trabalho o presidente relatou que

*a sociedade reconhece nosso trabalho, falo isso não apenas porque nos procuram espontaneamente para fazer doações, mas porque contamos sempre com a participação de diversos grupos sociais na realização de nossos eventos e atividades propostas. Sentimos que a nossa atuação está sendo valorizada, somos hoje reconhecidos em toda cidade como um centro de referência de um trabalho sério e comprometido (Gestor 3).*

Percebemos então que o posicionamento da instituição tem sido o de agregar o interesse da sociedade delmirense na realização das suas ações. Na perspectiva da ONG Mandacaru a importância a esse reconhecimento não está centrado na repercussão das ações divulgadas, sobretudo, diz respeito a uma forma de estímulo ao trabalho desenvolvido.

*Nas datas comemorativas percebemos que a própria sociedade nos procura para desenvolver ações ou auxiliar no desenvolvimento de nossas atividades. No mês de outubro ao invés de realizar o dia ou a semana das crianças, realizamos o mês das crianças devido a quantidade de pessoas que nos procuram para realizar atividade. Essa participação, esse interesse nos motiva sabe, nos ajuda não somente na questão dos recursos, mas nos estímulos mesmo, nos incentiva a continuar desenvolvendo nosso trabalho (Gestor 3).*

A valorização social do trabalho empreendido tem se configurado como mecanismo de motivação para a continuidade das ações, bem como para a implantação de novos projetos. Em linhas gerais, a atuação está pautada de acordo com os objetivos pretendidos e com a realidade na qual está inserida a instituição.

Cabe esclarecer ainda que o atendimento ao público-alvo tem sido efetivado no período contrário ao que frequentam a escola, desta forma participam das oficinas e rodas de conversas promovidas na instituição. Os jovens, adultos e idosos que participam de cursos profissionalizantes também são atendidos em uma programação diária. O funcionamento da ONG realiza-se da segunda ao sábado no horário matutino e vespertino, sendo que aos sábados a instituição desenvolve ações apenas no turno da manhã. A respeito do atendimento, é interessante analisar o trecho da entrevista com o presidente da instituição.

*Gestor 3: Nós fazemos do nosso espaço um espaço da comunidade sabe. Se um menino ou menina foi para escola e quando chegou lá não teve aula, eles vêm direto para a ONG Mandacaru, porque sabem que aqui não existe isso de que não poderão entrar em um horário diferente.*

*Entrevistadora: Vocês oferecem refeições para os sujeitos em quais momentos?*

*Gestor 3: Nós servimos três refeições durante o dia às 10h, 16h e 20h. É uma refeição reforçada.*

*Entrevistadora: Qual a importância da alimentação no desenvolvimento das ações?*

*Gestor 3: Nós sabemos que temos que ter atenção e acolhimento para receber esses sujeitos. Muitos deles fazem refeições completas somente quando estão na escola ou quando estão aqui. E isso é sério.*

Essa sensibilidade na realização das atividades tem se configurado como meio de aproximação do público atendido. Nas observações percebemos que os sujeitos envolvidos, educadores, crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos além de acolhidos estão adaptados a uma rotina que está organizada em um cronograma discutido e elaborado com a participação da comunidade para que esta tenha conhecimento e envolvimento com o que está sendo realizado no espaço da instituição não governamental.

A ONG tem a pretensão de ampliar a sua abrangência, por isso tem buscado estabelecer relações porque acreditam que estas se apresentam como meio de alargar a sua atuação. Entretanto, pontuamos que analisar as aproximações realizadas é uma tarefa necessária para compreendermos de fato o papel desempenhado pela instituição na sociedade.

#### 5.4.4 Profissionais envolvidos na ONG Mandacaru

A fim de que possamos compreender a estrutura da instituição em sua totalidade se faz necessário observar ainda a equipe responsável por conduzir a instituição. No que diz respeito aos recursos humanos percebemos que a ONG dispõe do trabalho de dez educadores, dentre estes há uma parcela voluntariado e outra parte recebe algum tipo de remuneração. O quadro abaixo nos ajuda a compreender melhor a situação do enquadramento profissional dos colaboradores.

**QUADRO 8 - COLABORADORES – ONG MANDACARU**

Voluntários	5 (cinco)
Bolsistas	5 (cinco)

Fonte: Pesquisadora, 2018.

Pontuamos que o trabalho na instituição conta um equilíbrio no quantitativo do número de voluntários e aqueles que recebem algum tipo de remuneração financeira. Dessa forma, o voluntariado representativo aponta para uma importante questão que é a participação da comunidade e o desejo de se envolver com as ações propostas. A contribuição é salutar não somente para o desenvolvimento das ações, mas ainda para indicar o reconhecimento social que a Mandacaru tem conquistado.

Sobre o voluntariado o gestor descreve um pouco a realidade do trabalho realizado.

*Em nossa instituição contamos com a presença de cinco voluntários que tem desempenhado um trabalho excelente. Como eles são parte da comunidade a atuação deles agrega bastante ao nosso trabalho. Alguns dos nossos voluntários, inclusive, já foi público alvo de alguma ação da ONG, ou teve a família apoiada por nós. Nosso desafio é continuar semeando nossas inspirações, porque sei que temos potencial para continuar crescendo em rede (Gestor 3).*

A partir do relato identificamos que a captação de o capital humano se configura como um desafio com o qual eles têm buscado meios para superar. O presidente afirma que há um potencial a ser desenvolvido na ONG Mandacaru que é o trabalho em rede. Em nossas pesquisas temos observado que o a perspectiva em rede tem sido apontada como uma forma para superar as limitações de recursos, quer sejam eles materiais ou financeiros para o auto sustento.



A respeito dos colaboradores consideramos importante conhecer a formação dos dez educadores que fazem parte do quadro de colaboradores da instituição. A fim de que se compreenda a realidade formativa desses sujeitos, apresentamos a demonstração da mesma no quadro seguinte.

#### **QUADRO 9 - FORMAÇÃO DOS COLABORADORES – ONG MANDACARU**

Nível Fundamental Incompleto	–
Nível Fundamental Completo	01
Nível Médio Incompleto	–
Nível Médio Completo	02
Curso Técnico e/ou Profissionalizante	01
Nível Superior Incompleto	–
Nível Superior Completo	06
Pós-Graduação	–

Fonte: Pesquisadora, 2018.

A partir da realidade apresentada no quadro atual da ONG é possível refletirmos em torno da formação dos colaboradores, associando ao fato que a instituição tem ampliado sua atuação, pois tem conseguido promover ações com qualidade. Percebemos que dentre os educadores responsáveis pela ministração de oficinas e atividade pedagógicas, seis possuem graduação completa nas áreas de educação. O dado nos interessou e aplicamos questionários para conhecer um pouco mais esses sujeitos que têm contribuído para o cumprimento do papel social da instituição.

*Eu conheci a proposta da instituição quando ainda estavam organizando o espaço que é a sede hoje, no início fiquei curiosa. Eu sou um pouco tímida, não vim assim que iniciaram as ações, mas aos poucos fomos convidados a conhecer e conhecendo de perto eu me encantei pelo trabalho que estava sendo realizado. Hoje eu não me vejo em outro local que não seja aqui, tenho minhas atividades, mas reservo tempo para me abastecer aqui, nesse espaço com essas crianças (Respondente 12).*

*Trabalhar aqui é uma experiência única, já trabalhei em muitos locais. Eu amo o meu trabalho, estudei Pedagogia porque é essa a área que me identifico. Não foi por falta de opção que eu escolhi a Educação como muita gente fala por aí. E desenvolver o meu trabalho aqui dentro é único, é transformador, é renovador (Respondente 14).*

As respostas dos sujeitos, quando questionados de que forma o trabalho contribui na vida deles, sugerem que de fato o envolvimento com a ONG tem possibilitado o desenvolvimento pessoal e profissional dos sujeitos. Os respondentes também acrescentaram um aspecto importante a ser observado neste estudo.

*A atuação na instituição faz com que eu me sinta não apenas um cumpridor de atividades, mas faz com que eu me perceba como um transformador dessa realidade, como alguém que está realizando um trabalho diferenciado na vida de sujeitos em situação de risco social (Respondente 13).*

A atuação dos colaboradores também tem agregado na vida destes a perspectiva do trabalho da própria ONG, posto que o objetivo da instituição se torna o centro do desenvolvimento da ação desses profissionais. A partir do momento que compreendem o objetivo da instituição, agregam em suas práticas essa concepção. Desta forma, a atuação é permeada pelos ideais que orientam a organização. Nesse sentido, refletimos que quão maior for o entendimento do papel social desempenhado pela entidade, maior serão as possibilidades de concretizar os objetivos almejados.

Percebemos por meio da nossa análise que a integração desses colaboradores com os objetivos gerais da instituição tem sido um fator corroborativo para o desenvolvimento do papel social. Ademais, as experiências dentro do espaço não governamental têm contribuído para que os profissionais continuem prospectando novas oportunidades para desenvolverem o seu potencial, e, assim, continuar contribuindo e desempenhando um trabalho comprometido socialmente.

Pontuamos ainda que as atividades têm sido realizadas pelos educadores de modo qualificado e, sobretudo, comprometido com o público atendido. Uma outra característica que observamos é o fato de alguns profissionais estarem atuando no espaço da ONG mas possuir de fato o vínculo com a esfera estatal, posto que duas salas da instituição foram cedidas para a Secretaria Municipal de Educação para que funcionasse na sede da organização duas extensões da educação infantil. Essa se configura como a mais recente parceria estabelecida.

Com o intuito de discutir melhor as questões pertinentes nos debruçamos sobre estas relações a fim de perceber em que medida elas têm contribuído ou não para o desenvolvimento das ações, bem como analisar a especificidade do cumprimento do papel social da ONG Mandacaru em sua realidade.

#### 5.4.5 Parcerias firmadas pela ONG Mandacaru

O surgimento da ONG Mandacaru se deu a partir da união de um grupo de amigos que sem nenhum tipo de investimento público ou de instituições privadas deram início as primeiras ações em uma região periférica do município Delmiro Gouveia. Com o passar do tempo as atividades desenvolvidas conquistaram notoriedade dentro da comunidade público-alvo.

Surgiu cada vez mais o desejo de potencializar o trabalho realizado, alcançando ainda mais sujeitos e paulatinamente a instituição foi conquistando o seu espaço, dessa vez diante da realidade delmirensis. Alargar a atuação da ONG representava um desafio, posto que não dispunham de uma renda capaz de subsidiar o projeto de ampliação.

No ano de 2013 a instituição conquistou o título de utilidade pública, a gestão compreendeu que poderia ser mais fácil captar recursos e assim financiar ações. Entretanto, isso não se configurou na prática. A instituição permaneceu sendo ajudada por doações de pessoas físicas interessadas em contribuir, mas o estabelecimento de parcerias não se concretizou.

No referido ano buscando captar recursos a ONG Mandacaru tentou uma aproximação com a esfera estatal, submetendo projeto a Câmara municipal. Assim como outras instituições da cidade, teve o seu projeto aprovado e ficou definido que seriam enviados recursos públicos para contribuir com o desenvolvimento das atividades. A parceria chegou a ser anunciada e até mesmo publicizada, contudo, de fato não ocorreu. De acordo com a gestão a relação estava sendo aguardada com ansiedade pela instituição.

*Ficamos ansiosos com a notícia. Imagine com a ajuda do governo, com a parceria que foi firmada, começamos a pensar novos projetos, refletir sobre as frentes de atuação, prospectar pessoas para trabalhar junto conosco, mas o recurso jamais chegou até a instituição, o que foi lamentável, ficou apenas no papel. Tivemos então que voltar a pensar meios para levantar recursos, porque aquele não funcionou (Gestor 3).*

Observamos que a tentativa sem sucesso de estabelecer um vínculo com o poder público representou uma frustração para a instituição. Os projetos que estavam a ponto de se realizar novamente tiveram que retornar ao plano das ideias. A ONG Mandacaru não recebeu se quer uma justificativa, um esclarecimento a respeito da impossibilidade do recurso público

ser investido na instituição. Não estamos defendendo aqui que o orçamento público deve ser aplicado nas ONGs, o questionamento que colocamos é que em uma relação seria viável que respostas fossem encaminhadas, que o poder público também prestasse conta a sociedade quanto a impossibilidade de cumprir o que havia sido acordado.

Essa descomprometimento do Estado quanto à necessidade de prestar contas não apenas das verbas, mas das frentes de atuação é o que muitas vezes coloca as instituições que estabelecem aproximações com o mesmo em uma situação de insegurança. Posto que hoje a organização recebe determinado valor, amanhã o investimento é cortado, realocado e com isso os projetos da instituição que contavam com o financiamento são interrompidos, o que acaba fragilizando a sua atuação.

Diante do quadro que se estabeleceu para a ONG Mandacaru de ter que prospectar novos meios de captação de recursos a instituição estruturou um Bazar fixo que realiza a comercialização de materiais doados para este fim, que possibilita a continuidade da captação. Essa foi uma das estratégias pensadas pela instituição para conquistar recursos e, assim, encaminhar suas ações.

A instituição seguiu desenvolvendo suas atividades a partir das doações e dos meios de captação próprios até que os membros da diretoria da instituição foram convidados para uma reunião com a Secretaria Municipal de Educação a fim de estabelecer uma parceria com a organização. Desta vez, não foi proposta a oferta de investimento de recursos financeiros diretamente.

Os termos da relação foram os seguintes, a instituição serviria de suporte para a implantação de duas salas de extensão da educação infantil, visto que havia uma carência identificada na região. Em contrapartida, a SEMED se responsabilizaria pelos materiais de insumo das salas, bem como disponibilizaria a merenda para todas as crianças e adolescentes atendidos, inclusive todos estavam regularmente matriculados na rede de ensino. O vínculo foi estabelecido no ano de 2017, a respeito desta o presidente comentou que

*o convênio aconteceu pela primeira vez entre prefeitura e a instituição, de fato dessa vez foi possível estabelecer uma relação de parceria na qual eles tem a proposta deles e nós continuamos a desenvolver o nosso papel. A gente acredita que a parceria está possibilitando resultados extremamente relevantes. A comunidade foi contemplada por mais um serviço público prestado e para nós é muito significativo fazer parte de mais uma conquista, mais um direito sendo garantido, o direito à educação pública para os nossos pequenos (Gestor 3).*

A partir do relato do gestor percebemos que a instituição consegue identificar dentro da relação papéis e atribuições competentes a cada ator envolvido. Observamos que esse esclarecimento é imprescindível para que de fato a ONG desempenhe o seu papel de modo coerente. Por tais motivos colocamos como salutar o processo de reflexão sobre a atuação desenvolvida, posto que é a partir desse processo se consolida socialmente estes organismos.

No decorrer do último ano a instituição não estabeleceu nenhuma outra aproximação, entretanto demonstra interesse, inclusive submeteram projetos a alguns editais da esfera pública federal, contudo ainda não obtiveram retorno. Sobre essa questão da abertura da ONG, o presidente acrescentou que

*a instituição tem buscado novas parcerias, porque temos muitos projetos planejados, mas ainda não tivemos possibilidade de desenvolvê-los, possibilidade que eu falo é de recursos mesmo. Mas não deixamos de sonhar, de acreditar, de pensar o futuro. Submetemos algumas ideias em editais que foram abertos e estamos aguardando uma resposta. Temos um projeto intitulado **Encantos do Velho Chico: uma viagem para inclusão** (grifo nosso). Este projeto tem por objetivo profissionalizar nossos jovens na área do turismo, formação e preparação para atuar nesse campo, e assim incluir eles no mercado de trabalho, pois a região tem um potencial para o turismo que está sendo explorado e necessita de pessoas qualificadas para atuar. Já temos até conversado com nosso público sobre esse campo para eles se profissionalizarem e percebemos que há o interesse, ainda mais diante da nossa realidade onde as oportunidades de emprego na cidade estão infelizmente cada vez mais escassas (Gestor 3).*

Percebemos que a ONG tem se preocupado com as questões sociais e por isso tem encaminhado propostas para além da ocupação do tempo dos sujeitos, se trata de um planejamento voltado para de fato contribuir para o desenvolvimento social e humano. Em meio a essa preocupação surge a necessidade captação de recursos, a instituição entendeu que tem potencial de ampliar sua atuação desde que consigam desenvolver as condições necessárias. Exatamente nesse ponto se inserem as relações estabelecidas, pois elas são tecidas com esse objetivo de desenvolvimento.

Observamos, ainda, que as parcerias se configuram como um campo fértil de estudo e análise, posto que possibilitam a investigação de diversos aspectos referentes às instituições, sobretudo, aqueles que correspondem ao detalhamento do papel frente aos parceiros com os quais tem se relacionado. O que se apresenta como um obstáculo a ser superado é consubstanciar relações que não ponham em risco a função exercido por estas instituições, tampouco que não realizem aquele que compete ao poder público.

A fim de identificar até que ponto essas aproximações têm interferido no exercício do papel da instituição pesquisada nos ocuparemos de refletir sobre a concepção que a ONG tem acerca dessa questão. A nosso ver quanto mais seguras quanto a sua atuação, maiores serão as possibilidades dessas instituições estabelecerem vínculos ativos e orgânicos com os seus parceiros.

#### 5.4.6 Concepção da ONG Mandacaru sobre o seu papel social

Adentrar o universo dessas organizações não é uma tarefa simples, requer seriedade e rigor crítico. É preciso que nós, enquanto pesquisadoras, compreendamos que não basta observar práticas, reuniões e rotinas, é preciso dar um salto a mais. E dessa forma, fazer ponderações que dizem respeito à compreensão de aspectos importantes, como por exemplo: aqueles relacionados à concepção e posicionamento das organizações diante da realidade na qual desenvolvem os seus trabalhos.

*O objetivo central das nossas ações é incluir crianças em situação de risco social em atividades formativas que contribuam para ampliar a concepção de mundo. É trazer para realidade dessa comunidade a possibilidade da transformação, passar a mensagem de que mudando a nossa vida, nós mudamos a realidade. Queremos que elas acreditem em um futuro onde não precise usar drogas, se prostituir para viver uma realidade melhor, que elas acreditem nelas mesmo como nós acreditamos (Respondente 14).*

Os profissionais que integram a ONG Mandacaru acreditam que têm desenvolvido uma prática condizente com a demanda da realidade na qual atuam, visto que a atuação da organização visa promover a inclusão social de crianças e adolescentes por meio de ações no âmbito da educação e a partir destas intervir na realidade promovendo a transformação da realidade.

No sentido de implantar e implementar ações de acordo com as necessidades sociais a referida ONG tem buscado desenvolver os seus trabalhos por meio de projetos específicos. As ações que se direcionam à educação, são voltadas Ao desenvolvimento de práticas educativas não formais com o objetivo de motivar a reflexão a respeito da realidade, trazendo a experiência dos sujeitos em rodas de conversa como elemento de aprendizagem.

Quando questionado sobre o que poderia contribuir para que de fato a ONG cumprisse o seu papel social o presidente pontuou que

*se a ONG tivesse o financiamento de projetos, recursos para ampliar nossa atuação, se fosse possível uma melhor articulação com o poder público certamente poderíamos desenvolver nosso papel na proporção que almejamos. O que falta realmente é reconhecimento do poder público com relação ao nosso trabalho aqui. Sentimo-nos valorizados pela sociedade, mas o poder público se interessa pelo que desenvolvemos, mas poderia ser bem melhor, poderia ser o interesse de fato apoiar. Nós esperávamos mais valorização a nível de envolvimento, como falei (Gestor 3).*

A ONG aponta para o envolvimento que não é ainda percebido na ação estatal. O poder público conhece a realidade dessas organizações e da necessidade de manutenção desses projetos, entretanto os procura quando necessita de algum suporte dentro dessas comunidades, não procura no sentido de se envolver, realizar um trabalho colaborativo.

A necessidade de financiamento, que nos depoimentos de todos os entrevistados é apontada como uma das principais dificuldades encontradas para o desenvolvimento do trabalho. Percebemos que essas organizações buscam se posicionar da seguinte forma: firmando parcerias, desde que não desvalorizem a trajetória e as experiências da organização, estabelecendo assim uma relação mais bem equilibrada a partir da imposição de um limite na aproximação.

Outro caminho que tem sido percorrido é evitando essa relação e buscando novas possibilidades de captação de recursos, todavia muitas vezes a dificuldade para gerir essas estratégias impede a ampliação das práticas. O que observamos é que essa necessidade de financiamento tem refletido da seguinte forma na sociedade civil, a saber: as instituições com a necessidade de realizar ações acabam estabelecendo parcerias que ultrapassam o limite do seu papel social.

Outro fato recorrente é que a captação de recursos tem por vezes colocado as organizações em uma situação de competitividade em meio a processos de seleção dos editais voltados para a sociedade civil organizada. Esse aspecto tem prejudicado o papel social dessas entidades, posto que se confundem as identidades destas com aquelas pertencentes ao setor privado que competem constantemente no mercado.

Nesse sentido, pensar a respeito dessas aproximações estabelecidas se apresenta como fundante visto que pretendemos analisar as implicações para o desenvolvimento da atuação dessas instituições. Buscando romper com uma consciência ingênua da realidade nossa tarefa

reflexiva tem por objetivo identificar os aspectos das relações que tem corroborado para o fortalecimento e/ou enfraquecimento das ONGs no que diz respeito ao seu papel social.



## **6 ANÁLISE COMPREENSIVA ACERCA DO PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS EM ALAGOAS**

A discussão a respeito do papel social das ONGs tem sido encaminhada de acordo com diferentes interpretações sobre os vínculos que estas entidades têm estabelecido com o poder público. Nesse sentido, observamos uma crescente diversificação nas linhas de argumentação acerca dessa aproximação.

A fim de que possamos ampliar o nosso olhar, nos remetemos a observar o contexto da análise de estudiosos (BAVA, 2003; MONTAÑO, 2002; PETRAS, 2001; SADER, 2002) que criticamente ponderam a atuação das referidas organizações da sociedade civil. De igual modo pretendemos analisar os estudos (FERNANDES, 1994; CARDOSO, 1997; GOHN, 2010; LANDIM, 2003) de pesquisadores que enxergam essas instituições enquanto propiciadoras da democratização nas relações sociais, com o objetivo de identificar elementos que corroborem para construção da nossa interpretação.

### **6.1 Os olhares sobre esta relação**

De acordo com a primeira linha de análise, as aproximações que as ONGs têm estabelecido são percebidas criticamente, o que nos remete a considerar que a função desempenhada não tem corroborado para o processo de democratização. Ademais, a parceria com o governo é interpretada como um instrumento de transferência dos papéis concernentes ao Estado para o conhecido Terceiro Setor.

Brava (2003) argumenta que quanto mais envolvidas com o poder público mais essas ONGs podem ser questionadas quanto ao seu papel, posto que se percebe uma transformação nas suas identidades. Significa afirmar que a relação com o Estado remete à descaracterização da atuação dessas instituições, que passam a centrar os seus esforços para a busca por eficiência nas ações que corroborem para atuação conjunta com o governo.

O autor supracitado contribui ainda para o debate ao revelar que a participação da sociedade civil observada como um meio para superação das desigualdades sociais no país se configura como uma utopia. De acordo com a sua análise, essas questões podem ser trabalhadas somente diante de uma forte intervenção do Estado. As ações financiadas pelo governo e promovidas pelas ONGs são pontuadas como um meio de não questionar as problemáticas a partir do contexto estrutural e social. Fato este que tem dificultado a

proposição de soluções reais, posto que o Estado não se apresenta enquanto propositor e implementador de políticas públicas que atendam a demanda, mas como um órgão financiador de ações que por vezes se limitam a amenizar os problemas identificados.

A participação social enquanto possibilitadora da superação da desigualdade na concepção do autor se restringe ao campo do discurso. Os projetos da sociedade civil não são discutidos na perspectiva de colaborar para construção de políticas públicas, mas são incorporados pela esfera estatal enquanto ações pontuais sobre as quais o Estado não ocupa o papel central no que diz respeito à responsabilidade.

A respeito da questão da desresponsabilização do Estado, estudiosos apontam que as ONGs têm contribuído para este processo ao executar ações que correspondem ao papel do poder público. Neste contexto, inserimos as críticas de Sader (2002) quanto à atuação das instituições que integram o TS. De acordo com o autor supracitado, tais organizações têm contribuído para o fortalecimento da política neoliberal.

O estudioso discute com propriedade acerca dessa relação, revelando que essa parceria está intimamente ligada com a crise de Estado e das políticas públicas vivenciadas, principalmente, nos anos oitenta e noventa do século XX em diante. Neste sentido, o autor sugere que a aproximação é orientada de acordo com as diretrizes da política econômica neoliberal.

A essa perspectiva apresentamos os estudos de Montañó (2002) que corroboram para refletir criticamente sobre o papel das organizações da sociedade civil direcionado para a legitimação do neoliberalismo em nosso país. A crítica construída pelo pesquisador está relacionada primeiramente ao setor sob o qual as ONGs estão inscritas, a saber: Terceiro Setor. De acordo com o autor o conceito do termo se relaciona com um propósito de setorialização da sociedade, no intuito de fragmentação.

As mobilizações da sociedade do ponto de vista do pesquisador estão ocasionando a formulação de ações emergenciais, orientadas para amenização e não para a compreensão e resolução das demandas sociais. Neste sentido, são observadas somente as consequências em detrimento da reflexão em torno dos aspectos causais que estão na estrutura e historicidade das problemáticas.

o que é chamado de ‘terceiro setor’, numa perspectiva crítica e de totalidade, refere-se a um fenômeno real, ao mesmo tempo inserido e produto da reestruturação do capital, pautado nos (ou funcional aos) princípios neoliberais: um novo padrão (nova modalidade, fundamento e responsabilidade) para a função social de resposta à ‘questão social’, seguindo

os valores da solidariedade local, da auto-ajuda e da ajuda mútua (MONTAÑO, 2002, p.186).

Montaño apresenta ainda elementos que nos ajudam a pensar a questão dos direitos sociais, posto que o caráter filantrópico das ações não governamentais corroboram para um reordenamento político e econômico no qual

a questão social deixa de ser, no projeto neoliberal, responsabilidade privilegiada do Estado, e por meio do conjunto da sociedade passa a ser agora de auto-responsabilidade dos próprios sujeitos portadores de necessidades, e da ação filantrópica, solidária-voluntária de organizações e indivíduos (MONTAÑO, 2002, p. 22).

Neste sentido o objetivo do reordenamento do capital se configura como a transferência das responsabilidades sociais para o campo do Terceiro Setor, especificamente para as ONGs. Sobre aspecto, Montaño (2002, p. 23) reitera que “o motivo é fundamentalmente político-ideológico: retirar e esvaziar a dimensão de direito universal do cidadão quanto à políticas sociais estatais de qualidade”.

O autor acrescenta que somado a essa questão as referidas instituições atuam de forma pontual por meio de ações focalizadas que divergem com a universalização dos direitos. Ademais o trabalho desenvolvido é temporário, diferente das políticas públicas que preveem a continuidade das ações no cenário social.

Montaño em seus estudos apresenta uma postura crítica em relação ao voluntariado que tem sido o sustento do trabalho dessas organizações. Sader (2003) acrescenta que a questão central no debate não está relacionada às ações voluntárias em si, mas na funcionalidade que este aspecto da intervenção não governamental tem possibilitado ao capital.

De um ponto de vista ainda mais crítica encontramos os argumentos de Petra quando afirma que as ONGs propagam ideias de uma atuação que promova transformações sociais, entretanto se amoldam aos parâmetros neoliberais, posto que fragmentam movimentos sociais e neutralizando a resistência popular ao se comportar como uma extensão do Estado nas comunidades. O autor explica que “enquanto o Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI) trabalham ao nível de governo para impor as políticas europeias e americanas, as ONGs trabalham ao nível da comunidade para controlar e pulverizar a resistência popular” (PETRAS, 2001, p. 2).

Destarte, o pensamento desses autores converge para a concepção de que o Estado quando realiza o movimento de aproximação das instituições do TS, vivencia a minimização

da sua atuação a partir da restrição dos serviços públicos permanentes ofertados à sociedade. Nesse sentido, Yasbeck (1991 p. 92) pontua que “é importante assinalar que o problema não esta no crescimento da rede solidária, mas na redução da responsabilidade estatal face aos crescentes problemas sociais do país”. A reflexão da autora nos permite pensar as organizações sociais por um aspecto diferenciado que não seja o forjado pela política neoliberal, entretanto consideramos que o cumprimento de um papel que não lhe compete corrobora para esse ajustamento nas tramas econômicas.

Por outro aspecto de análise encontramos autores que apesar de considerar que o TS ocupa os espaços no quais o Estado não tem atuado, enxergam o trabalho das ONGs como um meio de luta em favor da democratização e autonomia da sociedade civil diante do poder público.

De acordo com esta nova perspectiva na forma de analisar a atuação não governamental, as referidas instituições se configuram como espaço de abertura à participação que foi conquistado a partir da luta pela democratização. Ao ver dos estudiosos que analisam as entidades de acordo com esse direcionamento, as parcerias são observadas como uma possibilidade de diálogo com o governo, não na perspectiva de assumir os papéis competentes à esfera pública, mas de engajar-se no debate acerca das problemáticas sociais. Nesse sentido, a missão das “ONGs é extremamente valiosa para a democratização do poder, para a distribuição dos bens da vida, para a construção da cidadania” (BERNARDO SÁ, 1996, p. 45).

A nova realidade produzida pela ação de parcerias ou interação da sociedade civil organizada com órgãos públicos, empresas, ONGs etc. é pouco conhecida dos brasileiros e a maioria das universidades como instituições, assim como tem recebido pouca atenção dos pesquisadores e intelectuais de uma forma geral (GOHN, 2010, p. 89).

Analisar a participação não governamental no cenário social exige esforço dos pesquisadores para que não se limitem a um entendimento ingênuo da realidade, desconsiderando os limites e as possibilidades dessa relação na atual configuração. Ao ver da autora a discussão em torno de tais questões é, então, necessária e urgente, não podendo mais ser restringida ou silenciada. Na realidade as ONGs existem, desempenham um papel social, se relacionam com parceiros no campo governamental sim, e se configuram como espaços de participação e interesse social, portanto, uma análise ampliada sobre essas instituições corrobora para que possamos compreender com maior propriedade as dinâmicas sociais.

De acordo com Cardoso (1997) os ideais que inspiraram o surgimento das ONGs, a saber: a luta pela liberdade e direitos sociais, contribuíram para o processo de democratização vivenciado na década de oitenta. Na concepção da autora esses ideais permanecem direcionando o trabalho sério e comprometido dessas instituições, que inclusive tem respaldado o crescimento e ampliação de atuação das ONGs.

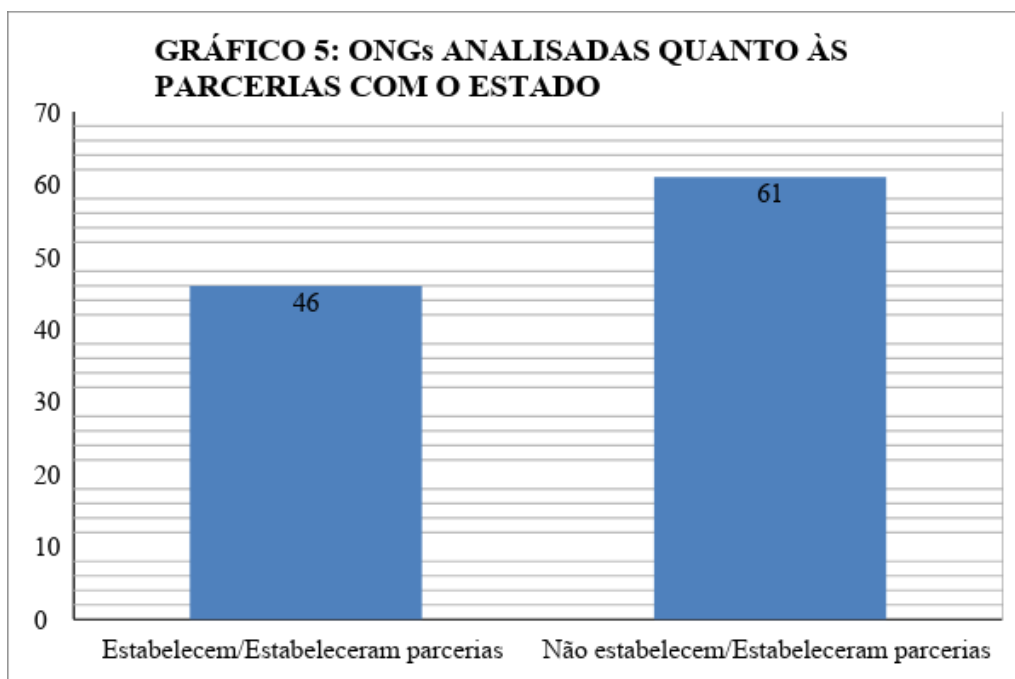
Landim (2003) afirma que assim como o surgimento das ONGs está associado à resistência popular, posto que se relaciona aos Centros de Educação Popular no período ditadura militar, na atual conjuntura social e econômica se faz necessária a atuação política dessas organizações, a fim de que se engajem na luta pelos direitos dos cidadãos e assim fortaleçam o seu papel social.

Em meio a diversas interpretações acerca da prática social das ONGs, temos observado em todo território nacional a partir de pesquisas realizadas (LANDIM; BERES, 1999) a participação das ONGs tem crescido no âmbito social. Como um dos meios apontados para essa ampliação na atuação se relaciona ao fato dessas instituições captarem os recursos necessários às suas ações ao passo que conquistam a confiabilidade dos governos e das empresas privadas. Em meio a essas relações nos interessa, ainda, compreender quais estratégias estão sendo realizadas pelos atores envolvidos na perspectiva de analisar os limites e as possibilidades destes vínculos.

## **6.2 Estratégias utilizadas pelas ONGs em relação ao Estado**

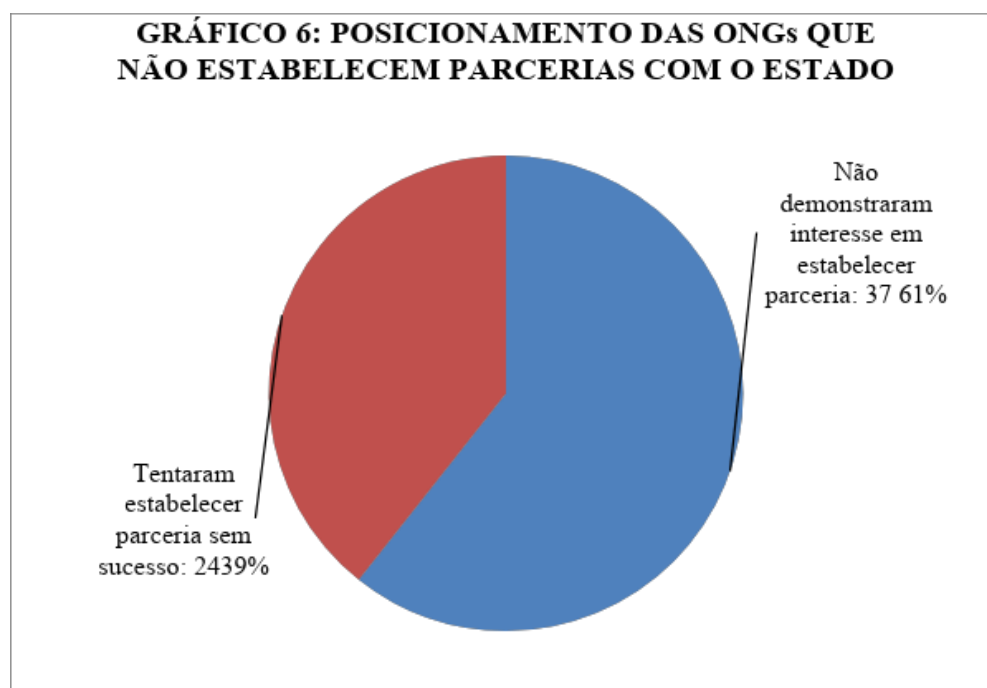
No atual contexto social percebemos que as ONGs têm experimentado estabelecer parcerias com o poder público. De igual modo o interesse do governo por se aproximar das organizações da sociedade civil também está presente na realidade brasileira. No âmbito da nossa pesquisa adentramos ao contexto das instituições e foi possível identificar como a questão é presente no cenário alagoano.

O gráfico a seguir nos permite a reflexão em torno da questão do estabelecimento de aproximações das instituições não governamentais com a esfera pública.



Fonte: Pesquisadora, 2018.

Os dados da pesquisa demonstram que um percentual de 43% realiza ou em algum momento de sua trajetória já estabeleceu uma relação com o poder público para a realização de projetos nas comunidades em que estão inseridas. Dentre as que não estabelecem parceria, identificamos ainda a seguinte expressividade demonstrada no gráfico.



Fonte: Pesquisadora, 2018.

Diante do que tem sido apresentado percebemos que a possibilidade de parceria aparece, então, como alternativa de ação tanto para as ONGs como também para o Estado, posto que não raras vezes o poder público quem procura as instituições para o estabelecimento de vínculos. Nesse sentido, a aproximação tem sido percebida como uma estratégia adotada por ambos os atores no desenvolvimento de seus papéis. Observamos, porém, que a utilização da referida estratégia ocorre em meio a um cenário de contradições.

De acordo com os estudos de Lewis (2001), existem alguns desafios que precisam ser superados da perspectiva das ONGs quando estas pretendem se relacionar com o Estado. O primeiro diz respeito à postura dessas instituições diante da esfera estatal, visto que em seu surgimento estavam associadas a um processo de resistência a dominação do governo vigente no período. Ademais no processo de crescimento se posicionaram criticamente com relação ao Estado que não garantia os direitos sociais dos cidadãos. Em razão de tais aspectos as organizações da sociedade civil possivelmente consideram um desafio confiar ou trabalhar com o governo. De igual modo compreendem que seus papéis se tornaram confusos a partir desta aproximação.

Outra questão a ser trabalhada diz respeito ao modo como a atuação dessas instituições poderá ser interpretado pelo Estado. Dulany (1997) considera que o Estado pode sentir-se ameaçado quanto ao seu poder, e enxergar as ONGs enquanto concorrentes, fato este que pode colocar os atores em uma situação de oposição.

A aproximação das ONGs com órgãos do poder público pode ser prejudicial, posto que essas organizações estão propensas a absorver a burocracia do parceiro governamental, o que acabaria por descaracterizar o trabalho desenvolvido remetendo a uma ineficiência na atuação.

Observando o relacionamento entre as ONGs e o Estado, Lewis (2001) argumentou a respeito de ao menos três estratégias que as referidas instituições da sociedade civil podem utilizar em relação ao governo. A respeito destas consideramos imprescindível a reflexão a fim de obtermos elementos para análise coerente da conjuntura.

A primeira estratégia utilizada é a de se manter pouco notadas no cenário social, por meio da prestação de serviços sem o real reconhecimento por parte do poder público. É comum ainda que essas ONGs ao adotar essas estratégias remetam ao governo o crédito por algum trabalho desenvolvido pela instituição e que a esfera estatal se quer teve participação. Essa estratégia tem sido percebida no caso em que percebemos que as ONGs precisam obter benefícios, como o financiamento de projetos.

Observamos que essa estratégia só tem alcance a curto prazo, posto que os limites investidos são limitados. Outro risco que se corre, está relacionado à questão da responsabilização sobre a qual discutimos no presente estudo. Pontuamos que o fato do Estado ser creditado pelas ações que não tem desenvolvido corrobora para que o mesmo assuma um papel cada vez mais resumido no que diz respeito à prestação de serviços públicos.

Outra estratégia adotada é o engajamento limitado a algumas agências de governo. Em outras palavras se trata de uma seleção de parceiros, a qual pode ser direcionada para um determinado setor ou estar basear-se nas relações pessoais a nível com aqueles que ocupam a gestão local dos órgãos do poder público. No que diz respeito ao caráter pragmático, a estratégia pode ocupar certo destaque, todavia é inconsistente no que diz respeito à limitação da participação na elaboração e implementação de políticas.

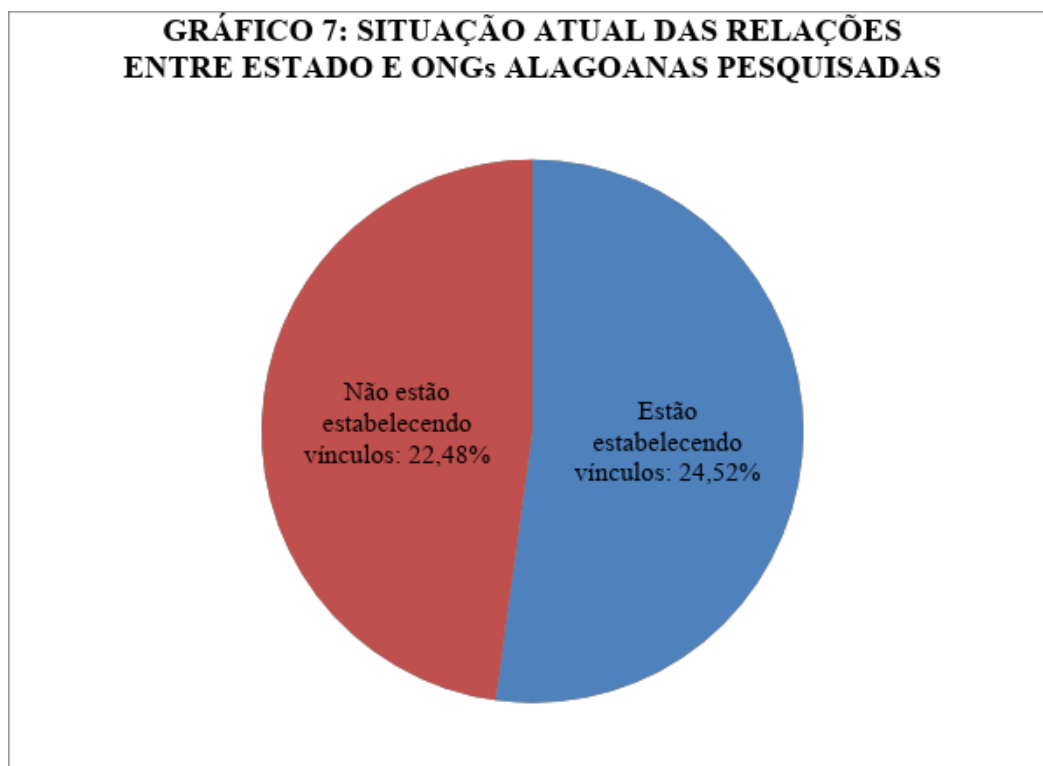
É necessário analisar a terceira estratégia adotada pelas ONGs que é a perspectiva do esforço da instituição para influenciar as decisões das elites a favor de interesses coletivos. Por meio dessa tática a ONG busca pressionar a intervenção do poder público voltada para os interesses de determinados grupos da sociedade os quais a instituição representa. Nesse sentido, as entidades ainda propõem alternativas para a esfera estatal com relação à atuação governamental frente à demanda social.

### **6.3 Estratégias utilizadas pelo Estado em relação às ONGs**

É necessário pensarmos que de igual modo o Estado tem articulado estratégias para se relacionar com a esfera não governamental. Não à toa em meio a processo de Reforma do Estado essas instituições emergiram na tessitura social enquanto possíveis parceiras no que tange a prestação de serviços públicos à sociedade.

Em nossa pesquisa observamos ainda uma informação que nos permite observar de forma reflexiva a realidade das ONGs alagoanas que já estabeleceram parcerias com o poder público. A fim de facilitar a visualização dos dados coletados, apresentamo-los no gráfico a seguir.





Fonte: Pesquisadora, 2018.

Ao que nos consta dentre as quarenta e seis instituições que já haviam estabelecido vínculo com o poder público vinte e dois não mais se relacionavam diretamente com a esfera estatal. Dentre as razões citadas, apareceram de forma significativa: a discordância quanto a projetos articulado na comunidade e a limitação quanto ao investimento de recursos para desenvolvimentos de ações. Esses motivos foram relevantes para fragilizar a relação, culminando no rompimento do vínculo. Observar as razões desse rompimento nos pareceu necessário diante do número representativo de diluição da parceria. O dado nos remete ainda a pensar que tanto as ONGs, quanto o Estado ao firmar uma relação tem objetivos e para tanto estabelecem diversas estratégias.

De acordo com os estudos de Bratton (1989), as estratégias de aproximação utilizadas pelo Estado são expressas por razões políticas e não relacionada à contribuição social dos parceiros. Nesse sentido a preocupação não está em atender a demanda apontada até mesmo pelas ONGs. A questão centra-se no interesse do Estado em legitimar o seu poder diante da comunidade, mostrando que tem atuação na referida realidade, portanto busca minimizar o descrédito social por meio de uma relação cada vez mais próxima com essas instituições.

Nesse sentido o Estado utiliza ao menos quatro estratégias que diferenciam seus vínculos com as organizações da sociedade civil. A primeira observada por Bratton (1989) e concernente a estratégia de monitoramento. Deste modo, o poder público adentra ao universo

das instituições, conquistando meios para avaliar as ações das ONGs e, caso represente uma ameaça, limitar o trabalho desenvolvido por essas instituições.

A segunda estratégia que pode ser observada no interesse estatal corresponde a coordenação. Nesse sentido, o poder público assume um papel de organização das atividades das ONGs de acordo com a delimitação territorial. Em linhas gerais se trata de mapear as áreas geográficas, bem como os setores nos quais as organizações precisam atuar. Alguns entendem como o intuito de restringir a duplicação, outros de modo mais crítico entendem como forma de limitar a ação não governamental nessas comunidades (BRATTON, 1989).

A cooptação se configura como terceira estratégia e tem sido amplamente utilizada pelo poder público na relação com as ONGs. O objetivo pretendido por essa estratégia é definir as áreas de atuação das instituições, atraindo-as sutilmente para realizar o tipo de atividade desejada pelo governo. O mecanismo de cooptação apresenta-se com um viés domínio que busca silenciar cada vez mais as ações que potencialmente ameaçam o poder do Estado (BRATTON, 1989).

Em meio a essa perspectiva de manter o domínio estatal surge ainda a estratégia que apesar de sutil e também incisiva, a saber: a dissolução. A estratégia é alcançada a partir de mecanismos silenciosos de controle sobre as ONGs, que permitem que paulatinamente o Estado tenha ingerência sobre o poder de decisão acerca da ação a ser desenvolvida e caso discorde de sua orientação poderá encerrar as atividades da instituição caso julgue necessário (BRATTON, 1989).

Tendo em vista que não à toa esses atores têm se relacionado, cabe à nossa reflexão pensar nas implicações dessa aproximação para o campo não governamental. Posto que o Estado tem elaborado estratégias que à medida que ampliam a atuação dessas organizações, de igual modo as fragiliza, limita e pode, inclusive, colaborar para processo de enfraquecimento das ONGs quanto ao seu papel social. Outro ponto a ser considerado é o fato de que existem outras possibilidades para as instituições captarem recursos próprios. A exemplo deste aspecto, a Mandacaru apresenta em seu projeto a iniciativa de realizar bazar, feiras com produtos produzidos na instituição com fins de prover meios para as suas ações.

#### **6.4 Implicações da articulação das estratégias do Estado para as ONGs**

A partir da observação das percepções acerca das estratégias estabelecidas pelos atores envolvidos na relação: Estado e ONGs, podemos refletir a respeito do nosso questionamento

central. Seguimos no exato momento o caminho da criticidade acerca desta aproximação na perspectiva de identificar e analisar as implicações das referidas articulações, sobretudo, para as referidas organizações da sociedade civil.

Gregori e Silva (2000) nos relata a respeito da fragilidade do vínculo estabelecido entre a sociedade civil e o poder público, argumentando que as instituições que integram o TS, em particular as ONGs que têm papel de destaque, não conseguem somatizar forças para se posicionar diante da esfera estatal, pois torna-se dependente da mesma. Nesse sentido, acrescenta que “atores sociais como as ONGs não conseguiram desenvolver um trabalho de fiscalização e de cobrança do poder público” (GREGORI E SILVA, 2000, p. 129).

No contexto dos vínculos, contudo, percebemos que o Estado consegue se posicionar de forma prevalente, resumindo o seu papel a destinar recursos para que a sociedade civil atue sobre a demanda social, fiscalizando o cumprimento do que foi estabelecido como projeto e cobrar a efetivação do que foi acordado. E em meio a essa minimização da sua atuação o poder público é reconhecido pela sua ‘atuação’ na realidade local.

Nesse sentido, é necessário refletirmos sobre as implicações desse envolvimento e, assim, amadurecer o pensamento crítico a respeito deste processo, a fim de compreendermos, ainda que tacitamente, o desenvolvimento dessas relações na tessitura social, especificamente no que corresponde ao contexto alagoano.

#### 6.4.1 Identidade confundida

Quando surgiram no cenário social, as ONGs se caracterizavam pelo seu movimento de resistência e de luta pelos direitos dos cidadãos que culminou na participação representativa dessas instituições nos debates concernentes ao processo de democratização.

Na década de sessenta as ações que eram desenvolvidas silenciosamente nos Centros Populares, inspiradas na concepção *freireana* sobre a relação humana e social que envolvem a prática educativa, as organizações consolidaram a sua identidade de comprometimento social baseadas no respeito aos direitos sociais e humanos dos indivíduos. Consideravam que os direitos garantidos a partir da democratização eram aspectos fundantes para a construção da cidadania na sociedade brasileira.

A respeito dessa questão da identidade Landim (2002) reflete que essa busca pela identidade das ONGs se relaciona com questão da visibilidade e reconhecimento social pretendido por tais organismos. Nesse sentido, a autora enfatiza:

O reconhecimento e visibilidade social desse nome não se deu da noite para o dia, mas foi construído no decorrer da década de 80, com base num investimento realizado por um conjunto específico de agentes e entidades facilmente identificáveis do ponto de vista sociológico na afirmação de uma identidade comum e na produção de concepções, práticas e instâncias específicas de legitimidade (LANDIM, 2002, p. 18).

Observamos que a busca por uma identidade comum corroborou de fato para legitimação dessas instituições no cenário brasileiro. Nas décadas seguintes, segundo Duarte (2002) observamos que essas organizações passam a buscar a ampliação de sua atuação e para tanto necessitava de recursos. Nesse contexto, as décadas de 1970 e de 1980, a partir do apoio financeiro advindo de instituições internacionais, as ONGs iniciaram o processo de expansão. Observamos que esse crescimento serviu como escopo para fortalecer a oposição política frente à ditadura militar.

Montaño (2003) argumenta que nas primeiras décadas do seu surgimento essas instituições desempenhavam uma função social de parceria dos movimentos sociais, ocupando um papel coadjuvante na relação entre organização social e Estado, posto que atuavam na estrutura interna e na articulação dos movimentos sociais.

A década de 1990 se configurou como um marco na trajetória das ONGs, atores como Montañó (2003), Bava (2003) argumentam que essas vivenciam profundas alterações em sua função na sociedade, a partir do momento que assumem o papel de atuar diretamente nas demandas sociais, sendo convocadas, inclusive, pelo setor governamental, seguindo a lógica do neoliberalismo de minimização da atuação do Estado.

Nesse contexto, as ONGs passam a receber o investimento do poder público e financiadores internacionais para intervir apresentando respostas às questões sociais. Destarte, em certa medida perdem a liberdade conquistada nas décadas anteriores diante da necessidade de obedecer a órgãos e representações de poder que eram os responsáveis pelo financiamento de suas ações.

Somada a essa questão, acrescentamos o fato dessas instituições ao receber o recurso de instituições internacionais acabam se inserindo na mesma lógica mercantil, aderindo

inclusive à lógica da minimização de gastos. Na prática se configurava da seguinte forma, as ONGs a fim de realizar os projetos propostos continham o máximo de despesas. Característica esta, que atraiu ainda mais o governo, posto que poderia baratear o atendimento das demandas sociais a partir da atuação focalizada dessas instituições.

Não à toa o Estado interviu para garantir que estas entidades consolidassem o seu trabalho, pois funcionariam como um braço do poder público na prestação de serviços para a sociedade. São convocadas para estabelecer vínculos de parceria que na perspectiva estatal além de garantir a minimização de gastos, promoveria a manutenção do projeto neoliberal a partir da desresponsabilização do Estado enquanto garantidor dos direitos humanos e sociais.

#### 6.4.2 Ideais questionados

A relação com o poder público ocasionou uma efervescência no surgimento de ONGs justamente no período da década de noventa, posto que elas ocuparam papel de destaque ao passo que o Estado corroborou para incentivar financeiramente e assim essas puderam ampliar a sua atuação.

Observamos que no período supracitado as ações foram consubstanciadas à medida que recebiam apoio para executar projetos nas demandas que não estavam sendo atendidas pela atuação estatal. As atividades realizadas eram desenvolvidas a nível local, em comunidades que acabavam por apoiar essas instituições que no entendimento do público atendido realizavam um trabalho sério e comprometido (GOHN, 2010).

Ressaltamos que a partir do momento que se tomou conhecimento acerca de quem eram as ONGs e o trabalho que estas realizavam ou pretendiam, a sociedade se configurou como um importante elemento de fortalecimento dessas instituições, pois a atuação do TS se tornou cada vez mais aceitável no cenário brasileiro, iniciando, assim, o processo de reconhecimento social dessas instituições.

Notoriamente observamos dentro do contexto das ONGs o desenvolvimento do voluntariado, relacionado ao próprio surgimento dessas organizações. Como não dispunham de recursos excedentes e nem pretendiam se comportar como elemento de progressão econômica, mas instrumentos de luta democrática interessada pelo desenvolvimento social, o

envolvimento com o trabalho dessas instituições era direcionado de acordo com o ideal de disseminar a solidariedade.

Nesse sentido, a organização de pessoas interessadas em atuar em questões sociais estava fundamentada na concepção de que a solidariedade era necessária. Entretanto, a partir do momento que estas instituições começam a receber capital para desenvolver suas ações, surge também a necessidade de elaborar projetos mais técnicos que atendam aos parâmetros estabelecidos pelos financiadores. Em meio a essa perspectiva, se inserem a contratação de sujeitos com qualificação técnica para elaborar projetos coerentes com a demanda apresentada.

Diante dessa nova realidade das ONGs, acrescentamos que em meio ao crescimento dessas organizações do TS, as mesmas foram observadas enquanto um campo para a atuação profissional. O que nos permite analisar que o envolvimento com o poder público apresentou a necessidade de adequação das instituições, dentre as quais destacamos a contratação de profissionais que se envolvem não por questões morais, identificação de valores, mas movidos pelo interesse na remuneração.

Ademais, consideramos que os aspectos mercadológicos se apresentaram cada vez mais próximos da realidade não governamental à medida que os ideais que fundamentaram as primeiras atuações foram sendo paulatinamente questionados. Inclusive, temos observado que um outro fator associado à necessidade de qualificação tem regido o trabalho das instituições, a saber: a competitividade.

À medida que o Estado financia uma ação, ele ocupa uma posição de fiscalização e cobrança, que preocupa e acaba gerando certa insegurança para a instituição, visto que caso não cumpra com o acordado outra organização pode ser convocada para atender determinada demanda. Esse aspecto tem ocasionado a competitividade que emerge no campo das organizações da sociedade civil, que se configura como parte do processo que tem distanciado as instituições do seu papel social inicial.

#### 6.4.3 Objetivos centrais diluídos

A análise do desenvolvimento do papel social das ONGs é uma questão central neste estudo. Ressaltamos que uma das dimensões que está relacionada com alteração da função

desempenhada por essas instituições, diz respeito à desqualificação teórica da própria categoria sociedade civil. Assim, Netto (2004), contribui para a reflexão ao afirmar que a diluição teórica do termo sociedade civil interfere o estudo, comprometendo a compreensão das relações estabelecidas entre a sociedade civil e o Estado.

Nesse sentido, é necessário compreendermos que a sociedade civil enquanto categoria é analisada também de acordo com os objetivos pretendidos. Quando surgiram as primeiras iniciativas não governamentais, observamos que estavam relacionadas ao questionamento do posicionamento do Estado quanto ao atendimento das demandas sociais e responsabilidade quanto ao cumprimento dos direitos dos cidadãos.

Percebemos, então, que o objetivo correspondia a cobrar a atuação de um poder público que garantisse a prestação de serviços com qualidade para sociedade brasileira. Entretanto, quando foram convocadas para atuar justamente no campo da prestação desses serviços, as ONGs desocuparam o papel de questionadora, pois agora atuavam como responsáveis por ações que visavam atender as diversas demandas.

A preocupação que tornou-se central para estas instituições corresponde ao cumprimento do que foi acordado nos projetos vinculado ao governo. A relação supracitada se aproximava mais de uma espécie de terceirização do serviço Estado do que de uma parceria.

De acordo com Sader (2002) os serviços ofertados no campo do Terceiro Setor, mesmo que contando apenas com o financiamento estatal, promoviam o prestígio do governo nas comunidades em que se localizavam as ONGs e que, portanto, eram público alvo de suas ações.

Tornando-se parceiras do Estado e principalmente executoras de serviços públicos com o apoio de recursos do referido ator social, as organizações da sociedade civil expuseram-se ao risco de se tornarem meras executoras de ações, a partir das quais limitaram a sua perspectiva questionadora.

Pontuamos, diante do quadro revelado, que os objetivos centrais tornam-se diluídos, posto que as instituições tornam-se executoras de serviços terceirizados do Estado. A pretensão direcionava-se pelo intuito de fortalecer o prestígio do governo, por entender que fortalecendo o parceiro poderiam se beneficiar também. E assim, em meio a este processo

abandonam o caráter fundante de sua intervenção social, que está relacionada com o seu papel enquanto organização questionadora.

#### 6.4.4 Papel político descaracterizado

De acordo com Montañó (2002) as parcerias entre o Estado e as ONGs podem ser justificadas de acordo com diferentes perspectivas, dentre as quais destacamos a necessidade dessas instituições quanto à complementação de recursos, posto ocorreu em meados da década de 1990 uma redução significativa nos investimentos das agências internacionais e de cooperação internacional.

Diante da necessidade de dar continuidade às suas ações as organizações se mantiveram dispostas a estabelecer novas relações. Esta questão somada ao interesse do Estado em reduzir a sua responsabilidade quanto à implementação de políticas públicas que atendessem às problemáticas sociais foi o ponto de encontro crucial que aproximou os referidos atores sociais.

Ademais, apresentamos outra justificativa para o estabelecimento de vínculos, a qual se remete a existência de uma lacuna entre o objetivo pretendido e o concretizado de fato pelas ONGs. Nesse sentido, Noletto (2003) argumenta que as instituições da sociedade civil organizada perceberam que agregar esforços com outras organizações se apresentava como um possibilitador da otimização dos seus recursos, conhecimentos e potencialidades. Assim, a relação com o Estado se apresentou enquanto possibilidade para a concretização do objetivo pretendido.

Entretanto, existem questões problemáticas que perpassam essa relação, destacamos o fato de muitas instituições vivenciarem um processo conhecido como a descaracterização de suas ações, sobretudo, em razão dos limites impostos pela parceria. Esta se configura como um dos desafios que as instituições enfrentam na atualidade, posto que nas aproximações com a esfera estatal, o poder público é tendencioso a tentar meramente cooptar as ONGs em meio a um projeto maior articulado de acordo com a perspectiva neoliberal.

Nesse sentido, a atuação das organizações como prestadoras de serviço, nas quais se desenvolvem ações a partir dos recursos públicos, pode ser compreendida como uma complementariedade ao braço do Estado para atender as questões sociais urgentes. Essa



concepção na qual as ONGs são colocadas somente como responsáveis pelo papel de complementar o Estado pode corroborar para a descaracterização da atuação política desempenhada por tais entidades. Despolitizar as ações das organizações da sociedade civil corresponde a abandonar aquele posicionamento de auxiliar estruturalmente os grupos mais excluídos da sociedade. Com efeito, poderia, sobretudo, enfraquecer a organização política destes mesmos grupos.

O caráter político da atuação das ONGs é defendido pelos autores que criticamente analisam a prática social destas instituições, posto que não é salutar ao processo de fortalecimento do setor que essas organizações se dediquem estritamente em favor de uma ação meramente operacional. O referido papel se limitaria então a atenção com as questões técnicas e orçamentárias, em detrimento do aspecto reflexivo em torno dos aspectos políticos que envolvem a relação.

De acordo com a perspectiva das implicações que recorrem sobre as ONGs que estabelecem vínculos com o poder público, ratificamos que se faz necessário dar continuidade ao processo reflexivo, posto que as relações são contraditórias e precisam ser observadas com especial cuidado. Nesse sentido, as instituições precisam ter elementos que subsidiem sua análise em torno da questão do seu papel político e social e assim conjecturar a respeito de possíveis encaminhamentos das parcerias estabelecidas entre as ONGs alagoanas e o Estado.

### **6.5 As ONGs alagoanas e as formas de aproximação com o Estado**

Adentrando ao nosso campo analítico observamos que o termo parceria tem sido utilizado com frequência nestes espaços, inclusive para referenciar a aproximação com poder público. A partir da discussão a respeito das possíveis relações entre ONGs e Estado, pretendemos desvelar as nuances das aproximações que estão sendo firmadas, no sentido de mais em compreendê-las.

A terminologia supracitada tem sido empregada juntamente com alguns outros que se assemelham quanto à definição, a saber: colaboração, coordenação e cooperação. Quando questionados a respeito do estabelecimento de parcerias, os gestores colocaram que:

*Continuamos estabelecendo parcerias, a prefeitura municipal por exemplo nos cede o ônibus para buscar e levar as crianças. A rádio comunitária divulga nossos eventos, temos parceria com a Secretaria de assistência social,*

*meio ambiente, agricultura. Acreditamos que só é possível contribuir para o desenvolvimento através das parcerias. Sem parcerias a ONG não consegue ir muito além. Desde o início a ONG caminha estabelecendo parcerias, atualmente coordenamos um projeto em parceria com o poder público local(Gestor 1).*

No discurso do presidente da instituição é notório o entendimento que a instituição possui a respeito da necessidade de estabelecer vínculos para dar continuidade ao trabalho desenvolvido pela instituição. Atrai a nossa atenção o fato da ONG atribuir tamanha relevância as relações estabelecidas, chegando afirmar que a contribuição da instituição depende de tais aproximações realizadas. Sobre tal aspecto nos debruçaremos com maior cuidado ao analisar posteriormente o papel social exercido pela entidade.

*Na realidade já desenvolvemos um tempo atrás parceria com o poder público, mas devido a falta de interesse dos órgãos representativos nos acabamos perdendo o financiamento de um dos projetos, eles não enviaram para Brasília o nosso relatório que foi formulado de acordo com todas as exigências, não sentimos uma predisposição ou interesse para essa colaboração (Gestor 2).*

A realidade expressa pela instituição Imbiriba, quando questionada sobre a valorização de sua atuação por parte do poder público e se este buscou algum meio de aproximação, nos remete a pensar sobre a realidade das outras ONGs que também continuam desenvolvendo o seu trabalho sem o estabelecimento de vínculos com a esfera estatal. No caso apresentado observamos que seria necessário conhecer com profundidade a realidade desta entidade a fim de perceber a perspectiva representativa daquelas que também seguem desenvolvendo ações sem a ingerência do Estado. No relato do presidente percebemos que em um período anterior já foi firmada parceria com o poder público, todavia a descontinuidade da mesma repercutiu diretamente no desenvolvimento das ações promovidas. Identificamos ainda que a Imbiriba não se sente valorizada pela esfera governamental, afirmando que não há interesse por parte deste no papel desempenhado por aquela.

*Estabelecemos parcerias sim, e percebemos que estão possibilitando a realização de nossas ações. Submetemos projeto ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) no valor de 12.000, a quantia é paga em duas vezes, recebemos a primeira parcela. Realizamos uma outra parceria com o município na qual receberíamos mensalmente um valor de 2000,00, mas não houve repasse então acreditamos que não será estabelecida, pois já faz quase um ano (Gestor 3).*

No relato do presidente da ONG Mandacaru, observamos que há mais do que uma aceitação no que diz respeito ao estabelecimento de vínculos, existe ainda a motivação para continuar firmando novos vínculo com o poder público. O gestor lamentou o fato de uma

nova relação não ter sido estabelecida, percebemos, assim, que a organização não tem recuado quanto ao processo de aproximação e pretende ampliar sua atuação segundo essa perspectiva.

Tendo em vista que a terminologia parceria está contextualizada no universo das ONGs, sobretudo, nas pesquisadas, é salutar caracterizar como se configuram essas aproximações. Seu sentido por ser compreendido a partir de diferentes concepções. No conceito de Brooke (1989), por exemplo, a relação estabelecida entre uma instituição pública e outros organismos, se configura a partir da liberdade constitucional de ação dos envolvidos. Nesse sentido, se caracterizaria a partir da colaboração entre as partes para alcançar objetivos e metas comuns, se apresentando como vantajosa quanto às ações individuais.

Em nossa pesquisa, definimos parceria enquanto relação acordada, que está fundada em um conjunto de ligações entre as ONGs e o Estado em meio a um projeto de desenvolvimento, que exige um claro estabelecimento de papéis e responsabilidades que se aproximam quanto à finalidade da atuação pública.

De acordo com os estudos de Senn (1992), podemos identificar e caracterizar resumidamente as aproximações a partir de três aspectos de cooperação, conforme o quadro demonstra.

#### QUADRO 10 - CARACTERIZAÇÃO DAS FORMAS DE PARCERIAS

FORMAS DE PARCERIA	CARACTERIZAÇÃO
Falta de Cooperação	Nesse tipo de parceria observamos que a responsabilidade pela gestão do projeto está centrada em uma das partes.
Cooperação forçada	Configura-se quando uma das partes envolvidas te a iniciativa de tentar estabelecer parceria, persuadindo a outra parte a colaborar, há o envolvimento ainda que a princípio não tenha buscado estabelecer a parceria.
Cooperação estratégica	Podemos observar nas situações em que ambas as partes demonstram interesse e disposição para firmar a parceria, na medida em que convergem para a realização de objetivos comuns.

Fonte: Pesquisadora, 2018.

Observamos que o termo envolve diferentes concepções na forma como as organizações se comportam e pode, ainda, ser caracterizada na perspectiva de Lewis (2001), de acordo dos aspectos ativos ou dependentes e no conceito de Inojosa (1998) como sendo orgânica ou subordinada.

A partir das contribuições dos estudos apresentados por Lewis e por Inojosa, os problemas da pesquisa que dizem respeito às relações estabelecidas pelas ONGs com o poder público serão analisados. Nesse sentido, a parceria ativa é considerada em termos de processo, assim como a definição apresentada por Inojosa (1998) se caracteriza a partir do aspecto organicidade.

No que diz respeito aos papéis dos atores envolvidos na relação ativa, esses precisam ser definidos *a priori*, entretanto podem ser reavaliados e renegociados sempre que necessário. A orgânica sugere também a ideia de que quanto melhor a definição dos papéis mais bem desenvolvidos eles serão pelos seus respectivos responsáveis.

Lewis (2001) apresenta uma concepção interessante quanto aos riscos em meio às aproximações, sugerindo a noção de divisão de riscos entre os atores envolvidos, fato este que corrobora para o esforço conjunto para desenvolver o projeto eficientemente, buscando soluções em meio ao diálogo. Para tanto, se apresenta como imprescindível para a discussão o estabelecimento de uma linha de abertura e honestidade de ambos os envolvidos a fim de realizar o movimento de enfrentamento dos erros.

Sobre o aspecto da comunicação Inojosa (1998), acrescenta que a troca de informação entre os parceiros se estabelece como um requisito para o aprendizado que resultará no desenvolvimento do projeto. Destarte, os envolvidos não podem ocupar uma posição de competitividade, mas assumir conjuntamente as necessidades de alinhamento na relação. O quadro a seguir nos permite observar com maior clareza as características dessas parcerias.

#### **QUADRO 11 - CARACTERIZAÇÃO DAS PARCERIAS ATIVAS E ORGÂNICAS**

Parceria Ativa	Parceria Orgânica
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Processo;</li> <li>● Negociada – mudança de papéis;</li> <li>● Propósitos papéis e ligações claramente definidos, mas com espaço para serem modificados caso seja necessário;</li> <li>● Riscos compartilhados entre os parceiros;</li> <li>● Debate entre os parceiros;</li> <li>● Aprendizado e troca de informação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Organicidade;</li> <li>● Especificidade na descrição dos papéis;</li> <li>● Quanto melhor a especificação dos papéis mais bem desenvolvidos serão;</li> <li>● Riscos assumidos como parte da ação conjunta;</li> <li>● Abertura ao diálogo;</li> <li>● Postura colaborativa entre os parceiros.</li> </ul>

Por outro lado a relação dependente pode ser caracterizada a partir de aspectos comuns a uma espécie de gerência, na qual percebemos elemento específico de controle, hierarquização e instrumentalidade. Na perspectiva daquelas subordinadas um dos parceiros exerce a função de autoridade sobre aquele que ocupa um papel de aceitação do que é determinado de modo impositivo.

Observamos que as aproximações dependentes e subordinadas podem ser consideradas como uma abordagem imposta de cima para baixo, que é definida desde o planejamento do projeto. Nestas perspectivas, os projetos são apresentados pelo ator que se configura como detentor de maior poder de atuação, neste caso o Estado, representado pelos seus órgãos de governo que inviabilizam o processo de discussão. Ademais os objetivos do vínculo não são bem claros para ambos os envolvidos, tampouco os papéis bem delineados. O quadro a seguir pontua as características principais destas últimas formas de relação.

#### **QUADRO 12 - CARACTERIZAÇÃO DAS PARCERIAS DEPENDENTES E SUBORDINADAS**

Parceria Dependente	Parceria Subordinada
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Origem fundamentada na captação de recursos principalmente financeiros;</li> <li>● Projeto elaborado de cima para baixo;</li> <li>● Papéis rígidos baseados na vantagem comparativa;</li> <li>● Propósitos, papéis e ligações confusas;</li> <li>● Interesses individuais</li> <li>● Fluxos de comunicações</li> <li>● Ausência de cooperação entre os parceiros.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Origem fundamentada na captação de recursos principalmente financeiros;</li> <li>● Projeto fechado, imposto;</li> <li>● Papéis hierarquizados;</li> <li>● Ausência de especificação na relação entre os papéis;</li> <li>● Atende a interesses unilaterais;</li> <li>● Comunicação restrita;</li> <li>● Colaboração indefinida entre os parceiros.</li> </ul>

Fonte: (INOJOSA, 1998; LEWIS 2001) Elaborado pela pesquisadora, 2018 a partir dos estudos.

Em nossa pesquisa assumimos as análises realizadas por Inojosa (1999) e Lewis (2001) que caracteriza tais relações como subordinadas e dependentes ou ainda orgânicas e ativas. Compreendemos que a primeira se refere a uma relação em que não há espaço para a efetivação da participação dos envolvidos, na qual o interesse de um se sobrepõe ao do outro ator social.

Nas formas de relação denominada orgânica por Inojosa (1999) e ativa por Lewis (2001) a parceria possibilita o exercício da autonomia, caracterizada pela interdependência entre os atores. O vínculo é estabelecido a partir de interesses em comum que são definidos e

orientados a partir da capacidade de diálogo existente entre os sujeitos envolvidos ao desenvolver os seus papéis específicos.

Cabe esclarecermos que as formas de aproximação variam de acordo com as realidades nas quais elas se estabelecem. Pontuamos ainda que as práticas consideradas exitosas podem se configurar como de difícil replicação, posto que cada realidade apresenta a sua especificidade. Tendo em vista que os vínculos podem ainda estar relacionadas a fatores externos, a saber: condições econômicas, estrutura política, contexto social e cultural, podem sofrer transformações mediante os conflitos de poder que perpassam o estabelecimento de relações (LEWIS, 2001).

Nesse sentido, o estudo acerca dos desafios e possibilidades para o desenvolvimento das parcerias de forma ativa e orgânica se apresenta como uma tarefa imprescindível para compreendermos de que modo têm sido estabelecidas as aproximações com o Estado na percepção das ONGs alagoanas.

#### 6.5.1 Limites e possibilidades no estabelecimento de uma parceria ativa e orgânica

De acordo com Brooke (1989), existem certas condições para que uma parceria possa ser implantada de uma forma adequada. O termo: adequada, faz referência aqui às relações que são estabelecidas a partir da perspectiva de cooperação estratégica apresenta pelo estudioso.

Assim, é fundamental ter inicialmente clareza quanto aos objetivos, o que significa dizer que não se trata apenas de delimitar pontos gerais. É necessário o debate acerca da especificidade dos objetivos que permearam todo o projeto, desde a fase de seu planejamento, até a análise dos resultados advindos da execução do que foi pretendido e realizado.

No estabelecimento de vínculos com poder público é necessário ainda um esclarecimento no que diz respeito ao processo de negociação entre os múltiplos parceiros. É necessária a compreensão de que o processo decisório deve estar sustentado na descentralização, fato este que pode se configurar como um desafio à esfera estatal que tem sua organização própria de funcionamento. É fundante que os parceiros pensem acerca deste aspecto, pois não raras vezes os envolvidos necessitam reestruturar seu funcionamento a fim de estabelecer as condições necessárias para o alcance de objetivos comuns.

A terceira condição está expressa no modo de atuação dos parceiros. Tendo clareza que os parceiros possuem estruturas diferentes, é necessário pensar que o ritmo de trabalho. Em linhas gerais, é necessário o compromisso de que os funcionários dos órgãos públicos irão dispor de tempo para também se dedicar às questões da parceria. Deste modo a instituição não ocupará um papel solitário quanto à execução das ações e poderão assim, fortalecer a relação estratégica estabelecida (BROOKE, 1989).

Os recursos se apresentam como um aspecto que também precisa ser pensado nesse contexto. Um elemento persuasivo que tem motivado as ONGs procurarem estabelecer vínculos é a sua limitação quanto à captação de capital para financiar o projeto por si próprio. Desta forma, buscam a financiamento para desenvolver suas ações, e esses recursos se expressam na realidade das instituições. Contudo, essa questão precisa ser entendida enquanto motivação e não como o centro do processo, posto que se o recurso se tornar a razão principal para a continuidade da aproximação, logo estará fadada ao enfraquecimento e conseqüentemente ao breve rompimento.

Um desafio a ser superado em meio ao estabelecimento de parcerias envolve o compromisso em não modificar o projeto visando apenas o financiamento. Observamos que muitas organizações acabam se adequando aos critérios de agências financiadoras e para tanto, modificam todo o plano de intervenção, transformando-os em meros projetos de manutenção dos interesses daqueles que se apresentam como os financiadores das ações dessas instituições. No caso da ONG Imbiriba, o projeto estabelecido em juntamente com a Secretaria Municipal de Educação surgiu de uma demanda apresentada pela esfera pública e coube à instituição reestruturar a sua atuação para cumprir os acordos estabelecidos pelo parceiro. A ação da instituição não se configurou como questionadora, tampouco propositiva.

Uma parceria pensada a partir de uma cooperação estratégica está relacionada, ainda, com a predisposição dos atores envolvidos em compartilhar poder e status. Os parceiros precisam ter clareza que ao planejar juntos, os projetos se apresentarão como resultado da reflexão conjunta a partir dos valores de ambos os envolvidos. Neste sentido, os envolvidos precisam superar as desconfianças e/ou resistências com relação ao outro e assim compartilhar informações que subsidiarão a definição de papéis e atribuições na busca por objetivos de interesse comum. Ressaltamos que essa desconfiança e disputa pelo poder são superadas paulatinamente no decorrer do processo de aproximação e é facilitado por meio de uma comunicação que fortalece o entrosamento (BROOKE, 1989).

A respeito ainda, da questão da comunicação, esclarecemos que outras existem dificuldades a serem superadas, principalmente no que tange ao compartilhamento de dados. Não estamos colocando que informações confidenciais não poderão compor o universo de cada parceiro, entretanto é fundamental que os parceiros estabeleçam estratégias nas quais esses dois universos das instituições possam dialogar de forma clara e objetiva. Após analisarmos as possibilidades das relações entre as ONGs e o Estado, pontuamos que é necessário tratar o contexto em que ocorrem, analisando as formas, bem como as condições das parcerias que estão sendo estabelecidas no contexto alagoano.

#### 6.5.2 As relações de parceria das ONGs alagoanas

A partir das pesquisas realizadas pela ABONG (2012) foi possível observar que em linhas gerais os projetos realizados pelas ONGs no Brasil estão centrados em dois grandes objetivos. O primeiro corresponde à promoção de recursos materiais e serviços que são destinados para cooperativas ou ainda aos grupos de geração de renda em comunidades. O segundo se refere à execução de ações políticas e sociais, por meio do desenvolvimento da educação popular, fortalecimento da cidadania e apoio a grupos comunitários, todavia a educação não formal tem ocupado destaque entre as frentes de atuação, sendo este o campo que mais tem crescido entre as organizações brasileiras.

Em Alagoas, a exemplo do que temos percebido no cenário nacional, as instituições têm acompanhado essa expansão de ações direcionadas ao âmbito da educação. Observamos ainda, que este tem se configurado como um cenário que tem corroborado para que as instituições ampliem sua atuação, garantindo cada vez mais o seu espaço na tessitura social.

Nossa observação no contexto do referido estado nordestino nos possibilitou identificar a prevalência dos campos de intervenção das ONGs, a qual podemos visualizar que o número de instituições envolvidas com atividades relacionadas à educação em Alagoas é significativo, demonstrando que esse tem sido um campo no qual as ONGs têm investido como frente de atuação.

Destarte, diante da situação demonstrada nos interessamos por aprofundar o nosso olhar sobre as relações que são estabelecidas com o poder público por estas instituições que atuam desenvolvendo a Educação Não Formal, com a perspectiva de perceber se essa



aproximação tem alguma ingerência sobre o processo de expansão das entidades no referido campo.

Em nossa fase de levantamento das instituições, nos interessamos por conhecer aquelas que atuavam na área e assim de acordo com os critérios que estabelecemos e descrevemos neste estudo selecionamos três ONGs que além de se apresentarem como lócus de investigação, se configuraram como possibilitadoras e corroboradoras da presente pesquisa.

Ressaltamos que utilizamos a pesquisa de campo como método de caráter qualitativo. Desta forma, a técnica de coleta de dados empreendida foi a partir de entrevistas e questionários. Quanto à análise dos dados foi utilizada a abordagem de análise de conteúdo desses instrumentos coletados, acompanhada de uma análise documental. Em nosso banco de dados, dispomos de dezesseis questionários e três entrevistas semiestruturadas que foram realizadas no período entre o início de 2017 até meados do ano de 2018.

Cabe esclarecer que os questionários foram direcionados para os educadores e colaboradores que atuavam nas ONGs pesquisadas, bem como as entrevistas foram realizadas com gestores das mesmas. Os respondentes e entrevistados foram considerados como os representantes das instituições. Esclarecemos que os questionários foram aplicados individualmente com a orientação da pesquisadora e tiveram duração de cerca de vinte minutos cada um. De igual modo realizamos a entrevista com os presidentes das instituições, as quais foram conduzidas pela pesquisadora e se estenderam por aproximadamente uma hora.

A intenção foi entrevistar os representantes das organizações que se articulam ou já realizaram alguma aproximação efetiva do poder público, a fim de compreender os aspectos correspondentes às parcerias celebradas entre estes atores, identificando na experiência de aproximação o papel que desempenhavam e assim analisar as possibilidades de fortalecimento ou enfraquecimento do caráter social dessas instituições.

A partir dos instrumentos descritos, associados à observação estruturada pudemos encaminhar o processo de análise da realidade das ONGs alagoanas, tendo em vista que pudemos acompanhar as atividades desenvolvidas com e sem a participação da esfera estatal. Posto isso, alcançamos os objetivos pretendidos nesta pesquisa, visto que descobrimos diferentes contextos e condições de realização de vínculos. Observamos que apesar de em alguns momentos identificarmos aproximações entre as realidades, pudemos perceber que de

fato cada instituição, a partir do seu contexto de atuação, revela aspectos singulares quanto ao desenvolvimento das aproximações. Portanto, observar o entrelace desses atores sociais em diferentes âmbitos nos permitiu ampliar a nossa concepção acerca das implicações destas diversas formas de relação sobre o papel social das ONGs em Alagoas.

No que diz respeito ao crescimento dessas parcerias observamos que as ONGs alagoanas vivenciaram um período de interesse elevado do poder público em estabelecer vínculos, contudo na atual conjuntura observamos que essas instituições estão cada vez mais competindo entre si para obter a aprovação de projetos em editais de financiamento.

É necessário esclarecer que esses editais estão colocando para as interessadas condições mais complexas, que dizem respeito até mesmo a exigência do governo em que estas se enquadrem legalmente como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Não raras vezes observamos que as instituições migram para a condição de OSCIP, a fim de que possam submeter seus planos de ação e assim prospectar recursos.

Pontuamos que a exigência legal corresponde, sobretudo, ao interesse do poder público em pontuar que está realizando investimento em um setor que não se define pela oposição ao que é governamental, mas em organizações da sociedade civil com um interesse de atuar sobre questões públicas. Ademais, refletimos que se abriga sob essa legalização, o objetivo do Estado em incentivar a atuação dos grupos organizados sobre as questões sociais, e assim desresponsabilizar-se enquanto garantidor dos direitos e prestador de serviços públicos aos cidadãos.

Nos municípios pesquisados não observamos essa exigência de normatização legal das instituições no sentido de transformação das ONGs em OSCIPs<sup>15</sup>. Entretanto, essa é uma perspectiva nacional que brevemente se apresentará como uma condição para as instituições alagoanas, visto que estas têm se interessado por obter financiamentos em nível nacional, portanto, os editais que seguem na elaboração poderão exigir essa transição.

Quanto ao aspecto das relações que estão sendo estabelecidas entre as ONGs e o Estado, observamos entre as instituições pesquisadas que todas elas confirmam o interesse de estabelecer parcerias e ainda manter aquelas que já foram celebradas. Nesse sentido,

---

<sup>15</sup> Entende-se por OSCIP a organização que obtém a certificação do poder público federal ao comprovar a transparência administrativa e ao declararem a atuação sobre questões públicas, mas não estatais. Em contrapartida, podem celebrar com o poder público os chamados termos de parceria. Em suma, refere-se ao um título fornecido pelo Ministério da Justiça do Brasil, cuja finalidade é estimular o estabelecimento de parcerias e convênios com todos os níveis de governo e órgãos públicos da esfera federal, estadual e municipal.

pontuamos que todas elas estão submetendo projetos a editais que estão sendo lançados para o financiamento de ações.

*Gestor 3: Nós já estabelecemos uma parceria sim com o órgão municipal de Educação, mas poderíamos realizar outras formas de parceria.*

*Entrevistadora: Vocês estão tentando estabelecer essas novas parcerias?*

*Gestor 3: Sim, até submetemos a alguns editais, mas não tivemos retorno ainda.*

*Entrevistadora: Vocês se sentem valorizados pelo poder público?*

*Gestor 3: Esperávamos uma valorização a nível de envolvimento, deixa a desejar.*

O trecho da entrevista permite a reflexão a respeito do sentimento dessas instituições quanto à questão da valorização. Desta forma, é notório que há uma insatisfação quanto ao modo como são percebidas pelo poder público. Verificamos que a esfera estatal por meio de seus órgãos utilizou diferentes formas para se relacionar com cada uma das instituições pesquisadas. No caso da Imbiriba notamos que há a estratégia governamental de cooptá-la no sentido de atraindo-as sutilmente para realizar o tipo de atividade desejada pelo poder público. Percebemos esse movimento por meio do vínculo estabelecido para o desenvolvimento do Projeto Diálogos que foi elaborado a partir da demanda apontada pelos órgãos municipais que solicitaram a atuação da ONG na área identificada.

No caso da instituição Angico, observamos que apesar do financiamento ter sido rompido há algum tempo, ainda assim a instituição preserva algumas aproximações da esfera estatal, posto que a organização segue com o intuito de firmar um novo vínculo. Desta forma, o Estado tem atuado de acordo com a estratégia de monitorar as ações que estão sendo desenvolvidas, lançando editais e assim conquista meios para avaliar o trabalho realizado pela Angico no contexto arapiraquense.

Quanto à realidade da Mandacaru, instituição que já tem também uma aproximação concretizada, mas que tem buscado novas aproximações, consideramos que o Estado tem se aparelhado estrategicamente a partir da perspectiva da coordenação, posto que participa da organização das atividades das ONGs de acordo com a delimitação territorial. Em linhas gerais está presente na área geográfica a partir da relação estabelecida e assim dispõe de elementos que permitem identificar a atuação não governamental nessas comunidades.

Direcionando a nossa análise para como as ONGs estão se comportando diante dessas parcerias, observamos que no que diz respeito a identidade da instituição os gestores afirmaram.

*A identidade é a de ser uma organização social formada por pessoas com o interesse de lutar por melhorias sociais. Papel vital, na questão da realidade das crianças no município. O papel da ONG é oferecer novas possibilidades, novos espaços de lazer, cultura. É um espaço de desenvolvimento complementar (Gestor 1).*

*Nossa identidade é a de atuar naquilo que o poder público não faz, não se interessa, atuar no chão onde o poder público não quer pisar. Mas nós pisamos, nós fazemos (Gestor 2).*

*É uma instituição que visa preencher um espaço da sociedade no qual o governo não tem conseguido atender com suas políticas públicas (Gestor 3).*

Refletimos, então que as instituições têm clareza quanto à identidade que fundamentou o surgimento e organização dos trabalhos realizados em suas localidades. Contudo, dentro de uma relação com o Estado é necessário que estas arrazoem até que ponto a identidade tem se confundido no sentido dessas instituições obedecerem as regulações dos seus financiadores. À medida que se aproximam da esfera estatal e se submetem às estratégias desta, estas organizações correm o risco de se afastar da sua identidade definida nos primórdios de sua atuação.

Nesse sentido, a ONG Imbiriba apresenta no contexto de sua relação uma probabilidade considerável de afastar-se do sentido de sua existência em razão do modo como o Estado tem tentado cooptá-la e assim persuadir a sua prática voltada não mais aos interesses do público para o qual estão direcionadas as ações, mas sim aos desejos daquele que tem financiado a atuação.

Quanto aos ideais que inspiram as instituições observamos que todas elas estão inseridas em um contexto que tem favorecido certa adequação aos parâmetros mercadológicos, a partir da inserção destas em um ambiente de competitividade e de reordenamento de gastos e despesas. O que sugerimos nesse aspecto é que tem sido crescente a concorrência entre as ONGs no lançamento de editais. Ademais, com vistas à conquista do financiamento, elas têm competido no que diz respeito ainda a enxugar os gastos para realizar ações e assim terem suas propostas aprovadas.

Ponderamos ainda que em meio a esse processo as ONGs pesquisadas estão mantendo uma concepção crítica, primeiro sem negar que de fato existe um ambiente de competitividade entre as instituições.

*Estamos aos poucos superando essa competitividade no que diz respeito a captação de recursos, entendemos que são demandas diferentes, trabalhos diferentes, planos de ação diferentes e que o diálogo é possível e extremamente viável para o fortalecimento. Não sei se esse é o pensamento de todos os outros envolvidos em ONGs (Gestor 1).*

*Percebo que apesar de competirmos em editais, ainda há uma relação saudável. Não sei daqui a um tempo como isso se dará. Mas precisamos vencer essa questão da competitividade pois isso nos enfraquece (Gestor 2).*

*Existe. Por exemplo, foi lançado o edital no início do ano no valor de 12.000, na qual seriam contempladas 3 instituições. Se inscreveram 5 e ficou aquela disputa justamente pela necessidade do financiamento. Esses processos seletivos levam a uma ONG querer derrubar a outra, o que é terrível. A competitividade seria nesse sentido de disputa por editais de financiamento (Gestor 3).*

O segundo aspecto de criticidade sobre a questão pode ser percebido no relato dos gestores no que diz respeito ao estabelecimento de diálogos que está sendo realizado por meio do espaço dos Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). Pontuamos que todas as instituições participam dos círculos de debates promovidos pelo CMDCA que integra as demais instituições dos municípios.

*Conseguimos dialogar aos poucos, antes existia uma competitividade exacerbada, hoje conseguimos até prestar serviços para outras organizações, como é o caso da Pequenos craques que trabalha o esporte aqui na região, nós estamos dando o suporte de cursos na área de gestão, captação de recursos, elaboração de projetos e ainda conseguimos apoiar financeiramente a iniciativa (Gestor 1).*

*Sempre mantemos uma rotina de conversa e troca de experiências com outras instituições, nas reuniões do CMDCA, nas reuniões do Programa Mesa Brasil, sempre buscando nos fortalecer (Gestor 2).*

*Nós temos um Conselho Municipal de Assistência Social no qual conseguimos trocar algumas ideias, socializar o que temos realizado (Gestor 3).*

Refletimos assim que um meio para superar a transformação dos ideais das ONGs, está no próprio movimento de aproximação que estas podem estabelecer entre si visando o apoio e a troca de experiências para desta forma fortalecerem suas concepções, e assim consolidar o seu trabalho baseado nestas referências de comprometimento social.

Outro aspecto que podemos identificar corresponde ao risco de diluição dos objetivos centrais dessas instituições. É de fato interessante identificar que não raras vezes essas organizações ocupam o seu esforço totalmente para o cumprimento dos acordos firmados com o Estado (KRIEGER; ANDION, 2014). Essa característica se apresenta em razão de que a não realização do que foi determinado se apresenta como uma situação ameaçadora para estas instituições, resultando no cancelamento do contrato. Uma vez que o contrato é interrompido as instituições deixam de receber os recursos e se colocam em uma difícil situação de interromper as ações projetadas. Pontuamos que estas podem dar continuidade até que encontrem um novo meio de captar recursos ou até que se esgotem as possibilidades de realizar as ações por falta de capital e assim o projeto se encerra.

Ponderamos que a situação se acima descrita se identifica na realidade da ONG Angico que possuía um projeto financiado pelo governo, entretanto o cancelamento do contrato pelas razões anteriormente descritas nesta pesquisa, a colocou na difícil situação que resultou na escolha da organização por interromper as atividades que estavam sendo realizadas. A descontinuidade nas ações se concretizou como uma frustração para a própria organização, bem como para os sujeitos que eram atendidos pela iniciativa. Esta é uma problemática que consideramos de suma importância a reflexão, posto que a insegurança sob a qual convive coloca a organização em uma situação de insegurança e dependência do poder público.

Consideramos, pois, importante pensar a respeito do papel dessas instituições que pode deslocar o seu aspecto fundante, que se configura como político, transformando-se em uma postura meramente operacional. Nesse sentido, observamos que tem sido um desafio para as instituições, frente às demandas que estão sendo convocadas para atuar, desenvolver um trabalho que não se limite à execução de ações, mas que se apresente enquanto questionador, reivindicador e articulador. É de suma importância que, então, as ONGs desempenhem um papel social que corrobore para a construção de uma sociedade esclarecida que luta pelo suprimento das suas necessidades e garantia dos direitos. Destarte, acreditamos

que somente nessa perspectiva será possível o fortalecimento da atuação social dessas instituições não governamentais.

## **6.6 Percepções sobre o enfraquecimento do Papel Social das ONGs**

Predisposmo-nos nesse momento a concretude de nosso estudo, que se torna possível a partir da análise das percepções dos profissionais das ONGs a respeito das relações estabelecidas com o poder público, na perspectiva de perceber a implicância destas sobre o papel social das instituições alagoanas. Para tanto, utilizamos como suporte os esquemas propostos por Lewis (2001) e Inojosa (1999) para identificar nas realidades pesquisadas elementos que nos permitam alcançar o objetivo pretendido.

Iniciamos nossa análise observando as origens das relações e assim identificamos por meio dos depoimentos dos gestores, bem como dos documentos analisados que as aproximações se expressaram a partir de diferentes motivações. Do ponto de vista das instituições, relatamos no decorrer desta pesquisa que a parceria tem se tornado um meio para captação de recursos que garante a continuidade das ações desenvolvidas. Entretanto, para o governo a aproximação é promovida devido a questões específicas, sobre as quais é salutar nos debruçarmos. Pontuamos que essa diversidade no estabelecimento do vínculo influencia a forma como os atores se comportam ao definir papéis e atribuições.

No caso da ONG Imbiriba, percebemos que a razão que motivou a relação como o Estado está associada ao fato da própria instituição possuir capilaridade e experiência das ações anteriormente realizadas. Esses fatores se configuraram, então, como um atrativo para o poder público se interessar, pois a organização detinha o recurso que ele próprio não possuía em determinadas questões que demandavam ações políticas urgentes. Ademais a atuação direta do Estado, sem a participação da sociedade civil organizada se apresentaria muito mais onerosa. Então como a ONG já que demonstrava experiência e o interesse pelo campo educativo, no qual a esfera estatal identificou a demanda, o vínculo se apresentou enquanto um caminho mais viável do ponto de vista governamental.

Outra situação percebida como motivação está centrada na necessidade do Estado de desenvolver ações emergenciais em áreas identificadas como prioritárias, nas quais a sociedade civil já atuava. É o caso da ONG Mandacaru que já realizava projetos que

contavam com o reconhecimento da sociedade e por isto encontravam-se de certa forma consolidados. Em meio a esse contexto, observamos que a aproximação favorecia a imagem do Estado perante a comunidade local. Na realidade é possível que se o poder público atuasse sozinho na demanda não obteria o resultado esperado, posto que precisaria enfrentar o descrédito da comunidade que considerava a atuação governamental ineficiente na comunidade. Desta forma, a esfera estatal participava com recursos para ajudar a entidade, colaborando para a manutenção dos projetos realizados, bem como ofertava serviços públicos, neste caso a oferta da educação infantil utilizando o espaço da instituição como extensão do próprio aparato do governo.

Em meio ao contexto da ONG Angico, na qual atualmente não desenvolve nenhum tipo de relação direta com o Estado, observamos que a postura do poder público quando no período de relação era de buscar exercer controle sobre a instituição. Fato este que não raras vezes colocou a organização em situação de enfrentamento. No presente momento o que observamos é que a sobrevivência institucional está hoje centrada em outros meios de captação de recursos. O governo não tem se aproximado, contudo não tem pressionado a entidade. Esta realidade nos permite refletir que o comportamento estatal revela que a atuação da sociedade civil é interessante aos olhos da máquina pública, posto que a demanda social a qual deveria ocupar-se está sendo preenchida pelo trabalho da referida ONG. Configurando-se nesse contexto uma relação indireta entre ONG e Estado.

Observamos que nas três situações não foi utilizado o instrumento Termo de Parceria, portanto as instituições não se configuraram como OSCIPS. Fato este interessante, pois indica que as ONGs detém de certa autonomia, posto que temos percebido que nos referidos Termos as necessidades e diretrizes são orientadas exclusivamente pelo Estado, sendo este o responsável por definir objetivos dos projetos.

É salutar esclarecer que nas duas ONGs que desenvolvem relação pudemos perceber um caráter de negociação por meio da qual ocorreu desde o princípio a delimitação de papéis e responsabilidades. Não obstante, o processo de definição se configurou de modos diferentes entre os casos analisados. Enquanto na Imbiriba a definição assegurou apenas o comportamento dos atores, na Mandacaru percebemos que facilitou o compartilhamento de riscos no desenvolvimento do projeto em comum. Nesse sentido, o poder público assumiu um papel de responsável conjunto pela ação, embora a ONG identifique que o poder público poderia se envolver não apenas em nível do projeto, mas de atuação. Em suma, a instituição



identifica que a esfera estatal está comprometida com a aproximação firmada para execução de ações específicas e não com a ampla atuação da Mandacaru.

Refletimos ainda acerca da flexibilidade quanto a mudança de papéis e compreendemos nas realidades das ONGs pesquisadas que não há essa possibilidade, diferentemente do que sugere a abordagem de Inojosa (1999) e Lewis (2001). Os atores envolvidos justificam que essa mudança não é viável tendo em vista que não pretendiam ocupar o papel ou mesmo assumir as atribuições do parceiro. Identificamos que as responsabilidades são assumidas pelas ONGs com rigor, entretanto em algumas situações o Estado deixa de cumprir algumas e ainda assim o vínculo não é interrompido, como por exemplo, o atraso no repasse de recursos para manutenção. Destarte, nesse aspecto as instituições assumem uma característica de dependência e temem que a descontinuidade da parceria, pois significa a impossibilidade de promover suas ações e projetos.

No que corresponde ao diálogo entre os atores ao estabelecer vínculos, na ONG Imbiriba o debate foi consensual. Neste caso a esfera pública apresentou a demanda e a instituição elaborou o projeto voltado para o que foi identificado. Na realidade da Mandacaru ocorreu debate e dissenso. De acordo com o gestor, o diálogo centrou-se principalmente na elaboração de papéis e responsabilidades, fato este que indica que a negociação ocorreu em meio a conflitos que inclusive possibilitou a consolidação de uma postura pouco mais crítica que corroborou para um significativo aprendizado.

Neste sentido, podemos afirmar que somente na ONG Mandacaru verificamos características de uma parceria ativa e orgânica, na qual o processo foi negociado, e ocorreu o compartilhamento dos custos e riscos. Todavia, identificamos algumas questões problemáticas referentes às três instituições pesquisadas, sobre as quais discorreremos.

Existem situações onde o poder público não é atuante, tornando as ONGs responsáveis pelo serviço que competiria ao órgão estatal. Nessa situação se enquadra a ONG Angico que se sobressai pela sua postura crítica diante da esfera pública, embora atue, ainda, de modo operacional, pois depende de articular melhor mecanismos de captação de recursos.

A realidade da ONG Imbiriba pode ser traduzida a partir também da operacionalização de ações, nas quais observamos que a instituição possui um elevado nível de articulação, conseguindo estabelecer diversas aproximações, embora tem se esvaziado quanto à ocupação

de um espaço social de questionamento. Com isso, percebemos que as ações têm sido de fato realizadas, porém ao assumir um papel operacional a atuação social tende a se fragilizar.

Quando a ONG Mandacaru, pontuamos que em sua realidade tem se configurado possibilidades mais concretas para o desenvolvimento de uma postura crítica, questionadora e transformadora em seu contexto. A ONG possui meios para captação de recursos para além dos vínculos, fato este que contribui para que a mesma não se relacione com uma postura de subordinação, todavia, ainda não possui um esclarecimento sobre os riscos que um envolvimento maior com a esfera estatal pode acarretar para o desenvolvimento da sua função no âmbito social, posto que poderá ficar dependente do aparelho estatal.

Quanto ao interesse e iniciativa entre ONGs e Estado, percebemos que tem decorrido tanto do interesse das próprias instituições que buscam com cada vez mais representatividade submeter projetos a editais lançados pelo governo, quanto da esfera estatal, vez que esta tem procurado estabelecer relações em diferentes áreas, sobretudo no campo educacional que tem se revelado como destaque de desenvolvimento de projetos.

Na realidade as organizações da sociedade civil atraem o Estado, sobretudo quando o trabalho que desenvolvem é reconhecido, bem como quando a sua presença nas comunidades possui capilaridade. Nessas condições, a esfera estatal lança mão de estratégias para se relacionar com as mesmas, dependendo da construção crítica e política essas instituições podem ou não dialogar de forma ativa com o Estado.

Neste sentido, pontuamos que para as instituições melhor estruturadas, ou seja, com capacidade de captar e gerir recursos eficientemente, a aproximação com o Estado se apresenta enquanto uma possibilidade interessante, posto que vislumbram a ampliação de sua intervenção. Contudo, para estas organizações é mais real o desenvolvimento de uma postura crítica quanto ao Estado. Em linhas gerais, a experiências dessas ONGs no campo social e em meio aos caminhos de parceria possibilita que estas assumam uma posição de preocupação maior com o desenvolvimento do seu projeto de atuação do que o interesse de simplesmente ampliar ou manter suas ações.

No contexto das ONGs menos estruturadas, a aproximação com Estado se apresenta de forma complexa, posto que as ações do poder público se tornam o centro das suas atuações. Ou seja, o papel do Estado como financiador ocupa um espaço secular na organização dessas instituições, portanto qualquer modificação relacionada à máquina

pública, seja esta de cunho administrativo ou financeiro, repercute diretamente na atuação desempenhada pela ONG, que precisa por vezes interromper seus projetos, fragilizando assim, seu caráter social.

Destarte, quando nos predispomos neste estudo a analisar a atuação das organizações da sociedade civil diante do estabelecimento de vínculos com o poder público, nos preocupamos em entender o funcionamento destas aproximações enquanto processo que podem corroborar para o seu fortalecimento ou enfraquecimento.

Nesse sentido, ratificamos a nossa compreensão quanto ao papel social das ONGs que não se limita apenas ao desenvolvimento de ações e projetos pontuais. Com isso, não estamos descaracterizando a importância e contribuição de tais projetos no cenário social. O que nos orienta é a concepção ampliada quanto a função dessas organizações, no qual estas desempenham uma função, sobretudo política e questionadora. A operacionalização de ações é um aspecto que tem corroborado para que as relações entre os atores se elevem. Alertamos, entretanto, que tem se identificado ainda como um meio que o Estado tem utilizado para concretizar o seu projeto de reordenamento estrutural e econômico conforme pretende o ajustamento neoliberal.

Ademais, o caráter de dependência que a esfera estatal pretende submeter as ONGs, têm enfraquecido a atuação e participação da sociedade civil. A descontinuidade do investimento por razões justificadas pela ordem administrativa e financeira da máquina pública remete a interrupção do trabalho das ONGs, que em meio à execução de ações temporárias se limitam quanto a aspectos fundantes, a saber: refletir sobre seu papel e identidade de intervenção; pensar meios próprios de captação de recursos de acordo com os seus ideais; desenvolver uma proposta coerente com os objetivos centrais e sobretudo, politizar de suas ações.

Destarte, apenas como executoras de ações as Organizações Não Governamentais se comportam como um sustento do braço forte do Estado que nesse contexto forja a sua fraqueza e necessidade de suporte. À medida que são utilizadas como um aparato de encolhimento da atribuição do poder público as ONGs vivenciam o conhecido processo de enfraquecimento, posto que se comportam como meros instrumentos executores temporários e substituíveis, se omitindo de fato de desenvolver seu papel social que está relacionado com a sua atuação enquanto uma agente de democratização, compromissada em atuar nas frentes de luta pelo acesso aos serviços públicos e pelos direitos assegurados aos cidadãos.

## 7 CONSIDERAÇÕES

Notoriamente o alargamento da atuação das ONGs no Brasil e, especificamente, em Alagoas tem desencadeado no âmbito acadêmico, bem como em outras esferas da sociedade, o interesse pelo conhecimento com relação a quem são, o que fazem e quais as perspectivas que essas organizações possuem. Em nossa pesquisa buscamos em meio ao caminho percorrido compreender os principais fatores pelos quais essas ONGs têm assegurado, cada vez mais, o seu domínio no campo da prestação pública dos serviços no âmbito da educação, posto que, este tem se configurado como uma área privilegiada para o desenvolvimento de ações realizadas pelas instituições não governamentais.

Na realidade em meio ao percurso deste estudo, questões foram se apresentando e despertando em nós o interesse por investigar com maior profundidade o estabelecimento de vínculos. Destarte, por diversos momentos nos indagamos acerca do direcionamento do nosso olhar, se caberia uma análise sustentada nos documentos, ou ainda nos parceiros. Então, definimos que o nosso olhar partiria daqueles que estão envolvidos nesses espaços não governamentais, posto que observamos que cada realidade diversificava sobretudo, porque era composta por sujeitos com suas trajetórias, concepções, aspirações, e motivações. São esses aspectos que se expressavam diretamente na especificidade do desenvolvimento da atuação das próprias ONGs pesquisadas.

Caminhando fomos realizando uma tarefa questionadora e ao nos indagar realizamos o percurso que nos permitiu a chegada até as presentes considerações. Certamente esse parece ser o momento adequado para mais uma vez retomarmos a pergunta central, a saber: Quais as implicações da relação com o Estado para as Organizações Não Governamentais no contexto alagoano de acordo com as percepções dos profissionais da sociedade civil organizada acerca desta parceria? Diante de tal indagação é oportuno apresentarmos as respostas as quais chegamos. Entretanto, pontuamos que o entusiasmo da pesquisa nos instiga a responder de súbito que tecemos no decorrer do estudo a hipótese de que as relações estabelecidas com o Estado têm implicações sobre o processo de enfraquecimento das ONGs.

Em razão da necessidade de ampliar o olhar, podemos nos remeter a considerações ressaltando, sobretudo, que foram construídas diante de uma complexa realidade. Identificamos situações problemáticas, entretanto, também nos foi possível observar potencialidades nas realidades das ONGs. Portanto, a contraditoriedade não é casual, ela está

presente em todo o dinamismo dos trabalhos desenvolvidos pelos agentes sociais. As questões que pontuamos estão imersas em um contexto de complexidade, no qual consideramos o movimento dialético entre as situações conflituosas um meio para compreendermos duas questões fundantes. A primeira diz respeito à entendermos como se estabelecem os vínculos com o poder público. Outra questão corresponde justamente a identificar a partir das percepções dos profissionais as implicações dessas aproximações para o processo de enfraquecimento das ONGs alagoanas.

Nossa argumentação de defesa se sustenta no fato de que as organizações como prestadoras de serviço, sendo cooptadas para desenvolver ações a partir dos recursos públicos, são compreendidas meramente executoras de ações. Destarte, a hipótese que o estudo apresenta, considera que a relação com o poder público, observada a partir das percepções dos profissionais das ONGs, tem implicado no processo de enfraquecimento destas organizações da sociedade civil, quando estas se comportam como uma complementaridade ao braço do Estado (que se torna fraco) para atender as questões sociais urgentes. Essa concepção na qual as ONGs são colocadas somente como complementares da esfera estatal, tem corroborado para o processo de enfraquecimento do papel social desempenhado por tais entidades.

A partir das percepções dos profissionais das instituições da sociedade civil, ratificamos o argumento acima descrito, posto que as parcerias estabelecidas têm proporcionado a ampliação da atuação das ONGs, ou numa outra perspectiva projetado sua intervenção na atual conjuntura. Entretanto, não correspondem ao fortalecimento dos atores sociais, mas a manutenção de uma política de estado mínimo em consonância com os interesses do Mercado.

Nesse sentido, a partir dos entendimentos construídos no decorrer deste trabalho, é possível elencarmos, mais algumas considerações a respeito dessa complexa relação da sociedade civil organizada. Como, por exemplo, o fato de que tais ONGs têm crescido porque há um descrédito dos atores sociais, em relação à prestação do serviço público realizado única e, exclusivamente, pelo poder estatal. Podemos identificar, ainda, que a trajetória de desenvolvimento dessas instituições está correlacionada a um processo de redistribuição dos papéis do TS e do Estado, no qual essas organizações têm assumido novas responsabilidades frente às demandas sociais.

Observamos que diante dessa redistribuição, a sociedade passou a ser responsabilizada, também, por questões referentes aos direitos sociais e humanos, o que deu

margem para que o poder público, paulatinamente, desocupasse um papel central de garantidor dos direitos dos cidadãos. Sob um discurso de abertura democrática, o Estado foi enxugando as suas atribuições, transferindo as responsabilidades, contendo gastos e favorecendo as questões econômicas. Portanto, não há como desassociar a construção histórica dessas ONGs, do processo de redefinição da atuação estatal, que combinada a uma política neoliberal privilegiou os interesses da economia mundial. Ou seja, não há como entendermos o processo de expansão e fortalecimento das organizações da sociedade civil sem refletir a respeito da lógica do capital, que permeia o cenário político, econômico e social do nosso país.

Por conseguinte, é a partir da reflexão, acerca das relações que se estabelecem na tessitura social e do real papel desempenhado pelas ONGs, que as entidades da sociedade civil poderão evitar um processo conhecido como a despolitização de suas ações. As ONGs precisam caminhar para a politização, de outro modo elas permanecem em um plano de defesa dos interesses particulares e egoístas. Politizar as instituições, não significa um afastamento, oposição ou negação do primeiro setor. Muito pelo contrário, acreditamos que a sociedade civil pode interagir com o poder público, desde que essa relação se diferencie de um mero associativismo.

A relação entre ONGs e Estado precisa ser estabelecida de acordo com a necessidade de ampliar os espaços de participação, e de dar continuidade ao processo de abertura democrática social. De modo que, não se contribua para a consolidação de uma visão demonizada do poder público e/ou das instituições não governamentais. Assim, se apresenta como necessário aos envolvidos na relação, o esclarecimento quanto às possibilidades de atuação, na perspectiva de contribuir para que o Estado cumpra o seu papel secular de garantir e efetivar os direitos sociais, bem como as organizações do TS desempenhem a sua função social, atuando como agentes democráticas de desenvolvimento político e social.

A partir de outra consideração tecida, a respeito dessa relação, ressaltamos que essa aproximação precisa ser cuidadosamente pensada, posto que, mesmo minimamente, a instituição parceira exerce algum tipo de influência na estrutura e/ou na atuação das organizações desse setor. Essa é uma das razões pela qual, muitas instituições, que são realmente comprometidas com o seu papel social, tem tido cautela ao pensar aproximações com o poder público, empresas, ou mesmo organismos internacionais.

Em meio à necessidade de dar continuidade ao trabalho interventivo social, as ONGs têm buscado parceiros, fato este que tem repercutido na atuação dessas instituições, visto que elas têm acompanhado o processo de expansão do setor, como nenhuma outra organização que o integra.

As ONGs acreditam na possibilidade estabelecer uma relação orgânica e, caracterizada pela autonomia entre os parceiros. É certo que estas, possibilitaram a ampliação dos campos de atuação das ONGs, bem como uma diversificação nas suas formas de intervenção. Contudo, é necessário pensar os limites dessa relação e se, de fato, tem contribuído para o desenvolvimento do papel social destas instituições. Em Alagoas, a exemplo do que tem acontecido nacionalmente, essas organizações, tem cada vez mais, dialogado com os governos no intuito de cooperar com a implantação e implementação de políticas públicas, dentre as quais ganham destaque aquelas voltadas à educação, que por sinal se configura como um campo fértil para as intervenções das instituições não governamentais.

No contexto alagoano, observamos que as ONGs têm vivenciado no decorrer de sua trajetória histórica um processo de transformação, no que se refere ao seu papel, sendo este não mais àquela de desenvolver silenciosamente trabalhos caritativos e assistencialistas. Tais mudanças ocorridas são comuns em outros estados do Brasil, tendo em vista que, cada vez mais essas organizações sociais ampliam sua atuação na perspectiva nacional de suas ações (ABONG, 2010).

Para a maioria da população, os serviços ofertados pelas ONGs são de boa qualidade porque contam com profissionais dedicados e interessados em melhorar a condição de vida da população. De fato, percebemos que as organizações pesquisadas que atuam no âmbito da educação contam com o envolvimento cada vez mais intenso de profissionais qualificados, que têm se dedicado a desenvolver um trabalho que não apenas preencha lacunas, mas contribua para a transformação social, por meio de uma formação crítica e participativa. Deste modo, o senso comum as apoia porque veem eficiência, eficácia e efetividade nas ações, ou seja: tudo o que falta ao braço forte do Estado que acaba se tornando fraco.

Devido à visibilidade das ONGs, a atuação das mesmas é considerada, do ponto de vista da população atendida, mais concreta e efetiva, eficaz mesmo, em relação à dos servidores públicos. Em verdade, cria-se uma situação paradoxal, a saber: o Estado mantém as ONGs com verbas para serem utilizadas em serviços públicos prestados à população, porém o povo beneficiário não reconhece o poder estatal dentro das ONGs. Por sua vez, essa situação

pode se configurar pelo fato de que o Estado não tem demonstrado interesse de participar de forma orgânica nessa relação, limitando-se ao papel de financiador. Logo, a sociedade tem direcionado o reconhecimento somente às organizações executoras dos projetos, porque não consegue perceber a participação do poder público. Assim a atuação estatal tem sido compreendida como descompromissada com os interesses e necessidades dos cidadãos.

Deste modo, a partir da situação acima descrita, retornamos a nossa primeira indagação concernente à forma como tem sido firmada essas parcerias. Dentre as ONGs pesquisadas que estabelecem relações, 66% que tiveram a iniciativa de procurar meios para se aproximar do poder público, justificando-se pela necessidade de estruturar melhor suas ações a partir de um financiamento. Compreendemos então que a captação de recursos tem sido um aspecto fundante para o estabelecimento de vínculos, pois essas instituições creditam à esfera estatal a conquista de certa constância no desenvolvimento financeiro.

Identificamos ainda que as ONGs buscam estruturar-se a partir do repasse do orçamento público direcionado aos seus projetos. Entretanto, à medida que organizam suas ações, o seu papel social é fragilizado, posto que a atuação deixa de ser reflexiva e torna-se exaustivamente operacional. Exigindo, inclusive, que os envolvidos elaborem projetos, alcance objetivos em prazos fixados, avalie constantemente formas de reduzir gastos mesmo atendendo a um público maior, preste contas do dinheiro investido, envie relatórios sequenciais e ainda propague a ideia de que o Estado tem ingerência participativa sobre uma ação na qual a função se limita a um repasse limitado de verbas.

Nesse sentido, as ONGs entendem que é interessante atuar junto ao Estado, ainda que os termos dessa relação não expressem uma atuação juntamente com o poder público. Pontuamos que o intuito deste é se comportar a princípio como um financiador de ações e a partir dessa aproximação limitar, inibir ou mesmo fragilizar o papel social que caberia às organizações da sociedade civil. Pode parecer contraditório o Estado investir em um setor que é composto por instituições que surgiram com um caráter contrário à esfera estatal e de resistência aos desmandos governamentais.

Todavia não é, tendo vista que os investimentos são tendenciosos e se por um lado objetivam possibilitar a ampliação de ações não governamentais, por outro limita o desenvolvimento do papel social dessas instituições que certamente quando organizada se configura como uma força política mobilizadora que escapa ao domínio estatal. Em suma, o Estado se aproxima com o interesse de manter o controle sobre esses atores à medida que



atraem as ONGs para áreas que lhe interessam, além disso, conduz as formas de atuação dessas instituições ao sugerir projetos a serem executados com a sua ‘parceria’.

Em meio a este campo de disputa e manutenção do poder, as ONGs utilizam como meio para justificar sua aproximação o fato de que estão ampliando o conhecimento acerca do funcionamento da máquina estatal, e isto corrobora para o alargamento da sua capacidade de atuação. No entendimento dos sujeitos envolvidos nas instituições não governamentais a relação com o Estado proporciona que alcancem espaços os quais seriam difíceis ou mesmo improváveis de serem alcançados em razão da barreira dos recursos. Outro argumento amplamente discutido no campo é o fato da aproximação possibilitar uma cooperação, que ao ver das instituições viabilizam a execução de projetos.

Ademais, nos posicionamos criticamente a respeito desse modo como tem sido estabelecidas as relações, posto que utilizando como aporte o discurso de que buscam se estruturar, acabam se envolvendo em um processo de subordinação e dependência do poder público, ao passo que o Estado se comporta como o exclusivo garantidor do trabalho realizado pelas mesmas. Aspecto este, que foi observado na ONG Imbiriba, na qual a instituição tem desenvolvido um projeto e ocupado uma posição de subordinação, atendendo às exigências do parceiro, sem realizar uma reflexão a respeito das ações executadas.

Diante das inquietações que emergiram a partir desta pesquisa, pontuamos que as reflexões sobre a temática podem ser aprofundadas. Portanto, é salutar que novas pesquisas sejam desenvolvidas com a perspectiva de pensar como as ONGs poderiam exercer uma função questionadora em meio às aproximações realizadas. A situação é complexa, exige que arrazoemos possibilidades para o estabelecimento de parcerias a partir do papel social e não apenas em razão da necessidade de promover ou dar continuidade às ações. Esta permanece como uma reflexão necessária e urgente, visto que o processo de enfraquecimento está intimamente associado às posturas adotadas nas relações firmadas na contemporaneidade.

De igual modo, refletimos acerca do nosso segundo questionamento que diz respeito a pensar justamente sobre como essas aproximações têm gerado implicações sobre a atuação das ONGs, bem como sobre o desenvolvimento do seu papel social. Destarte, consideramos em nossa pesquisa algumas questões a serem observadas, sobre as quais é salutar discorrermos de acordo com a realidade percebida.

Reconhecendo as diferenças existentes entre as experiências das ONGs pesquisadas, pudemos identificar a partir da análise dos dados um fato que é comum entre as instituições, a saber: os vínculos são considerados enquanto uma estratégia relevante para a atuação destes atores. Dentre os argumentos utilizados para justificar essa perspectiva, encontramos a questão da complementaridade de recursos, a possibilidade de trocas de experiência e aprendizado e a concretude de objetivos estabelecidos a partir de projetos.

Observamos, ainda, que os profissionais das instituições entendem a aproximação enquanto um processo que pressupõe a existência de riscos para ambos os lados, mas mesmo assim o discurso motivador prevalente repousa sobre a justificativa de objetivos comuns entre os atores e nesse sentido, se configurando como elementos incentivadores da relação: ONGs e Estado.

Na perspectiva das organizações, a qualificação de suas atividades, bem como um maior envolvimento da sociedade em relação às parcerias, são apontados como caminhos para superar as dificuldades no estabelecimento dessas aproximações. Em suma, entendem que o caminho para estabelecer uma relação ativa e orgânica está associado a uma atuação qualificada e reconhecida diante da sociedade, pois consubstanciada quanto ao seu papel, as ONGs poderão se comportar como parceiras e não como prestadoras de serviços ao Estado.

A transparência no que diz respeito às relações também emergiu entre os argumentos utilizados para defender a possibilidade de firmar uma parceria orgânica e ativa. Nesse sentido, o estabelecimento dos papéis e atribuições estariam bem definidos e esclarecidos diante da sociedade, o que permitiria uma relação mais próxima e com maior dialogicidade entre os atores envolvidos.

Nossa defesa a respeito das implicações dessa relação está sustentada na crítica quanto à dimensão que estas instituições não governamentais possuem a respeito dos riscos aos quais realmente estão submetidas ao se aproximar do Estado. No decorrer do nosso caminho nos questionamos até que ponto as ONGs realizam um trabalho reflexivo a respeito da sua função. É notório que desenvolvem ações interessantes e significativas de acordo as demandas identificadas. É fato também que essas organizações possuem dinâmicas diversificadas, todavia algo que lhes é comum, que as aproxima se refere à identidade que possuem enquanto agentes sociais preocupadas com o desenvolvimento social, político e, sobretudo, humano.

Destarte, a identidade dessas instituições ocupou um lugar de destaque em nossas reflexões, vez que confundida implica na fragilização do papel social das ONGs que perdem o embasamento de sua atuação. Em nossa pesquisa observamos que as organizações acabam se adequando aos critérios estabelecidos pelo poder público, repercutindo inclusive na modificação do plano de intervenção pretendida.

Ademais, percebemos que o Estado não demonstra uma predisposição para compartilhar poder e status, o que praticamente inviabiliza a construção de projetos conjuntos. Essa característica do poder público se apresenta veemente nas instituições que dependem de recursos para desenvolver suas ações. Entre as instituições estruturadas existe a possibilidade de planejamento em conjunto, entretanto quando da fase de implementação essa aproximação tende a se limitar, responsabilizando não raras vezes as ONGs pelos projetos.

Apresentamos como imprescindível a reflexão dessas instituições acerca dos ideais norteadores de suas ações. O surgimento das organizações é firmado a partir da compreensão de uma realidade que pode ser transformada, de um trabalho coletivo que pode contribuir para emergir novas perspectivas. Destarte, observamos que uma característica comum entre as instituições quanto ao seu surgimento, está relacionada com o pensamento colaborativo e participativo, na perspectiva da coletividade como um instrumento facilitador das relações humanas e sociais. Todavia, as aproximações com o Estado colocam as instituições diante de novas perspectivas que acabam desconfigurando os ideais de sustento da atuação não governamental.

Consideramos que os aspectos mercadológicos se apresentam cada vez mais próximos da realidade não governamental à medida que os ideais norteadores são questionados e substituídos em meio à urgência de adequações para o desenvolvimento de projetos em parceria com o Estado. Uma das questões que estão se apresentando como urgentes para as instituições é a necessidade de se qualificar para assim elaborar projetos exequíveis e que, sobretudo, acordem com o interesse do poder público.

Observamos que a busca por qualificação para realizar uma ação apresentada como demanda pelo poder público, associada à competitividade que o próprio Estado sugere ao colocar essas instituições em situação de concorrência por editais de financiamento são fatores que somados têm descaracterizado os ideais das ONGs e implicado no enfraquecimento de sua atuação social.

Pontuamos, a partir das nossas análises que os objetivos centrais tornam-se diluídos, nos casos em que as instituições tornam-se meras executoras de serviços terceirizados do Estado, em meio a uma relação de dependência e subordinação. Nesse sentido, observamos que o prestígio do governo tem sido alavancado, pois este ocupa uma posição de destaque. Questionamo-nos se essa postura adotada pela ONG foi pensada em meio ao processo de planejamento de parceria, se houve uma concordância em ocupar um papel à margem do reconhecimento social ou se essa característica foi tomando corpo no decorrer da relação com um parceiro astucioso.

Deste modo, concluímos que essa atitude foi utilizada pela ONG como estratégia para firmar o vínculo, posto que a esfera estatal foi atraída pela possibilidade de fortalecer sua atuação na atual conjuntura. Contudo, pontuamos que à medida que conseguiram se aproximar do parceiro, corroboraram para o desenvolvimento de um projeto neoliberal de reforma do Estado, no sentido de realizar um serviço que não lhe competia. De igual modo, abandonaram o caráter fundante de prática social, que está relacionada com o seu papel enquanto organização questionadora.

Quanto ao último aspecto analisado que relacionamos com a questão da estrutura social, observamos que em meio a essas aproximações as ONGs tendem a despolitizar as suas ações, no sentido de abandonar o posicionamento de atender estruturalmente os interesses dos grupos mais excluídos da sociedade a qual voltam suas ações. Nesse sentido, percebemos que as instituições não dimensionam que as relações podem, sobretudo, enfraquecer a organização política destes mesmos grupos.

Assim, o caráter político das ONGs é salutar ao processo de fortalecimento da função que desempenham. Entretanto, as instituições que se comportam como subordinadas ao poder público, acabam se prendendo ao caráter meramente operacional, preocupadas com as questões técnicas e orçamentárias, e acabam se omitindo da tarefa reflexiva a respeito das questões políticas que envolvem sua atuação.

Em meio a esses aspectos sobre o quais tecemos as considerações, observamos que à medida que as ONGs ampliam intervenções nas questões da educação, o próprio campo educativo não formal se consolida. Neste sentido, a prática social dessas instituições por meio dos processos não formais contribui para que a sociedade tome conhecimento a respeito das possibilidades educativas que se configuram nesse campo. Ressaltamos, que esse

esclarecimento possibilita que a sociedade se interesse cada vez mais por conhecer e se envolver nos processos formativos desenvolvidos nestes espaços.

A educação não formal, desenvolvida no espaço não governamental, tem conquistado relevância social, inclusive o interesse do poder público. Posto que, observamos que os editais lançados para o financiamento de projetos e ações sociais, se relacionam diretamente com campo supracitado. Nesse sentido, duas das ONGs pesquisadas desenvolvem projetos que atendem prioritariamente os interesses da educação institucionalizada.

Em razão das entidades da sociedade civil se caracterizarem como espaços privilegiados dessa interação das práticas formativas, as aproximações da esfera estatal tem se configurado como uma forma de colocar o campo não formal a serviço do espaço formal de educação. Tal reflexão nos é possível vez que observamos nas dinâmicas dos projetos realizados em parcerias entre esses organismos, a tendência da prática não formal se comportar como uma complementariedade do ensino institucionalizado.

A respeito da educação não formal argumentamos que o campo possui as suas especificidades, que necessitam ser reconhecidas e garantidas. Não acreditamos que o caminho a ser construído esteja firmado na intenção de se opor ao ensino escolarizado, tampouco se subordinar ao mesmo. Fortalecer as práticas não formais, diz respeito a não apenas garantir recursos para promoção de projetos. Sobretudo, se refere ao desenvolvimento de práticas reflexivas que, de fato, promovam uma educação crítica na perspectiva de sua realidade social.

Ponderamos, ainda, que é necessário que as ONGs deem continuidade à reflexão sobre a função que desempenham frente às demandas sociais. Do mesmo modo, é preciso que o Estado pense sobre as intervenções que pode realizar junto à sociedade civil organizada. Dessa forma, ambos poderão atuar no sentido de potencializar e distribuir melhor papéis e atribuições, uma vez que, não é constitucional que tais organizações ocupem o papel secular do Estado republicano na garantia e efetivação do direito do cidadão.

Consideramos que é importante discutir a relação ONGs e Estado para além do espaço acadêmico, oportunizando assim, o engajamento da sociedade nesse diálogo que se refere, primeiramente, à luta democrática. Essa discussão não pode ser limitada, e necessita da participação de todos aqueles que atuam e se interessam por compreender a realidade alagoana, sob pena de não apreendermos (em sua totalidade) o desenvolvimento social em curso.

## REFERÊNCIAS

ABONG. **Sustentabilidade das ONGs no Brasil**: acesso a recursos privados. Rio de Janeiro: Abong, 2010.

AFONSO, A. J. Sociologia da educação não escolar: reatualizar um objecto ou construir uma nova problemática? In: ESTEVES, A. J.; STOER, S.R. (Orgs.) **A sociologia na escola**. Porto: Afrontamento, 1989.

ANDRÉ, M. E. D. A. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Liberlivro, 2005.

GATTI, B.; ANDRÉ, M. E. D. A. de. A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa em Educação no Brasil. In: WELLER, Wivian; PFAFF, Nicolle (Orgs.). **Metodologias da pesquisa qualitativa em educação**: teoria e prática. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

ARMANI, D. Sustentabilidade: desafio democrático. In: **ONGs no Brasil**: perfil de um mundo em mudança. Ceará: Fundação Konrad Adenauer, 2003.

BOBBIO, N. **Liberalismo e democracia**. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 30 de nov. 2010.

BRASIL. **Lei n. 9.608, de 18 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 fev. 1998. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9608.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9608.htm)>. Acesso em: 30 de nov. 2010.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação, 2003.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

BROOKE, R. **Managing the Enabling Authority**. Harlow: Logman, 1989.

BRUYNE, Paul de; **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1991.

CARDOSO, F. H. **Teoria da Dependência**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

CARNEIRO, J. D. **Desafios da avaliação em um projeto sócio-educativo**: assistência social, ONG e escola pública. 2011. 147p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2011.

CARNOY, M. **Estado e teoria política**. 6ª ed. Campinas: Papirus, 2000.

CARVALHO, M. C. A. A Participação social no Brasil hoje. **Polis Papers**, São Paulo, no. 2, 1998.

CARVALHO, C. A. **Poder, conflito e controle nas organizações modernas**. Maceió: EDUFAL, 1998.

CARVALHO, C. A. Preservar a identidade e buscar padrões de eficiência: questões complementares ou contraditórias na atualidade das Organizações Não Governamentais? **Revista Eletrônica de Administração**, Recife, v. 6, n. 2, ed. 14, mar./abr. 2000.

CARVALHO, C. A.; SACHS, T. R. A internacionalização da economia chega ao Terceiro Setor: as relações (de)pendentes entre as ONGs do Sul e do Norte. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 8, no. 20, jan/abr, pp. 107-123, 2001.

CARRION, R. M. Organizações privadas sem fins lucrativos – a participação do mercado no Terceiro Setor. **Tempo Social**; Revista de Sociologia da USP. São Paulo: volume 12, no. 2, novembro, 2000.

CASTRO, C.M. **A prática da pesquisa**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil. 1979.

CKAGNAZAROFF, I.; SOUZA, M. Relação entre ONG e o Estado - um estudo de parceria. **Revista Gestão e Tecnologia**, América do Norte, 2, set. 2010. Disponível em: <http://www.unipel.edu.br/periodicos/index.php/get/article/view/126>. Acesso em: 10 Ago. 2012.

CKAGNAZAROFF, I. B.; SÁTIRO, V. L.; GONTIJO, P. H. G. ONGs e Estado: duas percepções de parcerias. In: **Conferencia Regional De Istr Para América Latina Y El Caribe**, 6., 8-11 nov. 2007, Salvador. Anais... Salvador: ISTR y CIAGS/UFBA, 2007. Disponível em: <<http://www.lasociedadcivil.org/uploads/ciberteca/019.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2012.

CORTELLA, M. S. A contribuição da educação não formal para a construção da cidadania. In: CORTELLA, M. S.; SIMSOM, O. R. Von; PARK, M.; FERNANDES, R. et alii. **Visões singulares, conversas plurais**. São Paulo: Instituto Itaú Cultural, 2007, p. 43-52.

COUTINHO, C.N. O Estado brasileiro; gênese, crise e alternativas. In: LIMA, J. C. F.; NEVES, L. M. W. (orgs.). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ESPJV, 2006.

DIEHL, A. A.; TATIM, D. C. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas:métodos e técnicas**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

FAGUNDES, H. S. O voluntariado, a solidariedade e as políticas sociais. **Revista Virtual Textos & Contextos**, n. 6, dez. 2006.

- FALEIROS, V. P. **O que é política social**. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991
- FERNANDES, R. C. **Sem fins lucrativos**. Rio de Janeiro: Iser, Comunicações do Iser n- 15, 1985.
- FERNANDES, R. C. **Privado, porém público - O terceiro setor na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- FERNANDES, R. C. Sem fins lucrativos. In L Landim (org.). **Sem fins lucrativos: as organizações não-governamentais no Brasil**. Rio de Janeiro: ISER, 1988, p 8-23.
- FERNANDES, A. D. **Cartografando novas formas de subjetivação no cotidiano de uma ONG**. 81 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas/SP, 2009.
- FERREIRA, J. **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.
- FIREMAN, M. D. **O Trabalho do Pedagogo na Instituição Não-Escolar**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de alagoas, Maceió, 2006.
- FISCHER, R. M.; FALCONER, A. P. Desafios da parceria governo e terceiro setor. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 33, n. 1, P. 12-19, jan./mar. 1998.
- FISCHER, R. M. Estado, mercado e terceiro setor: uma análise conceitual das parcerias intersetoriais. **Revista de Administração**. São Paulo, FEA-USP, v. 40, n. 1, jan.-fev.-mar. 2005
- FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos: Estética – literatura e pintura, música e cinema (vol. III)**. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2001. p. 264-298
- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 24ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GADOTTI, M. **A questão da educação formal/não formal**. Sion: Institut International des Droits de 1º Enfant, 2005.
- GARCIA, V. A. A educação não-formal no âmbito do poder público: avanços e limites. In: SIMSON, O. R. Von; PARK, M.; FERNANDES, R. (Orgs.) **Educação não formal. Cenários da criação**. Campinas: Editora da Unicamp/Centro de Memória, 2001.
- GOHN, M.G. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 1992.
- GOHN, M. da G. Educação não-formal na pedagogia social. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.



GOHN, M. G. **Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais.** São Paulo: Cortez, 2010.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere.** Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Ed. e trad. Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henriques, v.3. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.

HEY, A. S. **Terceiro setor: a influência do setor privado na esfera social.** Ponta Grossa. 2007. Monografia. (Graduação – Bacharelado em Direito) – CENTRO DE Ensino Superior dos Campos Gerais, Ponta Grossa, 2007.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil.** 18. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, M. V. **A Questão Social no Capitalismo.** Temporalis, Brasília n. 3, 2. ed., p. 09- 32, jan/jul 2004.

INOJOSA, R. M. Redes de compromisso social. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro: FGV, v. 33, n. 5, p. 115-141, set./out. 1999.

KRIEGER, M. G. Martins ; ANDION, C. Legitimidade das organizações da sociedade civil: análise de conteúdo à luz da teoria da capacidade crítica. **Revista de Administração Pública-RAP**, 2014, Vol.48(1), p.83(28).

LANDIM, L. (org.) **Sem fins lucrativos: as Organizações Não Governamentais no Brasil** Rio de Janeiro: Iser, 1988.

LANDIM, L. **Para além do mercado e do Estado? Filantropia e cidadania no Brasil.** Rio de Janeiro: Cadernos do ISER, 1993.

LANDIM, L.; BERES, N. **Ocupações, despesas e recursos: as organizações sem fins lucrativos no Brasil.** Rio de Janeiro: Nau, 1999.

LANDIM, L. Múltiplas identidades das ONGs. In: HADADD, S. (org.). **ONGs e Universidades: desafios para a cooperação na América Latina.** São Paulo: Abong; Peirópolis, 2002.

LAVALLE, A. G. Crítica ao modelo da nova sociedade civil. **Lua Nova**, n. 47, p. 121-135, 1999.

LEWIS, D. **The management of Non-Governmental Development Organizations.** London: Routledge, 2001.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e Pedagogos: para quê?.** São Paulo: Cortez, 2002.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. Fe. de; THOSCHI, M. S. **Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização.** 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política.** Trad. Reginaldo Sant'Anna. 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- MATTOS, S. M. Da S. N. ; DRUMMOND, J. A. O terceiro setor como executor de políticas públicas: Ong's ambientalistas na baía de Guanabara (1990-2001). **Revista de Sociologia e Política**, 01 June 2005, Issue 24, pp.177-192
- MELUCCI, Alberto. **O Jogo do Eu.** São Leopoldo, RS: Edit Unisinos, 2001
- MOTTA, C. **A atualização da crise neoliberal.** In: Revistas Lutas Sociais, n. 21/22 – 2º semestre 2008 e 1º semestre 2009, p. 9-23.
- MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social.** São Paulo: Cortez, 2002.
- MONTAÑO, C. Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002. In: AGUIAR, A. B. **Relação entre estruturas organizacionais e indicadores de desempenho das Organizações Não Governamentais do Estado de São Paulo.** 2004. 184p. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- MONTE, T.; CARVALHO, C. A. Poder e relações de parceria no terceiro setor. **Revista de Ciências da Administração**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 1-26, 01 dez. 2005. Disponível em: [http://www.cad.ufsc.br/revista/14/Revista%2014%20-%207%20-%20RCAD%2018%202005\(site\).pdf](http://www.cad.ufsc.br/revista/14/Revista%2014%20-%207%20-%20RCAD%2018%202005(site).pdf)> Acesso em: 10 jun. 2012.
- NASCIMENTO, E. P. A exclusão social na França e no Brasil: situações (aparentemente) invertidas, resultados (quase) similares? In: DINIZ, E.; LOPES, J.S.L; PRANDI, R. (orgs.). **O Brasil no rastro da crise: partidos, sindicatos, movimentos sociais, Estado e cidadania no curso dos anos 90.** São Paulo: Hucitec/Anpocs/Ipea, 1994, p. 289- 303.
- NEDER, R. T. **As ONGs na reconstrução da sociedade civil no Brasil.** Disponível em<<http://empreende.org.br/pdf/ONG's,%20OSCIP'S%20e%20Terceiro%20Setor/As%20ONGs%20na%20reconstrução%20da%20sociedade%20civil%20no%20Brasil.pdf>> Acesso em: 15 de ago. 2010.
- NISBET, J.; WATT, J. Case study: In J.Bell, T. Bush, A. Fox, J. Goodey and S. Goulding (eds) **Conducting Small-Scale Investigations in Educational Management.** London: Harper & Row, 79-92, 1984.
- NOGUEIRA, M. P. **Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática.** São Paulo: Cortez, 2009.
- OLIVEIRA, C. L. Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características. **Travessias**, 2008. Disponível em: Acesso em 16 de julho de 2018.
- OLIVEIRA, A. C.; HADDAD, S. **As organizações da sociedade civil e as ONGs de educação.** Cadernos de Pesquisa, n.112, mar. 2001, p. 61-87.

OLIVEIRA, F. de. Exposição no painel “Caminhos da institucionalização: cooperação internacional. Estado e filantropia”. São Paulo: Entrelinhas, **Cadernos de Pesquisa CEBRAP** n- 6, 1997.

OLIVEIRA NETO, W. As ONGs e o fundo público. In: **Desenvolvimento, cooperação internacional e as ONGs**. Rio de Janeiro: Ibase/Pnud, 1992.

PAULANI, L. M. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: LIMA, J. C. F.; NEVES, L. M. W. (orgs.). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ESPJV, 2006.

RAMOS, J.; LIRA, L ; SOARES, B. Reforma do Estado e modernização da gestão da educação básica no Ceará (1995-2006). **HOLOS**, 2012, Vol.28(2), pp.261-274

RODRIGUES, M. C. P. Demandas sociais versus crise de financiamento: o papel do terceiro setor no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 32, n. 5, p. 25-67, set./out. 1998.

SADER, E. *Prefácio* in GONÇALVES, H. S. (Org.) **Organizações Não Governamentais: solução ou problema?** São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa & MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SCHERER-WARREN, I. **ONGs na América Latina: trajetória e perfil**. São Paulo: Cortez, 1995.

SERVA, M. O Estado e as ONGs: uma parceria complexa. **Revista de Administração Pública**, São Paulo, v. 31, n. 6, p. 41-54, 1997.

SCHULER, S. Music, At-risk, students and the missing piece. **Music Educator Journal**, v.78, n. 3, nov./1991.

SIMSON, O. R. Von; PARK, M.; FERNANDES, R. (Orgs.) **Educação não formal. Cenários da criação**. Campinas: Editora da Unicamp/Centro de Memória, 2001.

SILVA, C. E. G. Gestao, legislacao e fontes de recursos no terceiro setor brasileiro: uma perspectiva histórica. **Revista de Administracao Publica-RAP**, 2010, Vol.44(6), p.1301(25)

SOUZA, H. de. As ONGs na década de 90. In: **Desenvolvimento, cooperação internacional e as ONGs**. Rio de Janeiro: Ibase/Pnud, 1992.

SOUZA, H. de; RODRIGUES, C. **Ética e cidadania**. São Paulo: Moderna, 1994 .

SOUZA, N. A.; PARK, M. B.; FERNANDES, R. S. Caminhos entre a prática e a reflexão: da angústia do pensar. In: SIMSON, O. R. Von; PARK, M.; FERNANDES, R. (Orgs.) **Educação não formal. Cenários da criação**. Campinas: Editora da Unicamp/Centro de Memória, 2001.

SZAZI, E. **Terceiro setor: regulação no Brasil**. São Paulo: Peirópolis, 2006.

TEODÓSIO, A. dos S. de S. Organizações Não-Governamentais entre a justiça social e a eficiência gerencial: armadilhas, perspectivas e desafios da modernização das políticas públicas locais. **Civitas Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 2, n. 001, p. 97-121, jun. 2002.

TRILLA, J. A educação não formal. In: GHANEM, E.; TRILLA, J.; ARANTES, V. A. (Orgs.) **A educação formal e não formal**. São Paulo: Summus, 2008.

VIEIRA, L. **Cidadania e Globalização**. São Paulo: Record, 1998.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A

Solicitação de assinatura dos participantes da pesquisa

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Eu, \_\_\_\_\_, tendo sido convidado (a) a participar como voluntário (a) do estudo “A RELAÇÃO ENTRE O ESTADO E AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS NO CONTEXTO ALAGOANO: fortalecimento ou enfraquecimento da sociedade civil?”, recebi da Sra. Profa. Dra. Elione Maria Nogueira Diógenes, do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas, responsável por sua execução, as seguintes informações que me fizeram entender sem dificuldades e sem dúvidas os seguintes aspectos:

Que o estudo se destina a analisar a relação de parceria firmada entre o Estado e as ONGs que desenvolvem um trabalho educativo no contexto alagoano junto a crianças e adolescentes diante do enxugamento do papel do Estado a partir da década de noventa.

Que a importância deste estudo diz respeito a investigação a respeito do papel que os sujeitos envolvidos nas ações não governamentais têm desempenhado frente às demandas sociais e especificamente educativas.

Que a partir da realização dessa investigação no campo das organizações que desenvolvem um trabalho educativo e de assistência social no Estado de Alagoas os resultados que se desejam alcançar são os seguintes: 1) Compreender teoricamente a relação entre Estado e sociedade civil; 2) Aprender como se articula a Educação e a Assistência Social dentro do espaço das Organizações Não Governamentais; 3) Traçar o perfil e atuação das ONGs que desenvolvem ações voltadas para o campo educativo; 4) Identificar as mudanças ocorridas no perfil de atuação das ONGs; 5) Investigar os efeitos das transformações no perfil de atuação das ONGs sobre a função social das mesmas; 6) Analisar as implicações das mudanças na função social das ONGs sobre o processo de elaboração de políticas sociais.

Que esse estudo se realizará no decorrer do ano de 2017, com início em março e término em junho de 2018.

Que o estudo será realizado no espaço da Organização Não Governamental escolhida como locus de pesquisa, a pesquisadora terá acesso a relatórios, artigos, publicações, contrato social e projeto político pedagógico da instituição pesquisada.

Que os incômodos que poderei sentir com a minha participação são os seguintes: De um modo geral, a participação no estudo não me causará nenhum incômodo.

Que os possíveis riscos à minha saúde física e mental são: De um modo geral, a participação no estudo não trará nenhum risco à minha saúde física ou mental.

Que deverei contar com a assistência dos pesquisadores responsáveis pela pesquisa: Elione Maria Nogueira Diógenes, residente na Av. Dr. José Sampaio Luz, 858, apto.102,

CEP: 57035260, telefone: (82) 8860-6364 e Janine Oliveira Cardeal, residente na R. João Martins, Condomínio Petrúcio Maia, 23, CEP: 57060110, telefone: (82) 99660-6082.

Que os benefícios que deverei esperar com a minha participação, mesmo que não diretamente são: a compreensão e o esclarecimento para a sociedade a respeito da função social desempenhada pela sociedade civil organizada atuante no âmbito educativo alagoano.

Que a minha participação será acompanhada pela pesquisadora em todas as etapas da pesquisa.

Que sempre que desejar serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo.

Que, a qualquer momento, eu poderei recusar a continuar participando do estudo e, também, que eu poderei retirar este meu consentimento, sem que isso me traga qualquer penalidade ou prejuízo.

Que as informações conseguidas através da minha participação não permitirão a identificação da minha pessoa, exceto aos responsáveis pelo estudo, e que a divulgação das mencionadas informações só será feita entre os profissionais estudiosos do assunto.

Que eu não deverei ser indenizado por qualquer despesa que venha a ter com a minha participação nesse estudo e, também, por todos os danos que venha a sofrer pela mesma razão.

Finalmente, tendo eu compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implicam, concordo em dele participar e para isso eu DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO OU OBRIGADO.

**Endereço do (a) participante-voluntári(o,a)**

Domicílio:

Bloco: /Nº: /Complemento:

Bairro: /CEP: /Cidade: /Telefone:

Ponto de referência:

**Contato de urgência: Sr (a).**

Domicílio: (rua, praça, conjunto):

Bloco: /Nº: /Complemento:

Bairro: /CEP: /Cidade: /Telefone:

Ponto de referência:

**Endereço d(os, as) responsável (is) pela pesquisa:**

**Elione Maria Nogueira Diógenes**

Instituição: **Universidade Federal de Alagoas**

Endereço: **Av. Dr. Jose Sampaio Luz CEP:**

Bloco: /Nº: **858/Complemento: Apto 102**

Bairro: **Ponta Verde /CEP: 57035260/Cidade: Maceió, AL.**

Telefone p/contato: **(82) 8860-6364**

**Janine Oliveira Cardeal**

Instituição: **Universidade Federal de Alagoas**

Endereço: **R. João Martins, Condomínio Petrúcio Maia,23**

Bloco: /Nº: **23/Complemento: Condomínio Petrúcio Maia**

Bairro: **Tabuleiro dos Martins /CEP: 57060110/Cidade: Maceió, AL.**

Telefone p/contato: (82) 99660-6082

**ATENÇÃO:** Para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo, dirija-se ao: Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas. Prédio da Reitoria, 1º Andar , Campus A. C. Simões, Cidade Universitária. Telefone: 3214-1041

Maceió,

<p>_____</p> <p>Voluntário (a) no estudo Rubricar as demais folhas</p>	<p>Profa. Dra. Elione Maria Nogueira Diógenes (Responsável pelo estudo) Rubricar as demais folhas</p>
	<p>_____</p> <p>Janine Oliveira Cardeal (Responsável pelo estudo) Rubricar as demais folhas</p>

## APÊNDICE B

### Modelo de Entrevista Semiestruturada aplicada com gestores das ONGs

1. Nome da Instituição:
2. CNPJ:
3. Ano de Fundação:
4. Endereço:
5. Contato:
6. Organização da ONG:
7. Total de colaboradores/ Formação/ Vínculo:
8. Documentos que a ONG possui:
9. Área de atuação:
10. Público-alvo:
11. Atividades desenvolvidas:
12. De que modo são desenvolvidas as atividades?
13. Total de sujeitos atendidos esse ano:
14. Como são mantidas as ações da ONG?
15. Estabelece parcerias? Como percebe essas parcerias?
16. Desenvolve parceria com outras instituições e/ou órgãos?
17. Como se estabelecem essas parcerias, quais os termos?
18. O que poderia ser aprimorado nessas parcerias?
19. O poder público se interessa pelas ações desenvolvidas?
20. Como é a relação com o poder público (municipal/estadual/federal)?
21. A ONG se sente valorizada pelo poder público?
22. A sociedade se interessa pelas ações da ONG?
23. A sociedade reconhece o trabalho da ONG? Tem representatividade?
24. A ONG se sente valorizada pela sociedade?
25. Há uma resposta social que orienta o trabalho desenvolvido?
26. Qual o objetivo central da ONG por meio de seus projetos e ações?
27. O que poderia contribuir para o alcance dos objetivos pretendidos pela ONG?
28. Em sua opinião o que é uma ONG?
29. Em seu município existem outras instituições? Tem sido possível dialogar com essas instituições?



30. Há competitividade na relação entre as ONGs? De que forma percebe a competitividade?
31. Qual mensagem a ONG gostaria de deixar para a sociedade?

**APÊNDICE C**

Modelo de Questionário aplicado com Educadores das ONGs pesquisadas

**Perfil do Respondente 1**

Sexo:

Masculino ( ) Feminino ( )

Faixa etária:

Entre 15 e 20 anos ( )      Entre 21 e 25 anos ( )      Entre 26 e 30 anos ( )  
 Entre 31 e 35 anos ( )      Entre 36 e 40 anos ( )      Acima de 40 anos ( )

Sua formação:

Ensino Fundamental Incompleto ( ) Ensino Fundamental Completo ( )  
 Ensino Médio Incompleto ( ) Ensino Médio Completo ( )  
 Curso Superior Incompleto ( ) Qual?  
 Curso Superior Completo ( ) Qual?  
 Curso Técnico e/ou Profissionalizante ( ) Qual?

Tempo de trabalho na ONG:

Menos de 1 ano ( ) Entre 1 e 3 anos ( ) Entre 4 e 6 anos ( )  
 Entre 7 e 10 anos ( ) Acima de 10 anos ( )  
 Pós-graduação lato sensu ( ) Qual área?  
 Pós-graduação stricto sensu ( ) Qual área?

Qual atividade desenvolve na ONG?  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

**A respeito do trabalho da ONG**

1. Você acredita que a sociedade reconhece o trabalho da ONG:

Plenamente( )  
 Razoavelmente( )  
 Não reconhece ainda( )  
 Não tenho opinião( )

2. Como você percebe que a influência do trabalho da ONG sobre a sua vida?

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

3. Como você percebe que a influência do trabalho da ONG sobre a vida dos sujeitos atendidos?

---

---

---

---

---

---

---

---

4. Como avalia as relações que a ONG tem estabelecido no desenvolvimento das ações?

---

---

---

---

---

---

---

---

5. Qual a participação dos parceiros no desenvolvimento das ações da ONG?

---

---

---

---

---

---

---

---

6. Qual impasse no estabelecimento de relações com o poder público?

---

---

---

---

---

---

---

---

7. Qual sugestão para aprimorar as relações estabelecidas?

---

---

---

---

---

---

---

---